

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO

GEOVANA ERLO

**TECENDO A GESTÃO COMUNITÁRIA DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL:  
do Museu de Território ao Inventário Participativo de Galópolis**

Porto Alegre

2023

GEOVANA ERLO

**TECENDO A GESTÃO COMUNITÁRIA DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL:  
do Museu de Território ao Inventário Participativo de Galópolis**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Museologia, Museus e Coleções: História, Teoria e Métodos, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Orientadora:  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Ana Carolina Gelmini de Faria

Porto Alegre

2023

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor Carlos André Bulhões

Vice-Reitora Patricia Pranke

## **FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora Ana Maria Moura

Vice-Diretora Vera Regina Schmitz

## **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO**

Coordenadora Fernanda Carvalho de Albuquerque

Coordenadora substituta Ana Carolina Gelmini de Faria

### **CIP - Catalogação na Publicação**

Erlo, Geovana

TECENDO A GESTÃO COMUNITÁRIA DO PATRIMÔNIO  
INDUSTRIAL: do Museu de Território ao Inventário  
Participativo de Galópolis / Geovana Erlo. -- 2023.  
305 f.

Orientadora: Ana Carolina Gelmini de Faria.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e  
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Museologia e  
Patrimônio, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Gestão Comunitária. 2. Museologia Social. 3.  
Patrimônio Industrial. 4. Museu de Território de  
Galópoli. 5. Inventário Participativo de Galópolis. I.  
Gelmini de Faria, Ana Carolina, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

### **Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - Rua Ramiro Barcelos, 2705, sl. 203

Bairro Santana - Porto Alegre - RS

CEP: 90035007

Telefone 51 3308-2163

E-mail: ppgmuspa@ufrgs.br

GEOVANA ERLO

**TECENDO A GESTÃO COMUNITÁRIA DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL:  
do Museu de Território ao Inventário Participativo de Galópolis**

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aprovada em 25 de janeiro de 2023.

**BANCA EXAMINADORA:**

Profª Drª Cristina Meneguello (UNICAMP)

---

Profª Drª Judite Santos Primo (ULHT)

---

Profª Drª Ana Maria Dalla Zen (UFRGS)

---

Profª Drª Ana Carolina Gelmini de Faria (UFRGS) - Orientadora

---

**Para toda(s) a(s) comunidade(s) de Galópolis,  
com votos pela manutenção da sua autogestão.**

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa-ação vem se desdobrando há um longo tempo. Se não for muita pretensão afirmar, creio ter iniciado desde me percebi como agente – sujeito que age – de Galópolis, pois minha formação como ser humano, mulher e trabalhadora-pesquisadora se deu neste território-rede em que se desdobram os objetos de pesquisa aqui analisados. Por isso, este trabalho teve influência de inúmeras mãos que com certeza não conseguirei atribuir o devido mérito nesta breve seção de agradecimentos. Adianto minhas desculpas aos não indicados aqui, reforçando que a seletividade demandada em um trabalho acadêmico em nada diminui o papel de cada um para que esta dissertação fosse realizada. Contudo, por ser uma pesquisa majoritariamente empírica, gostaria de prestar reconhecimento principalmente às pessoas com quem tive contato e reforçaram minha esperança na construção das pontes para alcançar a utopia – não apenas a museal.

Inicio agradecendo minha(s) família(s): meu núcleo familiar de “casa”, pela paciência e esforço em enxergarem-se também como sujeitos de minha pesquisa – principalmente minha mãe, Zilá Faoro Erlo, a quem espero orgulhar com estas palavras; minha família acadêmica, composta por colegas e docentes do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em especial à minha orientadora, Ana Carolina Gelmini de Faria, que não mediu esforços para viabilizar a execução deste extenso projeto – e não me deixar desistir. Do mesmo modo, agradeço às professoras Ana Maria Dalla Zen, Cristina Meneguello e Judite Primo pelo aceite em compor minha banca de qualificação e defesa, indicando formas de melhor explorar as potencialidades do que proponho nesta dissertação.

Em tempos de obscurantismo, valorizar as faíscas que surgem é mais do que necessário. Por isso, à família do Inventário Participativo de Galópolis, criada e consolidada ao longo de 2022, transmito minha gratidão por expressarem em ações o que escrevo nos capítulos deste trabalho. Em especial às camaradas de luta que coordenam os encontros do projeto, Renata Moschen Brustolin, Rita Furlan e Rosa Maria Diligenti. Aos mais de 70 moradores envolvidos diretamente e aos ainda não mensurados indiretamente impactados e impactantes no projeto, deixo minha esperança no fortalecimento da autogestão do nosso patrimônio industrial – e do território como um todo. Como um dos meus objetivos – também pessoais – é

reconhecer o papel dos coletivos comumente invisibilizados, creio ser importante citar os que já deixaram sua marca em Galópolis por meio do Inventário, abrindo espaço para os que futuramente o integrarão.

Para tal, em ordem alfabética, destaco a atuação de Adelir Pianegonda, Adriana Bordin, Agostino Fontana, Albina Furlan, Alexander Canale, Amadeu Dal Piccol, Antônio Erlo, Ari Piamolini, Ariane Sandrin Pianegonda, Bruno Furlan Bonatto, Cíntia Moschen, Clarice Mapelli Sartor, Cristina Schneider, Domingos Dal Piccol, Edgar Rigon, Elaine Maria Bordin, Elizabete Bordin Pegorini, Elzio Tisott, Ezequiel Pianegonda, Felix Brustolin, Francisco Belló, Gemin Toniolli, Giacomini Coelli, Gilmar Basso, Gustavo Webber, Israel Matté, Ivete Marchioro Felippi, Ivone Gazola Vial, Jaime Dalpicol, Jair Strapasson, João Nicoletti, José Carlos Nicoletti, Josefa Mokfa, Leandro Vignochi, Leonardo Souza Rosa, Lídia Canale, Lori Alves de Camargo, Lourdes Vignochi, Luiz Felippi, Marco Aurélio Verdi, Maria Inês Cardoso, Marcos Rogério Cortese, Maria Lourdes Diligenti Comerlato, Maria Luiza Borges, Maria Munaro Moschen, Mara Pinto, Maria Stragliotto, Mario Moschen, Marisol Borges dos Santos, Naylane Sartor, Nilvo Erlo, Pe. Paulo Venturin, Paulino Furlan, Rafael Furlan, Raquel Mincato, Renato João Dall'Agnol, Reni Marcolin, Rita Dal Piccoli, Roberta Basso Canale, Roni Rigon, Rosane Vignochi, Rose Lorandi Sirtoli, Sadi Marcolin, Sarita Tisott, Sidnei Canuto, Sueli Settin Tisott, Terezina Dambros Rech, Thais Dal Piccoli, Theresinha Comerlato Felippi, Vanda Barazzetti Settin e Vera Anice Vial Roso.

As instituições que auxiliaram com esta pesquisa também merecem ser ressaltadas e, de tal forma, agradeço à Associação Coroas de Ouro, Associação dos Moradores de Galópolis, Centro Comunitário e Cultural Galópolis, Clube de Mães La Mamma, Comissão Gestora do Campo de Futebol de Galópolis, Escola Estadual de Ensino Fundamental Ismael Chaves Barcellos e de Ensino Médio Galópolis, Instituto Hércules Galló, Paróquia de Galópolis, Ponto de Cultura Galópolis Fortalecendo Laços, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Galópolis e Subprefeitura de Galópolis.

Por fim, deixo meu muito obrigada a quem estiver lendo esta dissertação, sobretudo no intuito de utilizá-la para transformar a sua própria realidade. Que esta pesquisa-ação – por vezes, uma pesquisa-militância – possa ultrapassar os muros da academia e servir à outras comunidades.

*[...]*

*E foi assim que o operário  
Do edifício em construção  
Que sempre dizia sim  
Começou a dizer não.  
E aprendeu a notar coisas  
A que não dava atenção.*

Vinicius de Moraes - Operário em Construção



## **RESUMO**

A dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGMusPa/UFRGS) abarca as relações entre o processo de musealização do território de Galópolis – bairro localizado na zona sul da cidade de Caxias do Sul/Rio Grande do Sul caracterizado pela participação comunitária na atribuição de musealidade e preservação do patrimônio industrial local – expressas pelas fases I e II do Museu de Território de Galópolis (gerido pelo Instituto Hércules Galló) e pelo Inventário Participativo de Galópolis (considerada uma terceira fase de musealização territorial comunitária). De tal forma, objetiva-se analisar a participação da comunidade do bairro através dos processos de musealização do território, estimulando seu compromisso com a gestão do patrimônio elencado por meio de estratégias que potencializam o seu protagonismo. Para tal, destaca-se o caráter metodológico diverso incorporado tanto na coleta como na análise das fontes acerca dos objetos de estudo: suscitando consonâncias entre as metodologias da arqueologia industrial e da pesquisa-ação, dentre os métodos utilizados para a compreensão da dinâmica museal constam a história oral, a análise documental, iconológica e de conteúdo, além da utilização de um inventário participativo como estratégia da educação para o patrimônio, buscando alcançar uma perspectiva museal integradora que fomente a autogestão de uma comunidade enquadrada por uma dinâmica industrial paternalista. Baseando-se nos princípios da Museologia Social, trabalha-se com a tríade conceitual museália-musealidade-musealização e gestão comunitária, referindo-se diretamente ao patrimônio industrial e seus desdobramentos. Mais do que teorizar sobre os usos e abusos da tipologia museológica em questão, pretende-se, através desta pesquisa, proporcionar um processo contínuo de reflexão acerca da história local, dos discursos museológicos e da necessidade de se estimular o protagonismo comunitário acerca das demandas locais de forma empírica e emancipadora.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Gestão comunitária. Museologia Social. Patrimônio industrial. Museu de Território de Galópolis. Inventário Participativo de Galópolis.

## **ABSTRACT**

The dissertation presented to the Graduate Program in Museology and Heritage of the Federal University of Rio Grande do Sul (PPGMusPa/UFRGS) covers the relations between the musealisation process of the territory of Galópolis – neighborhood located in the southern region of the city of Caxias do Sul/Rio Grande do Sul characterized by the comunitary participation in the attribution of museality and in the preservation of the local industrial heritage – expressed by the phases I and II of the Museu de Território de Galópolis (managed by the Hércules Galló Institute) and by the Inventário Participativo de Galópolis (considered a third phase of community territorial musealisation). In this way, it is aimed to analyze the participation of the neighborhood community through the territory musealisation processes, stimulating their compromise with the management of the listed heritage through strategies that potentialize their protagonism. For such, the diverse methodological character incorporated both in the gathering and in the analysis of the sources about the objects of study is highlighted: evoking consonances between the methodologies of industrial archaeology and of research-action, among the ways used for the comprehension of the museal dynamics are oral history, documental, iconological and content analysis, in addition to the use of a participatory inventory as a strategy of education to the heritage, aiming to reach an integrator museal perspective which promotes the self-management of a community framed in a paternalist industrial dynamics. Based on the principles of Social Museology, it is worked with the conceptual triad musealia-museality-musealization and community management, referring directly to the industrial heritage and its developments. More than theorizing about the uses and abuses of the museological typology in evidence, it is aimed, through this research, to provide a continuous process of reflection on the local history, the museological discourses and the need to stimulate the community protagonism about the local demands in an empirical and emancipatory way.

## **KEYWORDS**

Community management. Social Museology. Industrial Heritage. Museu de Território de Galópolis. Inventário Participativo de Galópolis.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Visita dos estudantes da 6ª série da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ismael Chaves Barcellos ao interior da Cootegal.....	24
Figura 2 - Grupo de voluntários do Centro Comunitário e Cultural Galópolis.....	33
Figura 3 – Localização do bairro Galópolis .....	36
Figura 4 - Representação gráfica sobre a relação entre nós, linhas e rede .....	39
Figura 5 - Mapa atual de Caxias do Sul desenhado sobre a Planta Geral da Colônia Caxias de João Spadari Adami (04 de julho de 1962) .....	47
Figura 6 - Fachada da Fábrica Alta do Lanifício Rossi.....	51
Figura 7 - Lanifício Società Tevere e Novità em 1903.....	52
Figura 8 - Representantes da cooperativa do Lanifício Società Tevere e Novità .....	53
Figura 9 - Edwige Strona e Hércules Galló em 1915 .....	54
Figura 10 - Documento de filiação de Renato Galló ao PNF.....	56
Figura 11 - Renato Galló durante a Segunda Guerra Mundial .....	56
Figura 12 - Fachada das residências da família Galló .....	58
Figura 13 - Usina hidrelétrica de Galópolis em 1916.....	59
Figura 14 - Vila operária de Galópolis na década de 1910 .....	60
Figura 15 - Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos entre 1957 e 1958 .....	61
Figura 16 - Cooperativa de Consumo São Pedro em 1950.....	61
Figura 17 - Cine-Operário na década de 1960 .....	62
Figura 18 - SindiGal em julho de 1951 .....	62
Figura 19 - Festejo eucarístico no Colégio Particular Chaves Irmãos em 1937 .....	63
Figura 20 - Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia na década de 1940.....	63
Figura 21 - Festa de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia no Parque Ismael Chaves Barcellos na década de 1920 .....	64
Figura 22 - Grupo Escolar Paraná em 1940.....	65
Figura 23 - Página do jornal Caxias Notícias enfatizando a retomada da gestão da indústria local por meio de uma cooperativa .....	67
Figura 24 - Irmãs e alunas da escola Dona Manuela Chaves .....	74
Figura 25 - Visita do gerente, mestres e contramestres do Lanifício e do pároco local à Creche.....	76
Figura 26 - Hércules Galló e a presença indígena na RCI .....	80
Figura 27 - Obelisco em homenagem a Orestes Manfro.....	81

Figura 28 - Fragmento da capa do jornal “O Momento” .....	82
Figura 29 - Paralisação da BR 116 por filiados ao SindiGal.....	86
Figura 30 - Abaixo-assinado circular demandando folga para o carnaval .....	87
Figura 31 - Angelus Novus, 1920 .....	89
Figura 32 – Tropa de choque destacada para conter a mobilização dos ex-operários .....	93
Figura 33 - Placa de monitoramento por câmeras .....	94
Figura 34 - Matéria do Jornal Pioneiro sobre a I Semana de Galópolis .....	124
Figura 35 – EquiPROFONDO durante a premiação da I Gincana de Galópolis.....	125
Figura 36 - Apresentação de trabalhos sobre a região de Galópolis.....	127
Figura 37 - Desfile do Grupo Escolar Paraná na I Semana de Galópolis.....	128
Figura 38 - Painéis sobre a História de Galópolis .....	128
Figura 39 - Painel “Galópolis por seus alunos”.....	129
Figura 40 - Exposição de trabalhos de arte.....	129
Figura 41 - Mostra de trabalhos na III Feira do Livro do Ismael .....	130
Figura 42 - Desfiles das equipes participantes da I Gincana Cultural do Ismael Chaves Barcellos.....	131
Figura 43 - Processo de restauração do prédio administrativo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ismael Chaves Barcellos .....	132
Figura 44 - Bordados em almofadas feitas pelo Clube de Mães La Mamma .....	135
Figura 45 - Bordados em ecobags feitas pelo Clube de Mães La Mamma .....	135
Figura 46 - Clube de Mães La Mamma participando da Semana de Galópolis de 2017 .....	136
Figura 47 - Ata de fundação da Associação Coroas de Ouro .....	137
Figura 48 – Reunião da Associação Coroas de Ouro .....	139
Figura 49 - Decoração da festa em comemoração aos 15 anos da ACO .....	139
Figura 50 – Presentes de aniversário de 15 anos da ACO .....	140
Figura 51 - Decoração da festa de aniversário de 20 anos da ACO .....	140
Figura 52 - Matéria sobre o fechamento do Cine Operário de Galópolis .....	142
Figura 53 - grupo Matéria Prima na abertura da exposição “Fotografe Galópolis como você vê”.....	143
Figura 54 - Expografia da mostra “Fotografe Galópolis como você vê” .....	144
Figura 55 - Cartaz de divulgação da mostra fotográfica “Caras de Galópolis” .....	144
Figura 56 - Cartaz da exposição fotográfica “Antes de Depois” .....	145

Figura 57 - Matéria “Moradores de Galópolis querem evitar destruição do patrimônio histórico” .....	146
Figura 58 - Capa da edição nº 4 do jornal <i>Senza Paura</i> .....	148
Figura 59 - Matéria “História cultural de Galópolis ameaçada” .....	150
Figura 60 - Fragmentos do memorial de obra sobre o início do processo de restauro .....	158
Figura 61 - Apresentação de slides feita pela museóloga Tania Tonet .....	161
Figura 62 - Planta baixa da expografia do 1º pavimento do núcleo do Museu de Território de Galópolis .....	162
Figura 63 - Convite para reunião do Museu de Território Fase II .....	168
Figura 64 - Convite para a inauguração da segunda fase do Museu de Território de Galópolis .....	169
Figura 65 - Totem nº 7 do Museu de Território de Galópolis instalado em frente ao Cinema .....	170
Figura 66 – Frente do folder do Museu de Território de Galópolis fase II .....	172
Figura 67 - Mapa do Museu de Território de Galópolis fase II .....	173
Figura 68 - Diagramação do totem “Escola Ismael Chaves Barcelos” .....	174
Figura 69 - Gráfico 1: Senso de pertencimento da população à Galópolis .....	176
Figura 70 - Gráfico 2: Avaliação quanto à pertinência da escolha dos pontos para a preservação da história e da identidade local .....	178
Figura 71 - Gráfico 3: participação da comunidade no projeto do Museu de Território de Galópolis .....	179
Figura 1 - Gráfico 4: avaliação quanto à aplicação do projeto do Museu de Território de Galópolis a outros espaços da comunidade .....	180
Figura 73 - Visitação de alunos das escolas locais do Museu de Território de Galópolis .....	181
Figura 74 - Visitação do Grupo de Escoteiros Guaracy 78 .....	181
Figura 75 - Visitação de estudantes e professores do curso de Museologia da UFRGS .....	182
Figura 76 - Visitação de representantes do grupo G30 e Somos.rs ao Círculo Operário .....	182
Figura 77 - Visitação mediada dos estudantes e professores do curso de Museologia e Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UFRGS .....	183
Figura 78 - Totens do Museu de Território vandalizados .....	184
Figura 79 - Fachada da primeira edificação do Círculo Operário .....	198
Figura 80 - Escolha da rainha do grupo Bolão Explosivo .....	199

Figura 81 - Time de Futebol Libertadores em 1933 .....	199
Figura 82 - Peça de teatro amador intitulada “Honrarás Pai e Mãe” .....	200
Figura 83 – Representação do assistencialismo do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos na Revista Paulista de Indústria .....	201
Figura 84 - Fachadas da sede social do Círculo Operário .....	203
Figura 85 - Festa de 15 anos de Magda Comerlatto na sede social do Círculo Operário .....	204
Figura 86 - Festa de aniversário de Leura Biglia na sede social do Círculo Operário .....	205
Figura 87 - Candidatas a rainha da gincana da 1ª Semana de Galópolis .....	205
Figura 88 - Almoço de abertura da 1ª Semana de Galópolis .....	206
Figura 89 - Casamento de Rita Fatima Furlan e Volnei Luís Orlandin .....	206
Figura 90 - Certificado de reconhecimento de entidade como Ponto de Cultura ....	215
Figura 91 - Visita de comitiva ao prédio do CCCG .....	220
Figura 92 - Entrega do PPCI ao prefeito interino.....	220
Figura 93 - Visita ao prédio do CCCG pela comitiva da Secretaria da Cultura .....	221
Figura 94 - Equipe do coletivo do Centro Comunitário e Cultural Galópolis.....	223
Figura 95 - Atividades propostas pelo Centro Comunitário e Cultural Galópolis .....	225
Figura 96 - Segunda reunião para concepção do Projeto CCCG.....	228
Figura 97 - Evento de apresentação do Projeto CCCG à comunidade de Galópolis .....	229
Figura 98 - Sessão de debates sobre o Projeto CCCG no evento de apresentação .....	230
Figura 99 - Apresentação do Projeto de Implantação do CCCG à Prefeitura de Caxias do Sul .....	231
Figura 100 - Entrega do Projeto de Implantação do CCCG ao Governo Federal....	232
Figura 101 - Respostas solicitadas à AMOG para construção do termo de referência de ocupação do prédio do antigo Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos.....	234
Figura 102 - Entrega do estudo de viabilidade de tombamento da sede social do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos ao DIPPAHC.....	235
Figura 103 - Fachada norte da Sede Social do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos.....	238
Figura 104 - Saguão de entrada da Sede Social do Círculo Operário .....	239
Figura 105 - Detalhe do piso de Parquets do saguão de entrada do prédio .....	239
Figura 106 - Detalhe do piso/rodapé .....	240

Figura 107 - Sala lateral ao saguão de entrada da Sede Social do Círculo Operário .....	240
Figura 108 - Detalhe da sala de armazenamento dos artefatos de decoração natalina .....	241
Figura 109 - Detalhe da escada que leva ao segundo pavimento.....	241
Figura 110 - Salão nobre no segundo pavimento.....	242
Figura 111 - Detalhe do forro da sala de apresentações artísticas .....	242
Figura 112 - Detalhe do palco da sala de apresentações artísticas .....	243
Figura 113 - Detalhe do forro e telhado danificados sobre o palco .....	243
Figura 114 – Detalhe da sala da porção leste do terceiro pavimento.....	244
Figura 115 - Detalhe de sala do terceiro pavimento .....	244
Figura 116 - Detalhe da sala da boate Dancing Days .....	245
Figura 117 - <i>Printscreen</i> do vídeo feito para divulgar aos não presentes na reunião sobre a decisão de começar iniciar um Inventário Participativo em Galópolis .....	250
Figura 118 - Cartazes de divulgação do Inventário Participativo de Galópolis.....	254
Figura 119 - Colagem de cartazes para divulgação do Inventário Participativo de Galópolis .....	254
Figura 120 - Primeira matéria de divulgação do Inventário Participativo de Galópolis feita por Rodrigo Lopes .....	262
Figura 121 - Ato simbólico “luto pelo nosso patrimônio cultural” .....	264
Figura 122 - Construção da faixa “luto pelo nosso patrimônio” .....	264
Figura 123 – Reunião híbrida com a presença da Profª Drª Ana Maria Dalla Zen durante o processo de formação interna para o Inventário Participativo de Galópolis. ....	266
Figura 124 - Primeiro encontro do Inventário Participativo de Galópolis.....	271
Figura 125 - Painéis do primeiro encontro do Inventário Participativo de Galópolis.....	272
Figura 126 - Registros do segundo encontro do Inventário Participativo de Galópolis .....	273
Figura 127 - Votação favorável ao tombamento do prédio do Círculo Operário.....	273
Figura 128 - Mediação da atividade “Janelas do Círculo” .....	285
Figura 129 - Janelas do Círculo como elemento expográfico da educação para o patrimônio.....	286

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação proposta por Hugues de Varine (1974) .....	107
Quadro 2 - As Dimensões da Arqueologia Industrial.....	122
Quadro 3 – Representação da comunicação museológica segundo Cury (2005)...	164
Quadro 4 - Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação	187
Quadro 5 - Características da pesquisa-ação segundo Tripp (2005) .....	188
Quadro 6 – Plano de comunicação do Inventário Participativo de Galópolis - CCCG .....	255
Quadro 7 - cronograma inicial de aplicação do programa do Inventário Participativo de Galópolis .....	266
Quadro 8 - Cronograma final de aplicação do programa do Inventário Participativo de Galópolis .....	269
Quadro 9 - Sistematização de encontros da fase I do Inventário Participativo de Galópolis .....	274
Quadro 10 - categoria “edificações” do Inventário Participativo de Galópolis .....	277
Quadro 11 - categoria “serviços” do Inventário Participativo de Galópolis .....	278
Quadro 12 - categoria “cultura” do Inventário Participativo de Galópolis .....	279
Quadro 13 - categorias “esportes, gastronomia, paisagens naturais e religiosidade” do Inventário Participativo de Galópolis .....	281
Quadro 14 - categoria “pessoas” do Inventário Participativo de Galópolis .....	283



## LISTA DE SIGLAS

ACMCS	Associação dos Clubes de Mães de Caxias do Sul
ACO	Associação Coroas de Ouro
AHMJSA	Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami
AMOG	Associação dos Moradores de Galópolis
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCCG	Centro Comunitário e Cultural Galópolis
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNM	Cadastro Nacional de Museus
CNA	Centro Nacional de Arqueologia
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
COMPAHC	Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural
Cootegal	Cooperativa Têxtil Galópolis
CPM	Círculo de Pais e Mestres
CRE	Coordenadoria Regional da Educação
DIPPHAC	Divisão de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural de Caxias do Sul
FURG	Universidade Federal de Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOFOM	Comitê Internacional de Museologia
ICOMOS	Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
IHG	Instituto Hércules Galló
IPG	Inventário Participativo de Galópolis

IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LIC	Lei de Incentivo à Cultura
MINOM	Movimento Internacional para uma Nova Museologia
MNES	<i>Muséologie Nouvelle et Expérimentation Sociale</i>
MTG I	Museu de Território de Galópolis fase I
MTG II	Museu de Território de Galópolis fase II
MTG III	Museu de Território de Galópolis fase III
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Caxias do Sul
PPGMusPa	Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio
PPCI	Plano de Prevenção Contra Incêndios
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RCI	Região Colonial Italiana
SIH	Setor de Interesse Histórico
SindiGal	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Galópolis
SMC	Secretaria Municipal da Cultura de Caxias do Sul
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TICCIH	<i>The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage</i>
TICCIH-Brasil	Comitê Brasileiro pela Conservação do Patrimônio Industrial
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP	Universidade de São Paulo
ZIT	Zona de Interesse Turístico

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>2 O TECIDO CONTEXTUAL DE GALÓPOLIS.....</b>	<b>36</b>
<b>2.1 Costurando o território-rede: (des)enquadrando as memórias de Galópolis .....</b>	<b>42</b>
<b>2.2 Alinhavando as identidades territoriais: a construção da(s) comunidade(s) .....</b>	<b>69</b>
<b>3 AS LINHAS TENSIONADAS DA(S) MUSEALIDADE(S).....</b>	<b>98</b>
<b>3.1 Esgaçando a(s) bainha(s): as musealizações dos patrimônios industriais .....</b>	<b>112</b>
<b>3.2 Desatando percepções: o discurso do Museu de Território de Galópolis... .....</b>	<b>153</b>
<b>4 OS NÓS DA GESTÃO COMUNITÁRIA.....</b>	<b>186</b>
<b>4.1 Lenha para a caldeira: a mobilização comunitária.....</b>	<b>209</b>
<b>4.2 (A)tingindo o tecido: o Inventário Participativo de Galópolis e as nuances da gestão comunitária do patrimônio industrial.....</b>	<b>247</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>289</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>293</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Uma trama é tecida pela interligação de diversas redes por meio de nós que estabelecem pontos de contato, sendo estas conexões as responsáveis por nortear a criação de sentido, de significado. Um significado, por sua vez, nunca é intrínseco, mas sim fabricado – palavra esta que possui em sua etimologia o fundamento do saber-fazer. E o saber-fazer vem da experiência, da vivência, das relações estimuladas ou interrompidas. Esta complexa malha em constante transformação perpassa a vida humana que, por sua vez, desnuda-se sobre um território-rede que ultrapassa sua porção zonal, física, alcançando a consolidação das suas bases identitárias e afetivas.

São estes aspectos que pretendo retratar nesta pesquisa-ação, que apresento, em um primeiro momento, como uma “escrivência”, fazendo uso do privilégio dos pronomes pessoais, pois, como trabalhadora-pesquisadora e partícipe do meu objeto de estudo, coloco-me como um dos nós que amarram as redes do território tramado e analisado. E para compreender melhor este “nó-eu”, bem como tantos outros que compõem esta trama costurada pelo tempo, pelo espaço e pela sociedade, faz-se necessário caracterizar o ponto de confluência: Galópolis, bairro que representa o berço do processo de autogestão do patrimônio industrial que me proponho a retratar nesta dissertação.

Galópolis possui características calcadas sobre três eixos principais: primeiramente, pode ser determinado como um território espacialmente definido e cerceado em seu sentido zonal, mas também dotado de signos construídos a partir dos próximos eixos retratados; o segundo eixo aponta a presença de uma história orientada pela dinâmica industrial que norteia a economia local até os dias atuais, mas mais do que isso, que orientou a construção das memórias coletivas; e, como desdobramento dos dois primeiros, o terceiro eixo é calcado sob a construção de identidades, que por muito tempo foram consideradas uma única referência identitária expressa pelo trabalho, pela fé e pelo pertencimento ao solo. São estes aspectos que pretendo desatar a partir de agora.

Em um primeiro momento, acredito ser necessário explicitar as dimensões zonais que abarcam o território aqui retratado, um dos elementos que possibilitam a compreensão da relação entre as comunidades e a gestão do patrimônio industrial alusivo às suas identidades. Galópolis é hoje uma Região Administrativa, que conta

com um núcleo urbano caracterizado como bairro e diversas ramificações no meio rural, denominadas Léguas (herança do período de colonização), sendo elas a 3ª Légua, 4ª Légua, uma parcela da 5ª Légua, uma região afastada que integra a 6ª Légua e o Loteamento Altos de Galópolis. Cabe aqui destacar que o foco da minha pesquisa é o bairro, a porção urbana de Galópolis, localizado na zona sul da cidade de Caxias do Sul, nordeste do estado do Rio Grande do Sul/Brasil – na “Serra Gaúcha”, nomenclatura associada ao fomento da exploração turística desta região.

A localidade que hoje é compreendida como Galópolis passou a ser colonizada a partir de 1873 por imigrantes italianos no intuito de ocupar, branquear e desenvolver economicamente tal porção do território brasileiro, tido como terras devolutas do Estado – no contexto da política imigratória fomentada pelo Império em acordo com a Itália recém unificada. Mas o período de colonização que se enquadra no recorte temporal responsável por caracterizar a localidade como berço da indústria têxtil da região inicia-se em 1894, quando um grupo composto por 28 ex-operários chegou ao território de relevo acidentado, banhado por pequenos rios.

Mobilizados politicamente, estes operários organizaram uma greve reivindicando melhores condições de trabalho em um dos maiores lanifícios da Europa no período (o *LaneRossi*) e como desdobramento receberam duas opções: a prisão ou o Brasil. Na sua nova morada, de forma autônoma, foram os responsáveis pela criação da primeira cooperativa têxtil da Região Colonial Italiana e passaram a gerar insumos suficientes para sua subsistência até 1904, período em que o mercado os obrigou a fechar as portas. A partir deste momento, o protagonismo operário sai de cena e os holofotes voltam-se ao novo proprietário: Hércules Galló – que “concedeu” nome ao lugar e tornou-se o principal personagem para a historiografia positivista que o utilizou como exemplo para o “mito do empreendedor imigrante europeu”.

Galló investiu seu capital financeiro – e, por que não, simbólico? – no território que apadrinhou, tornando-se a figura paternalista que passou a receber todos os méritos pela indústria têxtil que ampliou a partir da sociedade com os comerciantes Chaves & Barcellos. O então denominado Lanifício São Pedro congregou um expressivo número de trabalhadores e trabalhadoras e, buscando impedir a já reconhecida organização proletária, criou um sistema de vila operária que desde sua criação caracteriza Galópolis como uma paisagem industrial. Isto significa que tudo que foi criado dentro da gestão São Pedro – e mesmo depois, na gestão subsequente da família Sehbe –, denotou Galópolis de forma irreversível: material e imaterialmente

falando, permeando as construções fabris, mas principalmente as relações do cotidiano fora do setor produtivo, que inventaram e propagaram a ideia de identidade local.

A dominação sobre a vida na vila operária perdurou até 1999 – embora eu me questione se de fato um dia ela terminou –, quando o lanifício entrou em decadência e os trabalhadores, depois de passarem meses sem salário, novamente entraram em greve. Organizando-se através de um sindicato distrital, inspiraram-se no modelo cooperativista ali instalado mais de cem anos antes para criar novamente uma cooperativa de trabalho (a COOTEGAL), que se mantém funcionando desde 2001. De tal forma, posso afirmar que a ciclicidade histórica faz-se presente na História de Galópolis, que teve sua formação e desenvolvimento dados por meio das relações de trabalho e identificação com a indústria têxtil local, oriunda do processo imigratório oficial italiano sobre um território-rede que reproduz sua territorialidade construída em seus agentes.

Apontados os aspectos que fundamentam o contexto histórico da territorialidade galopolitana, cabe agora questionar: de que forma estas características impactam no “nó-eu”? De que forma eu, como agente – do verbo agir –, impacto neste contexto? Nasci em 1998 na zona rural da Região Administrativa, mais precisamente na capela de São João da 4ª Léguas (cerca de seis quilômetros distante do núcleo urbano do bairro), onde ainda resido. Meu pai era lenhador autônomo durante minha infância e somente anos mais tarde descobri que por mais de vinte anos ele foi responsável por disponibilizar a lenha necessária para aquecer a caldeira do lanifício. Minha mãe é costureira e faz casacos de lã, esta, também produzida na indústria têxtil local – fato descoberto recentemente. Cresci convivendo com meus avós, que atuaram nas mesmas áreas de meus pais, ouvindo-os conversarem na língua *Talian* (registrada como Patrimônio Imaterial brasileiro em 2014) sobre as demandas da capela local, onde exerceram voluntariamente a função de direção durante muito tempo.

Até o ano de 2008, meu mundo era reduzido a uma faixa de 300 metros, que separava a minha casa da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dez de Novembro, que atendia a comunidade rural do “pré” até a quarta série – hoje denominada Escola Municipal de Ensino Fundamental Arlinda Manfro, em homenagem à primeira professora que ali lecionou. Galópolis, para a Geovana de 10 anos, representava apenas um caminho até o centro da cidade, visitado

ocasionalmente. Tratava-se de um meio e não um fim – era o “passar por Galópolis”. Mas esta perspectiva foi totalmente transformada no ano seguinte, quando, seguindo a tradição que tantos alunos mais velhos já haviam traçado, fui estudar na Escola Estadual de Ensino Fundamental Ismael Chaves Barcellos, localizada no coração do bairro. O núcleo urbano aqui retratado passou a ser o “ir à Galópolis”, como finalidade.

Da quinta à oitava série estudei ali, sendo um período que guardo com muito carinho, mesmo tratando-se de uma fase de adaptação um tanto quanto conturbada, já que a minha realidade, agora, fora alargada de forma a alcançar lugares desconhecidos. O desconhecido assustava – a mim e aos meus novos colegas moradores do bairro, que me viam e me tratavam – eu, a “colona” – com hostilidade. Foram quatro anos de afirmação do meu lugar como conterrânea da mesma região administrativa – o que evidenciou a distinção gritante entre o meio urbano e o rural, mantida até hoje e que é uma característica da territorialidade e do processo de territorialização de Galópolis.

O “Ismael”, como carinhosamente é chamada a escola, foi criada com a demanda do lanifício em formar uma mão de obra técnica, qualificada a substituir os antigos trabalhadores por seus filhos. Perdendo tal função com o desmantelamento da figura paternalista que o lanifício e seus gerentes representavam no bairro, a escola teve seu papel ressignificado: hoje, responsabiliza-se em formar cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade, conforme apresenta em seu Projeto Político Pedagógico – e aqui entra também o papel na comunidade, tendo como dever também possibilitar a compreensão da história local e a sua valorização, com enfoque nos agentes históricos.

Dentro desta característica que a difere de outras instituições escolares, ao longo da minha permanência nela, pude aproximar-me da história de Galópolis, até então tão distante da minha realidade. Lembro-me que as professoras que moravam no bairro sempre traziam atividades que reforçavam nosso protagonismo dentro da construção da história, e nos incentivavam a propor mudanças na região ao mesmo tempo que buscavam preservar as identidades comunitárias, sempre de forma interdisciplinar e participativa, como é o caso das saídas a campo pelo bairro (figura 1). Elas exerciam o papel de verdadeiras educadoras para o patrimônio, embora não sob este termo, e essa postura se estendeu a alguns projetos isolados que participei ao longo do período em que estudei na Escola Estadual de Ensino Médio Galópolis após terminar o ensino fundamental.

**Figura 1 - Visita dos estudantes da 6ª série da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ismael Chaves Barcellos ao interior da Cootegal**



Estudantes da 6ª série do "Ismael" visitando o setor de tinturaria da Cootegal acompanhados pelos técnicos de tingimento e pela professora de Geografia Maria Angela Fasolo, que trabalhava a história local para exemplificar os conceitos geográficos de espaço, paisagem, lugar e território. A menina que se encontra em destaque na foto, de costas, sou eu. A autoria: Maria Angela Fasolo. Data: outubro de 2010. Fonte: álbuns fotográficos da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ismael Chaves Barcellos.

Ainda no Ensino Médio, por meio da escola, conheci a Associação de Moradores de Galópolis (AMOG), instituição que atua no intuito de desenvolver a região de forma participativa desde 1975, desnudando-se como um elemento-chave para esta pesquisa em múltiplos aspectos. Um destes entra em cena no ano de 2014, quando a Prefeitura de Caxias do Sul, que ainda mantinha relações com instituições culturais privadas da cidade, buscou a AMOG, solicitando uma indicação de estudante do ensino médio para exercer um estágio no recente Instituto Hércules Galló criado no bairro – e a indicada fui eu.

Cabe aqui apresentar um breve histórico sobre a instituição em questão: em 2010, a família Galló, ainda detentora da propriedade onde situam-se as casas de Hércules, e, entrou com um processo para o tombamento das edificações, decidindo criar o Instituto Hércules Galló (IHG), fundado em 2012 após um intenso processo de restauração das estruturas encontradas. Da iniciativa de restauro levantaram-se alguns questionamentos em torno da função que aquele espaço assumiria perante a



comunidade e o fundamento das respostas dadas foram ao encontro da ideia de filantropia empresarial que norteou o paternalismo em Galópolis ainda no período do patriarca: apontou-se a necessidade de tutelar os elementos culturais presentes em Galópolis para o estímulo ao turismo e, conseqüentemente, o desenvolvimento de um novo modelo econômico para o bairro. Para alcançar tais objetivos, optaram pela constituição de um museu.

A partir deste momento, surgiu a necessidade de instituir uma equipe técnica para a organização do espaço, pensando desde os elementos museográficos, até a possibilidade de expansão do projeto de musealização de outros patrimônios locais. A museóloga Tânia Maria Zardo Tonet, por meio da sua empresa – a Três Tempos Memória Corporativa –, foi a responsável por este processo, que aliou uma equipe interdisciplinar, contando com arquitetos, jornalistas e alguns estagiários cedidos pelo convênio da Instituição com a Prefeitura de Caxias do Sul – onde me enquadro e começo a participar efetivamente do projeto como mediadora cultural. Porém, mesmo integrando a equipe do IHG, minha função era segmentada, não havendo abertura para a atuação ativa no processo de gestão museal propriamente dito. Esta alienação gerada pelo afastamento dos funcionários – o zelador e eu, únicos trabalhadores institucionais – da própria noção de instituição cultural impediu que imprimíssemos nossas marcas como moradores da região no projeto e, de certa forma, foi o estopim para a consolidação da minha *persona* como trabalhadora-pesquisadora.

Tonet foi contratada pela família Galló para conceber a museografia somente da segunda residência pertencente ao patriarca da região. Tal proposta, inicialmente, foi pensada de forma a transformar o espaço em um museu histórico-biográfico, tendo a figura de Hércules Galló exaltada em detrimento dos diversos agentes históricos que de fato construíram a região como a conhecemos. A museóloga, todavia, vendo a potencialidade que Galópolis possui para a Museologia Social no âmbito do engajamento comunitário, propôs a criação de um museu de território, ideia esta vendida aos membros da diretoria da instituição com certa dificuldade.

Após o aceite do projeto, a profissional estruturou o “Museu de Território de Galópolis”, em duas fases distintas: a fase I voltou-se para a expografia do que seria o núcleo do Museu de Território – a segunda casa de Hércules Galló, seu jardim e a Sala Multiuso Edwige Strona Galló, construída em 2014 como um centro de eventos. Esta expografia dividiu os 12 cômodos da Casa 2 em salas temáticas, sendo elas voltadas à imigração italiana, industrialização, a casa e seus moradores, o restauro e,

por último, Galópolis (esta última categoria, tendo somente duas salas). Inaugurada no dia 28 de novembro de 2015, tornou-se ponto de partida do roteiro para conhecer o resto do bairro – este, integrando a segunda fase do projeto de musealização do território, que, segundo o discurso institucional, mapeou, juntamente à comunidade de Galópolis, 15 patrimônios da localidade que são representativos à sua identidade (no singular). Os totens foram instalados e inaugurados em agosto de 2019.

Mesmo estando presente de terça-feira a sábado, das 13h30min às 17h30min na sede deste “museu territorial” ao longo do período que contemplou a maior parte dos processos descritos, pouco conhecia sobre eles de fato – apenas de forma operacional –, o que me motivou a pesquisar mais sobre o tema. Posso afirmar que minha atuação no IHG foi determinante para a escolha que fiz no ano de 2015: prestar vestibular para entrar no curso de licenciatura em História da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Porém, ela não foi a única. Ainda adolescente, comecei a me interessar pelos movimentos políticos e me autodeclarei militante de esquerda. A História surgiu como uma forma de qualificar meu constante questionamento acerca da realidade que vivia e a ela sou muito grata.

Na UCS aprofundei os estudos teóricos sobre o marxismo e passei a integrar uma organização política, o que possibilitou a ampliação do meu espectro analítico, incorporado na fundamentação teórica sobre tudo o que já vinha praticando desde o ensino médio: a comunicação museal, a educação e preservação patrimonial e, por último, mas não menos importante, a pesquisa e a produção de fontes orais, que tornou-se minha paixão – acredito que em suma devido à minha proximidade com a comunidade de Galópolis e o potencial revolucionário de suas memórias coletivas, transmitida de forma oral.

Da apropriação dos termos, passei a problematizar seus usos no contexto local e a presente pesquisa desponta como sua maior manifestação – contudo, não sendo a primeira. A primeira foi meu trabalho de conclusão de curso (TCC), intitulado “Museu de Território de Galópolis: estratégia para a preservação do patrimônio industrial e identidade local” (ERLO, 2019), que buscou analisar a relação entre comunidade e os bens culturais locais, identidade étnico-operária e seu território-rede, mediada pela pressuposta ótica da Museologia Social presente no Museu de Território de Galópolis. A escrita deste trabalho ocorreu ao longo de 2019, ano em que fui contratada como mediadora cultural no regime CLT pelo Instituto Hércules Galló (depois de 4 anos como estagiária), função a qual desempenhei até setembro de 2022.

Mesmo literalmente dentro do meu objeto de estudo, as dificuldades em acessar as informações se fizeram presentes: descobri uma lacuna de fontes sobretudo acerca da fase II do Museu de Território de Galópolis, que não possui registros sobre seus processos metodológicos nem nos arquivos do Instituto Hércules Galló, nem mesmo da empresa Três Tempos. Diante desta premissa, as informações obtidas acerca desse processo foram recolhidas por meio da metodologia da História Oral (PORTELLI, 2011) e da pesquisa *E-survey* (GIL, 2008), tendo sido aplicados formulários online e feitas entrevistas com moradores e ex-moradores do bairro.

Conforme eu aprofundava a pesquisa, os relatos evidenciavam que a musealização do território, embora se balizasse na Museologia Social, com foco nos preceitos propostos por Hugues de Varine (ERLO, 2019), pouco integrou a comunidade no processo, que, em sua maioria, sequer conhecia o projeto, e os poucos moradores que o conheciam, afirmaram não se sentir representados pela identidade homogeneizada apresentada. Assim, a hipótese que formulei inicialmente – de que sim, o projeto auxiliou na preservação do patrimônio industrial de Galópolis e sua identidade –, foi se transformando, até a derradeira conclusão de que o processo de musealização territorial não ocorreu da forma como fora comunicada: o discurso de um museu sem fins lucrativos, inclusivo e construído conjuntamente e para os moradores de Galópolis, que precisam ser tutelados para vislumbrar e alcançar o potencial turístico da localidade, caiu por terra, juntamente com o discurso institucional que buscou vender-se como a primeira experiência na preservação do patrimônio local.

De forma geral: o Museu de Território de Galópolis foi imposto verticalmente pela instituição proponente; os operários e moradores foram invisibilizados diante da construção da história local, tanto pela expografia apresentada no núcleo do museu como pelos totens do percurso; e o projeto pode ter sido pensado pela museóloga com o objetivo da preservação do patrimônio local e do desenvolvimento do senso de pertencimento às identidades, mas, na realidade, passou muito longe disso após seu falecimento no ano de 2018 – o que evidencia que a ausência de profissionais qualificados da área também foi determinante para tal. A comunidade teve sua memória e vozes enquadradas, e eu, enquanto moradora, ex-funcionária e pesquisadora, possuo a função ética de reverter tal situação, mesmo ciente dos desafios apresentados, dentre os quais situa-se o distanciamento perante o objeto de estudo.

O “nó-eu” surgiu como um elo analítico-pragmático entre Museu de Território de Galópolis, comunidades e gestão do patrimônio cultural – principalmente o industrial – que me instigou a entrar no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGMusPa) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no ano de 2020, durante o auge da pandemia de Covid-19. O isolamento social, o medo do desconhecido, o desrespeito e o descaso com a vida humana (sobretudo a brasileira) afetaram as sociedades no âmbito global, e as irreparáveis perdas em Galópolis levaram-me a questionar: é possível impactar a realidade local através da mudança dos paradigmas museológicos e museais no bairro? Se sim, uma nova fase de musealização auxiliaria no estímulo à autogestão comunitária e a consequente valorização dos sujeitos subalternizados? E, por último, esta nova fase, já apontada como necessária pelos moradores ainda nas entrevistas realizadas em 2019 (ERLO, 2019) deveria vincular-se ao Museu de Território de Galópolis?

Durante o período de *lockdown*, enquanto o IHG permaneceu fechado, voltei-me ao projeto que havia defendido no ano anterior e nele vi a oportunidade de aprofundamento, suprimindo as deficiências previamente apresentadas e estimulando a valorização da comunidade local. De tal forma, diante da necessidade de transformar a realidade museológica e museal presente no bairro e ciente do processo que construiu seus limites e possibilidades, alinhei a fase III do Museu de Território de Galópolis – terminologia genérica que ao longo de sua execução foi abandonada. Esta postura não foi vista como utópica e foi assumida também pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Ana Carolina Gelmini de Faria, que me acolheu como orientanda.

Destas linhas surgiram questionamentos que tramaram e orientaram os **problemas de pesquisa** desta dissertação: a fase III do Museu de Território de Galópolis propiciará a participação ativa da comunidade do bairro? Como estimular seu compromisso com a gestão do patrimônio elencado? Que estratégias potencializam o protagonismo da comunidade no processo de musealização do território-rede? Que papéis esses agentes assumem nessa negociação? É possível afirmar que o Museu de Território de Galópolis se vincula, no âmbito teórico-pragmático da Museologia Social, aos preceitos do museu integral?

Seguimos a pesquisa e arrogamos as inconstâncias próprias da realidade pandêmica como desafios que poderiam, inclusive, aprimorar nossa concepção teórico-metodológica. Consequentemente, esta dissertação transformou-se desde seu pré-projeto, mas sempre manteve seu cerne: o fomento à participação comunitária

na gestão do patrimônio industrial de Galópolis através do processo de musealização do seu território-rede. Deste ponto nevrálgico surgiu o **objetivo geral** que nos orienta: analisar a participação da comunidade do bairro Galópolis por meio da fase III do Museu de Território de Galópolis, estimulando seu compromisso com a gestão do patrimônio elencado por meio de estratégias que potencializam o seu protagonismo no processo de musealização integral do território-rede.

Assim como o emaranhado traçado até aqui, este objetivo foi costurado por outros, que fundamentam as etapas que serão pormenorizadas nos próximos capítulos. Para tal, espera-se alcançar os seguintes **objetivos específicos**:

- Historicizar o contexto de preservação do patrimônio cultural presente na comunidade de Galópolis;
- Identificar como se deu o processo de musealização do patrimônio cultural de Galópolis ao longo das fases I e II do Museu de Território de Galópolis;
- Refletir acerca da representatividade, dos apagamentos e dos protagonismos identitários presentes na narrativa construída museograficamente pelas fases I e II do Museu de Território de Galópolis;
- Indicar os alicerces que fundamentam a fase III do Museu de Território de Galópolis;
- Investigar a adesão da comunidade diante da possibilidade de desenvolvimento da fase III do Museu de Território de Galópolis;
- Propor estratégias que estimulem o protagonismo da comunidade ao longo da fase III do Museu de Território de Galópolis;
- Caracterizar os sujeitos, tensões e negociações suscitadas ao longo da fase III do Museu de Território de Galópolis;
- Compreender o processo de ressignificação da musealização do patrimônio cultural de Galópolis por meio das estratégias propostas pela fase III do Museu de Território de Galópolis;
- Analisar as convergências, divergências e desdobramentos gerados pelas distintas gestões do patrimônio cultural ao longo das fases I, II e III do Museu do Território de Galópolis;
- Avaliar se o processo de musealização do território-rede de Galópolis, a partir da fase III do Museu de Território de Galópolis, se deu de forma integral.

Para alcançar tais prerrogativas, inicialmente, propus uma colcha de retalhos metodológica que dividiu-se em duas frentes complementares: no intuito de ponderar sobre a percepção comunitária da realidade museal de Galópolis, principalmente as fases I e II do Museu de Território. A trama analítica dos processos que envolveram a atribuição de significado aos bens culturais da localidade por parte dos agentes internos (moradores) e externos (iniciativa privada e municipalidade) foi a primeira etapa executada, pois permitia revalidar as conclusões prévias oriundas de meu trabalho de conclusão (ERLO, 2019). Esta partia dos métodos da pesquisa documental, segundo Cellard (2008), da análise iconológica proposta por Panofsky (1986) e de conteúdo, aos paradigmas estruturalistas concebidos por Bardin (1977), aliando-os às referências de Portelli (2011) para interpretar as entrevistas coletadas por meio da História Oral – todas estas aglutinadas sob a ótica da Arqueologia Industrial, balizada por Silva (2010).

Já a etapa empírica da pesquisa, de coleta e construção de uma nova realidade museológica em Galópolis, enquadrada como uma pesquisa-ação (TRIPP, 2005) caracterizada por um olhar dialógico e subjetivo acerca de um tema sensível e impreterivelmente próximo de quem pesquisa. Ela foi utilizada neste trabalho no intuito de representar a dicotomia entre tensão e consonância que embala a mediação entre o teórico e o prático – e mais do que o simples prático, o cotidiano, buscando a transformação da realidade local. O pragmatismo inerente ao paradigma epistemológico pode ser expresso na máxima “transformar para conhecer” e vice-versa – estimulando a devoração (CHAGAS, 2003) entre o conhecer para transformar e o transformar para conhecer. Neste sentido, é tão impossível isolar a pesquisa da ação como o “nó-eu” trabalhadora e pesquisadora.

Trata-se da mediação contínua entre contrários de forma a torná-los complementares e, por isso, assumir estas posturas neste trabalho implica que eu assumo um posicionamento mediante as experiências pragmáticas prévias, concomitantes e posteriores, alternando a que vos fala de acordo com a análise apresentada. Porém, cabe ressaltar, que esta negociação não significa neutralidade, conforme o cientificismo cartesiano prega ao demandar o distanciamento do objeto de estudo. O esforço aqui feito não é o de eliminar as ideologias que assumi ao longo de minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica, mas sim costurá-las em uma trama crítica, diagnóstica e dialógica de forma a utilizá-las na compreensão da sua própria aplicação contínua em campo.

Indo mais a fundo, agora especificamente no campo da Museologia (e já indicando meu posicionamento), a intangibilidade de uma postura neutra pode ser justificada pela interpretação de que é necessário que os museus e o próprio pensamento museológico – e, logo, seus agentes –, segundo Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1977, p. 26), fomentem a todo custo, a transformação social.

Neste momento, não se exigirá do Museu apenas a possibilidade de reinterpretar o passado ou de possibilitar a compreensão do presente; nele se irá procurar o agente do processo de “modernização”, o estimulador de uma consciência crítica e de uma visão humanística; o instigador de amortecidas capacidades de indagar, de julgar, de criar; o deflagrador de um processo no qual o Homem se coloque como fruidor e agente de vida cultural; o conscientizador do processo histórico, do Homem como ser histórico. O Museu é, assim, e deve ser cada vez mais, o agente da Utopia.

Como forma de aplicar esta episteme para incluir os sujeitos galopolitanos como agentes da Utopia (não apenas a museal), escolhi o método do inventário participativo segundo a concepção de Varine (2012), já bastante explorado em contextos semelhantes na realidade brasileira e orientado a partir da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2016). Ambas as perspectivas percebem tal método como uma forma de educação para o patrimônio cultural e não somente para a educação patrimonial, tornando os inventariantes protagonistas da construção de sua história com base em testemunhos – e não apenas receptores de uma historiografia já consolidada e fundamentada em ideais positivistas. Assim, a complementariedade entre metodologia e método utilizados nesta dissertação instiga a participação comunitária no intuito de torná-la protagonista de um processo que sempre lhe foi exteriorizado.

Porém, surgiu um paradoxo: como fomentar a gestão compartilhada dos moradores sem expô-los aos riscos que a pandemia desvelou? Mais do que uma escolha metodológica, estas opções impactariam diretamente da realidade – seja pelo estímulo ao protagonismo autogestionário, seja pela exposição à um vírus que até o momento não contava com cobertura vacinal no Brasil. Cabia, para além da seleção feita por mim, como trabalhadora-pesquisadora, uma decisão institucional e, diante desta demanda, esta pesquisa passou pela análise da Comissão de Pesquisa da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (COMPESQ-FABICO). O processo foi registrado sob o número 41990 e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEP-UFRGS), recebendo parecer

positivo à sua execução ao longo do ano de 2022<sup>1</sup>, em um momento em que os casos de contaminação pelo vírus da covid-19 começaram a atenuar graças aos avanços científicos.

Cabe destacar aqui que é impossível dissociar o papel da Academia, expressa por mim em Galópolis neste momento, e a vontade dos habitantes em reaver seu papel na gestão de seu território-rede. Sua concepção inicial foi meramente teórica, para este trabalho em específico, havendo ainda uma carência de acordo com as entidades associativas organizadas do bairro para sua execução – pois partia do pressuposto de que não faria sentido ser um projeto desconexo dos objetivos comunitários. Todavia, o inventário assumiu um papel determinante e politicamente engajado quando foi percebido como uma alternativa aos propósitos da histórica luta pela preservação patrimonial do bairro que contextualizo a partir de agora.

Desde 2013 a Associação dos Moradores de Galópolis (AMOG) vivia um impasse: a sede social do antigo Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos – uma propriedade pública cedida informalmente à AMOG desde 2013, quando esta criou o Centro Comunitário e Cultural Galópolis (CCCG) – foi interditada por problemas estruturais (e questões políticas) em 2019. Desde então, a comunicação entre poder público e Associação encontra-se (na conjugação presente pois até o momento de escrita deste texto ainda não foi resolvida) em segundo plano pois, para a Prefeitura, os interesses da iniciativa privada sobre o terreno falam mais alto.

Diante disso, a entidade criou um grupo de voluntários do bairro em 2021 (figura 2) – o qual me insiro novamente – para revitalizar o projeto do CCCG e mobilizar a luta pela manutenção do espaço como núcleo cultural do bairro, prezando pelo seu tombamento, mas também, percebendo a duras penas que tantos outros elementos culturais de Galópolis vêm se perdendo. O objetivo do método – que se transformou em projeto permanente a partir de sua incorporação às entidades organizadas locais como estratégia de debates, tensionamentos e enfrentamentos – ultrapassou suas referências iniciais e aliou a teoria científica à prática militante para servir às demandas populares. Diante disto, o agora “Inventário Participativo de Galópolis”, além de equiparar a correlação de forças entre agentes nas disputas próprias do campo patrimonial, passou a servir também como um instrumento de revisão de premissas

---

<sup>1</sup> A veracidade desta informação pode ser conferida entrando em contato com o CEP-UFRGS presencialmente (Av. Paulo Gama, 110 – Sala 321 | Prédio Anexo 1 da Reitoria - Campus Centro, Porto Alegre/RS - CEP: 90040-060), por telefone (Fone: 51 3308 3738) ou e-mail (etica@propesq.ufrgs.br).



sobre a capacidade organizativa da população e um espaço de encontros para suprir a latente vontade de aproximação da comunidade às diferenças, simbolizando a ode à autogestão comunitária.

**Figura 2 - Grupo de voluntários do Centro Comunitário e Cultural Galópolis**



Leandro Vignochi, Renata Brustolin, Rafael Furlan, Rita Furlan, Geovana Erlo, Raquel Mincato, Rosa Diligenti e Ivan Daniel (em memória) em reunião para estruturar seu plano de trabalho. Autoria: Felipe Stragliotto. Data: 31 de agosto de 2021. Fonte: Associação do Moradores de Galópolis.

Mesmo ciente da inexistência da idealização que a utilização do conceito de “comunidade” implica na teoria, seu uso pela mobilização dos moradores é simbólico, tendo em vista que Galópolis estruturou-se em um sistema de dominação paternalista, onde qualquer autonomia local era rechaçada, bem como o próprio poder público, que também abafou as demandas do bairro quando os moradores mais precisaram. A utilização de “comunidade”, aqui, representa a revalidação do senso coletivo, combativo e das diferenças que a tornam heterogênea, que transformam-na de comunidade construída em comunidade em construção. Da mesma forma, esta pesquisa apresenta um inventário participativo em permanente construção, assim como as bases teóricas que o consolidam como ferramenta para a transformação da realidade.

Esta realidade, assim como o tecido – substantivo –, passa por etapas. São elas que tramam a robustez das linhas e dos nós, que transformam a lã em tecido – verbo no particípio passado. Por isso, cada capítulo desta dissertação representa uma

peça do todo – que sequer é todo! –, trazendo reflexões que não apenas visam alcançar os objetivos e responder os problemas suscitados pelas lacunas da Academia, mas também, ao mesmo tempo esgaçar, remendar e, sobretudo, tingir as identidades das comunidades de Galópolis. Tanto para sim, como para não – ou mesmo seus termos intermediários – cabe aqui destacar que a tentativa em cumprir os objetivos propostos foi feita e, mesmo que não alcançada em sua totalidade, abriu espaço para refletir acerca dos desafios encontrados.

Seguindo a trama de um operário em construção, trançada por Vinicius de Moraes, esta dissertação traz em seu segundo capítulo (“O TECIDO CONTEXTUAL DE GALÓPOLIS”) os subcapítulos “Costurando o território-rede: (des)enquadrando as memórias de Galópolis” e “Alinhavando as identidades territoriais: a construção da(s) comunidade(s)”, que contextualizam a realidade de surgimento, desenvolvimento e decadência das identidades territoriais construídas. Nesta mesma linha, o terceiro capítulo, intitulado “AS LINHAS TENSIONADAS DA(S) MUSEALIDADE(S)”, traça as linhas teóricas que nortearam a criação das experiências museais do bairro bem como sua execução propriamente dita, trazendo em seus subcapítulos “Esgaçando a(s) bainha(s): as musealizações dos patrimônios industriais” e “Desatando percepções: o discurso do Museu de Território de Galópolis” reflexões sobre a atribuição de valores patrimoniais às reminiscências industriais.

O quarto capítulo, “OS NÓS DA GESTÃO COMUNITÁRIA”, traz o cerne de uma proposta própria da dinâmica metodológica da pesquisa-ação, em que a proposição, análise e incorporação de melhorias instigaram o aprimoramento das iniciativas museológicas de Galópolis no intuito de fomentar o protagonismo comunitário em sua autogestão – tendo sua maior expressividade no Inventário Participativo de Galópolis. Por meio de seus dois subcapítulos, respectivamente “Lenha para a caldeira: a mobilização comunitária” e “(A)tingindo o tecido: o Inventário Participativo de Galópolis e as nuances da gestão comunitária do patrimônio industrial”, traça-se os desafios, tensionamentos e potencialidades alcançados pela comunidade em sua mobilização pela preservação patrimonial, participação na gestão museal e protagonismo na tomada de decisões pertinentes ao seu território-rede.

A conclusão retoma os questionamentos que levaram esta pesquisa ao presente momento: partindo da visão poética de um operariado explorado – industrial e culturalmente – a comunidade assumiu sua mobilização – que assim como o operário, encontra-se em constante construção – como forma de requerer direitos:

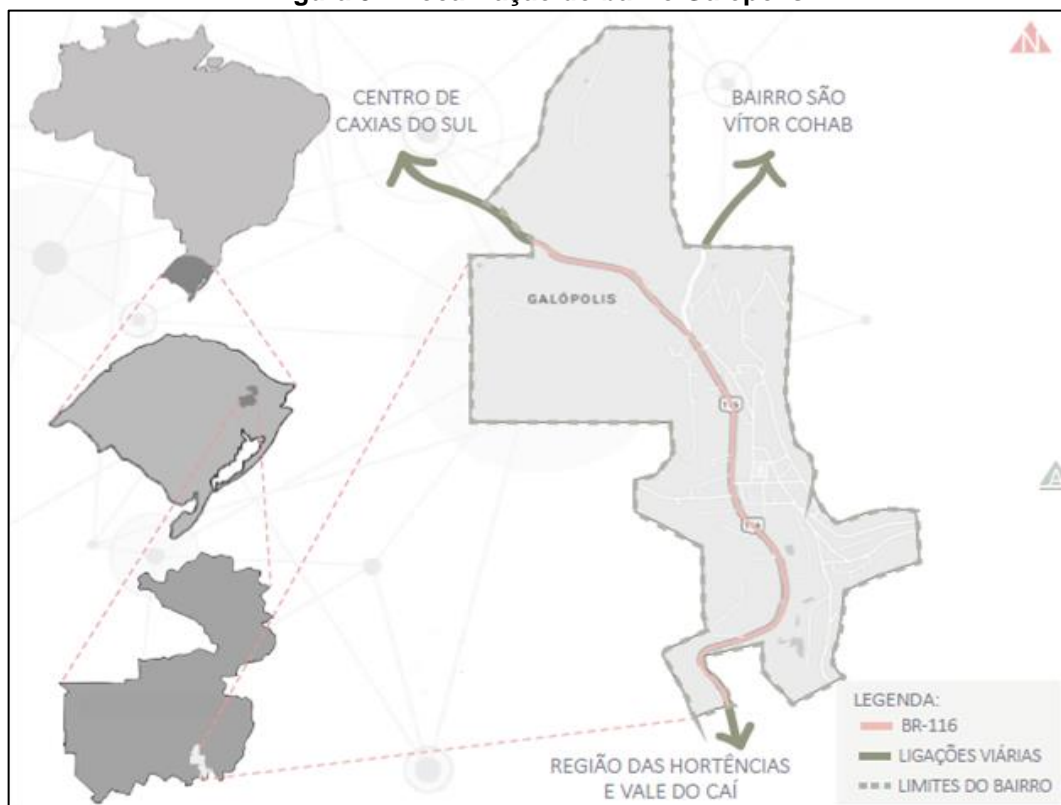
seja o direito ao patrimônio cultural, à memória, à reparação histórica ou mesmo à poesia. Tecendo uma autocrítica, conclui-se que ainda há um alto prédio a se erguer – ou se destruir –, mas as bases que o fundamentaram foram implantadas profundo o suficiente para que a porosidade da dinamicidade de seu território reticular não o transforme em ruína.

## 2 O TECIDO CONTEXTUAL DE GALÓPOLIS

*Era ele que erguia casas  
Onde antes só havia chão.  
Como um pássaro sem asas  
Ele subia com as casas  
Que lhe brotavam da mão.*  
(Vinicius de Moraes - Operário em Construção)

Galópolis é um bairro da cidade de Caxias do Sul que se constitui como núcleo urbano da Região Administrativa de Galópolis, englobando as zonas rurais da 3ª, 4ª, 5ª e uma parcela da 6ª Léguas, além do loteamento Altos de Galópolis. A população do bairro, isto é, unicamente da sua porção urbanizada, segundo o censo realizado em 2010, era de 2.377 habitantes (IBGE, 2011). Localizado na zona sul do Município, o bairro é cortado pelo Arroio Pinhal, que desemboca na Cascata Véu de Noiva. Sua condição geográfica como vale encaixado enquadra-o na paisagem da porção nordeste do Rio Grande do Sul, na chamada “Serra Gaúcha” – conforme representa a figura 3.

**Figura 3 – Localização do bairro Galópolis**



Localização de Galópolis em relação à Caxias do Sul, Rio Grande do Sul e Brasil. Fonte: CASTILHOS, 2020, p. 11.

Se este trabalho estivesse interessado em apresentar uma pesquisa rasa, quantitativa e meramente descritiva, esta seria sua última página. Mas não é o caso. Nesta pesquisa-ação, parte-se da prerrogativa de que definir um território nunca é tarefa fácil e demanda compreender a complexidade da dinâmica social que o constrói. E, diante desta necessidade, importa ressaltar que toda e qualquer tentativa de definição, seja ela descritiva ou analítica, parte de uma perspectiva, de uma postura, de um posicionamento. Esta posição, por sua vez, configura-se no desdobramento das experiências prévias de quem pesquisa e define. Logo, não há neutralidade na seleção de espectros a serem analisados, pois toda escolha parte do pressuposto do enquadramento argumentativo temático, espaço-temporal. Nesta pesquisa-ação, feita por uma trabalhadora-pesquisadora, não poderia ser diferente.

A primeira incursão aqui proposta trata sobre a construção de um território, que assim como nos ensina o ofício do tecelão, é tramado – por isso, as informações traduzidas em números nunca serão suficientes para compreender a dinâmica social do território em questão. As discussões sobre o que é um território, presente em diversos campos do conhecimento científico, também apresentam-se como uma colcha de retalhos interdisciplinar e, de tal forma, sua compreensão e incorporação varia conforme os termos são costurados. Da mesma forma, a própria etimologia da palavra “território” apresenta uma duplicidade dialética, que desde a origem, assume uma conotação material e simbólica, aproximando-se ora de *terra-territorium* (território físico), ora de *terreo-territor* (terror, aterrorizar): “ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo” (HAESBAERT, 2004, p. 1).

Metaforicamente falando, a compreensão sobre o território pode se dar de diferentes formas: como um novelo de linha, no caso de uma descrição superficial infundada e de caráter totalizante, que parte de uma ótica estática e cartesiana; como um emaranhado, quando são analisados seus aspectos constitutivos de forma isolada, sem levar em consideração suas conexões; como uma rede ou tecido (subjetivo e verbo): uma complexa trama formada por linhas e nós que demandam a consideração das distintas e complementares dimensões que o tramam; ou ainda um rizoma, que, segundo Deleuze e Guattari (1997), diferentemente de uma raiz arbórea, não possui centro, pontos, início ou fim – nele, qualquer elemento pode alterar e afetar qualquer outro elemento, sendo constituído por uma multiplicidade de relações que se afetam e se implicam mutuamente

Sua tessitura costuma ser pensada de forma a homogeneizar racionalmente a superfície visível, apresentando somente suas qualidades estéticas positivas e rotineiramente romantizadas. Porém, é somente quando posto do avesso, visto de dentro para fora, que se ajusta a ótica de forma a tornar possível a percepção das amarrações, das rupturas e trocas de fios, dos rasgos, dos remendos, das bainhas sem acabamento. De mesma forma, em um modelo rizomático, sua heterogeneidade implica em conexões e rupturas que traduzem-se na multiplicidade que interdepende de fatores endógenos e exógenos. De tal forma, o que se pretende apresentar aqui não é um território como fim; mas sim um território como meio para compreender, com base na sua constante transformação, heterogeneidade, multidimensionalidade e irregularidade, a atuação e representação de seus “tecelões”. Por isso, uma das principais distinções desta pesquisa-ação é seu olhar subjetivo e crítico que só pode ser compreendido por quem o tece.

Para embasar as percepções inerentes ao território de Galópolis – berço do Museu de Território de Galópolis e Inventário Participativo de Galópolis, organizações que suscitaram a análise acerca da gestão do patrimônio industrial por estes agentes da tessitura –, fez-se uso do arcabouço teórico trazido pela Geografia Crítica e pela Geografia Humanística – desta última, principalmente seu desdobramento que a aproxima da Psicologia, chamada de Geografia da Percepção<sup>2</sup>. Porém, é importante pontuar que os conceitos que delas emergiram encontram-se difusos pelos campos das Ciências Sociais e Ciências Sociais Aplicadas, inclusive na Museologia, sendo enquadrados de acordo com suas demandas e especificidades.

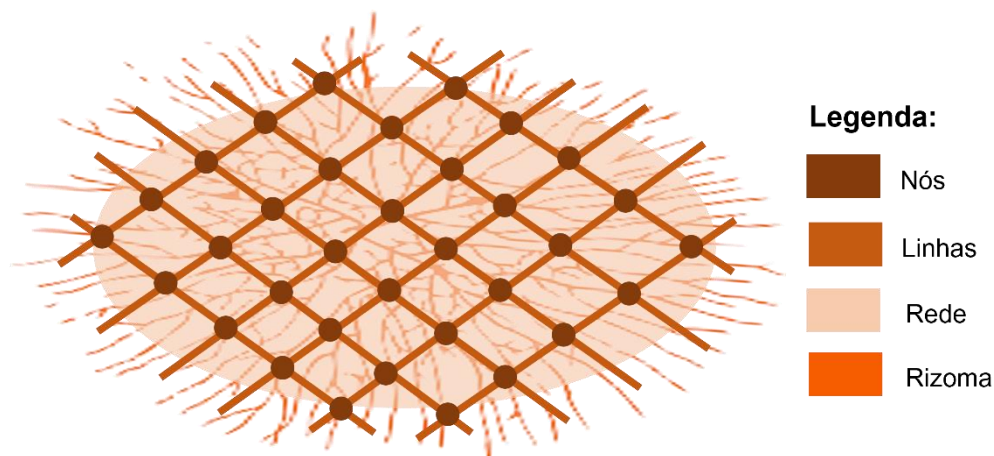
Em ambas as linhas, tidas como complementares para a construção desta pesquisa, parte-se da crítica à postura meramente descritiva, de tendência positivista, que determinadas análises geográficas (ou a falta delas) propõem. Para os autores que compartilham deste viés, como Claude Raffestin (1993), Marcos Aurélio Saquet (2009) e Rogério Haesbaert (1997; 1999; 2004; 2008) o território é delimitado relativa e simbolicamente, podendo ser compreendido tanto como um “território-zona”, em seu sentido areal contíguo, ou como “território-rede”, de forma reticular.

---

<sup>2</sup> O aprofundamento das perspectivas geográficas de território se deu por meio da disciplina “Museus, Território e Territorialização: reflexões e práticas”, ministrada pelo Prof. Dr. Ozias de Jesus Soares como requisito para seu estágio de pós-doutoramento realizado no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UFRGS no segundo semestre de 2021.

O “território-zona” (HAESBAERT, 2004) refere-se ao que Raffestin apontava em 1993, como “espaço”. Segundo o autor – e já explicitando seu posicionamento frente a definição – “[...] para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação. [Ele é], de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Para ele, é somente após a manifestação de interesse de um ator social de apoderar-se ou dominar um espaço que este torna-se território, isto é: “[...] quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades, cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias” (RAFFESTIN, 1993, p. 8). Estas malhas, redes e centralidades serão representadas aqui como, respectivamente, redes, linhas e nós (figura 4)<sup>3</sup>, mas levando em consideração a sobreposição de tramas rizomáticas assimétricas que transformam as malhas sociais, inspiradas em Deleuze e Guattari (1997).

**Figura 4 - Representação gráfica sobre a relação entre nós, linhas e rede**



Fonte: Geovana Erlo (2022), baseada em Raffestin (1993) e Deleuze e Guattari (1997).

Ainda segundo Raffestin, este esquema, por mais simples que pareça, apresenta as três características fundamentais que tecem o que Rogério Haesbaert (2004) chama de “território-rede”: os nós – a menor, porém determinante, unidade de

<sup>3</sup> A intenção por trás da alteração dos termos é unicamente tornar a compreensão das referências mais didáticas. Nomenclaturas relacionadas à tecelagem relacionam-se diretamente ao contexto de Galópolis e seus atores, conforme será aprofundado posteriormente. Da mesma forma, o conceito de “ator” também será substituído pelo “agente”, por ser o conceito utilizado durante toda a pesquisa-ação realizada com os moradores do bairro, aplicado de forma a estimular a “ação”.

uma trama territorial – são os agentes que atuam sobre um espaço, transformando-o em território (que não é somente físico, mas sobretudo político); cada uma das linhas representam as intenções e ações dos agentes que relacionam-se com outros agentes, estabelecendo relações de poder e representando sua atuação em uma dinâmica social; e a rede, por sua vez, é a representação desta dinâmica social, da conjunção de nós e linhas, que também infere sobre elas. Em outras palavras, o território só pode ser assumido como tal quando há inferência humana e, mais do que isso, quando há interação entre seus semelhantes e diferentes, dispostos de forma rizomática.

A representação proposta aqui é, portanto, um conjunto definido em relação aos objetivos de um ator. Não se trata, pois, do "espaço", mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação. Esses sistemas de tessituras, de nós e de redes organizadas hierarquicamente permitem assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído. Permitem ainda impor e manter uma ou várias ordens. Enfim, permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder (RAFFESTIN, 1993, p. 147-151).

Raffestin (1993, p. 152) aponta as “representações” como produto das relações processuais de poder inerentes ao território, como a sua tradução imagética. Sendo que “as ‘imagens’ territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, [e] é decifrando-as que se chega à estrutura profunda”: seus limites reticulares e zonais. As representações, de tal forma, estão intimamente ligadas aos outros dois conceitos que completam a tríade territorial: “territorialidade” e “territorialização” – que, não coincidentemente, apresentam muita semelhança com outro conjunto de conceitos muito importantes para esta pesquisa-ação – museália-musealização-musealidade (STRÁNSKÝ *apud* BRULON, 2017; GUARNIERI, [1981] 2010), que será desmembrado nos próximos capítulos.

Corroborando para o aprofundamento desta teoria, Marcos Aurélio Saquet (2009), apresenta a territorialidade como “[...] mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita nas ações sociais” (p. 87) de agentes de um mesmo grupo social ou de grupos distintos. Assim, a territorialidade está expressa na imposição de limites físicos e/ou barreiras simbólicas que contingenciam as



identidades territoriais (conceito postulado por Haesbaert, que será aprofundado nas próximas páginas) de forma (i)material – processo este chamado de territorialização.

Saquet (2009) continua, pontuando que as continuidades e descontinuidades da territorialidade no tempo e no espaço são as responsáveis pela atribuição do “sentir-se parte”<sup>4</sup>: uma percepção construída de forma multiescalar (pela circulação, comunicação e dominação do e pelo poder político, econômico e cultural), que conflui na territorialização (e vice-versa). Para ele (p. 83),

A territorialização constitui e é substantivada, nesse sentido, por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais, plurais e estão em unidade. A territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das identidades.

De forma geral, ressalta-se que a tríade território-territorialização-territorialidade é socialmente construída e intrinsecamente autogestionária. Esta gestão, todavia, não pode ser compreendida de forma isolada: é necessário aprofundar as dimensões de apropriação e dominação de seus agentes dentro das escalas de poder supracitadas, pois ao mesmo tempo em que o agente constrói o território, o território o constrói. Por isso, ao longo deste capítulo serão aprofundadas algumas das características da construção da multidimensionalidade de Galópolis sob o ponto de vista da História, da Sociologia e da Antropologia.

No subcapítulo “Costurando o território-rede: (des)enquadrando as Histórias de Galópolis” (2.1), propõe-se um levantamento bibliográfico atento às representações dos sujeitos locais, buscando identificar e contextualizar como se deu o enquadramento da memória (POLLAK, 1992) e da História operária em Galópolis pela historiografia regional sob a ótica de diferentes paradigmas – como a História econômica, política, cultural e crítica. Já no subcapítulo “Alinhando as identidades territoriais: a construção da(s) comunidade(s)” (2.2), serão analisadas fontes primárias sob a ótica da Sociologia e da Antropologia, por meio da pesquisa documental, otimizando as discussões sobre as (multi)identidades territoriais das comunidades de Galópolis.

---

<sup>4</sup> Augé (1997) traz o paradoxo do “lugar” e do “não-lugar” na “supermodernidade”, que conflui com a conceituação de “comunidade e extraterritorialidade” de Zygmunt Bauman (2003) e do “mito da desterritorialização” na multiterritorialidade, de Rogério Haesbaert (2004).

Assim, mais do que questionar a atribuição genérica de “território” como a já citada *terra-territorium*, este capítulo reflete sobre como o território de Galópolis se relaciona com *terreo-territor*: ele foi constituído de e por nós (substantivo e pronome) bem atados, mas por linhas e redes dinâmicas que ora são esgaçadas e rompidas, ora são remendadas, desatando os nós que os sustentam. Esta dialética entre ideia e matéria que, por vezes associada a um rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1997), por vezes à uma raiz, evidencia que o tecido é mais bonito quando visto de fora. Por isso ele é vendido a altos preços.

## 2.1 Costurando o território-rede: (des)enquadrando as Histórias de Galópolis

*Como tampouco sabia  
Que a casa que ele fazia  
Sendo a sua liberdade  
Era a sua escravidão.*

(Vinicius de Moraes - Operário em Construção)

O território de Galópolis passou a ser circunscrito na historiografia regional a partir das primeiras publicações feitas sobre a História de Caxias do Sul, cidade onde se situa. Estas produções foram tardias e consistiam, em um primeiro momento, em um álbum comemorativo alusivo ao Cinquentenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, celebrado no ano de 1925, construídos pela intendência de forma descritiva, com função estritamente comemorativa. Vinte e cinco anos mais tarde, em 1950, a então municipalidade organizou outro álbum, que até hoje é tido como uma das fontes históricas mais consultadas para compreender os discursos inerentes à colonização (HERÉDIA; PAVIANI, 2003). Em ambas as compilações oficiais, prezou-se pelo enaltecimento da figura do “europeu desbravador”, que chega em “terras selvagens” e as colonizam a partir do zero – tendência de valorização humanista latina<sup>5</sup>.

Essa postura tipicamente positivista dentro da historiografia foi responsável por orientar as produções posteriores feitas por João Spadari Adami, que redigiu densos volumes publicados ao longo das décadas de 1960 e 1970, os quais descreviam o

---

<sup>5</sup> O humanismo latino é um conceito cunhado no bojo das produções historiográficas, filosóficas, sociológicas e linguísticas, referindo-se à valorização do ser humano – e neste caso, de origem latina – nas diferentes esferas do conhecimento.

desenvolvimento da Região Colonial Italiana (RCI) do ponto de vista econômico, sem, todavia, expressar uma análise aprofundada sobre estes “marcos históricos”. Cabe ressaltar que estas pesquisas foram financiadas por Júlio João Eberle, uma importante personalidade da indústria metalúrgica caxiense que é considerada um expoente da imigração para a região – fator que justifica a tendência empregada nestas obras. Após o falecimento de Adami, seus arquivos – em sua grande maioria, documentos públicos – tornaram-se posse do município e até hoje servem de fonte para pesquisas no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA). Foram estes documentos, somados a outros adquiridos pelo município de Caxias do Sul por meio de doações espontâneas ou aquisição de acervos expressivos, que deram o escopo às pesquisas subsequentes.

Dentre estas, seguindo uma linha econômica e política da História traçada por Adami, encontram-se a tese de Vania Beatriz Merlotti Herédia (“Processo de Industrialização da Zona Colonial Italiana”, de 2017<sup>6</sup>) e a vasta produção de Mario Gardelin e Rovílio Costa, com enfoque na “Colônia Caxias: origens” (1993), que são utilizadas de forma crítica neste capítulo juntamente com as obras de Loraine S. Giron (sobretudo o livro “Caxias do Sul: Evolução Histórica”, de 1977), de Roberto R. F. do Nascimento (a dissertação “A Formação Urbana de Caxias do Sul”, de 2009), de Marlos Ferri (dissertação “Tecendo uma História: a Cooperativa Têxtil Galópolis”, defendida em 2018) e de Daniela Ketzner Milano (“Uma Vila Operária na Colônia Italiana: o caso Galópolis”, de 2010).

É importante ressaltar que a análise destas obras não busca tecer uma crítica anacrônica ao período de sua redação, mas sim apontar a tendência historiográfica que marcou grande parte das produções locais, sobretudo a partir de 1975, ano em que houve uma grande valorização da história de Caxias do Sul como uma forma de “retorno às origens”, própria de períodos comemorativos e do que Hartog (2014) denomina como atmosfera de crise do regime de historicidade, Bauman (2003) como desengajamento da modernidade líquida e Haesbaert (1997) como desenraizamento

---

<sup>6</sup> A prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vania Herédia foi uma das primeiras historiadoras a se debruçar sobre Galópolis como objeto de estudo. A obra em questão foi sua tese de doutorado em História das Américas escrita em italiano e defendida em 1992 na Universidade de Gênova, sendo traduzida e editada como livro pela Editora da Universidade de Caxias do Sul em 1997 (HERÉDIA, 2017). Galópolis tem se circunscrito como estudo de caso para compreender o processo de industrialização da zona colonial italiana sob a ótica da História Econômica e Empresarial em diversas publicações da pesquisadora, que em 2017 publicou a segunda edição ampliada desta importante referência bibliográfica. Minhas primeiras incursões sobre a história local foram mediadas por ela e, por isso, esta nota se faz importante, inclusive de forma a agradecer toda sua contribuição à minha trajetória.

e desterritorialização dos territórios identitários. Foi também a partir deste período que as primeiras ações de salvaguarda do patrimônio cultural do Município começaram a ocorrer, corroborando para a tese apresentada anteriormente e que será aprofundada nos próximos capítulos.

Sendo o território dissonante e polifônico – por vezes, cacofônico –, também o é o campo da Ciência, dotado de rupturas em sua trama, apresentando-se como um rizoma Deleuze-Guattariano. Embora a maioria das pesquisas sobre Galópolis ressaltem o papel do imigrante “empreendedor” para a formação de Caxias do Sul, outras buscam desconstruir estas questões, alternando o olhar acerca dos sujeitos da História oficial ao apontar o papel fundamental desempenhado pelas camadas até então subalternizadas. O deslocamento do ponto de vista de cima para baixo – própria da linha teórica materialista histórico-dialética, da “História vista de baixo” e da História Cultural –, fez com que as figuras dos trabalhadores de Galópolis se tornassem protagonistas do movimento de transformação da sua realidade, perspectiva esta reproduzida em duas obras basilares que fundamentam esta pesquisa: “Mulheres sem Rosto” (1998), de Maria Abel Machado e “O mundo é Nossa Pátria” (1999), de Antonio Folquito Verona.

Mas existem ao menos dois aspectos que convergem entre as análises dicotômicas: Galópolis foi construída inicialmente por imigrantes italianos que acabaram por desenvolver a primeira indústria têxtil da RCI. Por isso, faz-se necessário contextualizar ambos os processos, de imigração e de industrialização, diante das múltiplas perspectivas já elencadas e todas as produções citadas, que ressaltam o papel do Estado – tanto brasileiro quanto italiano – para o desenvolvimento destes movimentos que culminaram com a ocupação do território-rede hoje denominado Galópolis (FERRI, 2018; GARDELIN E COSTA, 1993; GIRON, 1977; HERÉDIA, 2017; MACHADO, 1998; MILANO, 2010; NASCIMENTO, 2009; VERONA, 1999).

O panorama italiano via a imigração como uma saída para a resolução de uma série de problemas políticos, econômicos e sociais, conforme aponta Giron (1977, p. 19-20),

Durante as guerras da unificação, e até 1919, a situação do Norte da Itália era bastante difícil. [...] A Itália sofria com a falta de capital. A nascente Revolução Industrial não podia florescer no país sem sua existência. Além disto, o capital se encontrava nas mãos de poucos, que não se dispunham a empregá-lo em novas indústrias [e quando o faziam, remuneravam seus

trabalhadores de forma insuficiente]. [...]. À miséria somava-se a displicência das autoridades constituídas e a falta de mobilidade social. O surto demográfico veio agravar a situação, não havia esperanças de melhorias, a esperança era a emigração.

Já no Brasil, ainda segundo Giron (1977), a conjuntura do último quartel do século XIX era distinta à italiana. A extinção do tráfico de pessoas escravizadas em 1850 e a pressão externa acerca da abolição da escravidão suscitou debates em torno da problemática da consequente ausência de uma mão-de-obra que atendesse as premissas da política econômica do café-com-leite ainda vigente. Assim, surgiu a necessidade de incorporar um trabalhador livre, barato e especializado que além de trabalhar nas terras em desenvolvimento – principalmente na zona da cafeicultura –, poderiam ocupar as terras devolutas do Estado, e “branquear” a população brasileira, que segundo dados de 1800, “[...] possuía apenas um terço de sua população branca” (GIRON, 1977, p. 21), o que ia contra as doutrinas higienistas do período. A combinação destes fatores originou o processo imigratório oficial que não se restringiu somente a italianos, trazendo à extensão devoluta também açorianos e alemães no início do século XIX, bem como os embates.

O espaço que compreende Galópolis contemporaneamente fazia parte da zona do nordeste do Rio Grande do Sul destinada à colonização de terras por imigrantes majoritariamente italianos. Estes espaços, a partir da ótica lançada pela Lei de Terras de 1850 (NASCIMENTO, 2009) não possuíam proprietário, e sua ocupação restringia-se à povos originários e estadias temporárias de tropeiros que cruzavam o território no intuito de chegarem a Porto Alegre ou aos campos de cima da serra, “[...] sendo consideradas, de tal forma, ‘inabitadas’, ‘selvagens’ e ‘improdutivas’” (ERLO, 2019, p. 25) – mesmo que diversas fontes comprovem o contrário.

Segundo Herédia (2017), em 1890 já existiam em torno de 56 famílias estabelecidas entre os lotes coloniais número 11, 12 e 13 do Travessão Barata Góes da Quarta Léguas, os lotes 70, 71 e 72 do Travessão Santa Rita na Terceira Léguas e parte nos lotes da Quinta Léguas, os 43, 44, 45 do Travessão Solferino (conforme ilustra a figura 8). Este entremeio recebeu diversos nomes não-oficiais ao longo dos diferentes períodos de ocupação, todos fazendo clara referências às condições geográficas acidentadas que compunham a paisagem. Dentre os que mais se destacaram situam-se Cascata da Quarta Léguas, Desvio de Morro, *Le Machine* e, o mais conhecido, *Vale del Profondo* – o vale profundo. O nome “Galópolis” foi

incorporado anos mais tarde, por meio do Ato nº 14 da Intendência Municipal de Caxias do Sul, de dois de fevereiro de 1914, que

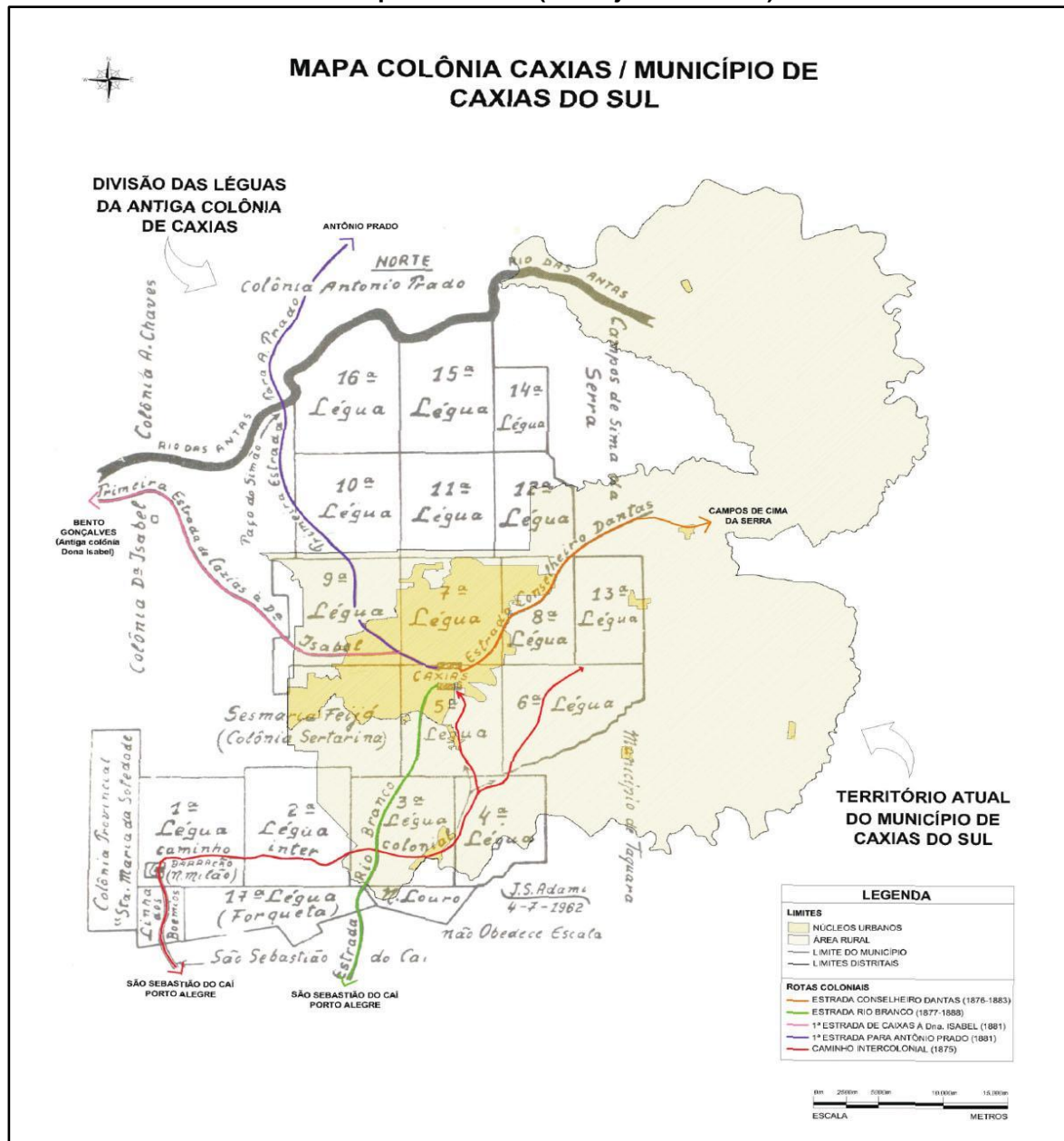
[...] nesta data, o Coronel José Penna de Moraes, intendente de Caxias, no uso de suas atribuições e com a autorização do Conselho Municipal considerou: a) ser demasiado extenso o 1º distrito municipal, de sorte a dificultar a boa marcha do serviço público; b) constituir o povoado ‘Galló’, na fábrica de tecidos da firma Chaves Almeida & Cia., um aglomerado de população proletária que tende a aumentar cada vez mais; c) ser dificultoso a essa população vir à sede, constantemente para os atos da vida civil; d) ficar mais bem assegurada a ordem pública, com a residência permanente de um sub-intendente, resolve: Artigo 1º: Fica criado mais um distrito municipal com a denominação de quinto, tendo por sede o citado povoado ‘Galló’ e com as divisas designadas no presente ato e autorizadas pelo Conselho Municipal [...]. (HERÉDIA, 2003, p. 119).

A nova nomenclatura, oficializada justamente no período em que Hércules Galló, imigrante italiano investiu seu capital financeiro em “seu povoado”, desempenhava a função de vice-intendente junto a Penna de Moraes. Isto auxiliou na construção do mito em torno de sua personalidade, tida desde então como fundador da localidade – o que corroborou para o apagamento histórico das presenças anteriores. Mas além disso, o Ato administrativo em questão também reforça o perfil de ocupação do território-rede de Galópolis, composto majoritariamente por uma população proletária em expansão, que enfrentava dificuldades na locomoção ao centro da Intendência. Logo, “[...] as características geográficas da região seriam responsáveis por criar uma espécie de imobilidade e distanciamento do resto da Colônia” (ERLO, 2019, p. 28), que corroborariam na construção de uma fronteira simbólica de distinção entre “o nós” e “os outros” (BAUMANN, 2003)<sup>7</sup>, conforme aponta a sobreposição da figura 5.

---

<sup>7</sup> Como será aprofundado no item “2.2 Alinhavando as identidades territoriais: o patrimônio industrial a manutenção da(s) comunidade(s).”

Figura 5 - Mapa atual de Caxias do Sul desenhado sobre a Planta Geral da Colônia Caxias de João Spadari Adami (04 de julho de 1962)



Sobreposição de mapas da antiga colônia e do território atual do Município de Caxias do Sul. Fonte: "Projeto Victor: Valorização do turismo integrado à identidade cultural dos territórios (Programa URB-AL)", 2007, p. 68.

Em 1894, uma nova leva de imigrantes foi destinada ao vale profundo, oriundas de uma região com características geográficas e econômicas muito próximas às encontradas no novo lar: Schio – uma comuna italiana que, “[...] no período proto-industrial já havia se estabelecido como o distrito têxtil líder da República de Veneza, durante o século XIX progrediu mantendo a vanguarda da modernização industrial da Itália” (FONTANA, MARTINS, 2012, p. 7). Localizada na região do Alto Vicentino, na

província de Vicenza, é cortada pela *Roggia Maestra*, importante canal artificial que parte do curso d'água *Leogra* e responsável pela geração de energia elétrica às primeiras indústrias têxteis ali criadas. Dentre estas, situam-se o *Lanificio Conte*, o *Lanificio Cazzola* e o *Lanificio Rossi*, amplamente descritas nas publicações em italiano e inglês de Baggio (2014), Ricatti, Sassi e Sassi (2013), Fontana (1983-1985) e em português de Adami (1963), Fontana e Martins (2012), Ferri (2018), Giron (1977), Herédia (2003), Herédia e Fontana (2018), Lopes (1987), Thompson (1998) e Verona (1997) – bibliografias que contextualizam este tópico e acentuam o caráter paternalista presente nestes empreendimentos e que posteriormente seriam incorporados também em Galópolis.

Segundo Ricatti, Sassi e Sassi (2013), em consonância com Fontana (1985), os lanifícios de Conte e Cazzola auxiliaram na caracterização de Schio como unidade industrial, mas o personagem que mais recebeu destaque pela historiografia regional foi Alessandro Rossi. Filho de Francesco Rossi – fundador das Indústrias Rossi em 1817, mesmo ano que Schio alcança o título de comuna –, ele é tido pela historiografia como responsável pela modernização da indústria italiana, uma vez que a fábrica herdada, a partir da sua gestão “[...] *può essere a tutti gli effetti considerato un modello per le fabbriche tessili del XIX secolo in ambito nazionale, e ha subito alcune variazioni nel corso del tempo*” (BAGGIO, 2014, p. 31)<sup>8</sup>. Dentre estas modernizações situam-se as administrativas – sobretudo a transição para o modelo de sociedade anônima por ações – e as estruturais – como a ampliação do parque fabril com a construção da *Fabbrica Alta* e de uma série de estruturas próprias do modelo de vila operária ou “*company town*” que, segundo Fontana e Martins (2012, p. 4), “[...] são formadas por uma interligação entre empresa, cultura técnica, território e constituem um ponto estratégico para a compreensão da filosofia social subjacente à história da relação entre os grupos empreendedores e a classe trabalhadora.”.

Podemos citar como exemplo dessas construções sociais o próprio *Quartiere Operaio* e a *Nuova Schio*, espaços de habitação onde mais de mil e quinhentos operários viviam, divididos em quatro modalidades distintas de residências de acordo com o cargo ocupado. O *Asilo Rossi*, a *Scuola Convitto Di Pomologia*, o *Asilo Infantile* e *Scuole Elementari Comunali*, criados na década de 1870 diante da necessidade de qualificação da mão de obra dos filhos dos operários, também são obras que se

---

<sup>8</sup> Em tradução livre feita pela autora: “pode ser considerada a todos os efeitos um modelo para as fábricas têxteis do século XIX no âmbito nacional, sofrendo algumas variações no curso do tempo”.



inserir nessa dinâmica industrial paternalista. O *Teatro Civico* e o *Giardino Jacquard* cumpriam a função de lazer e sociabilidade, junto com a *Chiesa Di S. Antonio Abate* e o *Duomo Di San Pietro* – construídos pelo arquiteto Antonio Caregaro Negrin, que também surge como um grande nome dentro de Schio –, onde o culto religioso também era utilizado para a manutenção do controle fabril, junto com os monumentos que representavam, sobretudo, o próprio patrão – que aparece no *Monumento ad Alessandro Rossi* –, mas também a versão idealizada do operário – como é o caso do *Monumento al Tessitore*<sup>9</sup>.

É importante ressaltar que todos estes elementos constituem o *Percorso Archeologia Industriale*, museu de percurso criado pelo Prof. Dr. Giovani Luigi Fontana e mantido pela Comuna de Schio (ERLO, 2021). Desde 2001 a região integra a *Rete Museale Alto Vicentino* – composta por instituições museais voltadas aos eixos da Arqueologia e História, Arte, Etnografia, Natureza e Ciência, Patrimônio Industrial e Grandes Guerras – e, segundo a página online desta organização<sup>10</sup>, o museu criado em Schio nesta data era denominado “*Ecomuseo dell'Archeologia Industriale*”. Fato é que, independentemente de sua nomenclatura, averiguando seus marcos expográficos por meio da metodologia da análise do conteúdo (BARDIN, 1977), percebe-se a clara referência feita pela gestão do museu-percurso à proximidade da Museologia Social, ao instaurar a valorização da memória do trabalho, a participação comunitária e a própria terminologia como pilares da proposta – embora sua aplicação possa ser questionada devido à baixa adesão da comunidade na gestão do projeto.

Retornando às questões pragmático-conceituais, para Thompson (1998, p. 32), o paternalismo envolve “[...] implicações de calor humano e relações próximas que subentendem noções de valor. Confunde o real e o ideal”, e os conflitos internos são supridos por obras de cunho assistencial, como as já citadas. Parafraseando Lopes (1987), o objetivo principal de existência destas estruturas é a imobilização da mão de obra, o que significava menos custo com deslocamento, obrigando os operários a permanecerem na empresa até quitarem suas dívidas pela utilização destes serviços, mas além disso, garantia a submissão e o controle sobre os trabalhadores, moldando-os ideologicamente e tecnicamente de acordo com as necessidades do capital.

---

<sup>9</sup> Ainda, ao pesquisar o site oficial sobre o turismo em Schio (<https://www.visitschio.it/>), o mesmo museu é denominado “*Percorso Archeologia Industriale*”, pelo menos desde 2019 – há um hiato de fontes sobre esta transformação terminológica.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.museialtovicentino.it/>. Acesso em 19 de dezembro de 2021.

Corroborando para esta teoria, Herédia e Fontana (2018, p. 3) fazem uso das publicações feitas pela *Associazione Scledense Giornalisti e Scrittori* ao apontar que as organizações proletárias “[...] ameaçam os Rossi e os obrigam a promover um extraordinário processo de integração social com a fábrica-instituição, seguido e imitado por diversos industriais de outras cidades”.

Porém, as greves organizadas no Lanifício Rossi (figura 6), que ocorreram principalmente em dois momentos, 1873 e 1890-1891, representaram verdadeiras rupturas na “aparente paz social” (VERONA, 1997, p. 4). Ainda segundo Herédia e Fontana (2018, p. 3) “[...] a greve era uma forma que os operários tinham de defesa do ideário político pelo qual lutavam e também uma forma de se organizarem para enfrentar as mudanças pelas quais estavam passando dentro da fábrica”, estas, originadas pela transformação da indústria em questão em sociedade anônima, com inserção de capital estrangeiro – principal motivo desencadeador do levante de 1873 – e a incorporação de tecnologias que ocasionaram desemprego estrutural e a consequente redução salarial em 23%, desencadeada a partir de 1890 – tudo isso em meio à crise agrária de um país recém unificado. No dia 17 de fevereiro de 1891, os operários – que na ocasião paralisaram mais de doze mil fusos – marcharam pela *Via Palestro*, tornando Schio uma “cidade vermelha numa província branca” (VERONA, 1997, p. 2). Este foi o ápice da organização proletária, que não foi bem recebida pelos Rossi. Depois do episódio, “[...] foram reunidos no pátio da fábrica onde o ‘Conde Rossi’ havia cercado o local com guardas, perdoando os casados, mas aos solteiros deu-lhes duas alternativas: *o gallera o Brasile!*” (ADAMI, 1963, p. 377).

**Figura 6 - Fachada da Fábrica Alta do Lanifício Rossi**



Fachada do prédio da Fábrica Alta do Lanifício Rossi, em Schio. Autor: não identificado. Data: não identificada. Fonte: Acervo do coletivo Arqueologia Industrial. Disponível em: [https://archeologiaindustriale.net/935\\_la-citta-di-schio-e-il-lanificio-rossi-in-veneto/#prettyPhoto\[gallery\]/0/](https://archeologiaindustriale.net/935_la-citta-di-schio-e-il-lanificio-rossi-in-veneto/#prettyPhoto[gallery]/0/). Acesso em: 16 nov. 2021.

308 operários foram expulsos do lanifício e conseqüentemente do país, chegando ao Brasil. Destes, 28 foram enviados através da Comissão de Colonização aos galpões da Terceira Légua, no nordeste do Rio Grande do Sul, onde foram redirecionados à Capela da Maternidade, na Quinta Légua, ainda em 1891, com o objetivo de colonizar as já citadas terras devolutas do Estado. Ali compraram (por meio de prestações à longo prazo) seus lotes de terra em um “[...] cenário que parecia o mesmo, apesar da mata virgem; entretanto, era cercado de morros e não era propício à agricultura” (HERÉDIA, FONTANA, 2018, p. 4), estabelecendo-se.

Vendo a já citada semelhança com o seu local de origem, “[...] em 1894, a ideia de fundar um lanifício semelhante àquele deixado na Itália começou a surgir entre esse grupo de imigrantes [...]” (ADAMI, 1963, p. 262), que em 1898 efetivou-se com a criação da cooperativa *Società Tevere e Novità* (figura 7), a primeira cooperativa têxtil da Região Colonial Italiana (RCI) – que teve cinco imigrantes grevistas como representantes em um primeiro momento, conforme consta na figura 8.

Figura 7 - Lanifício Societá Tevere e Novità em 1903



Primeira foto do Lanifício Societá Tevere e Novità. Na moldura frontal lê-se "Ao prezado amigo Orestes Manfro que vendo nesta photographia, [...] da fábrica / de Galópolis, [...] / em 23.5.1925. Alceu Barbedo". Lê-se no verso: "Exterior da Fábrica de Tecidos / em Caxias situada na 5ª Légua / e distante da villa duas legua / e meia / 10-3-903". Autor desconhecido. Data: 10 de março de 1903. Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Segundo a carta escrita por Giuseppe Formolo – um dos 28 cooperativados no primeiro lanifício – aos seus pais na Itália em 1897 (HERÉDIA, 2017, p. 124),

*[...] Abbiamo mandato in Europa a comprare una macchina e posta qua ci è venuta a costare 28.000 fiorini ed ora l'abbiamo messa in opera ed è distante da me 1 ½ ora, la va ad qua, la casa lo fatta io, cioè sono stato capo d'uomini soltanto a segnare ed i altri a mettere a posto, la casa é de 40m, di larghezza e 40 di lunghezza con 38 finestre di 120 per 160 cm.rna si aveste da vedere adesso il concorso della popolazione per vedere questa macchina é un sproposito, fino ieri l'altro sono pure statto segretario di questa canceleria, ed adesso mi hanno dimesso da questo impiedo e mi hanno meso capo della comissione la sittura si chiama (Novità) e la societá si chiama Tevere cioè il nome del fiume che pasa per Roma, entro 2 mesi spero che si dara principio al lavoro di tessitura. [...].<sup>11</sup>*

<sup>11</sup> Em tradução livre feita pela autora: "[...] Enviamos à Europa para comprar uma máquina que veio a custar 28.000 'fiorini' e agora a colocamos no lugar, que fica há uma hora e meia de distância de mim [...] eu fiz a casa, ou seja, eu mesmo fiz dos homens apenas para ensinar os outros a colocá-la no lugar [...] a casa é de 40 metros de largura e 40 metros de comprimento, com 38 janelas de 120 por 160cm. Você tinha que ver agora o alvoroço da população para ver essa máquina, é um exagero, até ontem o outro secretário 'desse' chanceler, e agora eles me demitiram deste [impiedo] e me tornaram 'meio-chefe' da comissão que na situação se chama (Novità) e a sociedade se chama Tevere que é o nome do rio que passa por Roma [...] dentro de dois meses, espero que o trabalho de tecelagem comece.

**Figura 8 - Representantes da cooperativa do Lanifício Società Tevere e Novità**



Representantes do Società Têvere e Novità, oriundos (Lanifício Rossi) de 1881. Em pé da esquerda para a direita: José Comerlato e José Berno; sentados: José Casa, José Bolfe e João Batista Mincato. Autor: não identificado. Data: segunda metade da década de 1890. Fonte: Instituto Hércules Galló.

Mesmo que o lanifício despertasse a atenção dos habitantes locais e, em um primeiro momento, por ser a primeira indústria têxtil da RCI, tenha se saído relativamente bem em sua receita, veio a falir ainda na primeira metade da década de 1910. Isto aconteceu pois, neste período, o Rio Grande do Sul começou a adquirir certa importância no cenário industrial nacional pela sua produção de matérias primas que estimulava principalmente a tecelagem – de tal forma, muitos lanifícios (que utilizavam a lã da ovelha, criada extensivamente nas regiões mais planas do Estado) começaram a se desenvolver na Região e, conseqüentemente, devido à grande oferta e pouca procura, muitos desses empreendimentos acabaram falindo – como é o caso da *Società Tevere*, dos primeiros operários que ocuparam o *Vale Profondo*. Assim, pode-se afirmar que, diante do que foi exposto previamente, a cooperativa foi criada aliando os interesses coletivos dos seus criadores com sua ideologia, mas o desenvolvimento de lanifícios de capital aberto sobretudo na porção meridional do Rio

Grande do Sul tornou a concorrência desparelha, culminando com a sua falência no ano de 1904.

Conforme apontei em trabalhos anteriores, (ERLO, 2019, p. 34), “[...] é neste cenário de crise da indústria precursora da tecelagem na região que entrou em cena a já citada figura de Hércules Galló” (figura 9, hoje visto como empreendedor e patriarca da região que assumiu como sua. Filho de um industrial da área têxtil na cidade de Biella, na região italiana de Piemonte, emigrou para o Brasil em 1899 com sua esposa Edwige Strona (figura 9) e dois filhos (Olga e Renato Galló), já com o poder aquisitivo advindo da venda da porção do parque fabril que recebera de herança do falecido pai na sua cidade natal. De tal forma, Galló não foi o único responsável pelo desenvolvimento econômico da região, conforme a construção do mito em seu entorno tentou solidificar, bem como também não veio somente “com a roupa do corpo” – romantização narrativa fomentada para corroborar à tese da “ascensão do empreendedor europeu”.

**Figura 9 - Edwige Strona e Hércules Galló em 1915**



Edwige Strona Galló e Hércules Galló durante a comemoração de 25 anos de casamento. Autoria: não identificada. Data: 1915. Fonte: Instituto Hércules Galló.

Na verdade, a ascensão da família Galló se deu para além da sua atuação no setor industrial têxtil, graças à sua expressiva participação no cenário político. Hércules Galló integrou a Diretoria da Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul

(1914), foi Vice Intendente no mandato do Coronel José Pena de Moraes (1912-1916) – assumindo a Intendência em um dos períodos de ausência de Moraes –, nomeado Tenente Coronel Comandante do 85º Batalhão da Reserva da Guarda Nacional da Comarca de Caxias do Sul no Estado do Rio Grande do Sul (1913) e representou a RCI na Assembleia Legislativa do Estado. Segundo Herédia (2003, p. 51),

Hércules Galló, eleito Deputado à Assembléia dos Representantes do Estado, foi o primeiro Deputado representante da região colonial italiana, na vigência do Partido Republicano Rio-grandense. A matriz política deste partido era positivista e defendia idéias republicanas. [...].

Porém, cabe ressaltar que a presença deste partido, o PRR, na cidade tem origens mais complexas. Caxias do Sul, conforme aponta Loraine Slomp Giron (2017), tornou-se um importante núcleo fascista fora da Itália no auge dos ideais de Mussolini, sendo a Sociedade de Mútuo-Socorro Príncipe de Nápoles um conglomerado de imigrantes tutelados pelo fascismo com o objetivo de expandir a *italianità*. Sabe-se que muitos industriais da cidade tiveram sua vinda ao Brasil tutelada e, embora não se tenha esta informação relacionada à família Galló, sabe-se que ela participou ativamente da vida da Príncipe de Nápoles juntamente com estas personalidades do *fascio*.

Com a ascensão do Estado Novo e, sobretudo após a declaração brasileira de apoio aos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, houve grande perseguição a qualquer manifestação fascista em solo brasileiro – e isso fez com que os ideais do Partido Nacional Fascista (PNF) fossem incorporados ao já citado PRR em Caxias do Sul. Giron (2017) afirma que “[...] a burguesia [...] vinculou-se às atividades políticas do PNF, em nível internacional, mas manteve a atividade regional vinculada ao PRR” (p. 247), fazendo a *italianità* circular mesmo diante de sua proibição.

Aliando esta informação à de que o filho, Renato Galló (figuras 10 e 11), era um “*camisa nera*”, tendo combatido na Primeira Guerra Mundial a favor da Itália, apoiado a ditadura franquista na Espanha durante a ascensão dos regimes totalitários e a invasão da Etiópia durante a Segunda Guerra (HERÉDIA, 2003) – sendo reconhecido como um dos homens de confiança de Mussolini e morrendo durante a fuga da Itália ao fim do conflito –, pressupõe-se que a proximidade dos ideais fascistas tornaram a família Galló ainda mais influente na região.

**Figura 10 - Documento de filiação de Renato Galló ao PNF**



Carteirinha de filiação de Renato Galló ao Partido Nacional Fascista Italiano, datada e assinada em 3 de dezembro de 1923. O documento indica que Renato filiou-se ao *fascio* da comuna de *Valle San Nicolao*, no interior da província de Biella, e que jurou “*di eseguire senza discutere gli ordini del Duce e di servire con tutte le mie forze e se è necessario col mio sangue, la causa dela Rivoluzione fascista*”. Data: 3 de dezembro de 1923. Fonte: Acervo do Instituto Hércules Galló<sup>12</sup>.

**Figura 11 - Renato Galló durante a Segunda Guerra Mundial**



Renato Galló posando para um dos vários registros feitos durante sua atuação como militar do alto escalão fascista. Ao fundo, os Alpes Suíços. Data: Primeira metade da década de 1940. Autoria: não identificada. Fonte: acervo do Instituto Hércules Galló.

<sup>12</sup> Em tradução literal feita pela autora, ao ser signatário do documento, Renato Galló afirmou jurar “seguir sem discutir as ordens do Duce e de servir com todas minhas forças e se necessário com meu sangue, à causa da Revolução fascista”.



De toda forma, sua contribuição para o desenvolvimento industrial de Caxias do Sul, juntamente com a de outros empresários tutelados pelo *fascio*, é inegável, conforme aponta Herédia (2003, p. 44):

[...] Hércules Galló se destaca industrialmente quando ingressa na Sociedade dos Italianos com um capital de mais de 100.000 liras, o que lhe permite assumir a direção da empresa. [...] Nesse período, a sociedade dos italianos cresce e adquire novos lotes de terras do Travessão Solferino, da família Comerlato. Em consequência desse crescimento, Hércules Galló compra a Cooperativa dos Italianos designando-a então de Companhia dos Tecidos de Lã. Dirigiu esta atividade econômica juntamente com sua esposa. Em 1908 é visto “como um diretor ativo e capaz, tomando conta da parte comercial”.

A transferência do lanifício para o centro do território onde hoje é Galópolis teve duas grandes motivações: o lote que havia comprado na Quarta Légua é ladeado pelo Arroio Pinhal que desemboca na Cascata Véu de Noiva, possibilitando geração de energia hidrelétrica; a nova localização ficava estrategicamente posicionada em frente e em um patamar mais baixo em relação às suas residências<sup>13</sup> (figura 12) – construídas, respectivamente, em 1904 (moradia temporária) e 1908 (habitação planejada oficialmente)<sup>14</sup> –, garantindo a dominação simbólica sobre o operariado, composto, neste período, em sua maioria por ex-cooperativados, tanto dentro como fora do parque fabril.

---

<sup>13</sup> As duas casas são tombadas como patrimônio histórico do município de Caxias do Sul desde 2010 e foram restauradas, passando a abrigar, em 2012, o Instituto Hércules Galló, que serve como núcleo de implantação do projeto de musealização do território de Galópolis (BUENO, 2012), objeto de estudo desta pesquisa.

<sup>14</sup> Cabe destacar que a segunda casa (1908) foi planejada para ter em torno de 500m<sup>2</sup>, quinze cômodos e 4,20m de altura em seus dois pavimentos principais (IHG, 2012), despontando como elemento central da vila e estrategicamente localizada em um ponto mais alto que permite ampla visibilidade do parque fabril e, posteriormente, da vila operária

**Figura 12 - Fachada das residências da família Galló**



Vista da primeira residência da família Galló (à direita), construída em 1904, e da segunda (à esquerda), edificada em 1908 e tornada núcleo do Museu de Território de Galópolis a partir do ano de 2015. Autoria: não identificada. Data: não identificada. Fonte: Acervo Instituto Hércules Galló.

Galló, tomando a dianteira da Cia. dos Tecidos de Lã, passou a incorporar o capital advindo da venda da fábrica do pai e do montante juntado por meio da sua passagem pelas demais indústrias supracitadas, implantando no novo parque fabril uma série de inovações tecnológicas. Dentre as principais transformações trazidas pelo empreendedor situa-se a construção do primeiro alternador de energia elétrica da localidade junto à queda da Cascata Véu de Noiva (figura 13), o que trouxe a possibilidade de aumentar a produção com novos teares elétricos. O “Desvio de Morro”, de tal forma, recebeu energia elétrica antes mesmo do que o centro da Colônia Caxias, chamando a atenção de investidores externos à região. Ainda segundo Herédia (2003, p. 47), “[...] a atividade comercial de Hércules Galló levou-o a conhecer a Casa Comercial Chaves & Almeida, sendo que anos mais tarde [em 1912] o grupo [...] tornou-se sócio do empreendimento localizado no *Vale del Profondo* [...]”.

**Figura 13 - Usina hidrelétrica de Galópolis em 1916**



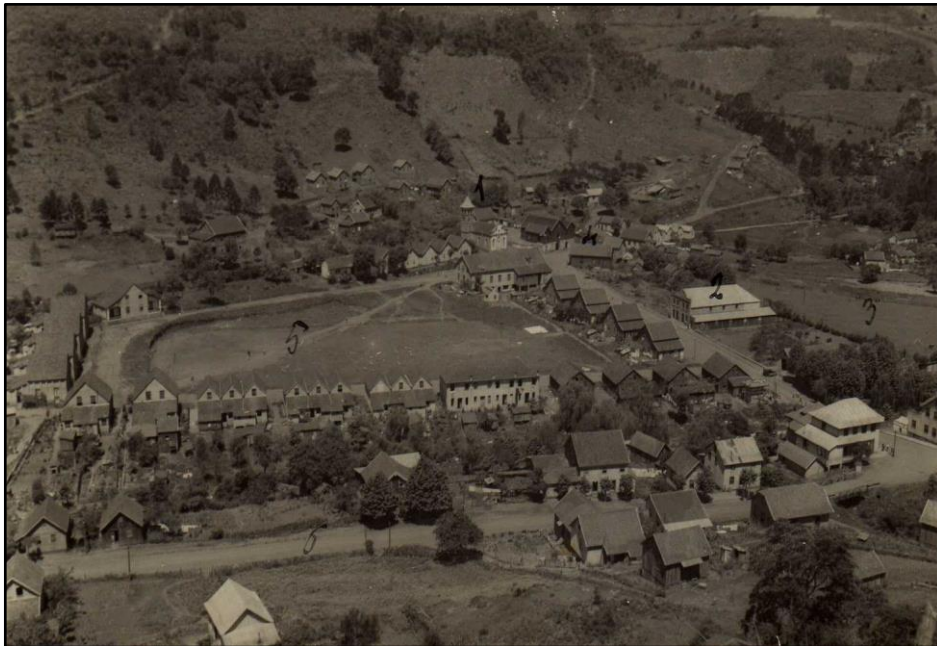
Grupo de homens, entre eles Hércules Galló (ao fundo), ao lado da usina instalada na queda d'água da Cascata Veu de Noiva. Autoria: não identificada. Data: 1916. Fonte: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Os Chaves & Almeida, comerciantes conhecidos a nível internacional, interessaram-se na fábrica da Quarta Légua e decidiram investir, tornando-se sócios no ano de 1912 – período que representou o auge da atividade comercial da empresa, que passou a se chamar Lanifício São Pedro. Foi neste período que, mesmo depois do falecimento de Galló em 1921 e a consequente saída da família dos negócios locais, as principais políticas paternalistas são tomadas em relação ao operariado, seguindo, inclusive, o modelo que os operários grevistas já estavam acostumados desde Schio: é iniciada a construção de uma vila operária (figura 14). Aqui, mais uma vez, quebra-se o discurso de que Galló fora o único a desenvolver a vida na vila operária, já que na memória coletiva – e enquadrada – dos moradores, a figura dos

gerentes suscitavam mais o “calor humano” paternalista do que a do patriarca que dá nome à territorialidade<sup>15</sup>.

Dentre os principais espaços de sociabilidade, imobilização e reprodução da mão de obra, para além das quase 180 habitações construídas no entorno da fábrica, situavam-se o Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos (figura 15), a Cooperativa de Consumo São Pedro Ltda. (figura 16), o Cinema Operário (figura 17), e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Distrito de Galópolis (ou SindiGal, representado na figura 18) – criado pelo próprio Lanifício a fim de impedir a organização independente. Esta finalidade fazia-se presente também em outros elementos “oficiais”, como os Colégios Manoela Chaves e Ismael Chaves (figura 19) e a Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia (figura 20) – segunda igreja da região, construída em 1947 para ostentar a “grandeza” da vila<sup>16</sup>.

**Figura 14 - Vila operária de Galópolis na década de 1910**



Vista da área central da vila operária, composta por um grande campo de futebol para o divertimento dos operários, ampliando sua capacidade produtiva, antes da construção da praça e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, em 1947. Autoria: não identificada. Data: década de 1910. Fonte: Associação de Moradores do Bairro Galópolis.

<sup>15</sup> Estas considerações serão retomadas adiante, quando os debates acerca do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos e da exposição “História(s) e Memória(s) do Círculo Operário” forem inseridos.

<sup>16</sup> Estes elementos fazem parte do projeto do Museu de Território de Galópolis que, como será abordado mais a frente, preocupou-se em preservar a materialidade em pedra e cal, isto é, bens culturais que retratam o discurso oficial do Lanifício como responsável pela organização da vila operária em Galópolis.

**Figura 15 - Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos entre 1957 e 1958**



Construção da nova sede social do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos, inaugurada em 1964, em frente à praça e à vila operária. Originalmente, o Círculo funcionava em um prédio de madeira desde sua fundação em 16 de novembro de 1929, que é destruído após a inauguração do novo prédio. Autoria: não identificada. Data: entre 1957 e 1958. Fonte: Instituto Hércules Galló.

**Figura 16 - Cooperativa de Consumo São Pedro em 1950**



Prédio do Lanifício São Pedro ligado ao Círculo Operário, onde situava-se a sede assistencial e a Cooperativa de Consumo São Pedro (na esquina) fundada em 24 de abril de 1939. A edificação inaugurada no final da década de 1940, também oferecia barbearia, mercearia, ambulatório e jardim de infância aos operários e seus familiares. Autoria: não identificada. Data: 1950. Fonte: Instituto Hércules Galló.

**Figura 17 - Cine-Operário na década de 1960**



Fachada do cinema pós-1965, quando vira propriedade da Mitra Diocesana sob a tutela do padre Angelo Mugnol, que manteve Victório Diligenti, antigo proprietário, como gerente até 1967. Originalmente construído em 1929, o prédio de madeira que abrigava as primeiras projeções principalmente de filmes de “bang bang”, recebe o revestimento de alvenaria que mantêm-se até hoje. Autoria: Maria da Graça Soares. Data: Segunda metade da década de 1960. Fonte: Jornal Pioneiro.

**Figura 18 - SindiGal em julho de 1951**



Comunidade do bairro e alunos do Grupo Escolar Paraná prestigiando a inauguração da nova sede própria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Galópolis, inaugurada em 1951 na então Av. Presidente Vargas, 901. Autoria: Studio Geremia. data: julho de 1951. Fonte: Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Galópolis (SindiGal).

**Figura 19 - Festejo eucarístico no Colégio Particular Chaves Irmãos em 1937**



Padre João Schiavo, com as crianças da primeira comunhão, ao lado do prédio do Colégio Particular Chaves Irmãos. À esquerda, João Laner Spinato, gerente do Lanifício São Pedro. Autoria: Sisto Muner. Data: 1937. Fonte: Foto Muner.

**Figura 20 - Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia na década de 1940**



Construtores da nova Igreja Matriz, também operários do Lanifício São Pedro, nos andaimes durante os últimos acabamentos na edificação. Autoria: Sisto Muner. Data: Segunda metade da década de 1940. Fonte: Foto Muner.

Os gerentes e contramestres, sobretudo Orestes Manfro e seu genro sucessor, João Laner Spinato – sendo os demais também apagados da historiografia local –, são destacados como as cabeças (pela autonomia que possuíam) e as mãos (pelo poder coercitivo que desempenhavam) entre os proprietários e os operários, estando presentes nas narrativas que envolvem a concepção e construção, propriamente dita, da vila operária. Mas isto não se enquadra somente no âmbito material, pois foi no período de sua gestão que foram instituídas as comemorações que permanecem no imaginário popular até os dias atuais, como é o caso dos festejos de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia – que foi selecionada para ser padroeira de Galópolis desde 1947, quando da inauguração da nova igreja – e de São Pedro (figura 21) – fazendo clara alusão ao Lanifício São Pedro. Outros elementos comemorativos, embora não tivessem ligação direta com as personalidades gerenciais, foram criadas para homenageá-los, como é o caso da Banda João Laner Spinato, mantida pelo Colégio Ismael Chaves.

**Figura 21 - Festa de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia no Parque Ismael Chaves Barcellos na década de 1920**



Festejo em honra à Nossa Senhora do Rosário de Pompéia no centro da Vila Operária, onde funcionava o Parque Ismael Chaves Barcellos e foram dispostos brinquedos e uma fonte devido à ocasião. Autoria: não identificada. Data: Década de 1920. Fonte: Associação de Moradores do Bairro Galópolis.



Este descontentamento foi agravado com a expulsão dos padres josefinos que gerenciavam o Colégio Particular Ismael Chaves, “[...] motivada pela suposta disseminação de ‘ideais radicais’ que questionavam a hierarquia fabril” (ERLO; IOTTI, 2021, p. 216), exemplo claro da política empresarial adotada. Quem assumiu a gestão da escola da fábrica a partir deste momento foram as Irmãs do Sagrado Coração de Maria, que, com uma metodologia mais “branda”, manteve-a funcionando até 1974, quando saíram do bairro. A partir deste momento, o Grupo Escolar Paraná (figura 22), primeira instituição estatal criada na vila operária – que não havia sido bem recebida pelo lanifício, que punia ou até mesmo demitia os trabalhadores que tivessem seus filhos estudando na escola pública – passou a ocupar as dependências do Colégio. A ocupação de uma edificação criada pela fábrica por uma instituição estatal apontou os primeiros sinais da decadência paternalista – embora anos mais tarde, o nome da então escola pública tenha voltado a homenagear os líderes empresariais (Escola Estadual de Ensino Fundamental Ismael Chaves Barcellos). Mas este não foi um caso isolado.

**Figura 22 - Grupo Escolar Paraná em 1940**



Estudantes do Grupo Escolar Paraná na escadaria da Vinícola Comerlato Cia. Ltda., empresa que acolheu a escola diante da negativa do Lanifício em ofertar um espaço aos discentes da instituição pública. Fonte: acervo de Uri Toniolli cedido ao Inventário Participativo de Galópolis. Autoria: não identificada. Data: 16 de março de 1939.

A utilização e ressignificação destas edificações criadas a partir da dinâmica industrial e paternalista que perpassou os processos culturais da região continuaram a ocorrer de diferentes formas a partir de 1921, quando Hércules Galló faleceu – segundo os laudos médicos oficiais por apendicite –, pois o lanifício continuou exercendo seu papel de organizador da vida no seu entorno. Todavia, a partir de 1928, a família Galló, que ainda possuía ações na empresa, acaba vendendo-as diante da nova perspectiva que esta assumiu: tornou-se a Sociedade Anônima Companhia Lanifício São Pedro – com as chaves dos portões do céu como símbolo – e aumentou ainda mais sua produtividade com a implantação de novas tecnologias na produção. (ERLO, 2019, p. 43).

A tradição paternalista da indústria têxtil galopolitana perdurou até o ano de 1979, quando o Lanifício São Pedro S.A., até então administrado pelos sócios Chaves & Almeida, foi vendido. Diante da imagem de potência econômica atribuída à fábrica, os sócios receberam propostas para uma reabertura e, no mesmo ano, foi fundado o Lanifício Sehbe S.A., sob a administração da Fundação Kalil Sehbe S.A, representando, por sua vez, o Grupo Alfred. Todavia, o novo lanifício não teve a mesma vida útil que o São Pedro. Embora continuassem com os mesmos clientes, na metade da década de 1990, passaram a enfrentar dificuldades.

Conforme destaca Alfredo Sehbe na entrevista ao Jornal Pioneiro (1999, p.11 *apud* HERÉDIA, 2017), eram muitas as causas das dificuldades financeiras e fiscais, dentre elas, as políticas neoliberais que abriram as portas para a importações e congelou o câmbio, o que acarretou, no contexto de globalização, na falência de cerca de 50% dos lanifícios brasileiros, perda de clientes e na impossibilidade de fornecimentos institucionais devido à dívida interna do governo, sem falar dos invernos de 1997 e 1998 que prejudicaram a alta safra devido ao pouco frio.

Na percepção dos trabalhadores, havia a crença, por se tratar de um lanifício onde muitos nasceram e viveram a vida toda envolvidos em seu desenvolvimento, que as dificuldades seriam superadas por meio do trabalho. Na percepção dos proprietários, a família Sehbe, que nessa época era uma das famílias mais destacadas da sociedade econômica caxiense, acreditava que os problemas econômicos seriam resolvidos e que o Lanifício continuaria em funcionamento por mais difícil que essa situação ficasse ao longo dos meses de 1998. Assim arrastou-se essa situação até o início de 1999. (FERRI, 2018, p. 90).

Diante da situação calamitosa, sem receber seus salários há mais de seis meses – sendo pagos somente por meio de valor para troca na Cooperativa de Consumo da empresa –, os operários, organizados através do SindiGal – o mesmo que, ironicamente, fora criado inicialmente para impedir a mobilização política – não

viram mais perspectiva de continuar nesta situação dentro da administração do Grupo Alfred e organizaram uma greve, parando toda a produção de 31 de março de 1999 até oito de junho do mesmo ano (FERRI, 2018). Após diversas tentativas falhas de negociação com a empresa, os trabalhadores optaram pela fundação da Cooperativa Têxtil Galópolis (a Cootegal, conforme retrata a figura 23).

Figura 23 - Página do jornal Caxias Notícias enfatizando a retomada da gestão da indústria local por meio de uma cooperativa

CAXIAS DO SUL, 12 DE JUNHO DE 1999

**ECONOMIA**

**CAXIAS DO SUL**

**LANIFÍCIO SEHBE**

# Produção é retomada de forma cooperativada

*Ex-funcionários estão trabalhando na unidade fabril, que ficou com as máquinas paradas por mais de 60 dias*



**A** Cooperativa Têxtil Galópolis - Cootegal - instituída nesta semana, pretende produzir 30 mil metros de tecido no próximo mês, anunciou o seu presidente, Luis Carlos Tonolli. "Queremos aproveitar o investimento para garantir a comercialização", explica. A integração dos cooperativados está sendo feita gradualmente e 58 já estão trabalhando. Nessa primeira fase, o trabalho está centrado na manutenção das máquinas, que ficaram 60 dias paradas. Cerca de 160 ex-funcionários do Lanifício se inscreveram para participar da cooperativa. A direção acredita que se concretizem em torno de 130 adesões. A Cootegal possui um conselho administrativo composto por nove pessoas: o presidente, o vice-presidente, o secretário e mais seis conselheiros fiscais, sendo três titulares e três suplentes. Todas as decisões devem passar pelo crivo do conselho. Quando o assunto é considerado de maior importância, é resolvido em assembleia com todos os cooperativados. O prazo do contrato de locação da praça fabril do lanifício é de cinco anos, com repa-

**João Luiz Dall'onder**  
**EDITAL DE 1ª E 2ª PRAÇA**  
 Datas: 1ª Praça - 23.06.99 às 14:30 horas;  
 2ª - às 14:30 horas  
 Local: no átrio do Fórum

**LUÍZ JOÃO DALL'ONDER**, Leloeiro Oficial, devidamente designado para proceder a venda em hasta pública, nas datas, hora e local acima mencionadas, o imóvel penhorado no proc. de exec. da sentença 01000091935, que **SÉRGIO LEONARDE**, move contra **SÉRGIO RUDIMAR GERKE**, em curso na 4ª Vara Cível desta Comarca, chama interessados à arrematação em 1ª praça pelo valor da avaliação e, para 2ª quando poderá ser por valor inferior.

Uma 1/2 parte de um terreno urbano, B. São Leopoldo, com 330m², lote adm. 14, quadra 776, à rua José Varela de Camargo 1827, frente Sul, lado ímpar, contendo um prédio com 154,21m² de área construída, de madeira revestido de tijolo à vista, sala, dois quartos, cozinha, banheiro, área de serviço e área dos fundos, possuindo um perfil com sala, dois quartos, cozinha, banheiro e depósito, oito terrenos com as seguintes medidas e confrontações: Norte, por 12m com terras de José Egídio Kist; Sul, por 12m, com a rua José Varela de Camargo, Leste, por 27,50m, com terras de Antônio Ademir do Anilabão e parte com Angelo Pozzer; Oeste, por 27,50m, com terras de Wilton de Paiva; Oeste, por 27,50m, com terras de Manoel de Paiva. Área de terreno de 400m². Todo o corte: Metr. 60,04m, l. 02, l. 01 e 02, do Cart. de Reg. de Imóv. da 1ª Zona desta Comarca. **AVALIAÇÃO**: em 22.03.99 da parte pertencente ao executado em R\$ 10.825,00.

Pelo presente edital fica intimado o executado das datas das Praças, caso o Sr. Oficial de Justiça certifique negativas as diligências a sua intimação pessoal.  
 Caxias do Sul, 05 de Maio de 1999  
**LUÍZ JOÃO DALL'ONDER**  
 Leloeiro Oficial  
 221.5591

**tonolli (D); confiança na nova fase do Lanifício como cooperativa**

**Dall'AgnoI, ainda há dúvidas**

cooperativa. Se não se vende não se recebe; se a cooperativa assume dívida, a dívida é dos cooperativados. Tudo isso inibe os ex-funcionários", justifica o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Galópolis, Renato João Dall'AgnoI. Para iniciar os trabalhos de manutenção das máquinas, a cooperativa precisa de um capital inicial de R\$ 6 mil. Esse dinheiro será proveniente de uma cota de R\$ 300,00, dividida em seis parcelas que cada cooperativado terá que pagar. A cooperativa ainda não está contando com esse recurso porque os ex-funcionários não tem como arcar com o valor. "Com os salários atrasados eles não dispõem desse dinheiro", afirma Dall'AgnoI. Para ter capital de giro, a cooperativa vai recorrer ao Banrisul, com o apoio da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (Sedai).

**Um ano de luta**

Depois de várias tentativas de negociação sobre o atraso no pagamento dos salários, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Galópolis apresentou no final de 98 uma proposta de transformar o Lanifício Sehbe em cooperativa. O presidente do sindicato, Renato João Dall'AgnoI, conta que a direção do lanifício foi favorável a proposta em um primeiro momento. "No início do ano, a situação mudou. O diretor-presidente, Alfredo Sehbe, se mostrou contrário à ideia. Em fevereiro, decidimos pedir a falência do Lanifício, mas isso não se concretizou. No dia 31 de março começamos a greve. Tentamos vários tipos de negociação sem resultado algum. Não recebemos nenhuma contra-proposta. Diante disso, começamos a trabalhar na instituição da cooperativa", conta Dall'AgnoI. Neste período a empresa ficou totalmente parada. Os grevistas organizaram piquetes e não permitiram que nenhum funcionário assumisse suas funções. No dia 08 de junho, diante de um boato de que a direção do lanifício iria tirar da empresa todo o maquinário e matéria-prima, tudo o que entrava e saía da empresa era revistado pelos grevistas. O sindicato queria que todos os trabalhadores tivessem uma participação alva, inclusive os funcionários contrários à paralisação, no processo de transformação da cooperativa. Através de uma assembleia, foi escolhida uma comissão composta pelos dois grupos. Em linhas gerais, a Cooperativa vai funcionar por cinco anos, prazo do contrato de locação que é renovável. Os cooperativados agora são donos da produção e responsáveis por seus salários. "O início é um pouco difícil. Mas estamos muito otimistas em relação à Cootegal", revela Dall'AgnoI. A direção do antigo Lanifício Sehbe não tem nenhum vínculo com a cooperativa.

**COOPERATIVA** - Entidades do comércio caxiense - Sindicatos e CDL - decidiram no início na semana criar a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo. A cooperativa, uma sociedade sem fins lucrativos, terá como objetivo realizar operações financeiras com seus associados, agenciando poupança e prestando assistência. A intenção é praticar operações com taxas mais acessíveis, menores do que as empregadas pelo sistema bancário, visando reverter o lucro para os próprios associados. Para fundamentar essa estrutura em Caxias, representantes do Sindicatos e do CDL estiveram visitando Belo Horizonte, onde o modelo adotado tem obtido sucesso. No próximo dia 15 as entidades promovem uma reunião para prestar esclarecimentos sobre o funcionamento cooperativado. Será às 19h30min, no prédio da CDL.

**A CERTEZA DO PREÇO JUSTO**



**super CESA**

CAXIAS - GRAMADO - FARROUPILHA - FLORES DA CUNHA - VACARIA

Página número 11 do diário Caxias Notícias do dia 12 de junho de 1999 que informou os percalços que envolveram a criação da Cootegal, oficializada no dia anterior. Autoria: não identificada. Data: 12 de junho de 1999. Fonte: Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul.

Contando com a participação de 32 associados no sistema de cooperativa de trabalho, a Cootegal adquiriu o parque fabril através do leilão de espólios do Sebbe em 2001, quitou as dívidas trabalhistas em menos de três anos de funcionamento e desde então mantêm-se ativa. De tal forma, pode-se concluir, que “a Cooperativa, na origem denominada ‘Società Tevere e Novità’, passou por várias estruturas administrativas, começando como cooperativa, depois como indústria da lã, sociedade anônima, até novamente retornar a sua estrutura inicial de cooperativa.” (FERRI, 2018, p. 15), apresentando-se como um importante símbolo da dialética cíclica que a dinâmica industrial inseriu e continua inserindo na História do território-rede de Galópolis, na sua territorialidade e do processo de territorialização constante movido pelos agentes históricos: a(s) comunidade(s).

De tal forma, pode-se afirmar que a história (com H maiúsculo e minúsculo ao mesmo tempo) se faz presente de forma cíclica sobre o território-rede de Galópolis, que construído por meio das relações de trabalho e identidade com a indústria local, oriunda do processo imigratório oficial italiano e calcada sobre o apagamento de inúmeros agentes das comunidades. Mas ao mesmo tempo que o apagamento surge como um aspecto negativo ele também aperta o gatilho da superação nestas mesmas comunidades. Puxar o gatilho é fazer o “trabalho de memória”, por vezes desenquadrando ou reenquadrando memórias revisitadas.

Se a função da memória é fazer referência ao passado no intuito de “manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p. 9), seu enquadramento é fundamental. Mas sua ruptura também, já que não retratar perspectivas dissidentes com o uso das memórias subterrâneas significa ceder à injustiça que as produziram e, conseqüentemente, acaba-se por “reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contraviolência” (POLLAK, 1989, p. 9). É sobre as possibilidades de desenquadramento das memórias de Galópolis que se refletirá a partir deste momento, propondo uma análise crítica entre a construção da identidade social (POLLAK, 1992) da(s) comunidade(s) de Galópolis e sua atuação sobre o território-rede.

## 2.2 Alinhavando as identidades territoriais: a construção da(s) comunidade(s)

*Mas ele desconhecia  
Esse fato extraordinário:  
Que o operário faz a coisa  
E a coisa faz o operário.*  
(Vinícius de Moraes – Operário em construção)

A comunidade representa uma fortaleza de mútuo entendimento e segurança partilhada por semelhantes, de forma homogênea e solidária. Relacionada com a criação de barreiras territoriais e simbólicas, sua unidade identitária de acordos firmados involuntariamente por aqueles que a constroem busca construir uma rede segura, onde “[...] toda homogeneidade deve ser ‘pinçada’ de uma massa confusa e variada por via de seleção, separação e exclusão” (BAUMAN, 2003, p. 19) para que as raízes comunitárias permaneçam intactas ao longo do tempo.

Se esta pesquisa-ação se compromettesse a ser uma descrição simplista – e, pode-se dizer, até mesmo romantizada –, vale ressaltar uma vez mais, a análise acerca da comunidade de Galópolis estaria finalizada. Porém, não é o caso. O sentido de “comunidade” transformou-se ao longo do tempo e espaço e, mediante esta afirmação, propõe-se uma reflexão na tentativa de relacionar o que pode ser chamado de “comunidades de Galópolis” em seus diferentes períodos: sua dissolução “paroquiana” e reconstrução “fabril” em Schio; sua composição durante o processo colonizatório do Rio Grande do Sul; sua formalização dentro de uma dinâmica industrial paternalista na já denominada “cidade de Galló”; e, por fim (ou não), sua decadência a partir da ruptura desta política de gestão – que tende a ser evocada constantemente na tentativa de reconstruir (ou reterritorializar) suas raízes.

Zygmunt Bauman, com sua obra “Comunidade: a busca por segurança no mundo atual” (2003), ajuda a compreender esta tríade processual local a partir de suas reflexões universais e, como será apontado ao longo deste capítulo, sua áspera compreensão acerca das mazelas da sociedade capitalista tende a se repetir tanto na visão de Rogério Haesbaert (1997; 2004) – quando conceitua “identidades territoriais” e o “mito da desterritorialização” –, quanto por François Hartog (2014) – e sua representação da “crise do regime de historicidade”. Em confluência, adianta-se que os três autores indicam a instauração da modernidade como a responsável pela liquefação das “comunidades imaginadas” (BAUMAN, 2003), como a descrita acima.

Bauman (2003) afirma que há uma grande distinção entre a “comunidade imaginada”, idealizada conforme a descrição no início deste subcapítulo, que tende a ser constantemente buscada por uma “comunidade real”, aquela onde a modernidade impediu que os laços identitários e territoriais fossem fortalecidos e, conseqüentemente, gerou uma insegurança acerca de um futuro incerto que precisa ser artificialmente imaginado para o alcance do bem-estar dos seus membros, que tendem a se desengajar paulatinamente. Este mesmo autor, trazendo a teoria de Redfield (1971 *apud* BAUMAN, 2003, p. 17) sobre os pilares do que seria uma “comunidade imaginada”, afirma que

[...] numa verdadeira comunidade não há motivação para a reflexão, a crítica ou a experimentação; [...] isso acontece porque a comunidade é fiel à sua natureza (ou a seu modelo ideal) apenas na medida em que ela é *distinta* de outros agrupamentos humanos (é visível “onde a comunidade começa e onde ela termina”), *pequena* (a ponto de estar à vista de todos seus membros) e *auto-suficiente* (de modo que, como insiste Redfield, “oferece todas as atividades e atende a todas as necessidades das pessoas que fazem parte dela. A pequena comunidade é um arranjo do berço ao túmulo”). (grifos do autor).

Esta comunidade ideal que aglutinava os três preceitos fundamentais da distinção, pequenez e autossuficiência, realmente existiu e foi predecessora da Galópolis de hoje. Porém, para encontrá-la, faz-se necessário voltar-se para a comuna italiana de Schio do último quartel do século XVIII, quando o Lanifício Rossi passou a representar a única saída para a sobrevivência familiar de mulheres, homens e crianças expropriadas e coercitivamente desenraizadas do campo. Bauman (2003, p. 33) é criterioso ao enfatizar que o “capitalismo moderno, na expressão célebre de Marx e Engels, ‘derrete todos os sólidos’; [logo] as comunidades auto-sustentadas e auto-reprodutivas figuravam um lugar de destaque no rol de sólidos a serem liquefeitos”.

O trabalho artesanal e os laços comunitários “paroquianos” de um agrupamento “pré-moderno” ameaçavam a coerção dos novos empregados fabris na modernidade, pois representavam o engajamento ao valor de uso do trabalho. O valor de troca, isto é, o utilitarismo, a futilidade e a alienação do trabalho na nova dinâmica presente nas tecelagens não-manufatureiras, precisava da dedicação integral dos homens na “labuta” – que antes era tido como “esforço”, no sentido de reprodução da vida. Submetida “[...] a uma rotina inteiramente diferente, ostensivamente artificial, sustentada pela coação nua e sem sentido em termos de ‘dignidade, mérito ou honra”

(BAUMAN, 2003, p. 33), a nova classe trabalhadora teve seus laços comunais rompidos pelo bem da separação entre negócio e lar que emancipou os donos dos meios de produção e suprimiu o que dependiam unicamente da sua força de trabalho.

A criação de um “instinto de trabalho bem-feito”, isto é, da reterritorialização dos desenraizados no parque fabril, foi a saída para o fim da segurança dos laços comunais que o capitalismo moderno imputou. Porém, seria ingenuidade, segundo Bauman, esperar que a nova realidade fosse apreendida com tamanha naturalidade àqueles “pobres indolentes” acostumados à autogestão característica de sua ligação pré-moderna ao território. Fazendo clara referência à Foucault em “Vigiar e Punir” (2014) o autor aponta a criação do “poder panóptico”, que “[...] prendia os subordinados ao lugar, aquele lugar onde podiam ser vigiados e punidos por qualquer quebra de rotina. Mas também prendia os supervisores ao lugar, aquele de onde deviam vigiar e administrar a punição” (p. 35), em um sistema nomeado por Bauman como “engajamento”.

Entender o que o autor chamou de “era do engajamento” consiste em compreender que tanto a classe operária quanto o “braço coercitivo” dos patrões (os gerentes) dependia um do outro para sobreviver, sendo o gerenciamento de pessoas e conflitos o maior poder da modernidade na “revolução dos gerentes”. De tal forma, a imobilidade paternalista demandava que ambos buscassem um equilíbrio para a convivência interdependente, mas não impedia que o ressentimento pela rotinização do tempo e da exploração fundasse as bases do claro reconhecimento acerca de quem era o inimigo.

Assim, o engajamento dentro da própria classe operária de Schio anunciava a iminente ruptura do equilíbrio local, que culminou com a grande greve de 1898. Esta comunidade operária composta por 28 ex-operários do *LaneRossi* e, conseqüentemente, suas famílias, receberam seus lotes de terra na Quarta Léguas após sua expulsão. Mas a imposição dos limites que a caracterizam como comunidade não foram impostos por eles: como “minorias étnicas, [...] são antes e acima de tudo produtos de ‘limites impostos de fora’ e só secundariamente do autocercamento” (BAUMAN, 2003, p. 83). De tal forma, a desterritorialização deste grupo se deu como reação à opressão interna que corroborou para seu posterior autocercamento, já na região que hoje é Galópolis – o que retira o caráter diaspórico de retorno ao berço italiano do discurso destes operários especificamente, mas que retornou de forma acrítica pela invenção da narrativa da *italianità* décadas mais tarde.

Em um novo país, um novo território em processo de constituição de uma nacionalidade compartilhada, que demandava “[...] a negação da diversificação étnica entre os súditos” (BAUMAN, 2003, p. 83) para a construção de uma identidade nacional homogênea, estes grevistas trataram de reproduzir o que já conheciam como resistência. Porém, contrariando todas as referências que tratam sobre a mobilização ideológica que o paternalismo incide sobre os agrupamentos humanos, os operários somente reproduziram o saber-fazer têxtil; a dominação hierárquica de produção, própria do sistema capitalista, não os alcançou. Mas somente até 1904.

Diante da derrocada do modelo de trocas pelo qual a subsistência da *Società Tevere e Novità* dependia e sem a possibilidade de concorrer com as grandes indústrias lanieiras da porção sul do Rio Grande do Sul, aquela que pode ser considerada a primeira experiência comunitária de Galópolis viu suas fronteiras serem transformadas – destruídas e reconstruídas. A desterritorialização e a reterritorialização na Quarta Légua foi seguida por uma reterritorialidade que ao invés de torná-la multiterritorial, aumentou as barreiras que separavam o “nós” dos “outros” com a criação de uma vila operária – a qual os grevistas já tinham tido contato ainda na Itália.

A vila operária, segundo Bauman (2003) trata-se de uma segunda tendência que acompanhou o capitalismo moderno ao longo de toda a sua história e, embora concomitante, acabou entrando em decadência e substituída pela primeira tendência – caracterizada pelo estudo do tempo e do movimento e da organização científica do trabalho próprios do Taylorismo. Mas o fato é que ambas assumiram o papel de alternativas à luta de classes e, conseqüentemente, buscavam ou desmoralizar os laços comunitários ou incitá-los em prol do lucro. Estas tendências renovaram o compromisso comum às regras, barganhadas e negociadas para mediar a convivência entre operários e gerentes. A segunda, em especial, começou

[...] cedo nas “cidades modelo” de alguns filantropos que associavam o sucesso industrial a um fator de “sentir-se bem” entre os trabalhadores. Em lugar de confiar exclusivamente nos poderes coercitivos da máquina, apostavam nos padrões morais dos trabalhadores, sua piedade religiosa, na generosidade de sua vida familiar e sua confiança no chefe-patrão. As cidades modelo construídas em torno das fábricas estavam equipadas com moradias decentes, mas também com capelas, escolas primárias, hospitais e confortos sociais básicos – todos projetados pelos donos das fábricas junto com o resto do complexo de produção. A aposta era na recriação da comunidade em torno do lugar de trabalho e, assim, na transformação do emprego na fábrica numa tarefa para “toda a vida”. (BAUMAN, 2003, p. 37).



A Quarta Léguas recebeu nova roupagem: em 1904 iniciou o processo que culminou, em 1915, com a ascensão do paternalismo – tendo seu maior símbolo no registro do seu novo nome, “Galópolis”. Esta pode ser considerada a segunda etapa da comunidade de Galópolis, quando da constituição de sua vila operária e da criação de uma política assistencialista. Neste momento, percebe-se que aquele grupo de operários que fundou a primeira cooperativa têxtil, para manter sua segurança e coesão interna após a sua declaração de falência, passou a ser assimilado ao novo modelo de comunidade criada e gestada pelo Lanifício São Pedro S.A.

Nesta nova comunidade prezou-se por construir novos laços comunitários, desta vez, no entorno do parque fabril onde a vida se confundia com “*il lavoro*” (o trabalho) e uma visão de futuro começou a ser reconstruída sob a possibilidade de continuidade da imobilização da força de trabalho. A justificativa para esta imobilidade, como já se citou anteriormente, foi a dificuldade de locomoção até o centro da vila de Santa Tereza (uma das primeiras nomenclaturas de Caxias do Sul), mas sabe-se que existia a intenção de controle integral, inclusive ideológico, sobre as famílias de trabalhadores. Esta característica garantia a supressão da liberdade, também lida como autonomia – um dos princípios do conceito de comunidade – e, logo, a noção de individualidade foi se diluindo conforme o número de funcionários do lanifício aumentou.

Se analisados os fundamentos epistemológicos da comunidade apontados por Bauman (2003), é possível traçar pelo menos cinco que se fazem presentes na Galópolis de São Pedro: o cercamento territorial; a criação de mitos e ameaças; a assimilação ou o perecimento; além da continuidade da imobilidade; homogeneidade e mesmidade. Todos eles sugerem que os preceitos “modernos” liberais devem ser extintos para que exista a tríade distinção-pequenez-autossuficiência, conforme a dualidade se expressa:

Você quer segurança? Abra mão da sua liberdade, ou pelo menos de boa parte dela. Você quer poder confiar? Não confie em ninguém de fora da comunidade. Você quer entendimento mútuo? Não fale com estranhos, nem fale línguas estrangeiras. Você quer essa sensação aconchegante de lar? Ponha alarmes em sua portas e câmeras de tevê no acesso. Você quer proteção? Não acolha estranhos e abstenha-se de agir de modo esquisito ou de ter pensamentos bizarros. Você quer aconchego? Não chegue perto da janela, e jamais a abra. O nó da questão é que se você seguir esse conselho e mantiver as janelas fechadas, o ambiente logo ficará abafado e, no limite, opressivo. (BAUMAN, 2003, p. 10).

Um cercamento territorial, conforme trazido por Saquet (2009) e Raffestin (1993), significa cercear tanto a mobilidade zonal quanto a reticular. Para tal, é um fato que as condições geográficas de Galópolis facilitaram tal proeza, uma vez que, considerado um vale encaixado, o vilarejo camuflava-se no interior dos morros mesmo sendo uma região de grande itinerância. Mas o que realmente imputou à localidade sitiada um maior controle de “transeuntes” foi o controle reticular, da territorialidade e da territorialização – sobretudo a dominação simbólica ideológica sobre os moradores, sendo quase a totalidade composta por trabalhadores e suas famílias.

A utilização da religião Católica é um dos aspectos a ser ressaltados como forma de controle comunitário, sobretudo durante a gerência de João Laner Spinato (que atuou no bairro durante 1933 e 1968). Graças à sua formação teológica jesuítica, fundou em Galópolis elementos coercitivos, como o Círculo Operário<sup>17</sup> e o Apostolado da Oração, além de trazer a congregação de freiras do Sagrado Coração de Maria para gestar a educação local (figura 24). Sobre a educação, outro elemento crucial a ser debatido é o fato de que saber ler, escrever – em língua vernácula e em português – e calcular, já era o suficiente para o trabalho no lanifício, que atribuía o processo de aprendizagem técnico de forma empírica, incorporando os filhos dos operários, que muitas vezes já o traziam de casa, no sistema produtivo (ERLO; IOTTI, 2021).

**Figura 24 - Irmãs e alunas da escola Dona Manuela Chaves**



Estudantes e irmãs do Sagrado Coração de Maria, responsáveis pela gestão da escola feminina Dona Manuela Chaves, em frente ao portão de entrada. Autoria: Sisto Muner; Data: 1934; Fonte: acervo da família Muner.

<sup>17</sup> O Círculo Operário é um elemento unificador do operariado local e foi selecionado como o primeiro patrimônio cultural a ser pesquisado e apresentado por meio do Inventário Participativo de Galópolis, além de sua estrutura material ser um ponto de referência para as atividades comunitárias do bairro. Ele será esmiuçado mais adiante, no capítulo “4 OS NÓS DA GESTÃO COMUNITÁRIA”.

Porém, o baixo grau de escolarização, motivado sobretudo pela necessidade de controle ideológico, “foi motivo de descontentamento entre as famílias de trabalhadores, que passaram a demandar à fábrica a criação de novas instituições escolares” (ERLO; IOTTI, 2021, p. 212). Este descontentamento foi agravado com a expulsão dos padres josefinos que gerenciavam o Colégio Particular Ismael Chaves (que atendia somente aos filhos dos trabalhadores mediante a cobrança de uma taxa mensal), “[...] motivada pela suposta disseminação de ‘ideais radicais’ que questionavam a hierarquia fabril” (ERLO; IOTTI, 2021, p. 216), exemplo claro da política empresarial adotada. Ainda segundo as autoras, até mesmo o Grupo Escolar Paraná, primeira instituição estatal criada na vila operária, não foi bem recebida pelo lanifício, que punia ou até mesmo demitia os trabalhadores que tivessem seus filhos estudando na escola pública.

Spinato, chamado de “*il paron*” (“o patrão”, mesmo sendo apenas gerente), deixou marcas profundas na dinâmica social e industrial de Galópolis, conforme entrevistas realizadas para a construção da exposição “História(s) e Memória(s) do Círculo Operário” (2022), organizada pelo Inventário Participativo de Galópolis, indicaram<sup>18</sup>. Além da clara relutância dos entrevistados em conversar sobre o período e posicionarem-se contrários às práticas por ele defendidas, algumas falas apontaram que o gerente andava com uma caderneta no bolso da camisa, em que anotava o comportamento dos operários e seus familiares na vila, repreendendo-os de acordo com o que era observado – observação esta que por vezes partia dos próprios operários, ampliando a noção de panóptico em Galópolis. A ausência nas missas e nos eventos do Círculo Operário e do Apostolado da Oração era o principal motivo de repreensão, bem como a saída da localidade para estudar ou competir em times esportivos de outras regiões (como é o caso da região da Quarta Léguas).

Outro exemplo é o fato de que um dos requisitos para passar da creche (figura 25) para o ensino fundamental (à época, o primário) era decorar todas as orações e recitá-las em frente ao gerente. Terminado o primário, os alunos destaque eram convidados a integrar a equipe de funcionários; os demais, precisavam ir até o seu escritório e pedir para trabalhar – ele então abria a supracitada caderneta e via como o solicitante se comportava na vida comunitária e, dependendo do que encontrava e

---

<sup>18</sup> Estes aspectos serão aprofundados no capítulo “4.2.2 Mexendo o caldeirão: a seleção, a pesquisa e a comunicação”.

quem eram seus pais, poderia ser admitido na hora ou mesmo ter de esperar anos para conquistar a vaga. Além disso, o Apostolado da Oração (que ainda carece de pesquisas mais aprofundadas), demandava dedicação diária, inclusive na geração de filhos que deveria ser frequente para aumentar o número de fiéis – e conseqüentemente de trabalhadores fiéis.

**Figura 25 - Visita do gerente, mestres e contramestres do Lanifício e do pároco local à Creche**



Festa de encerramento do ano letivo da turma de 1972 do Jardim de Infância, mais conhecido como “creche das freiras”. Os estudantes, acompanhados das irmãs Pedrinha, Leontina e Maria (já sem a obrigatoriedade do hábito), receberam a visita de representantes do Lanifício e do Padre Félix Bridi. Data: dezembro de 1972. Fonte: acervo de Vanessa Rigon.

Dentre tantas outras que poderiam ser destacadas e encontram-se ainda submersas pela dominação ideológica remanescente, estas memórias, enquadradas também pelo apagamento histórico e historiográfico, ressaltam o conceito de “territorialização”, processo realizado pela outorga da “territorialidade” – paradigma este que associa-se ao que Haesbaert (1997; 1999; 2004) apresenta como atribuição de “identidades territoriais”. Para ele, é importante compreender que

Partimos do pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. Se toda identidade territorial é, obviamente, uma identidade social, nem toda identidade social (como a identidade de gênero, por exemplo) toma, obrigatoriamente, como um de seus referenciais centrais, o território ou, num sentido mais restrito, uma fração do espaço geográfico. De uma forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração

simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes. (HAESBAERT, 1999, p. 172).

A identidade é a palavra do dia segundo Bauman, aportando-se em Eric Hobsbawm (1996 *apud* BAUMAN, 2003, p. 20) pois, para eles, é “precisamente quando a comunidade entra em colapso que a identidade é inventada”. Ela “[...] brota entre os túmulos das comunidades, mas floresce graças à promessa da ressurreição dos mortos” (BAUMAN, 2002, p. 20). Esta identidade somente se fundamenta se for compartilhada coletivamente, portanto, ela baliza a comunidade imaginada e, assim como esta, precisa ser constantemente evocada para que se perpetue – mas a necessidade de sua autoperpretação não pode ser identificada por seus partícipes sob as penas do fim da ilusão. A comunidade e a identidade andam juntas na construção da territorialidade, mas nenhuma delas é uma fênix: uma vez extintas, elas nunca renascem – o que continua é a sua eterna busca. E, para tal continuidade,

Só depois que os marcos de fronteira são cravados e as armas estão apontadas contra os intrusos é que os mitos sobre a antiguidade das fronteiras são inventados e as recentes origens culturais e políticas da identidade são cuidadosamente encobertas por ‘narrativas da gênese’ (BAUMAN, 2003, p. 21).

Cercada pelas fronteiras territoriais “naturais” e identitárias, Galópolis mantinha evidente a distinção entre o “dentro” e o “fora”, o “nós” e os “outros” – mesmo cortada pela BR 116 após 1943, rodovia que passou por Caxias do Sul no período em que a cidade se tornou um importante produtor de artefatos para a guerra<sup>19</sup>. Como construto da comunidade, corroborando para o cercamento e autocercamento, a diferenciação excludente dos outros fomentou a criação de mitos e ameaças que arregimentaram a identidade e, conseqüentemente, assumiram a função moral da punição. Bauman fala que

Mais do que com uma ilha de “entendimento natural”, ou um “círculo aconchegante” onde se pode depor as armas e parar de lutar, a comunidade realmente existente se parece com uma fortaleza sitiada, continuamente bombardeada por inimigos (muitas vezes invisíveis) de fora e frequentemente assolada pela discórdia interna. Trincheiras e baluartes são os lugares onde os que procuram o aconchega, a simplicidade e a tranquilidade comunitárias terão que passar a maior parte de seu tempo. (BAUMAN, 2003, p. 19).

---

<sup>19</sup> Galópolis produzia o tecido, convertido em fardamento para as tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) que combatiam aos pés dos Alpes, no norte do território italiano. Mas havia as fábricas que produziam armamentos, sendo as que mais se destacaram a Metalúrgica Eberle e a Metalúrgica Gazola – esta última se caracteriza como uma ferida na memória da cidade de Caxias do Sul devido à explosão que tirou a vida de 7 mulheres que produziam explosivos para o exército brasileiro.

A instauração do outro como ameaça e a conseqüentemente consolidação de mitos identitários são ferramentas do autocercamento de uma “minoría étnica”. Um exemplo destas estratégias é Hércules Galló e o mito do “descobrimento de Galópolis”, empreendedor que desenvolveu “as selvagens terras da Quarta Légua”. Este mito, corroborado pela historiografia positivista e pelas instituições de memória local, cria uma atmosfera historicista homogênea, positivada e romanceada, que apaga a contribuição tanto dos primeiros imigrantes ocupantes do território, quanto dos grevistas fundadores da indústria têxtil local, bem como da presença indígena e os conseqüentes embates entre culturas. Este apagamento das dissidências em prol do “homem europeu desbravador” (DORNELLES, 2011) significa enquadrar a memória dos povos que há muito tempo deslocaram-se da região por conta da ereção das fronteiras territoriais identitárias.

Mas esta é uma tendência comum não apenas à dinâmica de Galópolis, sendo disseminada por toda a região de colonização europeia e que somente recentemente vem recebendo a devida atenção. Segundo Dornelles (2011), os indígenas Kaingang de tradição Taquara viviam neste território e eram pejorativamente denominados de “bugres”. Ele ressalta que “[...] em 1875, foi fundada a Colônia Caxias, hoje Caxias do Sul, em um local anteriormente chamado Campo dos Bugres devido a presença de habitantes nativos [...]. A ‘carapuça’ de Bugres representava o selvagerismo de todos aqueles [povos originários] que não queriam deixar as matas [...]” (p. 10-16), sendo retratados pelas narrativas dos colonos como “assassinos impiedosos” e “antropófagos” (p. 50).

De tal forma, a palavra “bugre” de origem francesa associada principalmente aos Kaingangs da serra estigmatizou a ideia de um povo pagão insubordinado que não aceitava ser dominado e atacava qualquer um que se aproximasse, justificando o surgimento dos “bugreiros”: “[...] isto é, um ‘profissional’ especializado na matança de índios; uma profissão reconhecida pela comunidade e remunerada por ela” (p. 13). Ainda segundo Dornelles (2011), a maioria dos relatos dos colonos que ocuparam a Colônia Caxias retratam os aspectos hostis da sua relação com os povos indígenas, sendo a narrativa mais conhecida a do “Monsenhor Matias José Gansweidt, intitulada ‘As Vítimas do Bugre’” (p. 47), retratando o sequestro e assassinato de membros da família Versteg, mas tendo como personagem coadjuvante o indígena Luíz Bugre,

capturado e subordinado aos colonos e utilizado como símbolo da possível dominação colonial sobre o território e seus sujeitos originários.

A presença e os embates entre indígenas e europeus são traduzidos através de vestígios históricos, como os artefatos e sítios arqueológicos, documentos textuais e fotográficos. Para citar alguns, existem ao menos três registros de casas subterrâneas – denominadas pejorativamente em um primeiro momento como “buracos de bugre” (REIS, 2002) – dos indígenas Kaingang de tradição Taquara (DORNELLES, 2011) no território-rede da Região Administrativa de Galópolis, dispostos nas regiões da Quarta e Sexta Léguas. Conforme consta no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) organizado pelo IPHAN, todos com grau de integridade que variavam entre 25 e 75% no período de coleta e análise de vestígios feitas em 1966 pelo arqueólogo Pedro Ignácio Schmitz. Devido ao fato de estarem expostos ao céu aberto, à erosão eólica e pluvial, atividades agrícolas e vandalismo, estes mesmos resquícios encontram-se bastante degradados, necessitando de uma prospecção aprofundada para serem identificados, conforme identifica-se nas fichas de cadastro<sup>20</sup>.

Embora ainda careça de análises mais aprofundadas, o acervo dos colonos locais e da própria família Galló também são compostos, dentre outros, por artefatos cerâmicos indígenas e registros escritos e fotográficos acerca dos encontros e embates culturais, como ilustra a figura 26, que retrata, em posição retraída, duas figuras que estiveram presentes no processo de "descobrimento" da potencialidade da cascata Véu de Noiva para a geração de energia elétrica e provavelmente faziam parte dos grupos indígenas locais.

---

<sup>20</sup> disponíveis em: [http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\\_resultado.php](http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php) (acesso em 16 nov. 2021).

**Figura 26 - Hércules Galló e a presença indígena na RCI**



Hércules Galló em uma de suas saídas exploratórias pelo território de Galópolis com a presença indígena. Autoria: não identificada. Data: primeira metade do século XX. Acervo: Instituto Hércules Galló.

Como um grande mito, sua morte também envolve uma mística de dualidade e ruptura, principalmente no contexto de política paternalista empregada pelo Lanifício. Galló faleceu em 1921 por apendicite durante uma de suas viagens a cavalo à Porto Alegre, mas os trabalhadores construíram sua própria versão acerca da causa da morte: a de que o patrão fora assassinado pelos seus sócios Chaves Barcellos, que não queriam que o então sócio-gerente criasse um empreendimento maior nas proximidades. Herédia (2000) destaca o contexto, indicando que “quando Galló fez a proposta para os Chaves tinha já em mente planos para a nova fábrica sendo que o futuro terreno já estava demarcado [...]” (p. 53). Não há precisão acerca da localização destas terras, mas “a proposta feita aos Chaves era de 1:000\$000 sendo que Galló acabou vendendo a sua parte pelo dobro, o que permitiria por seus planos logo em ação se não fosse acometido de uma súbita doença que o levou a morte” (HERÉDIA, 2000, p. 53). Não há qualquer confirmação em torno de um possível assassinato, mas é a hipótese que mais repercutiu em Galópolis.

Cabe ressaltar mais um enquadramento que também tem relação com a morte de um gerente: Orestes Manfro, personalidade pública da cidade de Caxias do Sul



(integrante da Sociedade Príncipe de Nápoles) que assumiu a gerência do Lanifício após o falecimento de Hércules Galló, foi morto em 1933 por João de Deus Oliveira Filho, jovem negro que buscava emprego no Lanifício São Pedro S.A. Manfro recebeu as mais sublimes honras após o ocorrido (figura 27). Percebe-se, analisando as fichas de registro dos funcionários da fábrica em questão que até meados de 1950 houve a contratação de apenas duas de pessoas negras (que constam como nacionalidade “brasileira” – os demais, mesmo nascidos no Brasil, recebiam o título de acordo com sua descendência migrante), fato que evoca a política higienista adotada por muitas empresas construídas por imigrantes europeus neste período. A segregação racial é outra característica do que Bauman (2003) nomeia como “comunidade étnica”.

**Figura 27 - Obelisco em homenagem a Orestes Manfro**



Inauguração do obelisco feito pelo Lanifício São Pedro S.A. em homenagem à Orestes Manfro dias após seu assassinato em solenidade para todos os membros da vila operária de Galópolis. Autoria: Sisto Muner; Data: 1933; Fonte: Acervo Foto Muner.

De toda forma, a demonização da figura idealizada de João de Deus pautou as primeiras páginas dos maiores veículos de informação da região, como exemplarmente traz o “Caxias-Jornal” no dia 7 de junho de 1933: “O lutozo acontecimento do frio, covarde e infame assassinato de que foi vítima Orestes Manfro, e que acaba de enlutar toda a vasta zona serrana, repercutiu dolorosamente em todo

o Rio Grande do Sul”. O periódico “O Momento”, considerado “Orgam oficial do Município e do P. R. Liberal”<sup>21</sup>, ampliou a cobertura do crime no dia seguinte:

Figura 28 - Fragmento da capa do jornal “O Momento”

**Assassinato que enlutou a  
„Perola das Colonias“**

UM DELINQUENTE MATA, FRIAMENTE, AO HONRADO, CAXIENSE. SR. ORESTES MANFRO — O CRIME—  
A AÇÃO DA POLICIA — OUTRAS NOTAS

Ontem, pela manhã, Caxias recebia com pesar a noticia de que, em Galopolls, o sr. Orestes Manfro tombára sem vida a golpes de faca.

Esse fato produziu profundo pesar no seio da familia caxiense, onde Orestes Manfro éra querido, pelos excepcionais dotes e virtudes que lhe ornavam o caráter.

A's 9 horas da manhã, quando Orestes Manfro atravessava o bosque de eucalitos, perto da Fabrica de Tecidos Lanificio São Pedro, da qual éra gerente, foi agredido, de inopinado, pelo individuo João de Deus Oliveira Filho que lhe deu tres facadas, sendo uma delas mortal.

Ha uma testemunha ocular, de nome Angelina Foger que, tendo assistido o fato de uma distancia de 50 metros, ponde conhecer o criminoso, que deixando os chinelos e um pano embebido em sangue onde se presume tenha limpado a faca fugiu logo após.

Manfro, completamente banhado em sangue, conseguiu caminhar até as proximidades de sua residencia, sendo, dali, introduzido em sua casa, e depois de declarar o nome de seu gratuito inimigo, faleceu.

O assassino é um moço de 26 anos e diz-se procedente de Bom Jesus.

Residia em Galopolls ha oito mezes tendo levado a efeito o barbaro crime pelo simples fato do sr. Manfro não o haver admitido como operario na fabrica.

O dr. Olmiro de Azevedo, sub-chefe de Policia, de imediato, se dirigiu ao local tendo procedido rigoroso inquerito.

Tomou as medidas necessarias e urgentes no sentido de caturar o delinquente João de Deus.

O auto de necropsia foi procedido pelo dr. Gatoni, medico aqui residente.

Com grande acompanhamento realizou-se esta manhã o enterro do desventurado Orestes Manfro.

Em signal de pesar e luto o comercio, as fabricas e as repartições publicas não abriram suas portas esta manhã, e as sociedades Juvenil e Juventude hasteram bandeira a meio páu.

Ao baixar o corpo de Manfro á ultima morada, falaram os srs. Padre Marquezi e dr. Paulo Rache.

**O** vendedor moderno separa sistematicamente uma porcentagem ponderavel destinada ao anúncio do seu negocio.

Reportagem feita pelo jornal O Momento no dia 08 de junho de 1933, descrevendo como se deu o crime e quais as providências tomadas pela polícia. Autoria: não identificada. Data: 08 de junho de 1933. Fonte: hemeroteca do AHMJS/Banco de dados virtual da Câmara dos Vereadores de Caxias do Sul.

<sup>21</sup> É importante destacar que o Partido Republicano Liberal (PRL), dentro do recorte temporal analisado, foi uma agremiação criada com o intuito de unir o Partido Libertador (PL) e o Partido Republicano Riograndense (PRR) – este, que aglutinou os membros da Sociedade Príncipe de Nápoles durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. Todavia, as filiações ideológicas do PRL confundem-se se for levado em consideração que o posicionamento favorável ou contrário tanto ao governo regional como ao federal foi se adaptando aos interesses de seus integrantes no decorrer da Revolução Federalista (1893-1895), Revolução de 23 (1923) e o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934). De toda forma, o partido sempre esteve estreitamente ligado ao catolicismo e ao positivismo, o que, dentre outros interesses político e econômicos, garantiu a ampla adesão de membros da Região Colonial Italiana. Loraine Slomp Giron (2017), afirma que os membros da elite caxiense, sendo muitos deles imigrantes tutelados, independentemente da sigla partidária, sempre estiveram favoráveis ao Duce.

A criação de mitos, heróis, demanda a insurgência de um anti-herói – como foi o caso de João de Deus. Acontece que toda dissidência dentro de uma comunidade deve ou ser absorvida ou perecer: “as duas alternativas apontavam em última análise para o mesmo resultado. A primeira significava a aniquilação da diferença e a segunda a aniquilação do diferente” (BAUMAN, 2003, p. 85).

Suspensos no limbo entre a promessa de integração plena e o temor da exclusão permanente, os membros da minoria nunca saberão se é realista ver-se como agentes livres na sociedade, ou se é melhor esquecer a ideologia oficial e reunir-se a outros que compartilham a mesma experiência... [...]. Cara, você ganha; coroa, eu perco. (p. 86).

Enquanto uns pereciam, outros acabavam por aceitar a assimilação – mas nunca sem resistência e, na maioria das vezes, assumir-se como assimilado era apenas da boca para a fora. É o caso de Pedro da Silveira Dutra, operário “brasileiro” que incitou à uma das poucas greves ocorridas no Lanifício São Pedro que se tem registro, sendo o responsável por desligar as caldeiras do setor de tinturaria. Conforme aponta Comarú (2020), embora a classe operária caxiense fosse frequentemente associada à passividade pelas mídias regionais, em 4 de dezembro de 1931 os tanoeiros da Vinícola Luiz Antunes Cia. declararam greve, bem como os tecelões do Lanifício São Pedro. A medida assustou o então intendente Miguel Muratore<sup>22</sup>, que por meio de dois telegramas disponíveis na coleção da Secretaria do Gabinete do AHMJSA, solicitou o apoio policial da capital:

Palácio – P. Alegre

Comunico a v. excia. Que, hoje, pela manhã, em Galópolis, sede 3º distrito, operários fabrica tecidos Chaves Almeida, por motivo serviço interno, modificação horas trabalho, aumento vencimentos, em reduzido número, declararam-se em greve, obrigando demais a não trabalharem, sob ameaça [...] foram tomadas imediatas providências, tendo feito seguir força brigada guarnecer fabrica sob direção subprefeito [...] assunto caminha solução conciliatória esperando-se grevistas retomem trabalhos. (AHMJSA – Acervo da Intendência Municipal de Caxias e Prefeitura Municipal de Caxias do Sul).

Palácio – P. Alegre

Tendo classe tanoeiros se declarado em greve, atualmente pacífica porém com ameaças, não mantendo prefeitura força número suficiente, visto estarem vários praças destacados sede Galópolis, garantindo trabalho fábrica tecidos, e prevendo, devido atitude grevistas, duração movimento, solicito V. Ex<sup>a</sup> providências remessa dez homens Brigada, para auxiliar destacamento aqui. (AHMJSA *apud* COMARU, 2020, p. 170).

<sup>22</sup> Muratore, segundo Giron (2017), também era membro da Sociedade Príncipe de Nápoles e presidiu o Conselho Municipal de Caxias do Sul juntamente com Orestes Manfro.

A greve foi apartada, mas trouxe resultados: ainda segundo Comarú (2020), ela foi o ponto culminante para a primeira organização sindical da cidade, como se perceberia com a constituição da Sociedade União Operária, criada no mesmo ano. Esta Sociedade foi diluída conforme a política desenvolvimentista de Vargas se estendia sobre o território nacional, mas ainda antes em Galópolis, onde “os problemas com os operários eram resolvidos individualmente e dependiam da sensibilidade do gerente” (HERÉDIA, 2017, p. 199). Foi por meio deste modelo “sensível” de mediação de conflitos que Pedro da Silveira Dutra foi demitido e, juntamente com o irmão, migrou para Porto Alegre (ERLO, 2021-2022)<sup>23</sup> – onde, ironicamente, conseguiu emprego na Tecelagem Sperb, de Novo Hamburgo, que em 1981 foi adquirida pelo Grupo Sehbe e integrou parte do parque industrial do Lanifício Sehbe S.A. A esposa, Hermínia Forner da Silveira Dutra, preferiu permanecer em Galópolis com o filho de dois meses, onde começou a trabalhar como tecelã na fábrica, sendo admitida no dia 12 de dezembro de 1931.

Baseada na Constituição de 1934 que controlou o movimento operário sob o domínio populista das leis trabalhistas, a empresa estabeleceu uma nova forma de domínio sobre os operários: em 13 de agosto de 1939 foi fundado um sindicato distrital. Esta entidade, presidida inicialmente pelos fundadores do Círculo Operário, destinava-se apenas aos mestres e contramestres da indústria de fiação e tecelagem e claramente sofria com a prática coercitiva da fábrica. Somente anos mais tarde os trabalhadores passaram a se associar e a consequente eleição de um novo grupo de dirigentes em 1945 representou uma breve, porém substancial vitória para a classe operária galopolitana.

Em 21 de novembro de 1945, iniciou-se uma nova fase de ação no sindicato de Galópolis, com a eleição de uma nova diretoria. Esta era presidida por Hilário Buselato e pelos seguintes componentes: Cláudio A. Bello, Henrique Huzinkí, Eugênio Pegorin, Albino Bordin e Francisco Pozzar. Como suplentes foram eleitos: Aquelino Felippi, José Fontana, Honorino Sandi, Luiz Canale, Thomas Vidor e Orestes Raglio. Esse grupo de operários conduziu pela primeira vez a discussão com os dirigentes da fábrica sobre as leis de férias e a demissão dos empregados, baseando-se nos estatutos da entidade, que solicitava prazo para a defesa dos operários demitidos, fato que revela um avanço em termos da classe operária que, naquele local, sempre desempenhou um papel de subordinação satisfeita. Naquele período, o sindicato contava com 318 sócios, o que representava mais de 55% dos operários do Lanifício. (HERÉDIA, 2017, p. 202).

---

<sup>23</sup> Informações coletadas na roda de memórias do Inventário Participativo de Galópolis no dia 16 de agosto de 2022.

Contudo, em 1949 o sindicato foi determinante para instituição do repouso semanal remunerado que, embora estabelecesse o descanso dominical gratificado, obrigava os operários a cumprir integralmente seu horário de trabalho sob pena de redução salarial e assédio moral. As entrevistas feitas com as operárias e ex-operárias do então Lanifício São Pedro para a dissertação de Maria Abel Machado (1998) retratam que a maioria das trabalhadoras da fábrica estavam satisfeitas pelo fato de poderem trabalhar e auxiliar com a renda familiar. Poucas eram as queixas que delas partiam pois, conforme uma das entrevistadas aponta – com relutância –, havia uma face velada na gestão de gerentes e contramestres que ilustra com precisão a relação entre assimilação e perecimento:

A referência mais ousada foi a de Zoraide, que trabalhou durante 15 anos no Lanifício São Pedro e que declarou: ‘sempre tive muita dificuldade com os contramestres. As operárias eram divididas em dois grupos, as que fechavam com o contramestre, porque cediam às suas pressões e as que não fechavam; as do segundo grupo eram obrigadas a executar as tarefas mais difíceis, sofriam um controle mais rígido no horário e na produção, tinham que andar na linha’ (p. 108).

Na reunião do dia 25 de junho de 1950, registrada no livro II de Atas do Sindicato de Mestres, Contramestre e Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Galópolis (1950, p. 28), aponta uma nova denúncia contra a fábrica, onde se afirmava que esta “[...] vem coagindo os trabalhadores com ameaças e represálias e com uma onda de indenização a todo aqueles que vão para o sindicato, ou em suas assembleias, a fim de pedirem melhorias de salários [...]” e convida os “[...] dignos juízes do trabalho que venham em Galópolis ver com seus olhos a dura realidade que atualmente atravessa o trabalhador de Galópolis” (p. 29). Porém, este foi um dos últimos casos registrados de descontentamento que demandou intervenção externa. A gestão conciliadora do Sindicato “mostra fases de avanços e recuos, muito mais determinados pelas lutas sociais do movimento operário brasileiro do que da atuação direta e da organização da classe operária da Companhia Lanifício São Pedro S.A.” (HERÉDIA, 2017, p. 274), conforme ilustra um movimento muito mais recente realizado contra a reforma trabalhista e da previdência (figura 29), que ocorreu por todo o país em 2017.

Figura 29 - Paralisação da BR 116 por filiados ao SindiGal

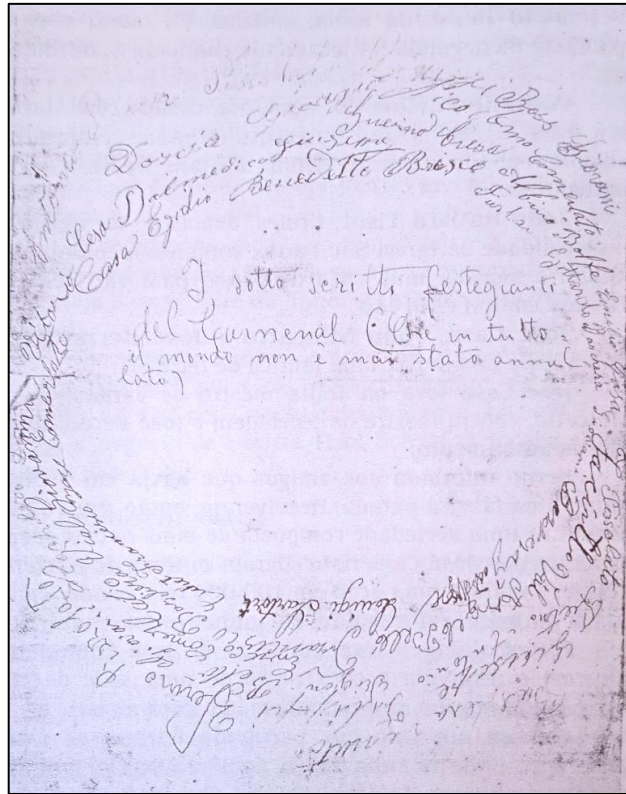


Manifestantes paralisaram a principal rodovia que corta Galópolis contra a reforma trabalhista e previdenciária, aprovadas após a sanção do então presidente Michel Temer à Lei Nº 13.467, de 26 de abril de 2017, que flexibilizou os direitos previstos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Autoria: não identificada. Data: 28 de abril de 2017. Fonte: acervo do SindiGal.

Assim seguia a dinâmica industrial de Galópolis: a fábrica financiava todas as atividades assistenciais, sociais e recreativas, instituindo uma dominação simbólica, informal, “[...] que impunha a aceitação de uma série de regras e comportamentos, por meio das instituições, das quais os operários frequentavam, englobando a escola, a cooperativa, a igreja, o sindicato e outras [...]” (HERÉDIA, 2017, p. 238) entidades coercitivas e integradoras sob o lema das *Encíclicas Rerum Novarum* do Papa Leão XIII e o *Quadragésimo Anno* de Pio XI, seguindo o lema “o trabalho cada vez mais dominante, a natureza cada vez mais dominada e o capital cada vez mais proporcionado” – princípio norteador do Círculo Operário.

Na Galópolis do Lanifício São Pedro, dos Chaves Barcellos, havia um esforço para a manutenção da sua homogeneidade e “mesmidade” por meio da instituição de barreiras simbólicas que previam a continuidade da imobilidade da mão de obra – aspectos determinantes para a caracterização deste período como uma “comunidade imaginada”, que por vezes tinha sua ilusão rompida devido à demanda por mediações de conflitos de classes. É o caso do abaixo-assinado (figura 30), onde os operários pediam folga para a comemoração do carnaval, mas, receosos diante das pressões internas, assinaram-no de forma circular para que nenhum fosse culpabilizado pela insurreição.

**Figura 30 - Abaixo-assinado circular demandando folga para o carnaval**



Abaixo-assinado promovido pelos operários que demandavam folga para a comemoração do carnaval, conforme lê-se na demanda ao centro: “*I sotto scritti festegianti del Carneval Che in tutto el mondo non è mai stato annullato*”<sup>24</sup>. Fonte: SPINATO, 1998, p. 98.

Embora repressivo e traumático para muitos dos trabalhadores-habitantes galopolitanos que até hoje têm dificuldade em discordar da visão positivada do “valor do trabalho” no bairro, o paternalismo dispunha de todos os elementos básicos para a sua sobrevivência e interação em Galópolis. Havia, mesmo em detrimento da liberdade individual e do valor de uso da força de trabalho, um bem-estar promovido pelo senso de pertencimento a um grupo homogeneizado, sectário e autossuficiente, o que garantia um alto nível de segurança e perspectiva de futuro para si e seus descendentes. Herédia (2017, p. 246) contribui com este argumento, indicando que

As relações de dominação e subordinação no interno da fábrica refletiam o caráter de autoritarismo existente e a forma como a solidariedade entre os operários se mantinha pelo processo de dominação. Entretanto, os operários se sentiam parte da fábrica, como se fossem também propriedade da mesma. Esse sentimento presente na família operária impedia maior politização por

<sup>24</sup> Em tradução literal: “os ‘abaixo-assinantes’ festejam o carnaval que em todo o mundo nunca foi anulado/é comemorado”.

parte da classe, como se reivindicar direitos referentes à condição operária significasse um ato de deslealdade ao patrão. Esse sentimento impedia, ao menos em tese, a elaboração de uma consciência de classe. A ambiguidade nas relações de trabalho, tanto na fábrica como na vila, fortalecia esse sentimento, impedindo que ocorresse a separação da esfera fabril da doméstica. Por outro lado, as instituições criadas na vila e mantidas pela fábrica fortaleceram a absorção os valores burgueses, como modelo exemplar de comportamento, postura e estilo de vida.

Conforme as gerações subversivas que fundaram a *Società Tevere e Novità* desapareciam, de suas lacunas nascia a naturalização desta comunidade inventada, passiva. Deste território identitário dependente, das tradições ora recicladas, ora inventadas da fé católica, do orgulho do trabalho e das raízes étnicas – construídas já em solo brasileiro com grande influência da *italianità* fascista, uma vez que os primeiros imigrantes italianos chegaram no país logo após a unificação italiana e, logo, a unidade nacional da Itália ainda não havia se consolidado –, seguiram-se consequências que até hoje irrompem em seus moradores: uma das principais e fundamentais para compreender Galópolis hoje é a ausência de independência na autogestão de seu território.

Quando o Lanifício São Pedro começou a mostrar os primeiros sinais de baixa lucratividade, ainda em 1975, os fios que compunham a trama do território identitário de Galópolis começaram a esgaçar. Com a compra de novos equipamentos em um período de instabilidade cambial devido à desvalorização do cruzeiro, a fábrica começou a se endividar e no ano de 1978, pela primeira vez, apresentou prejuízo. A segurança que a garantia da subsistência provida pela empresa trazia para a vida operária sofreu danos significativos que, conseqüentemente, fizeram as incertezas emergirem. A troca de gestão dos Chaves Barcellos para o Grupo Alfred e a formalização do Lanifício Sehbe no ano de 1979 representou a aproximação da “comunidade ideal” à percepção de sua versão real pois, além da venda de uma parcela considerável dos bens fabris, a névoa do controle ideológico a partir da fábrica também começou a se dissipar. Mas não desapareceu da dinâmica da vila – aliás, ela foi potencializada no intuito de retomar a segurança em vias de ser completamente perdida.

A incerteza acerca do futuro que o esgaçamento dos aspectos da identidade naturalizada inseriu na cosmovisão dos galopolitanos pode ser compreendida pelo que Françoise Hartog (2014) denomina como “crise do regime de historicidade” ou “atmosfera presentista”. Para o autor, esta ruptura entre temporalidades reflete a crise



da modernidade, quando a visão futurista de progresso, avanço e “evolução” humana se desfez sob a ótica do trauma, sobretudo do pós-guerra. A ruptura entre as categorias de espaço e horizonte, experiência e expectativa – conforme também aponta Kosellek (2006) – criou um ambiente instável onde a esperança no amanhã foi substituída pelo medo e insegurança, em que

A luz projetada a partir do futuro diminui, a imprevisibilidade do porvir aumenta, o presente torna-se categoria preponderante, enquanto o passado recente – aquele que surpreende por “não passar” ou que inquieta por “passar” – exige ser incessante e compulsivamente visitado e revisitado. (HARTOG, 2014, p.180).

De forma semelhante, Walter Benjamin ilustra a crise de perspectiva por meio da obra “Angelus Novus” (figura 31), de Paul Klee:

Há um quadro de Paul Klee que se chama Angelus Novus. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1994, p. 226).

**Figura 31 - Angelus Novus, 1920**



Angelus Novus, 1920, tinta nanquim e tinta à óleo sobre papel. Autoria: Paul Klee. Fonte: acervo do Museu de Israel.

Em Caxias do Sul, o presentismo foi reforçado pelo Centenário da Imigração Italiana, comemorado em 1975. Em uma tentativa de revitalizar – conceito que pode ser problematizado, pois insinua dar vitalidade a algo que já morreu – os costumes étnicos “da fé e do trabalho” (slogan da gestão municipal até 2015), passou a se reificar a figura do imigrante italiano como produto mercadológico à consolidação da história da cidade como “pérola das colônias”. Nesta data o Museu Municipal de Caxias do Sul – instituição criada ainda em 1947 mas desativada em 1967, quando sua sede foi demolida e boa parte de seu acervo foi extraviada – foi reaberto e em 1976 foi criado o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Dali, viu-se a seletividade na salvaguarda de acervos, majoritariamente compostos por artefatos fetichizados alusivos à imigração italiana e à industrialização que dela decorreu – o que pode ser associado à tendência de homogeneização da identidade local desta comunidade étnica idealizada.

Foi neste momento que o termo “comunidade” começou a se fazer mais presente também na realidade dos moradores de Galópolis, o que representou justamente uma tentativa de autocercamento para impedir a liquefação da identidade local – uma vez que a chegada dos Sehbe, anunciada como a “compra de Galópolis” nos principais periódicos da cidade, instituiu uma nova forma de controle fabril, com a racionalização do trabalho e do desengajamento. Embora nos primeiros anos da nova gestão houvesse a intenção de manter a estrutura e a superestrutura fabril vigente até então, em pouco tempo ela foi diluída pela imprevisibilidade da modernidade líquida. A ruptura com o modelo panóptico que instaurou os limites de Galópolis tornou-se uma alternativa mais lucrativa e, logo, foi implementada da gestão fabril. “A dinâmica e a rotinização do processo de produção, a impessoalidade da relação entre trabalhador e máquina [e] a eliminação de todas as dimensões do papel produtivo que não as tarefas fixas da produção” (BAUMAN, 2003, p. 37) substituiu os laços comunitários reforçados pelos gerentes.

Com o afrouxamento dos laços solidários entre os operários e a consequente instituição do trabalho por mérito individual, incitou-se a incerteza dos “governados sobre o próximo movimento dos governantes – se estes se dignarem a fazê-lo. [Assim] as chances de resistência aos movimentos dos detentores do poder, e particularmente de resistência firme, organizada e solidária, são mínimas” (BAUMAN, 2003, p. 42). Sem o poder paternalista, criou-se um vácuo de poder que foi rapidamente preenchido pelo Estado – para a supressão de aspectos estruturais básicos à sobrevivência –

mediado pelas entidades comunitárias criadas pelos moradores – atuando sobretudo na superestrutura, nos aspectos simbólicos e identitários, mas também assumindo demandas não cumpridas pelo Poder Público. Foi justamente neste momento de “progresso” nas liberdades individuais, que ocorreram as primeiras investidas contrárias, com o objetivo de preservar as reminiscências materiais e imateriais do período industrial áureo, buscando restituir aspectos da segurança perdida por meio do comunitarismo<sup>25</sup>.

O comunitarismo, também chamado de voluntarismo por Bauman (2003) surge como reação ao fim da comunidade. O simples fato de os moradores de Galópolis, já sem a obrigação de manter a coerção ideológica a qual foram submetidos, se considerarem comunidade, significa que esta comunidade idealizada há muito se desfez. “A comunidade ‘falada’ (mais exatamente: a comunidade que fala de si mesma) é uma contradição em termos” (BAUMAN, 2003, p.17), pois o autorreconhecimento, a autoperpetração e a autorrealização de um grupo são artifícios de uma modernidade exclusivista. Para o autor, as características básicas da distinção, pequenez e autossuficiência precisam estar unidas para proteger a comunidade das ameaças externas. Por sua vez, estando estes preceitos intactos, não há espaço para a reflexão ou experimentação com o outro. Logo, sem o “outro”, não há “nós”.

De tal forma, ver-se diferente do outro é assinar um contrato artificialmente produzido. Este exclui a individualidade – a possibilidade de contato com o outro – para assegurar a certeza do pertencimento enquadrado nos preceitos reproduzidos para manter a mesmidade da comunidade, construída a partir da experiência vivida em grupo e da busca de uma expectativa inalcançável – já que a partir do momento que se alcança a comunidade, o comunitarismo, isto é, a mobilização para a manutenção da territorialização identitária se extingue e, conseqüentemente, a comunidade entra em risco. Por isso, novamente, é “precisamente quando a comunidade entra em colapso [que] a identidade é inventada” (HOBBSAWM *apud* BAUMAN, 2003, p. 20).

O processo de desestruturação/reestruturação – ou melhor, desterritorialização/territorialização (HAESBAERT, 1994; 2004) – das comunidades

---

<sup>25</sup> Estes aspectos serão desdobrados nos capítulos “3 AS LINHAS TENSIONADAS DA(S) MUSEALIDADE(S)” e “4 OS NÓS DA AUTOGESTÃO”.

tende a ser cíclico e contínuo: em Galópolis, iniciou com a inserção dos agricultores e artesãos no *LaneRossi*, atravessou o oceano e fundou a *Società Tevere e Novità*; foi enquadrada no modelo paternalista de gestão do Lanifício São Pedro; e, após sua decadência, voltou a reproduzir os limites do trauma do panóptico na intenção de criar um lugar “aconchegante”, de pertencimento a quem compartilhasse do acordo mútuo. Este acordo foi reforçado após a decadência do Lanifício Sehbe, quando a passividade operária foi rompida para transformar a empresa que não mais representava a comunidade idealizada novamente em uma cooperativa – a mesma que fundou Galópolis há mais de cem anos.

Em relato durante um encontro do Inventário Participativo de Galópolis (ERLO, 2021-2022), o então presidente do SindiGal, Renato João Dall’Agnol, relembrou das noites de vigília compartilhadas por ex-funcionários no parque fabril para proteger o maquinário e bens móveis da depredação, com o intuito de possibilitar a continuidade do trabalho e renda quando da formação da Cooperativa de Tecidos Galópolis. Mesmo com o aparato repressivo do Estado destacado para impedir o que foi interpretado como “invasão” ao interior da fábrica, segundo Dall’Agnol, o diálogo foi o suficiente e não houve violência na ação policial (figura 32) – mas houve intimidação e a tentativa de levá-lo preso, que não foi efetivada pois todos os operários presentes na ocasião interporam-se, criando uma barreira em seu entorno. Demais presentes no encontro lembraram do barulho dos cacetes contra os escudos, afirmando que nunca conseguiram esquecê-los.

**Figura 32 – Tropa de choque destacada para conter a mobilização dos ex-operários**



Registro de um momento de negociação com policiais da tropa de choque destinada a repreender os manifestantes que ocupavam a massa falida do Lanifício Sehbe, na entrada do parque fabril. Ao centro, Renato Dall’Agnol. Autoria: não identificada. Data: 1999. Fonte: Acervo do SindiGal.

Do perfil grevista inspirado nos fundadores da Società Tevere e Novità, surgiu a Cootegal. Sua formalização, todavia, não se deu sem conflitos internos, que trouxe ressentimentos aos operários que não foram incluídos na nova gestão. A escolha da modalidade cooperativa também ocasionou embates. Mas de toda forma, ela corrobora para a ideia de manutenção do poder paternalista pois, conforme aponta Ferri (2018, p. 115), “com a fundação da Cootegal, permanecem muitos traços da gestão privada heterogestionária, mesmo sendo organizado o Lanifício como uma cooperativa”.

Esse tipo de condicionamento restringe a maioria dos trabalhadores à possibilidade de uma visão do conjunto e de uma compreensão de vários outros pontos de vista, necessidades envolvidas e possibilidades de relacionamento e desenvolvimento pessoal mais dinâmico, tendendo a uma consciência individualizada e fragmentada da realidade existente. (FERRI, 2018, p. 115).

No intuito de preservar um identitarismo sectário, o comunitarismo – expresso pelas ações dos moradores e pela retomada do cooperativismo –, mesmo inconscientemente, perpetuou os limites territoriais, a alienação, a dominação (embora não na mesma intensidade punitiva) e criou novas ameaças dentro e fora do parque fabril. O processo de “guetificação” voluntária (BAUMAN, 2003; HAESBAERT, 2004) é um claro exemplo de quais foram as ações tomadas no bairro no intuito de alcançar a segurança e construir uma possibilidade de futuro reproduzindo o passado e atomizando o presente. As cercas cada vez mais altas, o monitoramento por

câmeras (figura 33) e o policiamento comunitário cria uma ideia de segurança coletiva, mas o efeito é justamente o contrário: “os moradores descobrem, decepcionados, que, quanto mais seguros se sentem dentro dos muros, tanto menos familiar e mais ameaçadora parece a selva lá fora, e mais e mais coragem se faz necessária para aventurar-se” (BAUMAN, 2003, p. 106).

**Figura 33 - Placa de monitoramento por câmeras**



Uma das 20 placas instaladas em pontos de grande visibilidade no bairro Galópolis durante o processo de cercamento eletrônico para monitoramento via câmeras de segurança. Para conseguir os recursos necessários à sua implantação, a comissão “Galópolis segura” realizou jantares e rifas. Autoria: Naylane Sartor. Data: 27 de outubro de 2022. Fonte: acervo da autora.

Neste momento de ruptura percebeu-se, através das incursões do Inventário Participativo de Galópolis (ERLO, 2021-2022), dois movimentos tanto distintos como complementares se desenvolvendo como fatores internos na comunidade de Galópolis<sup>26</sup>: o engajamento dos favoráveis às entidades comunitárias; e o desengajamento dos contrários ou indiferentes à estas expressões voluntárias. Ambas as situações são permeadas por fatores externos, sendo que dois agentes

<sup>26</sup> Reitera-se aqui que ao longo do trabalho será utilizado o conceito de “comunidade” de forma crítica, referindo-se a “comunidades” (no plural) e sempre inculcando sobre ele os dilemas e contradições que seu uso e abuso traz para a dinâmica sociocultural de Galópolis.

externos merecem atenção nesta pesquisa: o Estado – representado pela Prefeitura de Caxias do Sul por meio da Subprefeitura de Galópolis, que assumiu as responsabilidades assistenciais oriundas do desmonte paternalista – e a iniciativa privada – com seus projetos de fomento ao turismo.

Os engajados buscam integrar os desengajados – mas territorializados – no intuito de reestabelecer uma coletividade coesa no bairro que aponte um norte em comum para o desenvolvimento local e à sensação de segurança familiar. Normalmente, tomados pelo sentimento da nostalgia, eles formam uma parcela da população que viveu os tempos áureos do paternalismo fabril, que tiveram contato com o discurso positivado deste período, ou ainda moradores recém territorializados ou “galopolitanos” extraterritoriais. Assim, sua postura é de retomada de suas raízes por meio de atividades comunitárias promovidas por entidades voluntárias locais, tendo sua maior representação expressa pela Associação dos Moradores de Galópolis (AMOG) e seus desdobramentos, como o Ponto de Cultura Galópolis Fortalecendo Laços e o Centro Comunitário e Cultural Galópolis<sup>27</sup>.

Já os contrários ou indiferentes, isto é, os moradores “enjaulados”, partem da premissa de que toda forma de voluntarismo carrega em si a perda de sua liberdade e esforço individual, negando seus feitos meritocráticos e demandando a destinação de um tempo que cada vez mais parece fugir às suas mãos (BAUMAN, 2003; HARTOG, 2014). Esta visão, própria de um cosmopolitismo globalizante da crise do regime historicista, ocasiona o desengajamento – ou desenraizamento – comunitário e fomenta a construção de “ilhas” dentro da comunidade, caracterizadas por porções extraterritorializadas (BAUMAN, 2003; HAESBAERT, 2014) que só se voltam à identidade territorial quando há o vislumbre do lucro – normalmente por meio de um turismo que explora somente os aspectos estéticos da arquitetura e história da localidade, sempre de forma homogeneizante e romantizada. Desengajados, esta parcela da população de Galópolis é composta majoritariamente por jovens e adultos extraterritorializados, mas também por moradores territorializados que sentem-se parte da história local, mas não como protagonistas, ou então não veem-se representados pelas entidades supracitadas.

A extraterritorialidade afeta diretamente no pertencimento ao solo, inferindo sobre todos os seus partícipes sob a forma de desterritorialização relativa ou absoluta

---

<sup>27</sup> A atuação destas entidades será mais bem apresentada no capítulo “3 AS LINHAS TENSIONADAS DA(S) MUSEALIDADE(S)” e “4 OS NÓS DA AUTOGESTÃO”.

(HAESBAERT, 1994) – que, por sua vez, sempre desdobra-se na posterior reterritorialização em outro espaço ou identidade territorial. Aplicando os conceitos na realidade apresentada, pode-se exemplificar a desterritorialização relativa por meio da saída de habitantes de Galópolis que migram para outras regiões, mas que, por vezes, ainda podem carregar consigo o identitarismo que construiu a localidade. Já a sua versão absoluta, que consiste na negação aos princípios de autorreconhecimento como membros da comunidade, ilustra-se na vergonha de pertencer ao lugar justamente pela sua identidade territorial, que ocasiona a negação da comunidade e do senso de pertencimento.

O êxodo dos jovens que migram para os núcleos urbanos próximos é um vislumbre destes embates. Diante do discurso do “Galópolis era” e a reação nostálgica que ele causa nos territorializados, a juventude que não chegou a enraizar-se por não ter vivido o auge da comunidade ideal, não alcança o autorreconhecimento necessário à perpetuação do voluntarismo comunitário e, logo, optam por desvincular-se de suas formas de expressão. O aumento do número de idosos e a consequente diminuição da população jovem e adulta no bairro ilustra esta dinâmica de território-territorialização-territorialidade<sup>28</sup>: segundo o último Censo (IBGE, 2011)<sup>29</sup>, Galópolis era o bairro da cidade de Caxias do Sul que detinha o maior percentual de moradores com mais de 60 anos – sendo 17,5% da população total de 2.377 habitantes – e o terceiro com o maior índice de envelhecimento – alcançando o número 139,1. Sua imobilidade contrasta com o número móvel de jovens e adultos dependentes (17,9%).

Embora o movimento comunitarista busque engajar os desenraizados, estes nunca deixarão de existir, pois apresentam-se como reação à sua incorporação e restrição de liberdades individuais – e, porque sem a ameaça dos desenraizados contrários à ordem comunitária já não existiria motivos para a atividade comunitarista existir. São relações interdependentes, que se desdobram sobre um mesmo território e o reconfiguram de acordo com as transformações que seus embates gerados interna e externamente inserem sobre os seus limites reticulares e zonais. E, mais do que os

---

<sup>28</sup> Aliada a outras questões fundamentais, como a falta de oferta de emprego e lazer na localidade, que estão intrinsecamente ligados ao processo de extraterritorialização de Galópolis, formando migrações pendulares diárias ou semanais.

<sup>29</sup> Embora os últimos dados sejam do censo de 2010 (publicados em 2011), analisando os resultados da penúltima edição da pesquisa (IBGE, 2000), acredita-se que a pirâmide etária do núcleo urbano de Galópolis tenda a ter sua base cada vez mais estreita ao passo que seu topo será alargado. A taxa de crescimento absoluto do bairro foi de apenas 7,1% em 10 anos (totalizava 2.209 habitantes em 2000) – o quarto menor índice dentre os 43 bairros de Caxias do Sul (excluindo os bairros que surgiram após a realização do Censo 2000).



embates, são as mediações destes conflitos que interessam para esta pesquisa, pois tentam equilibrar a gestão territorial aliando a segurança comunitária às liberdades individuais – que não significa voltar à realidade idealizada, mas tornar a comunidade real mais palatável.

A constante busca pela (inter)mediação entre aspectos inicialmente tidos como opostos, universais e particularizantes, internos e externos, pode ser considerada uma das novas faces do território identitário de Galópolis, juntamente com a sua dependência de agentes externos. Tais máximas, segundo Bauman (2003, p. 129) orientam a busca da real comunidade ideal, mesmo quando ela “[...] continua teimosamente em falta, escapa ao nosso alcance ou se desmancha, porque a maneira como o mundo nos estimula a realizar nossos sonhos de uma vida segura não nos aproxima de sua realização”. De tal forma, “[...] em lugar de ser mitigada, nossa insegurança aumenta, e assim continuamos sonhando, tentando e fracassando” – em um ciclo infinito que expande-se ora de forma radicial, ora de forma rizomática, conforme será explicitado nos próximos capítulos.

### 3 AS LINHAS TENSIONADAS DA(S) MUSEALIDADE(S)

*E assim o operário ia  
Com suor e com cimento  
Erguendo uma casa aqui  
Adiante um apartamento  
Além uma igreja, à frente  
Um quartel e uma prisão:  
Prisão de que sofreria  
Não fosse, eventualmente  
Um operário em construção.*

(Vinícius de Moraes – Operário em construção)

A busca pela segurança comunitária demanda a instituição de símbolos que reforçam a identidade elencada como um aspecto unificante de coesão – e de coerção, no caso de Galópolis. A comunidade construída ao longo do período paternalista da localidade teve os elementos industriais, sobretudo sua materialidade e sua expressão no processo de sociabilidade, instituídos como prolongamento da vida dentro e fora do parque fabril. Desta forma, o significado delegado a esses bens pode caracterizá-los como patrimônios culturais que, no sentido etimológico do termo, representam a perpetuação de uma herança coletiva às futuras gerações – estas, responsáveis pela manutenção da força de trabalho na vila operária e, logo, indispensáveis para o engajamento na comunidade imaginada.

Para compreender quais são e como são instituídos os signos que estas expressões industriais das referências culturais representam em Galópolis, faz-se necessária uma breve incursão sobre os conceitos triádicos apresentados por Zbyněk Zbyslav Stránský (1926-2016), museólogo tcheco responsável pela sistematização do conhecimento específico acerca da Museologia<sup>30</sup> como a Ciência amplamente reconhecida contemporaneamente (SOARES, 2017). Suas contribuições instauraram um marco, a partir da sistemática disciplinar, que interligou o trabalho prático dos museus – a Museografia, tida até então como o objeto da Museologia – às suas reflexões discutidas nas academias – a Museologia – e seu pensamento replicou-se desde a Escola de Brno a todo o campo museal – sendo importante, todavia, contextualizar o período histórico que separava o Leste Europeu do Ocidente pela

---

<sup>30</sup> Será utilizado o termo “Museologia” com “M” maiúsculo sempre que seu uso fizer referência à ciência postulada a partir dos anos 1960, conforme sugere Soares (2017); no entanto na transcrição de citações diretas, optou-se por manter o formato utilizado pelo autor.

cortina de ferro da Guerra Fria, que abafou sua contribuição durante um longo período<sup>31</sup>.

Também é importante distinguir museografia de Museologia (CURY, 2003) dentro do campo museal para pensar as implicações conceituais na presente pesquisa. Em linhas gerais, conforme postula o Dicionário de Conceitos Museológicos (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013), ao passo que “[...] a museografia é definida como a figura prática ou aplicada da museologia, isto é, o conjunto de técnicas desenvolvidas para preencher as funções museais” (p. 57) – como a preservação, a pesquisa e a comunicação (PPC), conforme os moldes francófonos; e a administração, a conservação, a restauração, a segurança e a exposição, segundo a *museum practice* anglófona –, “[...] a museologia pode, assim, ser definida como o conjunto de tentativas de teorização ou de reflexão crítica sobre o campo museal, ou ainda como a ética ou a filosofia do museal” (p. 54).

Ambas, museografia e Museologia incidem sobre o chamado campo museal que, ainda segundo Desvallées e Mairesse (2013), trata-se do “[...] campo de referência no qual se desenvolvem não apenas a criação, a realização e o funcionamento da instituição ‘museu’, mas também a reflexão sobre seus fundamentos e questões” (p. 54). Aprofundando mais o debate, os autores do Dicionário buscam Stránský (1987) para argumentar que

Essa posição do museal como campo teórico de referência alarga consideravelmente as perspectivas de reflexão, pois o museu institucional aparece somente como uma ilustração ou uma exemplificação do campo (Stránský, 1987). Isso aponta para duas consequências: (1) não é o museu que suscitou o aparecimento da museologia, mas foi a museologia que fundou propriamente o museu (revolução copernicana); (2) esta aceção permite compreender como as experiências que escapam às características tradicionais do museu (coleções, prédio, instituição) fazem parte do mesmo problema, e torna possível que se aceitem os museus sem coleções, os museus “extramuros”, as cidades-museus [...], os ecomuseus ou ainda os museus virtuais.

---

<sup>31</sup> Além disso, embora esta pesquisa não objetive aprofundar-se neste debate, também é importante enfatizar que as tendências museológicas e museográficas variam ainda hoje por meio das visões anglófona e francófona: enquanto a primeira debruça-se, grosso modo, sobre o trabalho prático dos museus, a segunda, que é a linha conceitual em que este trabalho se insere, busca compreender as relações que atribuem significados entre o ser humano e o mundo, buscando agir sobre ambos (CARVALHO, 2017). Stránský é um autor que aborda de forma fenomenológica aspectos observados por ambas as vertentes supracitadas, as quais também auxiliaram na construção do pensamento stranskiano e vice-versa (SCHEINER, 2017). Todavia, a Metamuseologia proposta pelo autor difere das perspectivas apontadas pela Museologia Social, conforme será apontado mais adiante.

Em resumo, percebe-se uma transição entre vertentes do pensamento museológico ao longo do tempo, mas não de forma linear. Ocorrendo simultaneamente, as fases empírico-descritivas e as teórico-cognitivas traçam diferentes objetos de estudo. Aqui, como já foi citado, embora disserte-se também sobre uma iniciativa museográfica (as fases I e II do Museu de Território de Galópolis), ela por si só em nada importa aos objetivos deste estudo. Junto de outras experiências voltadas ao patrimônio industrial de Galópolis, ela é incorporada como fonte para a análise dos elementos considerados “museália” e seu processo de “musealização” que lhe imputa “musealidade”, reiniciando o ciclo expresso por Stránský (1980) – para quem o objeto de estudo da Museologia consiste não apenas na variável museu, mas sim toda relação entre o homem e o objeto que, por sua vez, sendo substrato da realidade, contribui à análise da sociedade por meio da Metamuseologia e outras vertentes epistemológicas<sup>32</sup>.

Para melhor compreender o sistema triádico museália-musealidade-musealização proposto por Stránský ao longo de sua trajetória como intelectual e profissional da Museologia, faz-se necessário sistematizá-lo como um ciclo em que todos os elementos, interdependentes, correspondem a determinada visão de mundo, uma cosmovisão. O objeto de museu, por exemplo, que o autor traduz como “museália”, consiste no objeto que recebe o valor museal, ou seja, que a partir da relação homem-objeto e sujeito-realidade recebe um significado como documento (musealização). Sua materialidade, sozinha, em nada importa, já que o valor não lhe é intrínseco; o objeto só se transforma em semióforo (POMIAN, 1984) quando um agente (do verbo “agir”) extrínseco intervém, reconhecendo seu significado (musealidade) para a compreensão do contexto em que vive e retirando seu valor utilitário (valor de uso) primário para enaltecer seu valor documental (valor de troca).

Jan Dólak (2017) apresenta os conceitos básicos do pensamento stranskiano, que sistematiza a musealização por meio dos processos de seleção, da tesaurografia e a posterior comunicação. A teoria da seleção proposta pelo museólogo consiste na coleção (do verbo “coletar”) ativa ou passiva de objetos conforme sua valoração como evidência – ontológica (assumindo função identitária), iconográfica (visualidade) ou

---

<sup>32</sup> Para o autor, todas as demais linhas de pensamento criadas, como a Museologia histórica, a Museologia geral, a Museologia Social, a Museologia Teórica, a Museografia e a Museologia especial, também deveriam partir da análise da relação entre homem-realidade, sujeito-objeto e a representação destas relações (GOMES, 2017).

informativa (codificada para facilitar a compreensão) –, como testemunho – mediado ou transformado (de acordo com o contexto de seleção) –, ou, ainda, de acordo com sua potencialidade “[...] na identificação de possíveis portadores de musealidade e na sua extração dos contextos de origem ou de onde foram descobertos” (DÓLAK, 2017, p. 184). A tesaurografia, por sua vez, transcende a teoria anterior, já que “[...] não é a mera seleção de elementos – embora muitos museus ainda trabalhem desse modo – mas a criação de um sistema de elementos selecionados que por um lado representariam de modo mais autêntico valores culturais” (DÓLAK, 2017, p. 184) com base em um vocabulário controlado, mesmo que, por outro lado, esta autenticidade seja relativa à realidade do sujeito que coleta e, logo, dinâmica. Já a apresentação, também apontada como comunicação por Stránský, remonta à construção de instrumentos que exponham, conectando gnosiologicamente o *thesaurus* museal à percepção de quem observa. Em todas estas etapas, a documentação é essencial.

“A musealização produz a musealidade, valor documental da realidade, mas que não constitui, com efeito, a realidade ela mesma” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 58). Em termos gerais, a musealidade, para Stránský, é o conjunto de características atribuídas à museália por meio do processo de musealização, sendo, ao mesmo tempo, meio e fim de uma cosmovisão calcada sobre uma realidade localizada no tempo e no espaço. Neste sentido, Gomes (2017, p. 281) ajuda a relacionar os termos expressos pelo autor – também compartilhados por Guarnieri ([1981] 2010) – quando afirma que “a musealidade está para o objeto musealizado, como a identidade está para o indivíduo numa sociedade, isto é, as características que o distinguem e o fazem pertencente a certo grupo em detrimento de outro, numa palavra, as classificações”. Isto enfoca que a musealidade é sempre uma interpretação transformada em representação de uma realidade com base em uma materialidade, construindo significados por meio da interrelação entre sujeitos e o meio que convivem.

Waldisa Rússio Camargo Guarnieri vai além da mera convivência em uma realidade, alcançando um aspecto central para esta pesquisa: a agência. Revisando o que Stránský apontou como musealidade, a museóloga brasileira instituiu o “Fato Museal”, isto é, a “[...] relação profunda entre homem, sujeito conhecedor, e o objeto, parte da realidade à qual o homem igualmente pertence e sobre a qual tem o poder de agir” (GUARNIERI, [1981] 2010, p. 123). Caracterizar o homem como sujeito que

conhece e pode agir sobre determinada realidade – além de informar o posicionamento político de Rússio Guarnieri que, segundo Gouveia (2018), era de esquerda – é um ponto central para fundamentar esta pesquisa, pois incide luz ao protagonismo dos agentes sociais, sempre inclusos em um contexto cultural, social, político e econômico, na atribuição de significados que inferem diretamente na transformação de sua condição na sociedade. Esta contribuição da museóloga insere-se nas discussões em torno da função social dos museus:

Waldisa Rússio estava alinhada ao debate da função social dos museus, que a impactou desde o início da década de 1970. Essa perspectiva ensejou sua formulação teórica de “fato museológico”, e do “museólogo como trabalhador social”. Aportando capitais simbólicos inéditos no campo museológico, a atuação de Waldisa Rússio ocasionou e explicitou dissensos entre os agentes, diretamente relacionados às noções em disputa no campo. Pela comparação entre o campo museológico e o do patrimônio, conclui-se que Waldisa Rússio foi exceção entre seus pares, ao ampliar a noção de preservação, vinculando-a com a ideia de participação e de memória como exercício de direito social. (GOUVEIA, 2018, p. 4).

A ruptura teórica e pragmática ocorrida no campo museal e museológico<sup>33</sup> sobretudo a partir da década de 1970 abalou as concepções estáticas de tipologias museais e museológicas preconizadas – e, para tal, cabe aqui discorrer de forma breve acerca destas noções<sup>34</sup>, retomando de forma breve as transmutações dos museus a nível internacional. Conforme aponta Dominique Poulot (2013), retomando o conceito grego de *mouseion* – que é renegado por diversos pesquisadores do campo museológico como origem da expressão museística – para justificar a demanda humana de “guardar o passado”, o autor instiga o pensamento crítico na análise dos papéis do museu-instituição ao estabelecer vínculos com a História (disciplina), reforçando que, sendo construtos de seu tempo e espaço, contextualizam os paradigmas que levaram às transformações dos gabinetes de curiosidades e antiquários aos museus de ciências naturais, de belas-artes e históricos. Poulot (2011, p. 475) problematiza estas expressões museais, sobretudo as exposições-ambiência, quando afirma que

<sup>33</sup> Alguns autores defendem a separação entre “campo museal” e “campo museológico”, mas neste trabalho, utilizando Desvallées e Mairesse (2013), utilizar-se-á o termo “museal” para a interrelação entre teoria e práxis, sendo referido o “campo museológico” apenas quando tratar especificamente da disciplina científica Museologia no âmbito acadêmico.

<sup>34</sup> Não se objetiva aqui fazer uma análise exaustiva acerca da história dos museus e da Museologia, mas sim compreender de que forma suas transformações e transversalidades agiram para a criação das tipologias inerentes ao objeto de estudo deste trabalho.

Reproduzir a vida da mesma maneira que ela foi vivida parece responder ao ideal do historiador Leopold von Ranke, que afirmou, em 1824, que não se tratava de "julgar o passado, de formar seus contemporâneos e assim determinar o futuro", mas sim de "mostrar o que realmente se passou". Na verdade, o museu muitas vezes leva a uma naturalização da história, quer dizer, sua mitologização (conforme definido por Roland Barthes), com simulacros cada vez mais e mais elaborados.

O autor reforça que esta é uma tendência encontrada não apenas nos ditos "museus tradicionais" supracitados, mas inclusive nas expressões do final do século XX e início do século XXI, que apagam um dos preceitos básicos da própria concepção museológica em torno do que é uma instituição museal (e que também se faz presente nas discussões contemporâneas acerca da historiografia): tudo é a representação de um posicionamento, nunca uma "verdade histórica". Para ele (POULOT, 2013), a exposição, isto é, uma apresentação efêmera feita com o objetivo de comunicar e assim possibilitar a circulação de determinado acervo, não deve preceder as demais funções de colecionar, conservar, estudar e interpretar – caso contrário, há o risco da perda dos fundamentos da missão da entidade que a promove por meio do congelamento de um passado teatralizado, "disneyficado" (MENESES, 2000). Mesmo assim, é o que mais se tem visto no modelo cosmopolita de museu: um "empreendimento canibal" (POULOT, 2011, p. 478) que, através de suas exposições compostas (ou não) por dispendiosos recursos digitais, "devora" seus pares na corrida para alcançar visitantes e garantir a visibilidade necessária à justificativa de sua manutenção.

É importante ponderar que Poulot (2013) também traça o argumento de que, embora sujeitos à mercantilização da cultura, os museus contemporâneos, por diversificarem seu público, também diversificaram seu acervo e vice-versa, trazendo aspectos positivos à inclusão de novos agentes e suas narrativas. Todavia, ainda há uma barreira simbólica que somente o critério da representatividade não derruba e, por isso, continua a impedir a democratização e o acesso universal a estas instituições, seja por questões econômicas, políticas, sociais ou mesmo culturais. Entre a tensão dos museus tradicionais, a devoração dos *blockbusters* desterritorializados e a adjetivação dos novos sujeitos – parafraseando Mário de Souza Chagas (2013) –, o foco dos museus e da Museologia em representar aspectos particulares e universalizantes acerca de uma ou mais realidades com base em coleções não é mais suficiente para atender às dinâmicas demandas sociais: é preciso

transformar, emancipar, integrar. Buscando suprir estas deficiências, a tão emblemática década de 1970 instaurou uma nova tendência museológica e museal: a Museologia Social<sup>35</sup>.

Na abertura da XV Conferência Geral do ICOM, Frederic Mayor, então Diretor Geral da UNESCO, referiu-se à “[...] aparição de museus comunitários, museus *'sans murs'*, ecomuseus, museus itinerantes ou museus que exploram as possibilidades aparentemente infinitas da comunicação moderna [...]” como manifestação da “revolução museológica do nosso tempo”, conforme citou Mário Moutinho no texto que inaugurou os debates conceituais sobre a Museologia Social a partir dos Cadernos de Sociomuseologia (MOUTINHO, 1993, p.7). Este importante periódico publicou, 15 anos mais tarde, a dissertação de Judite Primo – museóloga e pesquisadora referência para este trabalho – em que elegeu três aspectos que balizaram as transformações no campo museal sobretudo a partir dos anos 1970 (mas tiveram sua “pedra fundamental” lançada ainda na segunda metade da década de 1950):

- os documentos produzidos pelo ICOM/UNESCO;
- os trabalhos produzidos por diversos profissionais da museologia, preocupados com o papel do museu e da museologia na sociedade contemporânea; e, às quais se juntam de forma estrutural; e
- as lutas pelas transformações sociais. (PRIMO, 2008, p. 50).

A tríade proposta pela autora não precisa ser analisada na ordem supracitada para que a Museologia Social possa ser compreendida, principalmente se considerado o pressuposto de que o sujeito e sua manifestação na comunidade em que vive é o ponto de partida da expressão museal e museológica que se pretende relacionar à Galópolis neste capítulo. De tal forma, optou-se por historicizar o período em que as primeiras incursões feitas no intuito de dinamizar a função dos museus e da Museologia, uma vez que este processo significa localizar espacial e temporalmente a(s) sociedade(s) que as produziu(ram), seus agentes e construções – em outras palavras, compreender a musealidade que se atribuiu às próprias instituições museológicas. Pensando nos caminhos percorridos que levaram à década de 1950, no contexto internacional, o pós-guerra se arrastava com o ascenso da crise do regime historicista (HARTOG, 2014). A destruição e a pilhagem de coleções

---

<sup>35</sup> Não cabe um debate aprofundado acerca das semelhanças e diferenças entre Museologia Social e Sociomuseologia, apenas dar ênfase que ambos os conceitos tiveram mais inserção, respectivamente, no Brasil e em Portugal. Por isso, e pensando também no contexto de práxis museológica, optou-se pelo termo Museologia Social.



fizeram desaparecer fontes importantes para o fortalecimento das identidades nacionais e, com a função de preservar seus remanescentes, a recém fundada UNESCO criou o ICOM, ainda em 1946. No Brasil, o paternalismo de Vargas dava lugar ao desenvolvimentismo de Juscelino Kubichek após um longo período de alternância entre ditadura e democracia.

Na verdade, a democracia sempre foi (e continua sendo) frágil no território brasileiro, que em 1964 foi irrompido pela Ditadura Civil-Militar – precursora do Plano Condor que transformou a América Latina em uma arena experimental de combate ideológico a favor dos EUA durante a Guerra Fria e perdurou até a década de 1990, com sua abertura lenta, gradual e segura. Foi neste contexto, segundo Primo (2008, p. 49-50), que as Américas sediaram e produziram documentos no âmbito do

Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus, Rio de Janeiro, Brasil, 1958; a Mesa Redonda de Santiago, Chile, 1972; o I Atelier Internacional – da Nova Museologia, Quebeque – Canadá, 1984; a Reunião de Oaxtepec, México, 1984; e o Seminário “A Missão do Museu na América latina hoje: novos desafios”, Caracas, Venezuela, 1992.

Em linhas gerais, para Judite Primo (2008), estes eventos<sup>36</sup> – muito influenciados pelo lema “sejamos realistas, tentemos o impossível” de Maio de 68, com exceção do primeiro – tinham caráter interdisciplinar, internacional e reuniram principalmente profissionais e pesquisadores<sup>37</sup> que questionavam a falta de intercâmbio promovida pelo ICOFOM para além do eixo europeu, criticando também sua imobilidade na reformulação de definições que atendessem aos novos paradigmas sociais – o que resultou em uma ruptura no campo museal, formalizado pela constituição de um grupo dissidente de profissionais que preconizavam uma revolução na Museologia e nos museus: a Nova Museologia. Composto por Hugues

---

<sup>36</sup> Os eventos referenciados por Primo (2008) como marcos da Ecomuseologia tendem a se repetir na análise de outros pesquisadores do campo museal. Todavia, alguns, como Peter Van Mensch (CÂNDIDO, 2003).

<sup>37</sup> A maioria dos presentes eram ligados à Museologia e aos museus, mas profissionais e pesquisadores de outras áreas também construíram os eventos citados. A Mesa Redonda de Santiago do Chile, evento que em 2022 completa 50 anos e segue sendo referência no âmbito da Museologia Social, foi marcado pela ausência de um convidado que não participou pela negação do governo ditatorial de seu país em liberar sua saída: Paulo Freire, patrono da educação brasileira. Mas as lacunas deixadas pela falta de documentação do antológico evento, referenciadas pela pesquisa ainda em andamento pelo grupo de pesquisa MINA – Museologias Insurgentes de Nuestra América (vinculado à Cátedra da Unesco “Educação, Cidadania e Diversidade Cultural” da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias) ressaltam a invisibilização de narrativas advindas da própria América Latina, ao passo que, estando sob regimes ditatoriais, ao enviarem representantes pró-regime, provavelmente teriam divergido da postura emancipadora apontada como fruto das definições museológicas produzidas no evento.

de Varine, Pierre Mayrand, Maude Cére, René Rivard, Rosanne St. Jacques, Etienne Bernard, Mário Moutinho, Eulália Janer, Miriam Arroyo de Kerriou, Marc Maure, William Saadé, Alain Nicolas, António Nabais, Manuela Carrasco, Evely Lethalle, dentre outros<sup>38</sup> (PRIMO, 2008), este grupo, reunido no I e responsável por organizar o II Atelier Ecomuseus – Nova Museologia (organizado em Lisboa ainda em 1984), fundou o *Muséologie Nouvelle et Expérimentation Sociale* (M.N.E.S) e o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM).

Naquele momento, numa primeira leitura, podia-se considerar que uma nova museologia se contrapunha a uma velha e arcaica museologia. Mas na verdade o que ocorreu com a “disciplina” museológica, assim como em todas as outras disciplinas das ciências sociais, foi um despertar para tudo o que estava acontecendo no mundo contemporâneo, através de uma percepção mais aguçada das transformações ocorridas na sociedade e uma busca em se atualizar e agir mais contemporaneamente. (PRIMO, 2008, p. 77).

Esta suposta ruptura, dada a cabo para legitimar a ação da nova organização museológica, não significou a ereção de barreiras que impedissem a divulgação das novas ideias propostas – muito pelo contrário: ela instigou sua quebra, estimulando debates críticos em torno da função, objeto e atores da Museologia e museus, inclusive em alguns segmentos da denominada Museologia Tradicionalmente Instituída. De tal forma, parte-se da ideia de que a proposta da Nova Museologia – a Museologia Social ou Ecomuseologia, conforme aponta Primo (2008) – transformou o campo de atuação de profissionais e instituições, estando presente tanto nos museus tradicionais que se abrem às experiências participativas, como nos museus participativos propriamente ditos, ao passo que estes últimos podem seguir o caminho inverso como “falsos ecomuseus”.

Por isso, segundo Judite Primo (2008, p. 89), “[...] fugimos das definições apressadas do que é ou não ecomuseu, de bons e maus modelos e sobretudo da ecomuseologia de fachada. A questão da Ecomuseologia é certamente bem mais complexa [...]” e, neste sentido, trazer uma definição única de Museologia Social e ecomuseus, exclusivista, punitiva e fechada em si mesma, não condiz com a dinamicidade das trocas humanas que a iniciativa suscita. De tal forma, para apresentar as bases deste pensamento insurrecto – que para autores como André

---

<sup>38</sup> Estes nomes foram citados por Judite Primo na página 69 de sua dissertação por constarem como membros de um Grupo de Trabalho Provisório e Comitê Organizador do segundo evento realizado no mesmo ano, não sendo, de tal forma, os únicos participantes no movimento antes e depois da criação do MINOM.

Desvallées nada mais é do que o simples retorno aos objetivos da Museologia (CÂNDIDO, 2003) –, o reconhecido quadro síntese produzido por Varine (1974) que distingue as tendências museológicas dissonantes (quadro 1) deve ser problematizado em relação às proposições feitas pelos documentos internacionais já mencionados e às experiências marcantes que os impulsionaram e por eles foram impulsionadas.

**Quadro 1 – Comparação proposta por Hugues de Varine (1974)**

MUSEU TRADICIONAL	ECOMUSEU
Coleção	Patrimônio
Público	Comunidade
Edifício	Território

Fonte: PRIMO, 2008, p. 77

Primo (2008, p. 87) aponta a história dos ecomuseus podem ser divididas da seguinte forma: na primeira fase, caracterizada pelos Parques Naturais, deu ênfase à preservação *in situ*; “[...] a segunda fase é aquela em que a maior preocupação recai na noção de território; a terceira fase é a que priorizou mais a participação comunitária que o meio ambiente natural”. Assim, a 1ª Geração dos ecomuseus é tida como um embrião bastante prematuro da Museologia Social, composto pela tipologia dos “museus a céu aberto”, no sentido literal de “eco” – mas que ainda se configuravam como “museus institucionais” e pouco tinham abertura para a participação comunitária e os postulados apresentados adiante. Nessa leva, contudo, também se desdobrou o Seminário Regional da UNESCO sobre a Função educativa dos Museus (1958), que buscou a supressão das barreiras pedagógicas dos tradicionais museus de História, Arte e Ciências Naturais através de expografias e atividades educativas que propiciavam a interação entre sujeitos.

Foi somente a partir da 2ª Geração que os percursos fundacionais da Museologia Social foram traçados, principalmente através da linha francófona de ação social por meio de instituições museais não mais vinculadas aos museus de grande porte já instituídos. Iniciada em 1971 com a IX Conferência Geral do ICOM e empenhada em discutir “o Museu a Serviço do Homem, Atualidade e Futuro: o Papel Educativo e Cultural”, esta etapa perdurou até 1974, quando a experiência

desenvolvida por Hugues de Varine e George Henri Riviére, envolvidos com Mathilde Bellaigue e Marcel Évrard (SOARES, 2015) em uma nova proposta de museu em uma comunidade muito semelhante à Galópolis, cunharam o termo “ecomuseu”. O inovador *Écomusée du Creusot Montceau-les-mines*, ainda em sua fundação, deixou claro

[...] que a base do museu estaria nas pessoas, e ele não seria alvo de preocupações — ao menos inicialmente — com a constituição de coleções. Pouco importava o que seria reunido para colocar em prática os objetivos do museu, porque o que dava vida ao projeto era a existência mesma de tais objetivos preliminares. Estes eram repartidos em dois propósitos primordiais: o do desmantelamento do paternalismo industrial estabelecido ao longo da história, em primeiro lugar, e o da participação e da criação da comunidade urbana do Creusot como uma “entidade autônoma”, em segundo. (SOARES, 2015, p. 271).

A proposta museal emancipadora teve como base a Declaração de Santiago do Chile, elaborada a partir da famosa Mesa-Redonda de Santiago do Chile, realizada em 1972 – mas, como já referenciado, estas ideias já vinham sendo estruturadas anteriormente por meio das produções de Varine e das experiências práticas de museus de vizinhança, como o de Anacostia (Washington). Para Varine ([1995] 2010), ao discorrer acerca das prerrogativas de Santiago que em 2022 completam 50 anos, seu caráter inovador, senão revolucionário – mesmo ciente de que ao longo dos anos seu texto evidentemente envelheceu, tanto em forma como em conteúdo –, se expressa nas considerações das resoluções, sobretudo duas: “Aquela de *museu integral*, isto é, que leva em consideração a totalidade dos problemas da sociedade; Aquela do museu como *ação*, isto é, instrumento dinâmico de mudança social” (VARINE, [1995] 2010, p. 40, grifos do autor).

Tanto Judite Primo (1999) quanto Manuelina Maria Duarte Cândido (2003) concordam com a inovação proposta pelo documento, mas contribuem para uma reflexão mais abrangente ao reforçar que ao longo do evento e principalmente nos seguintes – como a Reunião de Oaxtepec (México, 1984), a 16ª Assembleia Geral do ICOMOS (Quebec, Canadá, 1984) e o Seminário “A Missão do Museu na América latina hoje: novos desafios” (Caracas, Venezuela, 1992) – o conceito de “museu integrado” também foi discutido. Ambos não foram tratados como sinônimos, mas ao mesmo tempo críticos e complementares, refletindo acerca ideia de “musealização integral”, do todo.

No “tudo é musealizável” encontramos o traço do museu integral de Santiago. Entretanto, por não ser possível musealizar tudo, por serem indissociáveis memória, museu e seleção, a reflexão museológica internacional vem paulatinamente questionando conceito de museu integral e se aproximando do museu integrado, sugerido em 1992, em Caracas. Ao invés da pretensão de totalidade, a viabilização da integração. No plano prático, esta posição conduz aos museus interdisciplinares devido à integração: entre diferentes vertentes patrimoniais – conseqüentemente de disciplinas e de profissionais; entre diversas atividades e setores das instituições museológicas; entre as comunidades e os museus. (CANDIDO, 2003, p. 35).

Assim, o museu que se diz integral (na teoria) e integrado (na prática), precisa integrar as comunidades do seu entorno em sua cadeia museológica, propondo ações para seu desenvolvimento e profissionalização, mas, sobretudo, em sua missão, seus objetivos e funções. Retornando a Varine ([1995] 2010, p. 98-99) “[...] enquanto os grandes museus falam sobre pesquisas realizadas por grandes equipes de alta competência, os museus locais falam de memória da coletividade, da comunidade [...]”, dentro do que o autor denomina “Museologia popular”, desdobramento da insurreição da Nova Museologia. Ele complementa, afirmando que “[...] esses museus locais são verdadeiros processos, pois vivem a vida da população, seguem as mudanças da comunidade e do seu território [...]” e, conseqüentemente, tornam-se “[...] um instrumento de libertação das comunidades e da criatividade coletiva e individual. Para tanto, é preciso libertar os museus” – em clara referência à Pedagogia da Libertação freiriana. Eis aqui a segunda revolução dos museus (CHAGAS *et al*, 2018):

O ecomuseu, em uma variedade comunitária, é inicialmente uma comunidade e um objetivo, o desenvolvimento dessa comunidade. Em seguida, é uma pedagogia global que se apóia em um patrimônio e em agentes que pertencem ambos a essa mesma comunidade. Enfim, é um modelo de organização cooperativa com vistas ao desenvolvimento e a um processo crítico de avaliação e de correções contínuas. (VARINE, 2000, p. 69).

Para além da musealização *in situ*, patrimônio, memória e identidades, a Nova Museologia pautou-se no processualismo, na interdisciplinaridade, no pensamento crítico, no foco aos problemas e desenvolvimentos das comunidades. Esta manifestação – que pode ser considerada política –, todavia, segundo Mário Chagas, Judite Primo, Paula Assunção e Claudia Storino, abriu-se tanto para novas tendências do campo museal e museológico que entrou em uma crise terminológica: desde os anos 1980, funcionou como um “guarda-chuva” para diferentes denominações, como a “[...] museologia popular, museologia ativa, ecomuseologia, museologia comunitária,

museologia popular, museologia de ruptura, museologia crítica, museologia dialógica e outras” (CHAGAS *et al*, 2018, p. 83). A banalização do uso do termo fortaleceu outros, principalmente a Museologia Social e a Museologia Crítica sobretudo na década seguinte – mas isto em nada significou a perda da potencialidade emancipadora de seus fundamentos, que continuaram se reinventando. De tal forma, optou-se pelo uso do termo “Museologia Social” nesta pesquisa, mesmo que estas duas palavras juntas soem redundantes, e ciente de que seu uso suscita a expressão poética daqueles que foram submersos e emergiram através das “museologias indisciplinadas, impuras, in-mundas” (CHAGAS *et al*, 2018, p. 84).

A museologia social, na perspectiva aqui apresentada, está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais; com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros. Seria possível dizer que toda museologia é social, se toda museologia, sem distinção, estivesse comprometida do ponto de vista teórico e prático com as questões aqui apresentadas (CHAGAS *et al*, 2018, p. 88).

Também poderia ser utilizada outra nomenclatura, ainda dentro do escopo da Nova Museologia, para o que se pretende provocar através deste trabalho: a altermuseologia. Postulada por Pierre Mayrand em 2007, o Manifesto por uma Altermuseologia – publicado nos Cadernos de Sociomuseologia em 2009 (MAYRAND, 2009) instiga a pensar as comunidades como uma gota do oceano, semelhante ao que o historiador Carlo Ginzburg propõe com a Micro-história: uma gota d’água traz em sua composição o contexto que a formou; de tal forma, estudá-la propicia a identificação de processos globais num microcosmo. O particular e o geral se complementam e se explicam, mas não devem ser confundidos.

Do mesmo modo, se a Micro-história não deve levar à rejeição das generalizações históricas, mas repensá-las, da mesma forma a expressão da Museologia nas comunidades por meio de museus locais deve sim, atuar nas demandas de seu entorno – sendo estas manifestações das comunidades nas sociedades –, mas também estar atenta à dinâmica globalizante que afeta o “nós” e o “outro”. É ver-se no outro, mas ver o outro em si. É derrubar as fronteiras construídas e apontar a diversidade como saída para a retomada das comunidades em seu sentido imaginado-real da mesma forma que Bauman (2003, p. 128) propõe trabalhar com a comunidade em um mundo líquido:

Nenhum dos contendores ganha em segurança na guerra contínua entre “nós e eles”; todos, porém, viram alvos fáceis para as forças globalizantes – as púnicas forças que se beneficiam com a suspensão da procura por uma humanidade comum e com o controle conjunto sobre a condição humana.

Faz-se necessário analisar de que forma a tríade museália-musealização-musealidade proposta por Stránský alia-se ao fato museal de Waldisa Rússio para agir sobre um território que recebeu diferentes significados e representações ao longo do tempo. Refletir sobre como as expressões da atribuição da musealidade são expressas pelos diferentes agentes da comunidade e comparar seus objetivos, meios e fins – individuais e coletivos, sem homogeneizações – possibilita sua incorporação no seio da Museologia Social como manifestações de um altermundo líquido, percebendo o patrimônio cultural, sobretudo o industrial, como ferramenta para, senão alcançar a autogestão comunitária, ao menos traçar possibilidades para tal. Mas isto só será possível se as respostas para os seguintes questionamentos norteadores forem respondidas: quem atribui a musealidade? Como se deu o processo de musealização? Qual museália foi institucionalizada?

Para tal, neste capítulo busca-se historicizar a atribuição de musealidade por meio do processo de musealização da museália de Galópolis a partir da ótica de diversos agentes da(s) comunidade(s) de Galópolis – moradores, poder público e iniciativa privada externa – por meio de dois tópicos: no subcapítulo “3.1 Esgaçando as bainhas: a(s) musealidade(s) dos patrimônios industriais” serão historicizadas algumas incursões feitas por moradores de Galópolis – sempre uma parcela da comunidade de Galópolis, mais ou menos homogênea de acordo com o período – realizadas por meio de uma “colcha de retalhos metodológica” própria da arqueologia industrial com o intuito de atribuir valor sgnico e preservacional o patrimônio cultural do bairro; de forma semelhante no item “3.2 Rompendo a trama: o discurso do Museu de Território de Galópolis”, o foco recairá sobre uma manifestação específica: a criação do Instituto Hércules Galló e a concepção das fases I e II do projeto Museu de Território de Galópolis, sendo averiguadas através da análise do discurso as constâncias e dissonâncias que levaram à consolidação do Inventário Participativo de Galópolis.

### 3.1 Esgaçando a(s) bainha(s): as musealizações dos patrimônios industriais

[...] certo dia  
 À mesa, ao cortar o pão  
 O operário foi tomado  
 De uma súbita emoção  
 Ao constatar assombrado  
 Que tudo naquela mesa  
 – Garrafa, prato, facão –  
 Era ele quem os fazia  
 Ele, um humilde operário,  
 Um operário em construção.  
 (Vinícius de Moraes – Operário em construção)

A materialidade carrega significados que não lhe são intrínsecos. Toda carga simbólica que determinada coisa recebe transforma sua função utilitária – embora isto não signifique seu abandono e valor de uso –, concedendo-lhe semioforidade e, conseqüentemente, valor de troca. O verbete de Krzysztof Pomian (1984) sobre “coleção”, embora faça parte do movimento enciclopedista, foge à regra, propondo reflexões em torno da complexidade que deve ser levada em consideração ao se analisar a formação de coleções de objetos no mundo contemporâneo. Instituído que o colecionismo expressa a subjetividade de quem coleciona, o autor inovou ao estabelecer o olhar do observador também como construto de significados às coleções de objetos expostos, que representam a mediação entre o mundo visível e o invisível. Logo, os sentidos são as linguagens do invisível ou, em outras palavras, uma visão individual ou coletiva de mundo?

Também cabe questionar: e quando os objetos continuam sendo utilitários mesmo após ser reconhecido seu simbolismo? E, ainda, quando a própria intermediação entre visível e invisível é o que representa a semioforidade? Seria apenas a materialidade capaz de tornar legível uma interpretação da realidade? É aqui que a teoria de Pomian torna-se insuficiente para compreender as expressões e valores que determinados aspectos materiais e imateriais inseridos sobre o território-rede de Galópolis, que ora fetichizam o material, ora reificam sua abstratividade – para utilizar termos propostos pela teoria marxista. Por isso, para completar suas lacunas interpretativas, parte-se da ideia de que o melhor conceito para (re)pensar a processualidade da semioforidade territorial galopolitana é o da musealidade (STRÁNSKÝ, 1987), ou melhor, do fato museal (GUARNIERI, [1981] 2010) e, de tal forma, conforme apresentado anteriormente, este implica pensar nos processos de musealização que instituem a museália.



Para Stránsky, a musealização é a demonstração da tendência humana de preservar, contra a natureza efêmera e mutável das coisas, segundo seus interesses próprios. A realidade que adquiriu qualidade museal é comumente denominada de “patrimônio”. Segundo Stránsky, trata-se de uma ideia de certo modo vaga cujo termo aponta para uma apropriação passiva da realidade. A musealização é uma atitude ativa. Ela se orienta tanto para o passado quanto para o presente. O resultado da musealização não é a herança, mas o legado. Elementos da memória cultural podem, no futuro, se tornar patrimônio, como nosso legado. (DÓLAK, 2017, p. 182).

A passividade que Stránský acusa a terminologia “patrimônio” de carregar refere-se ao uso majoritariamente comemorativo aos valores nacionais que a imposição do estatuto patrimonial representava até meados da segunda metade da década de 1970 (a nível nacional e internacional), quando o patrimônio era apenas o “histórico” e o “artístico”, hierarquizando manifestações mais ou menos cultas, mais ou menos populares. Contudo, ao passo que as noções de museu e Museologia foram se abrindo às “rebeldias” das comunidades subalternizadas, o conceito de “patrimônio” também o foi. Para contextualizar esta transição de perspectiva faz-se necessário uma breve incursão ao período supracitado tentando responder a instigante provocação: para que(m) serve o patrimônio cultural?<sup>39</sup>

Uma primeira pista que pode auxiliar na tentativa de responder tal indagação é desmembrar o que Françoise Choay (2006; 2011) caracteriza como “conceito nômade”. Responsável por obras “geminais” – para utilizar o termo adaptado da Química ao campo patrimonial<sup>40</sup> por Soares (2017) –, a autora instituiu uma cronologia – no sentido linear, como recurso didático – acerca das noções aplicadas ao patrimônio de forma generalizante. Surgido da ideia de monumentalidade e erudição próprias da antiguidade clássica, o *patrimonium*, entre o final do século XIX e início do XX – mas com expressividade ainda durante a Revolução Francesa – assumiu caráter comemorativo – com o objetivo de evocar a identidade nacional, quando os Estados em consolidação elencaram os mitos fundadores das nações que utilizam até hoje por meio da evocação da nostalgia – e estético, também no intuito de estabelecer

---

<sup>39</sup> Novamente faz-se importante pontuar que não um dos objetivos desta pesquisa construir um histórico completo das transformações pelas quais o conceito de patrimônio cultural e sua aplicação passou ao longo do tempo – seria muita pretensão. Assim, as poucas linhas destinadas à contextualização das suas principais alterações surgem para entender o alargamento da noção de quem produz e destina o valor ao patrimônio cultural, bem como quem dele usufrui de acordo com o período.

<sup>40</sup> Compreende-se “campo patrimonial” como suas definições e transformações ao longo do tempo, órgãos e entidades de preservação, além dos próprios patrimônios culturais.

vanguardas artísticas que cumpriam o papel de reforçar o orgulho de pertencer a um país ou grupo “superior”.

Compreender o diverso campo patrimonial brasileiro, também é imprescindível para refletir acerca do questionamento supracitado. Tanto pelas manifestações de patrimonialização, como pelos próprios patrimônios culturais e as políticas públicas de preservação instituídas ao longo do tempo, é possível traçar paradigmas históricos que lançam as bases das novas tendências culturais. Márcia Chuva (2009; 2012) é categórica ao pontuar o hibridismo dos fundamentos e rupturas acerca das noções oficiais inerentes ao tema: se no Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937<sup>41</sup> que instituiu o Auto do Tombamento era reconhecido somente o valor patrimonial da herança luso-brasileira – que representava a grandiosidade da Nação por meio da arquitetura em “pedra e cal” (CHUVA, 2009) –, devido às mobilizações das classes não-hegemônicas ao longo de mais de 60 anos pelo reconhecimento de suas manifestações culturais, em 4 de agosto de 2000 foi assinado o Decreto Nº 3.551, que consolidou o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial – antes mesmo do reconhecimento da UNESCO, que organizou a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial somente em 2003.

Se por um lado este alargamento da noção de patrimônio cultural possibilitou a proteção por Lei dos patrimônios culturais tidos como não-eruditos, significando um grande avanço na democratização das políticas públicas preservacionistas, por outro, a separação entre patrimônio material (protegido pelo Tombamento) e referências imateriais (protegidas pelo Registro) continuou reproduzindo a visão dicotômica entre o “nós” e o “eles”, o “erudito” e o “popular”. Além disso, perpetuou a ideia equivocada de que ambas são categorias – e outras subdivisões temáticas – isoladas e não interdependentes como de fato são – havendo a atribuição de aspectos sógnicos imateriais na materialidade ao passo que a imaterialidade precisa de um suporte físico para ser perpetuada. Com isso,

Neste percurso de construção, há diferentes concepções de patrimônio em jogo, em campos de ação que se cruzam (ou não) na trajetória histórico-política dessas concepções, com a demarcação de questões e a constituição de temas tornados clássicos em cada um desses campos, até a estabilização de nichos

---

<sup>41</sup> A criação da Lei do Tombamento foi um desdobramento da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instituído pela Lei Nº 378 de 13 de janeiro de 1937, que por sua vez, já havia sido premeditado pela Inspeção de Monumentos Nacionais (IMN), criada pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, com grande participação de expoentes da Semana de Arte Moderna, como Mario de Andrade.

e a consolidação de visões hegemônicas, inclusive com a separação de categorias por cada um deles. (CHUVA, 2012, p. 149).

Mas o protagonismo brasileiro no processo de ampliação dos debates em torno do patrimônio cultural é inegável. Seguindo a tendência da Constituição Federal de 1988 que atribuiu o status de cidadãos às camadas invisibilizadas da sociedade brasileira e de patrimônio às suas referências culturais – com destaque para os Artigos 215 e 216 –, o Registro também alterou os sujeitos que acionam os instrumentos de preservação: agora, a população também pode ser ouvida – embora ainda seja necessária a avaliação das propostas submetidas ao IPHAN por um corpo técnico (que vem se desmantelando desde 2018) composto majoritariamente por arquitetos (para o Tombamento) e antropólogos (para o Registro) para sua aprovação.

Dentre os desdobramentos desta premissa, assim como ocorreu com a Nova Museologia, novas patrimonialidades “insurrectas” emergiram da mobilização social. Segundo o Dicionário Temático do Patrimônio Cultural (CARVALHO; MENEGUELLO, 2020), a ampliação do espectro de abrangência do conceito de patrimônio cultural desdobrou-se em novas categorizações – que em suma já eram pesquisadas, mas não aglutinadas em torno de um termo unificado –, como o patrimônio arqueológico, arquitetônico, religioso, rural, arquivístico, ambiental, audiovisual, funerário, LGBT(QIAP+), da ditadura, da migração e imigração, das mulheres, moderno, popular, ferroviário, genético, hospitalar, indígena, prisional, afro-brasileiro, difíceis (sombrios) e, dentre tantas outras possibilidades em contínuo desenvolvimento, destaca-se o patrimônio industrial – conceito chave à esta pesquisa.

Segundo Oliveira (2015; 2017) a preocupação com o patrimônio industrial se tornou expressiva principalmente a partir da década de 1960, quando construções simbólicas ao processo de industrialização europeu e dos Estados Unidos começaram a ser demolidas – é o caso do arco da Estação Ferroviária de Easton, na Inglaterra. Seu desaparecimento trouxe à tona o óbvio: a ode à grandiosidade nacional no pioneirismo industrial corria riscos. Mas além da dissolução da representatividade destas nações frente à era “neo-industrial”, o desengajamento próprio da crise do regime de historicidade frente a liquidez do mundo contemporâneo (pós II Guerra Mundial) arrastou a perspectiva preservacionista destes resquícios para novas águas. Assim, a demanda pela proteção dos “vestígios da Revolução Industrial” (OLIVEIRA, 2017, p. 314) alcançou diversas esferas destas sociedades e espalhou-se para outras

realidades também construídas sobre as vigas da industrialização, consolidando-se como um campo de pesquisa interdisciplinar ao ser abraçado pela Academia.

Para o autor, o patrimônio industrial consiste nas reminiscências da cultura industrial que, ao serem pesquisadas por meio do método da arqueologia industrial, evocam significados e conhecimentos úteis à compreensão dos processos de industrialização e desindustrialização, tecnologias e técnicas, arquitetura e urbanização, arte e memória social e outros eixos analíticos que também exploram o estudo de modelos políticos, econômicos e socioculturais – como a própria universalização das práticas de preservação da “religião patrimonial” (CHOAY, 2006). Seguindo a perspectiva de Oliveira (2015; 2017), Silva (2010) ao mesmo tempo que distingue, relaciona o patrimônio e a arqueologia industrial, fazendo uso dos pressupostos apontados por Santacreu Soler (1992 *apud* SILVA, 2010). Para Silva,

A arqueologia industrial possibilita uma conjunção das diversas ciências naturais e propõe um repensar dos processos históricos da modernidade industrial e capitalista a partir da cultura material, da sociologia do trabalho, do ponto de vista da história industrial e da geografia das ocupações, da construção social dos espaços de trabalho e de vida, da recuperação dos entornos produtivos, do desenvolvimento local, da memória do trabalho, da conservação museística etc. Com isso, existem dois eixos motores para as ciências sociais e humanas: a reconstituição do contexto material da atividade produtiva e o desvelar os laços dos atores sociais implicados neste contexto, com uma busca das imbricações obtidas entre a fusão dos problemas e questões empresariais e sociais; e uma avaliação e análise sobre a influência dos processos industriais dentro e fora das empresas, segundo a organização do trabalho e suas implicações com o entorno empresarial e industrial. (SILVA, 2010, p. 10)

A visão de Silva, todavia, é uma leitura atualizada da perspectiva industrial do patrimônio e da arqueologia contemporânea, que vai além da mera escavação de vestígios materiais que a terminologia suscita em uma leitura rasa – mas que nem sempre se efetiva empiricamente. Autores como Michael Nevell (2006) e Palmer e Neaverson (1998), afirmam que a maioria das pesquisas que utilizavam o conceito de “arqueologia industrial” (até o período de análise de ambos) não conseguiram alçar uma análise profunda em torno dos parâmetros organizacionais socioculturais – por exemplo, o imaginário do operariado, tema caro a esta pesquisa –, permanecendo no campo descritivo tecnocêntrico. Pautar-se somente nos aspectos físicos dos bens industriais sabendo da limitação do acesso ou mesmo da conservação da materialidade para setores subalternizados da sociedade industrial significa renegar o que Meneguello (2021, p. 93) pauta como base para pensar o patrimônio industrial

contemporâneo: “Na atuação e [n]o rememorar dos homens e de seu trabalho, a memória edificada ou não pode se transformar em patrimônio industrial. Nessa esfera, também o patrimônio pode ser um verbo.”

Tal perspectiva tecnocêntrica foi o que organizou as discussões iniciais em torno do patrimônio industrial, conforme aponta Cordeiro (2009). Ao instituir a análise tanto dos estudos individuais feitos por pesquisadores da história, arquitetura e arqueologia da indústria<sup>42</sup>, quanto das cartas patrimoniais e das recomendações construídas ao longo dos séculos XX e XXI como “termômetros” da consolidação do conceito de patrimônio e arqueologia industrial, o autor contribui para a construção da historicidade de ambos os conceitos, que variam de acordo com a sua localização espaço-temporal. Por exemplo, a Carta de Veneza e o *Journal of Industry Archaeology*, ambos de 1964, foram as primeiras expressões que tentaram sistematizar uma atuação sobre o patrimônio industrial a nível internacional, ainda sobre a terminologia de arqueologia industrial. Este mesmo conceito-chave norteou o Primeiro Congresso Internacional para a Conservação dos Monumentos Industriais, de 1973, que levou à formalização do Comitê Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial ou The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH)<sup>43</sup> em 1978.

Percebe-se que a relação entre o uso da “arqueologia industrial” e a monumentalidade, característica em voga para a determinação do que poderia ou não ser considerado patrimônio cultural no período, ainda era clara e foi reproduzida nas posteriores Recomendação 872 sobre a arqueologia industrial do Conselho da Europa, Recomendação nº R (87) 4 sobre as Cidades Industriais Europeias (1987) e Recomendação Nº R (90) 20 sobre a Proteção e Conservação do Patrimônio Industrial, Técnico e da Engenharia Civil da Europa, de setembro de 1990 – todas promulgadas pelo Conselho da Europa. Segundo Cordeiro (2009) e Silva (2010), os

---

<sup>42</sup> Exponentes como Barrie Tinder (*The Blackwell Encyclopaedia of Industrial Archaeology*, de 1992), Marilyn Palmer e Peter Neaverson (*Industrial Archaeology: principles and practice*, de 1998) atualizaram os estudos acerca do patrimônio industrial europeu, que já vinha sendo pesquisado, embora não com o conceito propriamente dito, desde a Carta de Veneza (1964) e em publicações anteriores, como as de Francisco de Souza Viterbo (“Arqueologia Industrial Portuguesa: Os Moinhos”, de 1896), Donald Dudley (“Arqueologia Industrial”, de 1950), Michael Rix (*The Amateur Historian*, de 1955) e Kenneth Hudson (*Industrial Archaeology: an introduction*, de 1963).

<sup>43</sup> Já havia associações nacionais, sobretudo europeias, voltadas ao estudo do patrimônio industrial, como a *Associazione Italiana per il Patrimonio Archeologico Industriale* (AIPAI) e a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI) – esta última, sucessora da Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa (AAIRL) –, que evidenciavam a necessidade de unificar os debates a nível internacional.

principais debates em torno da ampliação da abrangência de referências culturais que passariam a ser consideradas patrimônio industrial se deram ao longo das décadas seguintes, tendo seus principais desdobramentos empíricos após a virada do século.

No Brasil, conforme Oliveira (2017) também traz, tal terminologia passou a ser aplicada a partir da década de 1990, quando foram desenvolvidos os primeiros estudos significativos no intuito de pensar os processos de patrimonialização de bens referentes à industrialização e desindustrialização do país, bem como da desigualdade social, da luta de classes e movimentos operários, dentre tantas outras possibilidades também exploradas. Estes debates foram fundamentais para evidenciar a ruptura com a memória empresarial – protagonista das discussões acerca da memória do trabalho – e a periodização utilizada até então para definir o que se enquadrava ou não como patrimônio industrial e, conseqüentemente, o alargamento desta noção: se no contexto eurocêntrico só eram considerados reminiscências do período industrial posteriores ao tido “início” da Revolução Industrial, foi necessário revisitar tal critério para pensar o Cone Sul, refletindo sobre o valor documental igualmente importante das reminiscências materiais e imateriais do período “proto” e “pós-industrial” para pensar as transformações técnicas, mas também as econômicas, políticas, sociais e culturais. Afinal, esta incorporação “[...] abre, inclusive, a perspectiva para estudos sobre coexistências de sistemas de produção (doméstico e larga-escala) ou arcaísmo (pré-industriais simultaneamente à uma industrialização)” (OLIVEIRA, 2017, p. 317).

Cristina Meneguello e Silvana Rubino, em entrevista à Maria Cristina Schicchi (2013), ressaltaram a importância dos debates oriundos da realidade brasileira no período supracitado para uma perspectiva pluralista do TICCIH, bem como o contexto de inclusão do país neste Comitê. Para as autoras, a “faísca” que culminou com a formalização dos debates em torno do patrimônio industrial brasileiro foi a criação do Grupo de Estudos da História da Técnica, criado no final da década de 1980. Deste grupo deu-se a iniciativa de redigir a Declaração de Campinas, que anos mais tarde levou à Carta Manifesto (2003) – que oficializou a criação do Comitê Brasileiro para a Preservação do Patrimônio Industrial (o TICCIH Brasil, vinculado ao TICCIH em 2004) – e a realização do I Encontro Nacional de Patrimônio Industrial (Campinas, 2004).

É provável que a mobilização brasileira tenha fortalecido e saído fortalecida com as demandas de ampliação do espectro analítico que culminaram com a Carta de Nizhny Tagil (2003), produto da XII Conferência Geral do TICCIH. A pluralidade e

interdisciplinaridade que a conceituação de patrimônio industrial abarcou no documento firmou os passos a nível internacional da tendência emancipadora que já vinha sendo traçada no Brasil, consolidando também a concepção alargada da metodologia da arqueologia industrial evidenciada por Silva (2010). Assim, ficou definido que

O patrimônio industrial se compõe dos restos da cultura industrial que possuam um valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes restos consistem em edifícios e maquinaria, escritórios, moinhos e fábricas, minas e lugares para processar e refinar, armazéns e depósitos, lugares onde se gera, se transmite e se usa energia, meios de transporte e toda sua infraestrutura, assim como os lugares onde se desenvolvem as atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como as moradias, o culto religioso ou a educação. (TICCIH BRASIL, 2004, [online]).

Embora já bastante abrangente, o conceito de patrimônio industrial foi ampliado ainda mais a partir de 2011, com os Princípios de Dublin, responsáveis pela definição mais atual do termo<sup>44</sup>, que passou a compreender a tanto a periodicidade quanto a dimensão da memória operária do trabalho demandada pelos pesquisadores do campo brasileiro. Esta definição é a que melhor se enquadra nesta pesquisa, por compreender o patrimônio industrial como

[...] sítios, estruturas, complexos, áreas e paisagens assim como maquinaria, objetos ou documentos relacionados que fornecem evidências dos processos de produção industrial passados ou em desenvolvimento, da extração de matéria-prima, de sua transformação em bens de consumo das infraestruturas de transporte e de energia relacionadas. O patrimônio industrial reflete a profunda conexão entre o ambiente cultural e natural, uma vez que os processos industriais – sejam antigos ou modernos – dependem de fontes naturais de matéria-prima, energia e redes de transporte para produzir e distribuir produtos para outros mercados. Esse patrimônio contempla tanto os bens materiais – imóveis e móveis – quanto as dimensões intangíveis, tais como o conhecimento técnico, a organização do trabalho e dos trabalhadores e o complexo legado social e cultural que moldou a vida de comunidades e provocou grandes mudanças organizacionais em sociedades inteiras e no mundo em geral. (TICCIH, 2011, [online]).

Neste âmbito, enfatiza-se que os bens produzidos pelos contextos industriais diversos atualmente constituem uma “fundamental fonte de recursos para o

---

<sup>44</sup> Cabe destacar que a Carta de Nizhny Tagil e os Princípios de Dublin não foram os únicos documentos criados a nível internacional no âmbito do patrimônio industrial. A Carta de Riga para o Patrimônio Ferroviário (2005), a Carta de Monterrey sobre a Conservação do Patrimônio Industrial (2006), as Diretrizes ICOMOS-TICCIH para a Conservação do Patrimônio Industrial (2007) e a Carta de Sevilla do Patrimônio Industrial (2018) são igualmente importantes, embora menos referenciadas no campo de pesquisa. Por este motivo, optou-se por apresentar os desdobramentos das duas principais cartas-referência utilizadas pelo TICCIH e TICCIH Brasil nesta pesquisa que tenta ser sintética acerca das discussões teóricas do patrimônio industrial.

desenvolvimento e a redefinição das identidades urbanas e territoriais tanto nos países de antiga industrialização quanto nos países em desenvolvimento” (FONTANA; MARTINS, 2012, p. 2), exercendo o importante papel de constituição de laços de pertencimento tanto àqueles que se relacionaram com o espaço patrimonial ainda em uso, quanto os que o conheceram na posterior forma ressignificada de patrimônio industrial, musealizada ou não. Mas, pensar nas relações construídas em torno do ambiente patrimonializado ou musealizado, só é possível devido à ampliação do conceito de patrimônio, que percorreu um longo caminho até alcançar as definições contemporâneas – e ainda há muito a ser percorrido para que o patrimônio industrial torne seu foco para a memória do trabalho e além, alcançando a memória do trabalhador<sup>45</sup>.

Neste mesmo sentido, a multiplicidade de interpretações acerca do patrimônio industrial é concomitante e contínua, coexistindo e adaptando-se de acordo com os objetivos de cada pesquisa. Mas o fato é que, conforme indica Tinoco (2012, p. 28) e busca-se reforçar aqui, se hoje é possível “[...] falar dos vestígios físicos, móveis e imóveis, mas também dos bens imateriais e das paisagens que nós herdamos, e igualmente das que criamos nós próprios isto é, os da nossa contemporaneidade [...]”, bem como sobre o “[...] que queremos (ou não) que permaneçam no tecido cultural da nossa sociedade”, isto se deu pela incursão de novos agentes e etapas no que o autor definiu como três planos de abordagem do “trabalho na área do patrimônio industrial” (TINOCO, 2012, p. 29), sendo eles:

- O campo da salvaguarda em que promovemos ações de Identificação, inventariação, classificação, valorização, conservação, reabilitação, sempre tendo em vista a reutilização ou a destruição quando depois de estudado e registado, o bem não necessita permanecer no nosso tecido cultural.
- Em segundo lugar o campo de estudo aquele que procura transformar os vestígios patrimoniais em conceitos, em hipóteses de trabalho e métodos que possam explicar, interpretar, enfim conhecer uma determinada realidade industrial ou pré-industrial. Isto tem-nos obrigado a definir as fontes para o estudo do Património Industrial que, como sabemos são vastíssimas e, por outro lado os métodos de trabalho, aliando a investigação ao trabalho de campo.
- Finalmente o campo da divulgação, ou seja, o da transmissão de conhecimentos construídos e do resultado do nosso trabalho.

---

<sup>45</sup> Durante o II Encontro Nacional Arte e Patrimônio Industrial realizado pelo TICCIH Brasil em Caxias do Sul entre 23 e 25 de novembro de 2022, a sessão de comunicações coordenadas número 2 – As representações do trabalho e do trabalhador – apontou a necessidade de criar uma rede de memória operária a nível nacional, tendo em vista que quando se trata de “memória do trabalho” no campo do patrimônio industrial, tende-se a tratá-la como sinônimo de memória empresarial.



Pensando no contexto histórico, econômico, político e sociocultural de Galópolis, fica clara a relação que o patrimônio industrial estabeleceu entre a fábrica intra e extra-muros, pautando as intermediações entre classes sociais e suas cosmovisões. Mesmo quando não há uma clara ligação entre a referência cultural e a indústria, o contexto de atribuição signífica ao bem pelos agentes sociais, por inserir-se em uma dinâmica industrial, caracteriza-o como patrimônio industrial. De tal forma, analisar os processos de musealização, de construção da musealidade e a museália propriamente dita, de forma ativa e dinâmica, implica embrenhar-se tanto nas estruturas coercitivas que imputaram a dominação simbólica de imobilização da mão-de-obra quanto nas expressões adversas de resistência, sendo esta análise o cerne desta pesquisa-ação.

O conceito de patrimônio industrial é caro ao já apreciado contexto de Galópolis, por representar tanto o passado quanto o presente, também suscitando uma alternativa para a manutenção do futuro. De tal forma, neste subcapítulo, buscou-se historicizar os movimentos de musealização expressos por diferentes agentes (moradores, poder público e iniciativa privada externa) no intuito de enfatizar a importância de determinados bens industriais às comunidades de Galópolis, e apontar o protagonismo por vezes velado da comunidade local. Para tal, fez-se uso de diferentes meios, constituindo uma colcha de retalhos metodológica que norteia esta pesquisa-ação (TRIPP, 2005).

A arqueologia industrial foi o recorte metodológico selecionado para a escrita deste subcapítulo, pois, dado o alargamento de seu escopo como metodologia para a interpretação do patrimônio industrial, “[...] com alguma ironia, “[...] é como se o objecto da Arqueologia Industrial fosse o de impedir que os objectos da sua pesquisa se tornassem arqueológicos!” (TINOCO, 2012 p. 33). Sendo os objetos desde subcapítulo as evidências que comprovam a valorização do patrimônio alusivo às expressões industriais de Galópolis por parte de seus diferentes agentes, atribuir a elas o status de documento, além de conferir-lhes historicidade, suscita e estimula o protagonismo a quem as produziu. Em linhas gerais, Silva (2010) atualiza a sistematização do uso da proposta metodológica de Santacreu Soler (quadro 2) acerca da arqueologia industrial da seguinte forma (1992 *apud* SILVA, 2010):

**Quadro 2 - As Dimensões da Arqueologia Industrial**

Adaptação feita por Ronaldo André Rodrigues Silva da obra de Santacreu Soler (1992 *apud* SILVA, 2010, p. 10).

O autor confere o estatuto de metodologia passível de ser utilizada pelas disciplinas científicas da Arqueologia, Antropologia, Sociologia, História, Ciências Sociais Aplicadas – consequentemente, também da Museologia –, dentre outras, sendo o patrimônio industrial o principal, mas não único, objeto de estudo para as linhas de investigação que buscam “[...] coletar as informações para análise das variáveis sócio-culturais e históricas que permitam reconstruir os processos industriais, sociais e culturais relacionados aos empreendimentos realizados ao período de interesse” (SILVA, 2010, p. 14). Tal metodologia abre espaço para o uso de métodos diversificados e interdisciplinares que podem ser selecionados de acordo com a perspectiva analítica e fontes disponíveis. Ainda para Silva (2010), as fontes para a arqueologia industrial podem ser todos os vestígios materiais e imateriais que representem indícios comprobatórios de uma teoria, desde que sejam questionadas e cruzadas entre si – como documentos administrativos, legislação e documentos oficiais, arquivos de organizações, planos orçamentários, livros, artigos e periódicos, registros fotográficos e audiovisuais, além das já citadas fontes orais.

O objetivo a ser alcançado neste capítulo é historicizar – de forma breve – a atribuição de musealidade por meio do processo de musealização da museália a partir da ótica de dois agentes das comunidades de Galópolis: os moradores e o Estado. Para tal, sendo a arqueologia industrial capaz de “entender a linguagem das

referências industriais” (SILVA, 2010), ela surge como a metodologia que aglutina os métodos elencados como mais eficazes para responder às problemáticas específicas: quem atribui musealidade? Que musealidade é esta? Qual a finalidade do processo de musealização? Quais são as museálias? Dentre os métodos utilizados constam, além do costumeiro levantamento bibliográfico – sobretudo de obras já escritas pela pesquisadora –, a pesquisa documental (CELLARD, 2008), a História Oral (PORTELLI, 2011) e a análise iconológica com base na semiótica (PANOFSKY, 1986).

A pesquisa com base na História Oral realizada ainda em 2019 para a redação da monografia intitulada “Museu de Território de Galópolis: estratégias para a preservação do patrimônio industrial e identidade local” (ERLO, 2019), juntamente com a pesquisa documental feita para a elaboração do pré-projeto deste estudo, trouxeram os primeiros resultados que merecem ser aqui pontuados: foram encontradas fontes que reforçam o argumento de que as primeiras experiências voltadas ao estudo e preservação do patrimônio de Galópolis datam de 1975. Conforme já mencionado, este é um ano-chave para pensar a crise do regime de historicidade na região, uma vez que foi quando o Lanifício São Pedro apresentou os primeiros sinais de decadência e a estabilidade acerca da visão de futuro foi abalada.

Neste mesmo período, em toda a municipalidade houve grandes manifestações no intuito de institucionalizar a imigração italiana como uma das bases identitárias da cidade<sup>46</sup>. Em comemoração ao centenário do processo migratório em questão, o então prefeito de Caxias do Sul, Mario Vanin, organizou, por meio do Serviço Municipal de Turismo, uma série de eventos nos distritos da cidade. Uma destas festividades ocorreu no “vale profundo” entre 20 e 28 de setembro de 1975, recebendo o nome de “Semana de Galópolis”. Conforme a matéria do Jornal Pioneiro do dia 27 do corrente mês traz (figura 34),

Possivelmente, Galópolis nunca viveu uma programação que se prestasse para a integração de todos os setores de sua comunidade. É de se perceber o entusiasmo de todos, o comparecimento em massa a todos os eventos, a vibração e o orgulho de todos os moradores de Galópolis em comemorar o centenário da imigração italiana.

---

<sup>46</sup> Vide subcapítulo “2.2 Alinhavando as identidades territoriais: a construção da(s) comunidade(s)”.

Figura 34 - Matéria do Jornal Pioneiro sobre a I Semana de Galópolis

PÁGINA 18 CAXIAS DO SUL, 27 DE SETEMBRO DE 1975 PIONEIRO

# CAXIAS PARA CAXIENSES

**A SEMANA DE GALÓPOLIS**  
Encerra-se neste fim-de-semana a SEMANA DE GALÓPOLIS, uma promoção do Serviço Municipal de Turismo e da comunidade de Galópolis, em comemoração ao Centenário da Colonização Italiana. Durante a mesma, uma intensa programação vem sendo desenvolvida naquela que é o mais populoso Distrito de

Caxias do Sul.  
**UM PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA**  
Possivelmente Galópolis nunca viveu uma programação que tanto se prestasse para a integração de todos os setores de sua comunidade. E de se perceber o entusiasmo de todos, o comparecimento em massa a todos os eventos, a

vibração e o orgulho de todos os moradores de Galópolis em comemorar o Centenário da Imigração Italiana.  
Este espírito vem se fazendo sentir desde o último sábado, quando foi iniciada a programação, ao serem distribuídas as primeiras tarefas da Gincana. Não somente os jovens e suas ruidosas equipes participaram, mas também gente de



**Na abertura da Semana de Galópolis, estudantes, Coral do G.E. Paraná e a Banda do 3º GAAA6.**



**Na Mostra de Arte e Artesanato, todos os trabalhos são da autoria de galopenses.**


todas as idades. Até os "nonas" aderiram à brincadeira.  
A programação não se restringe apenas à Vila de Galópolis. Na quarta-feira, na localidade de 4ª Léguas, foi apresentado o programa "Motociclista, Boa Viagem", com o Sargento Homero e sua equipe. O Prefeito Mário Vanin prestigiou a notada. Pode-se dizer que toda, mas toda a população mesmo, lá compareceu. Já

está um bom prato para os sociólogos locais: Homero Duarte da Trindade, com sua tradicional gargalhada, é o próprio "Chacrinha Caboclo", com impressionante poder de comunicação que a todos envolve.  
**ARTISTA DE GALÓPOLIS UMA SURPRESA**  
No domingo pela manhã o Prefeito Municipal, o Vice-Governador e outras autoridades inauguraram a I Mostra de Arte e Artesanato de Galópolis. Foi uma surpresa, pelo ao ser constatado o alto nível


dos trabalhos apresentados. Telas belíssimas, entalhes em madeira, tapeçarias, trabalhos em porcelana e couro. Engenharia e arte dos galopenses afloraram e foram devidamente valorizados, nessa magnífica oportunidade.  
Mas a técnica e o espírito criador daquela gente não foi evidenciado somente na Mostra de Arte e Artesanato. O Grupo Escolar Paraná organizou uma Feira de Ciências. Impressionou a todos os visitantes a gama de conhecimentos demonstrada por aqueles pequenos alunos, preocupa-

PIONEIRO CAXIAS DO SUL, 27 DE SETEMBRO DE 1975 PÁGINA 19


# - VII GALÓPOLIS - 3



**Jantar oferecido à comitiva da imprensa caxiense.**  
dos em demonstrar através de seus aparelhos, por três meses construídos, os segredos da física, química e biologia.



**Organização e criatividade, no desfile da gincana.**  
dado que, pela primeira vez no interior de nosso município, apresentou-se uma Orquestra de Concertos. Os galopenses não registraram aplausos ao conjunto caxiense, regido pelo Maestro Pedro Paulo Mandelli.




**Mostra de Arte e Artesanato, em Galópolis.**  
comunidade que receberam a Medalha do Monumento Nacional ao Imigrante. Ao ato deverão comparecer as mais altas autoridades de nosso município.  
Durante todo o dia, haverá tendas com venda de artesanato e pratos típicos.  
A tarde, no Cine Operário, será oficialmente encerrada a

**IMPRESA HOMENAGEADA**  
A comunidade de Galópolis, na segunda-feira, recepcionou e homenageou todos os representantes dos órgãos de imprensa de nossa cidade. Praticamente a totalidade dos veículos de comunicação esteve presente. A comitiva visitou demoradamente as instalações do Lanifício São Pedro e de Vinhos Franzos.  
A sardinha a comitiva foi homenageada com um coquetel pela diretoria do Lanifício. À noite, um magnífico jantar teve lugar na propriedade campestre do Sr. Anselmo Moschen. Todas as forças vivas de

**SUCESSO DA ORQUESTRA DE CONCERTOS E CORAIS**  
Na terça-feira apresentaram-se no Cine Operário o Madrigal Municipal, o Coral Eberle e o Coral de Galópolis, com grande afiliação de público. Foi um espetáculo que agradou sobretudo a todos, principalmente em função da alta qualidade do repertório escolhido.  
Na noite de quinta-feira foi a vez da Orquestra de Concertos da Sociedade de Cultura Musical de Caxias do Sul (e Orquestra do Recreio Guarany). Foi uma notada marcante pelo ineditismo,

**A PROGRAMAÇÃO DESTA FIM-DE-SEMANA**  
Hoje à noite, no Círculo Operário, acontecerá grandioso baile, animado pela Banda do Garralho. Um Juri especialmente convidado escolherá a Senhorita do Distrito de Galópolis.  
Amanhã, domingo, será encerrada a programação. Durante o almoço serão homenageados pela Prefeitura Municipal diversas pessoas da

**SEMANA DE GALÓPOLIS**, com a entrega de prêmios aos participantes da Gincana e aos vencedores dos diversos torneios esportivos que foram realizados. Atrilhando o encerramento também no Cine Operário, show da Banda do Garralho. Aproveite! Galópolis é a pedida deste fim-de-semana!



**Emocionante. Eficiente. Espacosa.**

Fragmento das páginas 18 e 19 da edição do dia 27 de setembro de 1975 do Jornal Pioneiro, dando grande ênfase ao engajamento comunitário à I Semana de Galópolis. Autoria: não identificada. Fonte: Hemeroteca do AHMJS.

Esta comemoração, embora tenha sido uma iniciativa do Poder Público, foi apropriada pela comunidade<sup>47</sup> de Galópolis ao ponto de haver uma grande comoção ao final do evento para que uma nova edição fosse realizada no ano seguinte (figura 35). Assim, ela passou a ser organizada pelos próprios moradores nos anos que se seguiram, sendo festejada até os dias atuais<sup>48</sup> – por isso é aqui considerada como uma iniciativa interna à comunidade, que em todas as edições resgata a história local por meio de exposições organizadas principalmente pelas escolas locais, mas também pelas associações criadas na década de 1980, conforme será referido adiante.

**Figura 35 – EquiPROFONDO durante a premiação da I Gincana de Galópolis**



Jantar de premiação da I Gincana da I Semana de Galópolis, realizado no dia 28 de setembro de 1975. A EquiPROFONDO, uma das equipes concorrentes apresentou uma faixa com os dizeres “equiPROFONDO agradece a 1ª e pede a 2ª Semana de Galópolis. Autoria: não identificada. Fonte: Acervo de Maria Lourdes Diligenti Comerlato.

O Grupo Escolar Paraná foi uma das instituições escolares envolvidas tanto na primeira como nas subsequentes edições da Semana de Galópolis. Mas, ainda antes

<sup>47</sup> Cabe reforçar o uso das terminologias: ao utilizar o termo “comunidade” (no singular), pretende-se referir-se aos moradores do bairro Galópolis, mesmo ciente de que dentro desta categoria existam pluralidades que serão expressas mais adiante; já o conceito “comunidades” (no plural), será utilizado quando far-se-á referência às demais camadas de Galópolis, incluindo o Estado e a iniciativa privada externa à localidade. Tal categorização, novamente, é somente uma forma didática de apresentar os resultados desta pesquisa-ação, não sendo utilizada empiricamente.

<sup>48</sup> A única interrupção na programação que ocorre desde 1975 se deu no período da pandemia de Covid-19.

de 1975, a escola incitava o senso de valorização patrimonial no bairro. Embora fosse uma instituição estatal que questionou o poder coercitivo exercido pela gerência fabril sobre os habitantes-operários e suas famílias em Galópolis, teve sua direção, desde sua criação em 1939, composta por professores da localidade – fator decisivo para as atividades que envolviam não apenas a comunidade escolar, mas eram abertas aos demais moradores familiares ou não dos estudantes.

É importante pensar na relação destes agentes com a dinâmica industrial na vila operária, sobretudo àqueles que geriram a escola no recorte temporal previsto. Maria Lourdes Diligenti Comerlato, em sua autobiografia<sup>49</sup> (2022, no prelo) indica ter sido diretora da instituição escolar entre 1969 e 1985, quando foi substituída por Carmen Maria Basso Festugatto e, em 1988, seu marido, Enio Aleixo Comerlato, assumiu a gestão. Os três são filhos de operários e estudaram no Colégio Particular Irmãos Chaves – tendo Enio Aleixo Comerlato ingressado nos estudos do magistério após receber uma bolsa de estudos da fábrica, que só era concedida aos melhores alunos homens (COMERLATO, 2022, no prelo).

Em 1974, também por conta dos imprevistos financeiros da indústria local, as irmãs do Sagrado Coração de Maria que mediavam as aulas no Colégio Irmãos Chaves deixaram a gestão da escola e, segundo Comerlato (2022, no prelo) por ordenação da 4ª Coordenadoria Regional da Educação (CRE), o Grupo Escolar Paraná assumiu os estudantes desassistidos. O prédio em que a escola ocupava foi doado ao Estado e logo passou a abrigar a única instituição de educação pública do bairro, que, com um contingente de estudantes maior e oriundos de diferentes localidades do entorno do núcleo urbano de Galópolis, passou a desenvolver ainda mais as propostas voltadas à preservação e comunicação da história do bairro – iniciativas estas que hoje seriam chamadas de educação para o patrimônio cultural.

Este conceito adapta-se melhor ao contexto de sensibilização para o patrimônio desenvolvido em Galópolis pois, segundo Denise Grinspum (2000), ele parte do sentido de mediação de significados e sujeitos, diferentemente do de educação patrimonial que faz referência ao “conhecer para preservar”, à “alfabetização para o

---

<sup>49</sup> A senhora Maria Lourdes Diligenti Comerlato, nascida em 7 de novembro de 1935, é uma personalidade no bairro, conhecida pelo seu profundo senso de pertencimento e valorização de Galópolis, bem como sua atuação como docente e diretora do Grupo Escolar Paraná. Em sua autobiografia, intitulada “Apenas uma Janela de Galópolis”, em produção desde 2016, ela reflete sobre sua atuação na comunidade local e interpreta suas lembranças acerca das transformações que ocorreram na região, sendo uma importante fonte ainda em construção para pensar a memória coletiva.

patrimônio”. Ainda para a autora, esta proposta metodológica adapta-se às diferentes realidades que constroem o patrimônio cultural e busca

[...] formas de mediação que propiciam aos seus públicos a possibilidade de interpretar os objetos de suas coleções, atribuindo-lhes os mais diversos sentidos, estimulando-os a exercer, como cidadãos, a responsabilidade social de compartilhar, preservar e valorizar seus patrimônios. (GRINSPUM, 2000, p. 30).

As fontes utilizadas para justificar a atuação das instituições formais de ensino na mobilização em torno do patrimônio partem do acervo do Grupo Escolar Paraná – inclusive após a troca de seu nomenclatura, efetivada a partir do Decreto Estadual nº 26.465, de 23 de dezembro de 1977, que reorganizou os grupos escolares atribuindo-lhes a 8ª série e concedendo o título de 1º grau: assim, em 1977 o Paraná transformou-se em Escola Estadual de 1º Grau Ismael Chaves Barcellos, voltando “a fazer alusão aos proprietários do Lanifício” (ERLO; IOTTI, 2021). A agora denominada Escola Estadual de Ensino Fundamental Ismael Chaves Barcellos mantém um vasto acervo iconográfico, com álbuns fotográficos que apresentam registros impressos, organizados cronologicamente desde 1939 até 2015 – quando passou a utilizar as mídias digitais para registrar seus projetos. Fazendo uso da análise iconológica, é possível identificar na vasta quantidade de fotos uma grande porcentagem de imagens destinadas a ilustrar os eventos organizados pela escola e abertos aos moradores com o objetivo de suscitar discussões em torno da história de Galópolis de forma ativa e crítica (figuras 36, 37, 38, 39, 40, 41 e 42).

**Figura 36 - Apresentação de trabalhos sobre a região de Galópolis**



Apresentação de trabalhos com fotografias da região de Galópolis na Mostra de Artes e Ofícios realizada anualmente pelo Grupo Escolar Paraná. Data: 1973. Autoria: não identificada. Acervo: E. E. E. F. Ismael Chaves Barcellos.

**Figura 37 - Desfile do Grupo Escolar Paraná na I Semana de Galópolis**



Estudantes do Grupo Escolar Paraná caracterizados em desfile alusivo à formação de Galópolis apresentado durante a I Semana de Galópolis. Data: julho de 1975. Autoria: não identificada. Acervo: E. E. E. F. Ismael Chaves Barcellos.

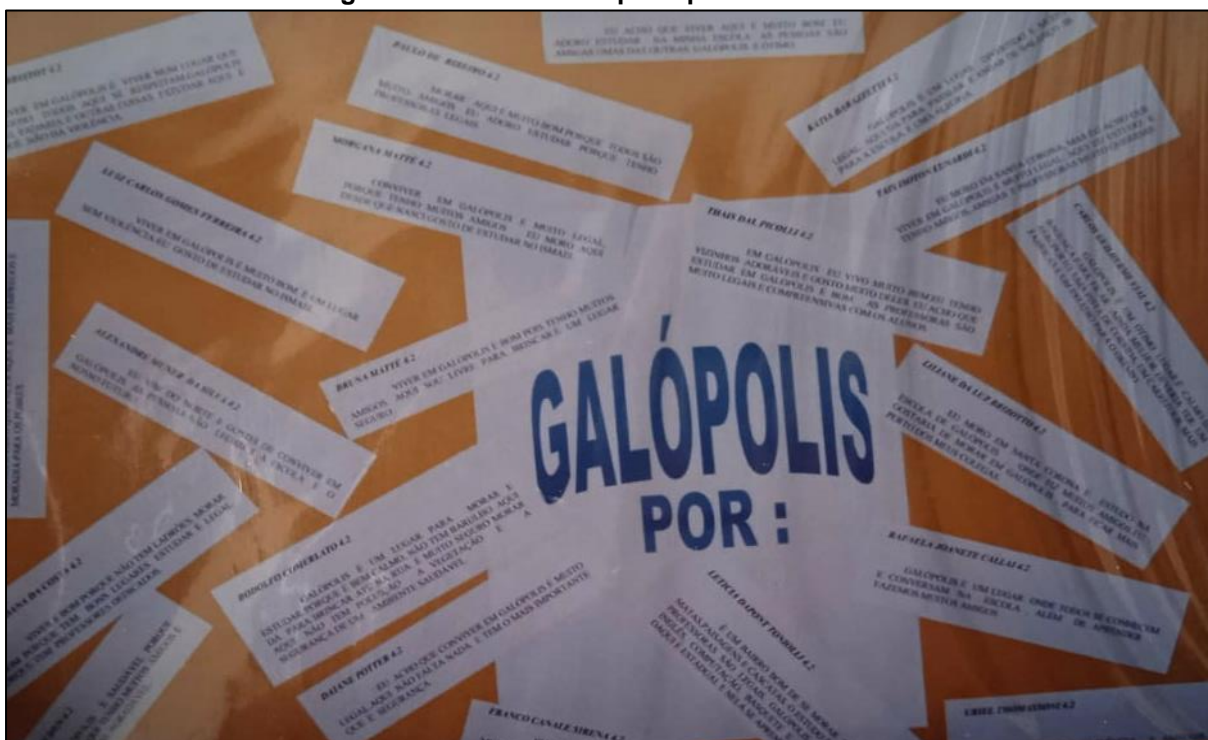
**Figura 38 - Painéis sobre a História de Galópolis**



Painéis expositivos feitos pelos estudantes da Escola de 1º Grau Ismael Chaves Barcellos acerca da História de Galópolis, expostos na Praça Duque de Caxias. Feito com fotografias de acervos particulares e recortes da coluna de Memória do Jornal O Pioneiro, os estudantes enfatizaram seis aspectos de Galópolis: passado, trabalho, homem, esportes, religiosidade e educação. É provável que haja pelo menos mais um painel, mas este não consta nos registros fotográficos disponíveis para análise. Data: 1998. Autoria: não identificada. Acervo: E. E. E. F. Ismael Chaves Barcellos.

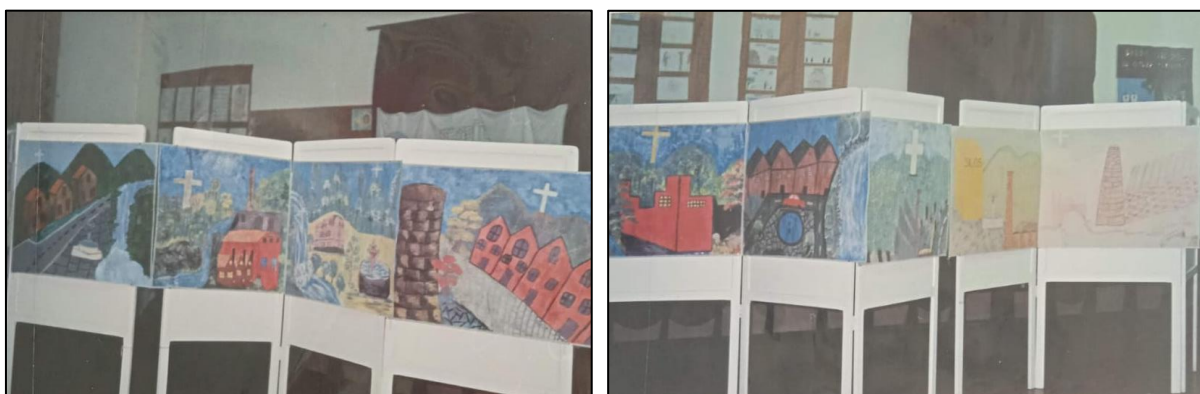


**Figura 39 - Painel “Galópolis por seus alunos”**



Painel feito por estudantes da turma 4.2 com o objetivo de descrever o bairro a partir da ótica discente. Destaca-se o depoimento de Thais Dal Piccoli, que em 1998 escreveu “Em Galópolis eu vivo muito bem. Tenho vizinhos adoráveis e gosto muito deles. Eu acho que estudar em Galópolis é bom. As professoras são muito legais e comprometidas com os alunos” e hoje atua como docente da rede pública e voluntária do Inventário Participativo de Galópolis. Data: 1998. Autoria: turma 4.2. Acervo: E. E. F. Ismael Chaves Barcellos.

**Figura 40 - Exposição de trabalhos de arte**



Painéis pintados com têmpera pelos estudantes da Escola de 1º Grau Ismael Chaves Barcellos como produtos da disciplina de Artes mediadas pela professora Rosângela Tamagnone. Data: 2000. Autoria: não identificada. Acervo: E. E. E. F. Ismael Chaves Barcellos.

Figura 41 - Mostra de trabalhos na III Feira do Livro do Ismael



Trabalhos de arte feitos pelos estudantes da 6ª e 7ª séries da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ismael Chaves Barcellos com as técnicas, respectivamente, de mosaico e pintura com tintas feitas a base de terra, com mediação da professora Rosângela Tamagnone. Data: 2011. Autoria: não identificada. Acervo: E. E. E. F. Ismael Chaves Barcellos.

**Figura 42 - Desfiles das equipes participantes da I Gincana Cultural do Ismael Chaves Barcellos**



Desfile das equipes participantes da I Gincana Cultural do Ismael Chaves Barcellos, ocorrida em 2013. As equipes que tem registros no acervo da instituição são “Os Fratellos”, “Os Polenteiros de Galópolis”, “Os 5 imigrantes”, “El Profundo nº 2”, Tr@kynópolis” e “Hércules”. Data: 2013. Autoria: não identificada. Acervo: E. E. E. F. Ismael Chaves Barcellos.

Assim, percebe-se que a comunidade escolar das instituições de ensino do bairro, sobretudo as públicas, desempenharam e continuam desempenhando um papel determinante na divulgação do patrimônio industrial de Galópolis – seja reproduzindo os conhecimentos produzidos academicamente por meio de pesquisa bibliográfica, por meio de entrevistas com moradores ou mesmo atribuindo por e à si mesmos os significados às referências culturais do bairro, assumindo o protagonismo no processo de musealização local. A relação entre as escolas e a comunidade em

geral até hoje é uma referência para a sociabilidade e temporalidade do bairro, uma vez que seus eventos abertos ao público não-escolar delimitam festividades marcantes, como as festas juninas, as apresentações de Natal, as feiras do livro e palestras.

Também é importante ressaltar que a maioria dos projetos que envolvem o bairro foram pensados durante gestões diretivas das escolas, como previamente citado, realizadas por moradores ou ex-moradores do bairro que já tinham uma relação com a comunidade local. É o caso do período de regência de Giana Giovani, ex-diretora que, em entrevista realizada para a pesquisa acerca da história do Grupo Escolar Paraná (ERLO; IOTTI, 2021), destacou um evento específico para pensar a preservação do patrimônio cultural de Galópolis: a I Gincana Escolar, ocorrida em 2013, na ocasião de um pedido de restauração do prédio administrativo da Escola encaminhado à Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul no mesmo ano. A intenção era que, a partir da Gincana, os estudantes ressaltassem o papel da Escola na História do bairro e, além de sensibilizar a comunidade escolar e pressionar a Secretaria em questão para a realização das obras, também buscassem fontes que subsidiassem o estudo de intervenção restaurativa solicitada. A iniciativa surtiu efeitos e a restauração ocorreu no de 2018 (figura 43).

**Figura 43 - Processo de restauração do prédio administrativo da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ismael Chaves Barcellos**



Fachada oeste do prédio administrativo da Escola durante processo de retirada do escoramento externo montado para repintura. Data: 2018. Autoria: Giana Giovani. Acervo: E. E. E. F. Ismael Chaves Barcellos.

Mas as contribuições da escola não foram somente estas. Do Grupo Escolar, em um período em que a legislação para a escolarização básica previa a criação de grupos extraclasse (SOUZA, 2019), uma destas organizações fundadas foi o Clube de Mães La Mamma. Instituído como desdobramento do Círculo de Pais e Mestres (CPM) em 1975, a entidade reuniu mães de estudantes que encontravam-se periodicamente em “encontros prazerosos, dedicados ao conhecimento, estudo, lazer, troca de idéias e receitas, artesanato, colaborando com a escola [...]” (COMERLATO, no prelo). O grupo continuou ligado ao CPM até 1990, quando desvinculou-se dele e filiou-se à Associação dos Clubes de Mães de Caxias do Sul (ACMCS), continuando ativo até o presente momento e contando com a mesma equipe diretiva. Em depoimento<sup>50</sup>, Maria Lourdes Diligenti Comerlato aponta que

Podemos afirmar que o Clube de Mães “La Mamma” reuniu as mulheres em torno de objetivos comuns, encorajando e despertando lideranças atuantes até os dias de hoje. [...] É muito bom constatar que ainda prestam serviços à comunidade e são assíduas colaboradoras da AMOG. Participam dos eventos da Festa da Uva nos pavilhões, Semana de Galópolis e outros usando trajes característicos de outros tempos. Em 2016 bordavam Galópolis em primorosas almofadas, mantendo vivos ícones da localidade. Ainda fazem enxovais e auxiliam pessoas necessitadas. (CLUBE DE MÃES LA MAMMA, 2019, p. 2).

Os referidos bordados em almofadas são importantes artefatos que representam a musealidade atribuída ao patrimônio industrial de Galópolis pelas senhoras que compõem o Clube de Mães. Cabe ressaltar seu contexto de fabricação: a iniciativa dos bordados se deu no ano de 2014, quando da 30ª edição da Festa Nacional da Uva (ERLO; FARIA, 2021) – festividade que ocorre bianualmente em Caxias do Sul desde 1931, tendo havido uma pausa durante o período do Estado Novo devido às restrições às práticas alusivas à imigração italiana no contexto da Segunda Guerra Mundial no Brasil.

Convidadas a representarem Galópolis na festividade, as artesãs – que na ocasião eram cerca de 30 associadas ao Clube – contaram com auxílio de membros

---

<sup>50</sup> Depoimento manuscrito de Maria Lourdes Diligenti Comerlato, feito com o objetivo de historicizar a trajetória do Clube de Mães La Mamma em decorrência da necessidade de justificar sua importância para a comunidade local, quando o prédio em que a sua sede situava-se – espaço que pertenceu ao Círculo Operário, que também abrigava um espaço expositivo, a sala da Associação de Moradores de Galópolis (AMOG), o Centro de Inclusão Digital (CIAD), o brechó Amigópolis, a cozinha da Subprefeitura de Galópolis e salas com documentações do Lanifício Sehbe – foi ameaçado de desapropriação pelo Município de Caxias do Sul em novembro de 2019. Esta informação será retomada no capítulo “4 OS NÓS DA AUTOGESTÃO”.

da AMOG na concepção do projeto. Em entrevista cedida em 2021<sup>51</sup>, a presidente Lourdes Vignochi e a vice Ivone Vial contextualizaram a escolha para os 8 bordados distintos feitos em retalhos de tecido doados pela Cootegal – que se transformaram em almofadas –, bem como as múltiplas interpretações de uma mesma estampa feita em *ecobags* de linho, também bordadas para o mesmo evento. “Teve uma moça da Associação de Moradores que chegou e falou assim pra gente: ‘por que vocês não bordam Galópolis?’ A gente tinha que produzir alguma coisa, então a ideia foi bem-vinda, porque assim as pessoas [de outras localidades] iam conhecer Galópolis”, relatou Vial (2021, informação verbal), justificando a iniciativa.

A intenção era bordar e colocar [pausa] pedrarias, sabe? Mas ia ficar muito caro, então a gente decidiu só bordar”, prosseguiu Vial, que ressaltou também como os produtos, isto é, as sacolas e as almofadas, foram projetados concomitantemente, mas de formas diferentes. As *ecobags* receberam um bordado que “mostram coisas de Galópolis [...] então tem ‘o’ chaminé [e a fumaça], as montanhas, as casas, e as garças junto com o nome La Mamma, Galópolis e algumas colocaram o nome delas. Eu não coloquei, mas tem gente que colocou”, relatou Ivone Vial, sendo complementada por Lourdes Vignochi, que afirmou sempre colocar o seu nome e idade em suas produções. Tais elementos evidenciam o que, para as artesãs e membros da AMOG, são os bens culturais mais representativos de Galópolis [...]. (ERLO; FARIA, 2021, p. 271-272).

As almofadas representam 8 “pontos turísticos” (como Vignochi e Vial chamam os lugares) escolhidos, sendo eles o Morro da Cruz, o Capitel São José, o “Moinho Galópolis” (como denominam a empresa Roseflor), a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, a Vila Operária, o Cine-Operário, o Lanifício, o “Museu Hércules Galló” (como chamam o IHG) e a Árvore das Garças (esta, inserida como elemento em diversos bordados). Ivone Vial também informou que “[...] o desenho era um molde, mas cada uma podia fazer como queria, do jeito que queria. Teve gente que criou desenhos diferentes e colocou coisas a mais” (2021, informação verbal), inclusive pedrarias e retalhos de tecido que enfatizam determinados elementos em ambos os artefatos (figura 44 e figura 45).

---

<sup>51</sup> Entrevista com representantes do Clube de Mães La Mamma, de Galópolis, feita por mim no dia 22 de junho de 2021, para a redação do artigo “Entre o bordar e o preservar: o artesanato como fonte para o processo de musealização do patrimônio industrial”, apresentado por ela e sua orientadora, Ana Carolina Gelmini de Faria, no 4º Seminário História & Patrimônio - diálogos e perspectivas realizado de forma virtual pela Universidade Federal de Rio Grande (FURG) entre 23 e 26 de junho de 2021.

**Figura 44 - Bordados em almofadas feitas pelo Clube de Mães La Mamma**



Bordados alusivos a Galópolis, feitos por membros do Clube de Mães La Mamma. Autoria: Rosa Maria Diligenti. Data: entre 2014 e 2019. Fonte: ERLO; FARIA, 2021.

**Figura 45 - Bordados em ecobags feitas pelo Clube de Mães La Mamma**



Bordados a mão feitos respectivamente por Lídia e Ivanir, integrantes do Clube de Mães La Mamma, fazendo uso de diferentes técnicas sobre tecido de linho utilizado na confecção de ecobags. Autoria: imagens por Geovana Erlo. Data: 11 de maio de 2021. Fonte: ERLO; FARIA, 2021.

Percebe-se que o papel assumido pelas integrantes do Clube de Mães (figura 46) – estas, todas moradoras do núcleo urbano de Galópolis, participantes assíduas das demandas comunitárias – diante do processo de atribuição de valor ao patrimônio

industrial é o de interpretantes. Suas produções artesanais<sup>52</sup> refletem tal valorização, sobretudo os bordados alusivos aos bens culturais locais, que se tornam mais do que meros suportes materiais – embora saiba-se que a técnica empregada para sua confecção esteja expressa nestes objetos, ilustrando elementos de sua imaterialidade e, conseqüentemente, a subjetividade das artesãs.

**Figura 46 - Clube de Mães La Mamma participando da Semana de Galópolis de 2017**



Integrantes do clube de mães participando da feira de economia criativa organizada pela Associação dos Moradores de Galópolis durante a Semana de Galópolis 2017. Data: outubro de 2017. A autoria: Rosa Maria Diligenti. Acervo: Associação dos Moradores de Galópolis.

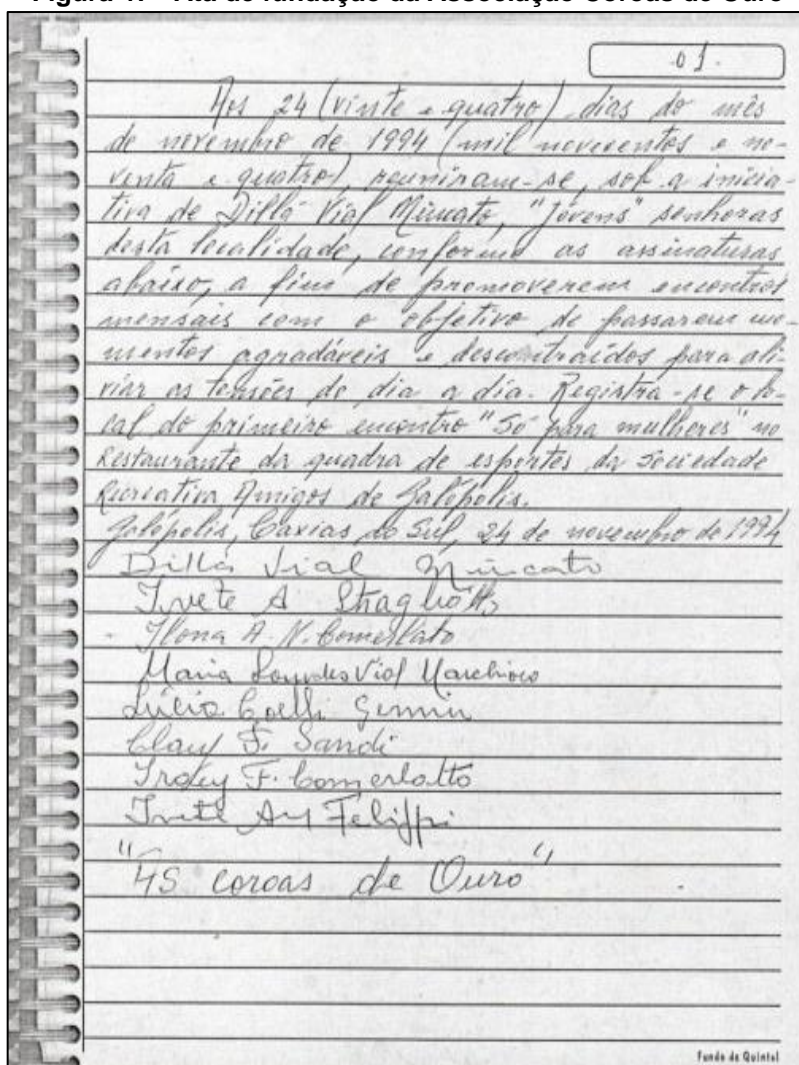
Além do Clube de Mãe La Mamma, outro grupo que reúne senhoras da terceira idade – a maioria, na presente data, com mais de 70 anos – e corrobora para a preservação, pesquisa e comunicação do patrimônio industrial de Galópolis é a

<sup>52</sup> Cabe discorrer que, embora utilize-se do conceito de “artesanato” nesta pesquisa-ação, seria mais correto o uso de “produções artísticas manuais”, uma vez que a distinção entre “Arte” e “artesanato” acaba por hierarquizar sujeitos e seus processos criativos entre “popular” e “erudito”, “artistas” e “artesãos”. Conforme Erlo e Faria (2021, p. 274) enfatizam, “mesmo diante das tensões estabelecidas entre hierarquias de produções artísticas “populares” e “canonizadas”, estas refletem as subjetividades de indivíduos que atribuem valor, sentido e significado aos bens culturais de seu contexto espaço-temporal”. Todavia, para tornar a leitura deste texto mais dinâmica, optou-se por utilizar o termo “artesanato”.



Associação Coroas de Ouro (ACO). Fundada no dia 24 de novembro de 1994 por Dillá Vial Mincato, Ivete A. Stragliotto, Ilona A. N. Comerlato, Maria Lourdes Vial Marchioro, Lúcia Coelli Gemin, Clary F. Sandi, Iracy F. Comerlato e Ivete A. M. Felippi (figura 47), o grupo, que “[...] não tem presidente e nem conselho deliberativo” (COMERLATO, 2022, no prelo), passou a receber novas integrantes conforme se reunia – foi o caso de Maria Lourdes Diligenti Comerlato, que hoje é a responsável por acondicionar as atas construídas ao fim de cada encontro. Em sua autobiografia, Comerlato (2022, no prelo), dedica uma seção para apresentar a ACO e ressaltar sua importância para a comunidade de Galópolis.

**Figura 47 - Ata de fundação da Associação Coroas de Ouro**



Página 1ª da ata de fundação da Associação Coroas de Ouro, em posse de Maria Lourdes Diligenti Comerlato. Data: 24 de novembro de 1994. Autoria: não identificada. Acervo: Associação Coroas de Ouro.

O que é a ACO? Você já ouviu falar? Com todas as letras é: Associação das Coroas de Ouro. Já vou explicando ou melhor dizendo, que, não se trata de um empreendimento corporativo, NE, de uma sociedade beneficente, nem cooperativa e, muito menos, de um clube sofisticado. [...] consiste de um grupo de “jovens senhoras”, com mais de 60 anos, amigas e colegas de estudo de outros tempos, que em certo momento de suas vidas, quando a vida já se encarregava de colocar alguns pequenos entraves no corpo físico, decidiram reunir-se mensalmente num encontro-jantar para simplesmente conversar, conviver, jogar conversa fora e em última análise, ficar de bem com a vida cultivando a amizade. Sem taxas, apenas um convívio saudável. Daí o tom até certo ponto precioso para referir ao nome das associadas. (COMERLATO, 2022, no prelo, n.p).

Até novembro de 2017 a ACO contabilizou 247 encontros e em 2022 completou 28 anos de atuação – sempre comemorando as datas de aniversário simbólicas à Associação (figuras 49, 50 e 51). Ainda segundo Comerlato (2022, no prelo), os encontros costumam ocorrer mensalmente – com exceção de quando surgem imprevistos envolvendo questões pessoais, normalmente relacionadas à saúde<sup>53</sup>, ou quando está muito frio. Nas reuniões-jantar, realizadas às quartas-feiras, embaladas pela “[...] caipirinha, vinho, algum refrigerante, cardápio variado abastecido com ‘fritas’ e ‘radichi com bacon’ [e] cafezinho para arrematar acompanhado de sagu com creme repetidas vezes” (COMERLATO, 2022, no prelo, n.p), as associadas, além de “[...] expressar alegria e a amizade que une todas [...]”, debatem sobre notícias da atualidade, como o cenário político, futebol e novelas, e trocam “[...] receitas e segredinhos culinários e histórias de netos, bisnetos e animais de estimação [...]” (COMERLATO, 2022, no prelo, n.p). Mas ao longo dos anos, a ACO “[...] adentrou em objetivos mais profundos e significativos, sem imaginar a importância de um resgate de memória de uma comunidade” (COMERLATO, 2022, no prelo, s/p): das conversas surgiam memórias acerca da história local que as “jovens senhoras” consideraram necessário registrar.

De alguma forma os encontros serviram para manter acesa a “chama da vida” de uma típica comunidade que preza seus ancestrais, valorizando suas experiências na construção de alicerces, promovendo uma história. A ACO, sem querer o monopólio, coloca uma parcela que pode e deve ser somada a outros grupos e mesmo às pessoas e às famílias que preservam fotos, documentos e relatos de sua gente. Fica um convite e um apelo. É preciso retirar da gaveta e prestar depoimento deste legado que recebemos: um legado de lutas, dificuldades. Conquistas e perdas e de muita superação e muitas realizações que não podem cair no esquecimento. Recordar é viver e está cada vez mais presente em Galópolis e em seus moradores. É um

---

<sup>53</sup> Sobre estas questões inclusive, a associada ironiza ao trazer ditos comuns às associadas, como o “*Mi mal por tutto: mi [anca] la cõa, se lá gavesse*”. Em tradução literal feita pela pesquisadora, lê-se, em tom de brincadeira, “tenho dor por tudo: até no rabo, se eu tivesse”.

consenso abraçar esta ideia e também passo importante para fazer acontecer [...]. Mãos a obra! (COMERLATO, 2022, no prelo, s/p).

**Figura 48 – Reunião da Associação Coroas de Ouro**



Ircy F. Comerlato, Ivete A. M. Felipe, Lourdes Vial Marchioro, Dilá Vial Mincato, Olina Furlan Kischtener, Hilda Furlan Bordin, Ivete Stragliotto (sentadas), Clary F. Sandi, Maria Lourdes Diligenti Comerlato, Ilona Nissola Comerlato, Lucia Gemin e Maria Bolfe Stragliotto em comemoração à década da ACO, no restaurante *La Távola di Canale*. Data: 1996. Autoria: não identificada. Acervo: Associação Coroas de Ouro.

**Figura 49 - Decoração da festa em comemoração aos 15 anos da ACO**



Painel com registros e bolo de aniversário em comemoração aos 15 anos de atuação da ACO em Galópolis, comemorada no Restaurante Casarão. Data: 2009. Autoria: não identificada. Acervo: Associação Coroas de Ouro.

**Figura 50 – Presentes de aniversário de 15 anos da ACO**



Presentes confeccionados e entregues pelas e para as integrantes da ACO. Data: 2009. Autoria: não identificada. Acervo: Associação Coroas de Ouro.

**Figura 51 - Decoração da festa de aniversário de 20 anos da ACO**



Decoração para a comemoração em homenagem aos 20 anos da ACO, realizada no restaurante Casarão. Data: 2014. Autoria: não identificada. Acervo: Associação Coroas de Ouro.

Os registros do que Comerlato (2022, no prelo) refere-se como “memórias nostálgicas” feitos pela Associação Coroas de Ouro ressaltam diversos bens relevantes que podem ser considerados patrimônio culturais da dinâmica industrial de Galópolis. A associada, em sua autobiografia, evidencia somente algumas das referências identificadas pelas senhoras da ACO, prevalecendo aspectos da culinária local, festividades, formas de produção agrícola e consumo na vila operária, as

brincadeiras na rua e nas escolas, a transformação da linguagem, os métodos tradicionais de cura caseira, os saberes técnicos aprendidos tanto dentro como fora do Lanifício e demais elementos que retratam a sociabilidade em Galópolis. Sempre exprimindo carinho pelos demais moradores do bairro – “[...] todo mundo se conhece e são como família!” –, Comerlato (2022, no prelo) evidencia o seu papel, da ACO e de toda a comunidade como protagonistas na constituição do futuro do bairro. Mas, segundo ela, esta agência em prol do futuro só será profícua se construída coletiva e cooperativamente sobre as bases já traçadas no passado e, por isso, faz um apelo para que a História local seja preservada por todos.

A preservação do patrimônio industrial de Galópolis vem sendo tema para discussões abertas promovidas por diversas instituições comunitárias desde a década de 1980 – comprovando a teoria apresentada anteriormente de que a decadência das bases paternalistas do Lanifício São Pedro criou um vácuo suprido pela nostalgia e a busca pelo constante retorno ao “passado que não passa” (HARTOG, 2014). Como exemplo, pode-se citar alguns momentos emblemáticos, como a luta pela manutenção do Cine Operário e a preocupação em preservar a vila operária após a venda do Lanifício São Pedro ao Grupo Alfred, que instituiu o Lanifício Sehbe.

Na reportagem impressa na sessão “cidade” do dia 23 de junho de 1981 do jornal O Pioneiro, o título “Galópolis ficará sem cinema em julho” (figura 52) sucedido por uma matéria com posicionamento crítico revela o quanto a coerção por meio da Igreja Católica continuava presente na comunidade do bairro bem como o medo da repressão. O fato se desdobrou a partir da determinação da Mitra Diocesana de Caxias do Sul – que adquiriu o Cinema na década de 1960 – em fechar um dos poucos espaços de divertimento que continuava disponível para os habitantes da localidade, informando-os com menos de quinze dias de antecedência. Destacando a importância das projeções quase diárias na edificação da década de 1920, o texto jornalístico ressalta que, dentre as causas do fechamento – embora a Paróquia negasse – era por interesses financeiros e morais, levando em consideração a obrigatoriedade de projeção de ao menos 112 dias por ano de filmes nacionais que, neste período, era caracterizado principalmente pelas chanchadas. Mas o que mais interessa aqui é a reação da comunidade:

Estranha e ao mesmo tempo curiosa a reação dos moradores de Galópolis. Não especificamente pelos posicionamentos, com um número maior de pessoas sendo favoráveis que o cinema continua funcionando, mas pelo fato

de que, dos 11 habitantes consultados, nenhum quis se identificar. Um senhor de idade avançada saiu correndo no instante que o fotógrafo retirou seu aparelho de trabalho para acioná-lo. Ninguém, no entanto, admitiu receio de sofrer alguma repressão, mas tão pouco fez questão de ser mais incisivo em suas contestações. (PIONEIRO, 23 jun. 1981, p, 2).

Ao passo que a maioria dos entrevistados era favorável à manutenção do Cine Operário, também havia os contrários que acreditavam que o que era exibido contrariava os Dogmas da Igreja. De toda forma, um abaixo-assinado que circulava pelo bairro desde a divulgação da decisão de fechamento já contava com 300 assinaturas no ato da coleta de informações para a matéria, o que mostra que o engajamento local era expressivo, sendo resistência mesmo em um período em que, embora já não fosse o modelo vigente, o paternalismo vigorava.

Figura 52 - Matéria sobre o fechamento do Cine Operário de Galópolis

cidade

## Galópolis ficará sem cinema em julho

*Depois de funcionar por mais de 40 anos, o cinema de Galópolis fechará no dia primeiro de julho. A Mitra Diocesana, proprietária do imóvel, já determinou, e a população agora, pretende se mobilizar para evitar a desativação. As causas são, segundo os moradores, financeiras e de ordem moral.*

Houve épocas em que o deslocamento dos distritos para a sede do município de Caxias do Sul era muito difícil. Essa dificuldade proporcionou a instalação de serviços distantes do centro da cidade, tais como lojas de vestuário, sapatarias, cinemas, etc. No último caso, quando não havia uma sala especial para projeções, geralmente os clubes sociais serviam. Assim foi com Desvio Rizzo, que durante muitos anos apresentava sessões semanais de cinema. A população de Forqueta, Vila Seca, entre outros distritos, também podiam assistir a filmes, mesmo que não com muita frequência, sem serem obrigados a vir até a cidade.

Com Galópolis, a história não foi diferente. Porém, com preço próprio, as fitas continuaram a ser apresentadas

E elas permanecerão em cartaz, só que agora com um prazo limitado. Há cerca de 15 dias, o pároco local anunciou que no dia primeiro de julho o cinema fechará.

**DECISÃO**

Funcionando há mais de 40 anos, o cinema de Galópolis foi adquirido, faz cerca de 25 anos pela Mitra Diocesana de Caxias.

Dessa época para cá, com duas, três, quatro ou cinco sessões semanais, a população de ex-distritos — hoje região administrativa urbana de Galópolis — tinha um local a mais para se divertir. A partir do próximo mês, porém não terá mais.

O padre de Galópolis, Sérgio Nicoletti, negou-se a dar qualquer informação, insistindo que antes do fechamento não podia falar. Citou apenas

uma frase: Não é problema financeiro. A ordem partiu dos bispos de Caxias. Há aproximadamente dois anos, surgiram os primeiros indícios de que o cinema encerraria suas atividades. Repentinamente, a decisão foi tomada, numa clara evidência de que os moradores não tem mais interesse em preservar aquele cinema.

**CAUSAS**

A princípio, a principal causa poderia ser apontada a partir do número médio de frequentadores por sessão. Segundo os próprios moradores, não chegam a 20 pessoas. Mas o próprio pároco admitiu que existe pelo menos um outro motivo, fácil de ser identificado. Depois da nova regulamentação para as casas exibidoras, impondo a apresentação de no mínimo 112 dias por ano de filmes nacionais, as características das fitas geralmente levadas, tiveram que ser alteradas. O tema-base da maioria das produções cinematográficas brasileiras atualmente está fixado sobre o sexo. Para cumprir com o que estabelece a lei, não é mais possível exibir fitas que sigam a linha de orientação do que é pregado pela Igreja de Galópolis. O próprio vice-prefeito, Reimundo Forner, admitiu que "a ausência de determinados filmes contraria o que prega o pároco".

O que permanece como interrogação é o fato de que os filmes explorando o sexo iniciaram no Brasil ainda na década de 60, com a pornochanchada. Por que então só agora a ordem para o fechamento? Por outro lado, e até dentro de uma causa justificável, a con-

corrência que o cinema vem sofrendo da televisão, afastou a grande maioria dos costumesiros frequentadores. Outros, dos mais de 8.000 habitantes entre a sede e área rural do ex-distrito, têm facilidades de vir para o centro de Caxias. São apenas sete quilômetros, com ônibus de meia em meia hora, além da apreciável parcela dos moradores de Galópolis que possuem veículo próprio.

Um terceiro aspecto pode ser apontado como motivo para o fechamento do cinema. Ele funciona em um prédio de grandes proporções, cuja área tem enorme valor. Nesse caso, o próprio pároco, estaria equivocado ao declarar que a causa não é financeira.

**REAÇÃO**

Estranha e ao mesmo tempo curiosa a reação dos moradores de Galópolis. Não especificamente pelos posicionamentos, com um número maior de pessoas sendo favoráveis a que o cinema continue funcionando, mas pelo fato de que, dos 11 habitantes consultados, nenhum quis se identificar. Um senhor de idade avançada saiu correndo no instante em que o fotógrafo retirou seu aparelho de trabalho para acioná-lo. Ninguém, no entanto, admitiu receio de sofrer alguma repressão, mas tão pouco fez questão de ser mais incisivo em suas contestações.

A finalidade primeira de um cinema, o divertimento a cultura, parece ser a parte que mais está provocando reação dos moradores, na certeza do fechamento. Mães dizendo que suas filhas frequentam e agora não poderão mais ter essa opção de lazer. Senhores

residindo em Galópolis há mais de meio século, lamentando o desaparecimento daquele que foi por muitos anos um local de acontecimentos inesquecíveis. Lembrando hoje com muita nostalgia. Mas há os que se mostram totalmente favoráveis ao fechamento, alegando entre outros argumentos, o de que o déficit atual está sendo coberto pela própria Igreja de Galópolis.

De concreto, existe um abaixo-assinado circulando entre os moradores. Mais de trezentas assinaturas já demonstravam, até ontem, o desejo contrário à determinação da Mitra Diocesana de Caxias. Até o dia primeiro de julho, as pessoas que tiveram essa iniciativa esperam contar com um número bem maior de adeptos à sua finalidade: impedir que o cinema deixe de funcionar.

A partir de primeiro de julho, as portas do cinema não abrirão mais, apesar da posição contrária de muitos moradores



**Prevenção contra incêndios quando não existe legislação**

Na tarde de ontem, o 5º Grupoamento de Incêndio de Caxias do Sul realizou uma reunião com a imprensa local para divulgar o programa relativo à Semana de Prevenção Contra Incêndio.



Padre Nicoletti não quis explicar, mas disse que a causa não é financeira

Matéria publicada no Jornal O Pioneiro acerca da reação da comunidade diante do fechamento do Cine Operário. Data: 13 de junho de 1981. Autoria: não identificada. Acervo: hemeroteca do AHMJSA/Banco de dados virtual da Câmara dos Vereadores de Caxias do Sul

Mesmo com a mobilização contrária, o Cinema, referência para a Região Administrativa de Galópolis, encerrou suas atividades na data estipulada. Porém, anos mais tarde, nos anos 2000, um grupo de jovens denominado “Matéria Prima” organizou-se para a retomada, mesmo que esporádica das sessões de cinema e debates na edificação. Em seu blog<sup>54</sup>, o grupo divulgava programações culturais desenvolvidas de forma voluntária no bairro, como os cine-debates – ocorridos em três edições, relacionados à saúde, direito e cultura, além da exibição de curta-metragem produzidos na cidade –, saraus e exposições fotográficas. Três exposições foram realizadas durante a atuação do grupo criado em 2004 e extinto em 2009, todas no então denominado Antigo Cinema: a primeira foi a “Fotografe Galópolis como você vê” (figuras 53 e 54), que expos 87 fotografias de 35 fotógrafos da localidade e contou com mais de 400 visitantes nos dias 14, 15, 21 e 22 de maio de 2005 (MATÉRIA PRIMA, 2005, [online]); a segunda, foi a “Caras de Galópolis” (figura 55), aberta à visitação nos dias 5 e 6 de agosto de 2006; e a terceira mostra, a “Antes e Depois” (figura 56), recebeu inscrições até o dia 4 de junho de 2008 e ficou disponível para visitas entre os dias 7 e 8 do mesmo mês.

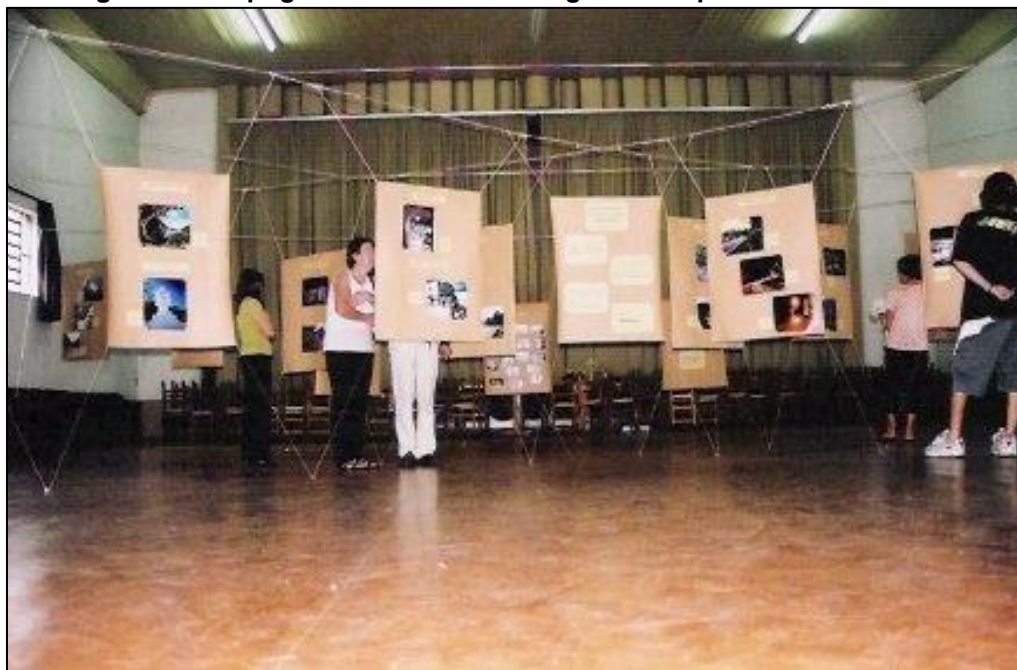
**Figura 53 - grupo Matéria Prima na abertura da exposição “Fotografe Galópolis como você vê”**



Roberta Basso Canale (Beta), Alexander Canale (Leco), André Dalpan, Maurício Felippi, Alexander Echer (Xandy), Manoela Pauletti, Roberta Felippi e Ranieri Calza, membros do Matéria Prima, durante abertura da exposição “Fotografe Galópolis como você vê”, no Cine Operário Galópolis. Data: 14 de maio de 2005. Autoria: não identificada. Acervo: Grupo Matéria Prima.

<sup>54</sup> O blog continua ativo e pode ser acessado por meio do link: <http://materiaprimagalopolis.blogspot.com/> (acesso em 28 nov. 2022).

Figura 54 - Expografia da mostra “Fotografe Galópolis como você vê”



Expografia da mostra “Fotografe Galópolis como você vê”, organizada pelo grupo Matéria Prima. Data: 14 de maio de 2005. Autoria: não identificada. Acervo: Grupo Matéria Prima.

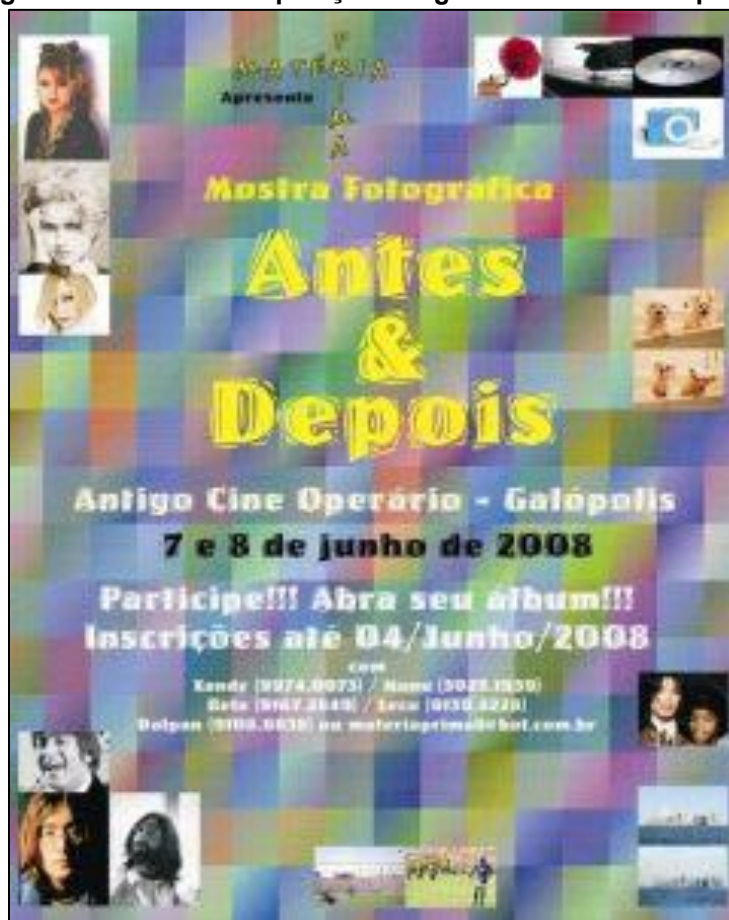
Figura 55 - Cartaz de divulgação da mostra fotográfica “Caras de Galópolis”



Cartaz de divulgação da mostra fotográfica “Caras de Galópolis”. Data: julho de 2006. Autoria: não identificada. Acervo: Grupo Matéria Prima.



Figura 56 - Cartaz da exposição fotográfica “Antes de Depois”



Cartaz de chamamento para o envio de fotos para a mostra “Antes & Depois”, organizada pelo Grupo Matéria Prima. Data: maio de 2008. Autoria: não identificada. Acervo: Grupo Matéria Prima.

O grupo Matéria Prima, composto por jovens da localidade, além de representarem a resistência contra o apagamento histórico de sujeitos e suas subjetividades – como percebe-se na proposta das exposições realizadas –, buscou democratizar o acesso à Arte e Cultura, tendo a pauta da preservação do patrimônio industrial de Galópolis como símbolo da mobilização em prol do direito à cidade e à representação. Esta mobilização trouxe à luz debates sobre a História local de forma crítica e horizontal, questionando valores morais da comunidade local ao passo que também buscou valorizá-la como produtora de significados e transformações. Mas a mobilização pela preservação de outras estruturas ainda utilitárias, mas com valor identitário à Galópolis mostra-se presente em outro caso, também emblemático: o medo pela demolição das edificações que compõem a Vila Operária, expresso com maior amplitude nos momentos de incerteza frente à transição de gestão da fábrica. O Jornal Pioneiro retratou dois momentos em que houve mobilização comunitária na

tentativa de diálogo com os proprietários das residências e o Poder Público para assegurar a conservação das características arquitetônicas dos bens, conforme apontam as figuras 57 e 59.

Figura 57 - Matéria “Moradores de Galópolis querem evitar destruição do patrimônio histórico”

**Moradores de Galópolis querem evitar destruição do patrimônio histórico**

Texto de Antonio Ricardo Heinen

A possibilidade de destruição do patrimônio histórico-arquitetônico de Galópolis está alarmando moradores desse bairro caçariano, colonizado a partir de 1877 pelos primeiros imigrantes italianos que chegaram à região. Da preservação e conscientização, algumas dessas pessoas partiram para a criação de um comitê de preservação do acervo local. Este é formado e liderado por nove conjuntas residenciais construídas em estilo inglês no início do século, além de algumas casas típicas da imigração italiana, o prédio do Lanifício Sebhe, as duas casas que pertenceram a Hércules Galati, a Casa Stragliotto (estas três últimas localizadas ao longo da BR-116) e as casas de madeira ao lado dos vilões Prato.

Reunido 10 pessoas, em sua maioria estudantes de Galópolis, o Comitê de Preservação do Patrimônio Histórico-Arquitetônico pretende manter um trabalho de conscientização da população do bairro e principalmente dos habitantes dessas residências sobre a necessidade de se preservar a história viva do local. Mas os integrantes do movimento procuram sempre ressaltar que não têm por objetivo interferir na propriedade privada dos moradores, mas sim assegurar que não se façam reformas desnecessárias, e no caso de estas ocorrerem que haja um planejamento cuidadoso, a fim de evitar a descaracterização dos prédios históricos.

Para tratar, no entanto, desse acervo é preciso voltar à história de Galópolis, um bairro situado a seis quilômetros de Caxias do Sul, ao longo da BR-116, na direção de Nova Petrópolis. Criado por italianos, mas com muitas outras nacionalidades, Galópolis é um vilão denominado “Vale del Pradolino”, título recebido dos italianos que colonizaram a área. Depois passou a se chamar “Casca da Quarta Lavoura”, e posteriormente “Devoto do Morro”, nomes que se referem à acidentada geografia do local.

O nome Galópolis veio em 1903, numa homenagem a Hércules Galati, um imigrante italiano que iniciou a indústria têxtil nessa povoação, com o antigo Lanifício São Pedro, localizado às margens do riocho Fiolati. Por volta de 1920, Galópolis transformou-se em vila e em 1979 foi elevada à condição de bairro de Caxias do Sul, apesar de possuir toda uma identidade própria.

**PATRIMÔNIO**

O atual patrimônio histórico-arquitetônico data das primeiras décadas deste século: as casas de madeira da rua da Casa Canônica, prevalentemente as mais antigas prédios do local, o prédio do Lanifício São Pedro, hoje Lanifício Sebhe; as casas de tijolos, construídas em estilo inglês, na década de 30, dispostas ao lado da praça central, e algumas outras prédios isolados, como as casas na BR-116.

O prédio do Lanifício e as casas de tijolo, visto que estas residências foram construídas para servirem de moradia aos funcionários da indústria, são nove conjuntas: seis prédios de duas residências em cada um e mais três prédios de três, o que totaliza 11 residências. Até o início desta década, estas casas pertenceram ao Lanifício São Pedro, que não foi alterações nos prédios. Mas, com a venda deste ao grupo Sebhe, as residências foram vendidas preferencialmente a aqueles que já moravam no local, e é aí que começa a descaracterização do conjunto.

**REFORMAS**

Alguns moradores dessas casas (colônias arquitetônicas, segundo pesquisa realizada pelo comitê de preservação, se assemelha à da cidade de Williamsburg, nos Estados Unidos) começaram a realizar pequenas reformas, o que colocou o acervo em grave situação. Muitas portas e janelas foram substituídas por outras de alumínio e vidro, aberturas foram modificadas e diminuídas, tijolos foram trocados, entre outras alterações. Nos Estados Unidos, ao contrário, a arquitetura típica inglesa de Williamsburg não apenas foi preservada, como também foi entre outras medidas, como a proibição de pintura de fachadas, o que permitiu a conservação de características típicas do século passado. Mas segundo integrantes do comitê, essas alterações estão ocorrendo apesar de o Lanifício Sebhe ter pedido aos proprietários a preservação do patrimônio.

Em dezembro, o problema foi levado pelo comitê ao I Seminário de Arquitetura Popular Brasileira, que ocorreu em Antônio Prado, onde se discutiram as influências dos grupos migratórios latinos na arquitetura brasileira. O grupo foi muito bem recebido pelos mais de 150 participantes do Seminário, em sua maioria historiadores e arquitetos, os quais ouviram atentamente as explicações dos estudantes. Os participantes do seminário se sensibilizaram, principalmente pelo fato de se tratar de um grupo de jovens que não pertencem aos cursos de Arquitetura e História, tradicionalmente ligados aos movimentos de preservação do patrimônio.

Em consequência dessa viagem a Antônio Prado, o Comitê de Preservação do Patrimônio de Galópolis conseguiu que o conselho geral do governo da Alemanha Ocidental, Udo Baumann, um arquiteto urbanista especializado na questão da preservação, viesse a Galópolis, para verificar a extensão dos danos sofridos pelo patrimônio arquitetônico. Isso poderá resultar algum apoio à luta pela preservação do acervo.

Atualmente (desde 1981), esse movimento já conta com o apoio da SPHAN/Pro-Memória, que realizou um trabalho de documentação da arquitetura de Galópolis, juntamente com Ivoiri, cuja arquitetura sofreu profunda influência das imigrantes alemãs. Isto não significa, entretanto, que a preservação dos prédios históricos de Galópolis esteja assegurada, já que a cada dia uma nova alteração é feita. Existe até mesmo o perigo de casas inteiras desaparecerem (já se pensou em estabelecer uma rua que passaria no local onde uma está situada).

**DEMOLIÇÃO**

Além da preservação dessas casas, o comitê tem-se preocupado com a descaracterização do prédio do Lanifício (que já teve telhado substituído, alterando substancialmente suas características, porque foi colocada cobertura de zinco, como se se tratasse de um prédio mais antigo do local; as casas de madeira da rua da Casa Canônica. Estas, antigamente, eram em número de seis, construídas em estilo colonial italiano. Três delas já foram demolidas, deixando esse terreno ocupado por uma única residência de alvenaria).

O Comitê de Preservação do Patrimônio, que encontra um canal de comunicação no “Sena Plaza” (Sem Muro), uma publicação artesanal avulsiva a cargo dos estudantes do bairro, também tem-se preocupado com as questões ecológicas que envolvem Galópolis, como a poluição das águas que abastecem a localidade e o efeito paralisante dos deslizamentos, que é agravado pelos desmatamentos dos morros próximos.

A questão da preservação do patrimônio de Galópolis poderá ser inserida num trabalho mais amplo, que vise à preservação do patrimônio cultural não apenas da região colonial italiana, mas de todas as áreas onde os imigrantes deixaram as influências de suas línguas, costumes e culturas. Além de Ivoiri, há que se ressaltar o caso de Antônio Prado, provavelmente a cidadezinha que conserva o maior conjunto arquitetônico remanescente da imigração alemã e italiana.

Galópolis, em particular, não é apenas um patrimônio histórico e arquitetônico, mas também panagiotico, no que se pode incluir a geografia física e humana: de acordo com pesquisas realizadas pelos integrantes do comitê, no aspecto geográfico, Galópolis se assemelha às aldeias de Sebhe, cidade italiana de onde vieram os cinco imigrantes que fundaram a vila, há mais de 100 anos.

“As casas, a indústria e a característica de povos um vale construíram um núcleo que transforma nossas raízes em motivo de dignidade. Muitos prédios existem e precisam ser estudados para descobrirem nossa história. Ainda há dúvidas em relação à influência inglesa em nossa arquitetura ou quanto à proviência de nomes estrangeiros nas sucatas anarquistas italianas. Nossa história é a abertura de um caminho limitado de respostas, e é por isso que nossa acervo arquitetônico e nosso meio natural precisam ser preservados”, diz um documento elaborado pelo comitê.

“O patrimônio deve ser adaptado às necessidades de conforto atuais. Para isso não é necessária sua destruição. O antigo pode coexistir com o novo, desde que haja um planejamento adequado”, acrescenta a lista, onde o comitê lembra que é necessário o apoio e a participação da comunidade para que Galópolis seja preservada e reconhecida como patrimônio de importância nacional. Assim haverá a aplicação de várias providências dos órgãos responsáveis pela restauração e manutenção desses trabalhos, como o texto, inserido no artigo 186 da Constituição do Brasil: “O amparo à cultura e dever do Estado. Fazem sob proteção especial do poder público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas”.

Caderno especial do Jornal O Pioneiro sobre a demanda por preservação patrimonial oriunda dos moradores de Galópolis. Data: 11 de janeiro de 1987. Autoria: Antonio Ricardo Hainen. Acervo: hemeroteca do AHMJSA/Banco de dados virtual da Câmara dos Vereadores de Caxias do Sul.

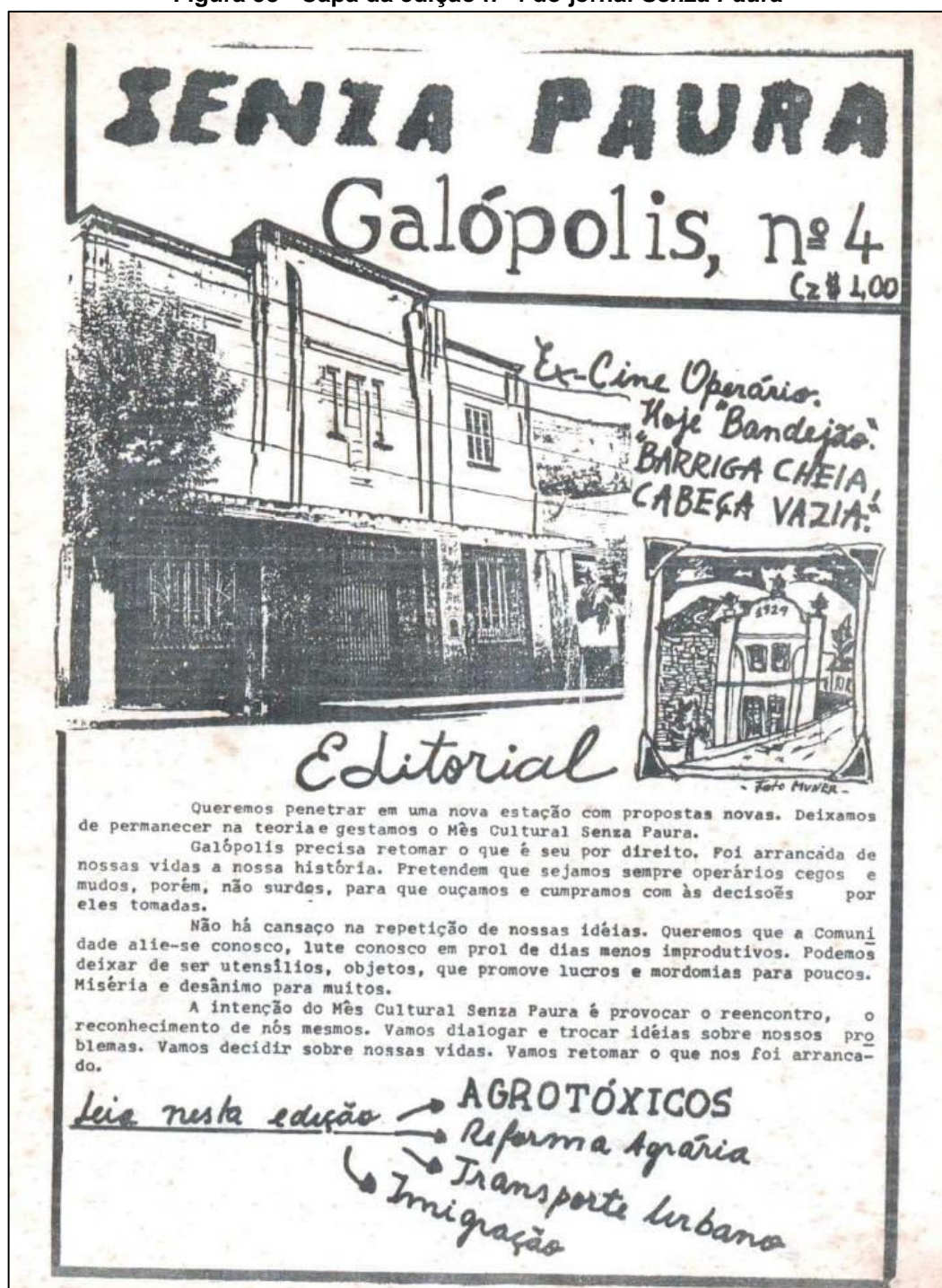
O texto escrito pelo jornalista Antonio Ricardo Heinen, após apresentar um breve histórico de Galópolis e atribuir valor de “patrimônio histórico-arquitetônico” ao conjunto habitacional que constitui a vila operária, reforça a similaridade das 21 residências operárias à cidade de Williamsburg, nos Estados Unidos, instituindo o caminho da restauração lá executada como possível saída às demandas comunitárias de preservação. Tais reivindicações referem-se ao processo de descaracterização dos bens após a sua venda à terceiros devido à nova gerência do Lanifício Sebhe – que segundo a matéria, enquanto posses do Lanifício São Pedro, nunca haviam sofrido alterações estruturais. As reformas sem supervisão e a ameaça de demolição pelos proprietários das residências de madeira remissentes na rua da Casa Canônica e do próprio parque fabril do Lanifício fez membros da comunidade criarem um Comitê de Preservação do Patrimônio de Galópolis.

O Comitê, formado por estudantes secundaristas do bairro, assumiu o protagonismo comunitário não somente na gestão do patrimônio cultural edificado, mas também acerca do estímulo ao debate crítico em torno da degradação do patrimônio natural, a perda das referências culturais imateriais – embora não fosse o termo utilizado pelos jovens – e a alienação pela qual os operários vinham passando. O veículo de comunicação do grupo era o jornal *Senza Paura*<sup>55</sup>, feito artesanalmente pelos membros do Comitê no formato de fanzine e impresso com recursos de doações de algumas empresas locais, o periódico mensal afirmava que, segundo o editorial que abriu a 4ª edição do jornal e inaugurou o Mês Cultural Senza Paura (figura 58), “Galópolis precisa retomar o que é seu por direito. Foi arrancada de nossas vidas a nossa história. Pretendem que sejamos sempre operários cegos e mudos, porém, não surdos, para que ouçamos e cumpramos às decisões por eles tomadas” (SENZA PAURA, s/d, p. 1). No volume de dezembro de 1986, os estudantes publicaram uma declaração contendo os propósitos do Comitê de Preservação do Patrimônio de Galópolis:

As casas, a indústria e as características de povoar um vale constroem um painel que transforma nossas raízes em motivo de dignidade. Muitos prédios existem e precisam ser estudados para descobirmos nossa história. Ainda há dúvidas em relação à influência inglesa em nossa arquitetura ou quanto à proveniência de nossos ancestrais nas nascentes anarquistas italianas. Nossa história é a abertura de um caminho ilimitado de respostas, e é por isso que nosso acervo arquitetônico e nosso meio natural precisam ser preservados. [...] O patrimônio deve ser adaptado às necessidades de conforto atuais. Para isso não é necessária sua destruição. O antigo pode conviver com o novo: é apenas uma questão de planejamento [...]. O artigo 180 da Constituição do Brasil garante que o amparo à cultura é dever do Estado. Ficam sob proteção especial do poder público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas. (SENZA PAURA, 1986, p. 4).

---

<sup>55</sup> Em tradução literal feita pela pesquisadora, “*senza paura*” deriva do Talian e pode ser definido como “sem medo”.

Figura 58 - Capa da edição nº 4 do jornal *Senza Paura*

Capa-editorial da edição nº 4 do Jornal *Senza Paura*, que contou com tiragem de 250 exemplares publicados com patrocínio da Relojoaria Sandi e X da Rute. Data: não identificada. Autoria: Luciano, Arlete, Beto, Walmir, Regine, Sandro, Denise, Carlos, Raquel, Ize, Gazola, Iva e Leonel. Acervo: Alexander Canale.

O Comitê de Preservação do Patrimônio de Galópolis apresentou a situação do patrimônio industrial de Galópolis no I Seminário de Arquitetura Popular Brasileira, realizado em Antônio Prado em dezembro 1986 por organização da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN. Segundo a matéria

(figura 57), o grupo chamou a atenção dos 150 participantes do Seminário – em sua maioria historiadores e arquitetos – por não se enquadrarem no perfil dos profissionais presentes no evento e conseguiram o apoio do consultor-geral do governo da Alemanha Ocidental, Udo Baumann, arquiteto urbanista especializado em preservação patrimonial, que visitou a localidade para verificar a extensão dos danos sofridos pelo patrimônio arquitetônico.

Este, contudo, não foi o primeiro e único<sup>56</sup> contato entre Galópolis e o órgão federal de preservação do patrimônio cultural. Dentro do projeto SPHAN pró-memória – que se desdobraria no Programa Monumenta do IPHAN – foi realizada a ação “Preservação e Valorização da Paisagem Urbana em Núcleos da Imigração Alemã e Italiana no Rio Grande do Sul”, que contou com o apoio interinstitucional do Ministério da Educação, Universidade de Caxias do Sul e Prefeitura de Caxias do Sul. Segundo o Boletim SPHAN nº 34 (1985), iniciada em 1982 e finalizada em 1984, a atividade coordenada pela 10ª Regional da SPHAN/pró-memória contou com a orientação da arquiteta Ana Lúcia Goelzer Meira para realizar incursões aos municípios de Muçum, Dois Irmãos, Encantado, Nova Petrópolis, Ivoti e o bairro Galópolis com o objetivo de identificar valores patrimoniais, cadastros, mapeamentos e estudos das construções e demais elementos das referentes paisagens. Os critérios utilizados para a escolha de Galópolis foi, sobretudo, o engajamento comunitário e a “[...] qualidade e representatividade – quanto à cultura da imigração e sua influência posterior – dos acervos locais” (SPHAN, 1985, p. 18).

Meira afirmou no referido Boletim, que a metodologia aplicada na ação representou um avanço nas práticas realizadas pelo SPHAN pois, ao invés de desenvolver somente documentos acadêmicos descritivos à situação de conservação dos bens, optou-se por atuar diretamente na comunidade, na prática, com entrevistas e saídas a campo, compreendendo inclusive o que à época foi denominado “lado sentimental da questão” (SPHAN, 1985, p. 19). Os produtos das pesquisas empíricas, foram exposições colaborativas promovidas nos respectivos municípios, envolvendo

---

<sup>56</sup> No ano de 2010, além de o bairro ter sido palco de estudos que culminaram com a elaboração do Inventário do *Talian* (INSTITUTO VENETO; UCS, 2010) e o conseqüente Registro do Talian no Inventário Nacional de Diversidade Linguística no ano de 2014 (IPHAN, 2014), também houveram tentativas de patrimonialização do modo de fazer do *agnoline* (também referenciado como *agnolini*) – tipo de massa com recheio de carne bovina ou de frango moída semelhante ao que em outras localidades é o *capeletti* – a nível municipal e federal, que acabaram não se realizando (FIGUEIREDO, 2010). Ambas são referências culturais que embasaram o modo de viver de Galópolis, mas também de outras regiões que tiveram a imigração italiana como base constitutiva de sua cultura.

e conscientizando as comunidades e seus respectivos governos, promovendo a proteção formal dos conjuntos estudados. Assim, para Meira, “foi ampliado o conceito de Patrimônio Histórico” (SPHAN, 1985, p. 18).

Nos relatórios gerados pela Prefeitura de Caxias do Sul, destaca-se o interesse da municipalidade em preservar o patrimônio de Galópolis – porém, isso não ocorreu de forma jurídica até o ano de 2010. Inclusive, nos anos 2000, como já citado anteriormente, houve novo levante da comunidade em busca da proteção legal das reminiscências industriais do bairro, conforme apresenta a matéria “História cultural de Galópolis ameaçada”, publicada no Jornal O Pioneiro no dia 4 de outubro de 2000 (figura 59). O periódico apresentava a retomada dos anseios em torno do conjunto de edificações da vila operária diante do leilão dos bens em nome do Lanifício: sem estar finalizado o Inventário Municipal de Patrimônios Culturais e com a única medida punitiva à descaracterização e demolição de bens não tombados sendo uma multa no valor de meio salário mínimo (previsto pelo Código de Obras – Lei 1.144 de 20 de julho de 1962) – em 2000, em torno de R\$ 75,50 –, os moradores temiam “[...] porque alguns moradores promoveram melhorias nos imóveis, descaracterizando a concepção original. [Assim] para manter a história, a comunidade de Galópolis protocolou três pedidos na prefeitura solicitando o tombamento”.

Figura 59 - Matéria “História cultural de Galópolis ameaçada”



Matéria publicada no Jornal O Pioneiro. Data: 4 de outubro de 2000. Autoria: não identificada. Acervo: hemeroteca do AHMJS/Banco de dados virtual da Câmara dos Vereadores de Caxias do Sul.

Porém, o tombamento do conjunto habitacional da Vila Operária nunca aconteceu<sup>57</sup>, tendo sido tombados somente dois bens alusivos à História Oficial e hegemônica de Galópolis no ano de 2010: a Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia e as duas residências de Hércules – por solicitação, respectivamente, da Mitra Diocesana de Caxias do Sul e dos familiares do instituído patriarca do bairro. Embora também já promulgada a Lei do Registro de Bens Imateriais de Caxias do Sul, nenhuma referência cultural da localidade recebeu tal outorga. O Inventário Municipal de Patrimônios Culturais<sup>58</sup>, por sua vez, só alcançou Galópolis no ano de 2019, quando 27 bens materiais – para usar a definição formal que consta na documentação municipal –, foram inventariados. Mesmo inventariados este número de bens, somente 7 patrimônios surgem como Setores de Interesse Histórico Municipal (SIH) no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Caxias do Sul (PDDI)<sup>59</sup> – alguns, sequer constando no Inventário Municipal –, sendo eles<sup>60</sup> o Capitel São José, a Vila Operária (GLPC004), o Lanifício São Pedro (GL002), a Cascata Vêu de Noiva, a Igreja Nossa Senhora de Pompéia (GLHG004 - Tombado), a Residência de Hércules Galló (GLBR011 - Tombado) e a Escola Estadual Ismael Chaves Barcellos (GLPC004).

Os demais patrimônios industriais inventariados pelo Município foram: Antiga Antiga Residência Tissot - “Casarão de Pedra” (GL001), Casa Paroquial Galópolis (GLAC001); nº 1095 - residência madeira (GLB000); nº 464 - Casarão Stragliotto (GLBR001); nº 901 - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Fiação e Tecelagem (GLBR002); nº 1000 - antiga edificação *art deco* (GLBR003); nº1022 - antiga edificação comercial (GLBR004); nº 1035 - antiga residência de madeira (GLBR005); nº 1050 - Capitel de São Roque (GLBR006); nº 1075 - casa do moinho (GLBR007); nº 1095 - antiga residência de madeira (GLBR008); nº 1104 - antiga

---

<sup>57</sup> A proteção da Vila Operária é passível de discussões: enquanto a Lei do Tombamento de Caxias do Sul (nº 7.495, de 19 de outubro de 2012), em seu Art. 22 institui que “Sem prévia autorização do órgão próprio não poderá ser executada qualquer obra no entorno do bem imóvel tombado provisória ou definitivamente, que impeça ou reduza a sua visibilidade, sob pena das sanções previstas nesta Lei”, mesmo compondo o quadrilátero do entorno da Igreja (bem tombado), diversas alterações, inclusive impedindo a visibilidade do bem em questão, já foram realizadas – sem qualquer fiscalização por parte do Conselho do Patrimônio Histórico e Cultural de Caxias do Sul (COMPAHC) e nem da Divisão de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural (DIPPHAC) do município.

<sup>58</sup> Realizado por meio de uma parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE).

<sup>59</sup> Conforme indica o Anexo 14 do PDDI de Caxias do Sul, instituído por meio da Lei Complementar nº 589, de 19 de Novembro de 2019 e atualizada em abril de 2020.

<sup>60</sup> A nomenclatura dos bens foi apresentada conforme consta no Inventário Municipal de Patrimônio Cultural, bem como o código recebido como bem inventariado, entre parênteses.

edificação Basso (GLBR009); nº 1159 - antiga residência Longhi (GLBR010); nº 30 - Antiga edificação - pavilhão de jogos do Círculo Operário (GLHG001); nº 67 - residência de madeira dos Correios (GLHG002); nº 100, antiga Sede Social Lanifício Sehbe (GLIC001); nº 117 - Cine Operário (GLIC002); antiga edificação *art deco* (GLJB001); Cooperativa de consumo São Pedro (GLPC001); antiga edificação (GLPC002); e Praça Duque de Caxias de Galópolis (GLPC003).

Percebe-se a diferença da ótica aplicada sobre as atribuições de valor patrimonial a partir das três esferas legais do Poder Público apresentadas: o Inventário Municipal tende a ser uma ferramenta ampla e inclusiva, mas, levando em consideração perfil e o número diminuto de profissionais disponíveis para a construção dos documentos, acaba por abranger somente bens materiais que se destacam pelo tradicional enquadramento estético na tipologia arquitetônica italiana colonial tardia e *art deco*, criando elementos de coesão que eliminam qualquer possibilidade de tensionamentos entre dissonâncias culturais e pecando por não abarcar bens e referências culturais muitas vezes mais simbólicas à comunidade do que as elencadas; a inclusão de 7 bens no SIH do município, embora mais abrangente em tipologias patrimoniais, não traz uma legislação de proteção e surge apenas como alegoria para o PDDI – que em 2019 incluiu o bairro como Zona de Interesse Turístico (ZIT); e o tombamento segue a já criticada linha de valorização da “pedra e cal” exposta por Chuva (2009; 2012), canonizando 2 elementos materiais por meio dos critérios da exemplaridade arquitetônica e alusão aos mitos fundacionais de Galópolis.

Em termos gerais, conforme será retomado mais adiante, percebe-se uma clara distinção entre as construções sígnicas por parte dos moradores e da municipalidade. Os agentes envolvidos, os processos de musealização, as musealidades e as museálias propriamente ditas são dicotômicas, o que torna ainda mais evidente a multiplicidade de olhares, vieses ideológicos e interesses que as constroem, corroborando com a teoria de que o campo museal e do patrimônio cultural – e com o industrial não poderia ser diferente – é sempre uma zona de disputas, de tensão, devoração e adjetivação (CHAGAS, 2013). Longe de buscar respostas finitas para as questões norteadoras deste subcapítulo, pretende-se aprofundá-las no próximo item, inserindo novos sujeitos na narrativa acerca da construção museal de Galópolis.



### 3.2 Rompendo a trama: o discurso do Museu de Território de Galópolis

– *Loucura!* – gritou o patrão  
 Não vês o que te dou eu?  
 – *Mentira!* – disse o operário  
 Não podes dar-me o que é meu.

(Vinícius de Moraes – Operário em construção)

As relações entre Museologia Social, patrimônio industrial e Galópolis convergem em um elemento indispensável para a compreensão dos processos de patrimonialização e musealização do território-rede: o Museu de Território de Galópolis<sup>61</sup>. Neste subcapítulo, de tal forma, buscou-se utilizá-lo como um dos objetos de análise desta pesquisa-ação no intuito de aprofundar os questionamentos expressos anteriormente: qual é e quem atribui a musealidade em Galópolis? Quais as museálias reconhecidas pelo MTG? Como se deu e qual a finalidade do processo de musealização para a instituição em questão? E, por último: é possível afirmar que o MTG é uma proposta de museu integrado (PRIMO, 1999; CANDIDO, 2003)? Para tal, novamente fez-se uso da metodologia da pesquisa documental (CELLARD, 2008) para mapear as principais produções que analisam como esta iniciativa museológica propôs e desenvolveu o processo de musealização do patrimônio industrial de Galópolis e da arqueologia industrial (SILVA, 2010) como junção metodológica das perspectivas analíticas documentais, iconográficas e discursivas, indicando os agentes envolvidos bem como sua percepção acerca do projeto.

Mas antes é necessário fazer uma breve incursão sobre o campo dos museus que atuam unicamente com a preservação, pesquisa e comunicação de acervos voltados à dinâmica industrial a nível nacional e internacional. Neste sentido, Ronaldo André Rodrigues da Silva (2014) pontuou tanto a escassez de estudos que relacionam os bens culturais de origem industrial e a musealização no Brasil quanto expressões museais propriamente ditas. O número de museus voltados à representação das diferentes esferas que constituem a indústria brasileira ainda é incipiente e, segundo o autor, este pode ser ao mesmo tempo fruto e desencadeador de uma autoimagem

---

<sup>61</sup> Para não tornar repetitivo o uso do termo “Museu de Território de Galópolis”, por vezes, far-se-á uso da sigla “MTG”, embora esta não seja oficializada pela instituição mantenedora, o Instituto Hércules Galló (IHG). Esta sigla, todavia, não deve ser confundida com outra bastante difundida no Rio Grande do Sul, referindo-se ao Movimento Tradicionalista Gaúcho.

majoritariamente agrária, potencializada nos últimos anos a partir do processo de desindustrialização pela qual o Brasil vem passando.

Silva (2014) também indicou a importância de pensar o patrimônio industrial de forma interdisciplinar dentro das instituições de memória – o que não costuma acontecer nas iniciativas museológicas tradicionais existentes. Os museus ditos “tradicionais”, principalmente os históricos, tendem a expor acervos da dinâmica industrial do país somente como alegorias às técnicas industriais, representando períodos de avanços tecnológicos – aumentando ainda mais a barreira entre o que pode ser considerado ou não patrimônio industrial de acordo com sua datação – no intuito de representar a já mencionada “grandeza nacional”<sup>62</sup>.

Já os museus industriais se desenvolveram como uma prática comum também à iniciativa privada, criados para retratar a memória empresarial e institucional, reproduzindo um discurso voltado à origem das indústrias que os fundaram e suas contribuições para o setor primário, secundário e terciário da economia regional ou nacional – em um modelo de “museu laudatório”, para usar o termo expresso por Guarnieri (1980, p. 110), retratando o papel de pioneiros da indústria (tanto empresários quanto operários). Ambos os fatores acabam inviabilizando a utilização do potencial crítico que o patrimônio industrial carrega, reduzindo a participação da sociedade ou até mesmo anulando as experiências educativas inerentes aos tensionamentos de que envolvem sua preservação e gestão. Todavia, existem experiências inovadoras que tratam o patrimônio industrial como uma extensão de seu propósito que serão aqui explicitadas não com o intuito de fazer uma análise comparativa com o objeto deste subcapítulo, mas sim historicizar as discussões já suscitadas no que tange as relações entre Museologia Social, patrimônio industrial e gestão comunitária.

O *Ecomuseu da Comunidade Urbana Le Creusot-Montceau les Mines*, experiência museológica e museal tão estudada por diversos pesquisadores, como é o caso do próprio museólogo-partícipe Hugues de Varine (1987; 2012), surge como um importante ponto de partida por muito se assemelhar ao contexto de Galópolis. Criado em uma região que sofria uma crise econômica, política e social após o declínio

---

<sup>62</sup> Vale reforçar que embora muitos museus “tradicionais” tenham se aberto aos novos debates das novas concepções museológicas, ao mesmo tempo, alguns não o fizeram – inclusive, alguns ditos “novos museus” acabam reproduzindo tendências museológicas “tradicionais”. Há diferença entre tipologia museal e museológica e esta, conseqüentemente, acaba alterando os usos e abusos do patrimônio industrial.

das grandes indústrias paternalistas do entorno, ele surgiu para aglutinar a comunidade – sobretudo trabalhadores do meio urbano e rural, moradores das localidades recém anexadas – em torno da autogestão de seu território. A alternativa encontrada se constituiu no contexto de grandes debates do campo museológico gerados pela delimitação do conceito de ecomuseu e experiências museais inovadoras compartilhadas na Conferência Geral do ICOM de 1971 e na Mesa-Redonda de Santiago do Chile, de 1972, representando um marco para a Museologia Social a nível internacional. Em *O Tempo Social* (1987), Varine discorre sobre aspectos da gestão coletiva de um museu que teve o papel de democratizar o acesso à representação de agentes sociais em prol do desenvolvimento local – mas que também passou por diversas crises por interesses endógenos e exógenos, culminando com sua dissolução dez anos após sua formalização<sup>63</sup>.

Continuando na perspectiva internacional e seguindo esta mesma perspectiva de valorização da carga simbólica intrínseca ao patrimônio industrial, Maria da Graça da Silveira Filipe (2000) apresentou em sua dissertação de mestrado a iniciativa do “Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal” dentro do recorte temporal de 1979 e 1990. O Ecomuseu do Seixal surgiu como um empreendimento que seguiu os passos do *Creusot* e despontou em Portugal como exemplo de integração comunitária na gestão museal que perdurou a passagem do tempo. A sua análise contribui de forma expressiva na reflexão em torno do Museu de Território de Galópolis principalmente pelo fato de incluir a comunidade local – com destaque para o trabalhador – no processo de patrimonialização e musealização *in situ* dos resquícios fabris. A conservação dinâmica dos bens materiais e imateriais da identidade operária visando a preservação identitária surge como possibilidade pragmática para a pesquisa em questão – mesmo que esta experiência tenha se desdobrado em outra proposta a partir de sua municipalização.

Ainda em Portugal, o Museu de Território de Alcanena é uma notável iniciativa abarcada pelas pesquisas de Daniel Calado Café em sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia (ULHT), intitulada “Património, identidade e memória: proposta para a criação do museu do território de Alcanena” (2007). O município de Alcanena também foi marcado por uma dinâmica

---

<sup>63</sup> Esta discussão será melhor desenvolvida no capítulo “4 OS NÓS DA GESTÃO COMUNITÁRIA”.

industrial pujante no âmbito dos curtumes, mas que no período analisado por Café, era reconhecida pelos seus problemas ambientais (a poluição) e o descaso da Câmara Municipal de Alcanena. O pesquisador, de tal forma, criou uma proposta de museu para alavancar a autoestima da comunidade e fomentar o desenvolvimento local a partir de uma iniciativa participativa gerida em parceria entre o poder público e os moradores. Um dos grandes potenciais da análise desta iniciativa é pensar o patrimônio industrial também como integral, contemplando o meio ambiente que costuma ser lembrado na área de pesquisa patrimonial voltada às industrializações como matéria prima.

Trazendo as discussões para o Brasil, Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, em sua tese de doutorado defendida em 1980 na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, além de analisar iniciativas museais internacionais que abarcassem aspectos industriais, também propõe a criação de “Um Museu de Indústria em São Paulo” para estimular a consciência crítica sobre o processo industrial brasileiro a partir da valorização do trabalho humano. A inovação na sua obra é constituição do que seria o primeiro museu de Sociologia do processo industrial no Brasil. Embora ela não cite os termos “patrimônio industrial” – mas cite “arqueologia industrial” como método de alcançar camadas da população até então invisibilizadas, por meio de estudos de seus resquícios – e “museu de território” propriamente ditos e nem identifique a linha teórica da Museologia Social – por questões cronológicas, apenas –, estes encontram-se implícitos na proposta museal de Guarnieri (1980), sobretudo quando é descrito seu caráter representativo e simbólico à industrialização e ao trabalhador, que aqui ocupa o papel central neste museu-processo participativo e dinâmico tanto no fazer como no manter. Outro aspecto a ser destacado é a postura interdisciplinar que seria aplicada nas suas múltiplas sedes espalhadas pelo território paulista, que receberiam a estrutura adequada para desenvolver atividades educativas e de formação com profissionais de museu dos mais diversos níveis escolares – incluindo trabalhadores da indústria que possuem o saber-fazer necessário à compreensão da dinâmica retratada.

Estes quatro exemplos, além de estabelecer relações entre as referências conceituais que balizam este trabalho, apontam possibilidades empíricas realizáveis ou já executadas, o que, além de auxiliar na compreensão do Museu de Território de Galópolis, serve de inspiração para a análise dos resultados parciais do Inventário Participativo de Galópolis – iniciativa esta que foi mapeada como demanda

comunitária por Geovana Erlo em seu trabalho de conclusão de curso intitulado “Museu de Território de Galópolis: estratégias para a preservação do patrimônio industrial e identidade local”, apresentado como requisito para a obtenção do título de licenciada em História pela Universidade de Caxias do Sul no ano de 2019. Esta pesquisa será utilizada para mediar as discussões deste item que, embora apresente duras críticas à concepção e execução da experiência museal em questão, não nega sua importância para o desdobramento das iniciativas analisadas no próximo capítulo.

De tal forma, inicialmente, cabe caracterizar o Museu de Território de Galópolis: idealizado pela museóloga Tânia Maria Zardo Tonet por meio da empresa Três Tempos – Memória Corporativa, ele surgiu diante da necessidade de criação de um museu dentro do espaço onde situa-se o Instituto Hércules Galló (IHG), nas duas casas que serviram de habitação à família Galló. Fundado por seu presidente, José Galló (neto de Hércules Galló), seu diretor, Renato Solio (bisneto), e seu vice-diretor, Christiano Antoniazzi Galló (bisneto), no ano de 2012, IHG assumiu a demanda familiar de preservar as duas residências e nelas criar um espaço cultural. Conforme consta na descrição disponível no site oficial<sup>64</sup>,

O instituto se propõe a ser agente gerador de projetos culturais e educacionais e ser pensante nas questões de preservação e atrações para Galópolis. A ideia é interagir com a comunidade, apoiando movimentos no mundo das artes, acolhendo exposições, encontros, mostras e palestras. Além disso, o IHG quer chamar atenção para outras edificações existentes em Galópolis que mereçam atenção enquanto Patrimônio Histórico Local. (INSTITUTO HÉRCULES GALLÓ, s/d, [online]).

A Instituição foi criada no ano de 2010, ocupando o terreno herdado e ainda em posse de José Galló. Para viabilizar a Instituição, os familiares optaram pelo tombamento espontâneo das duas casas, que teve parecer favorável no COMPAHC e foi assinado em 01 de julho de 2010 pelo Secretário Municipal da Cultura e Presidente da Comissão Específica e Permanente para Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural de Caxias do Sul, Antonio Feldman. Seguindo o cálculo baseado a Lei Ordinária n.º 8.009, de 05 de novembro de 2015, que, disciplina a transferência e utilização de potencial construtivo no âmbito do Município de Caxias do Sul e dá outras providências, o tombamento originou a transferência de Potencial Construtivo de 16.200m<sup>2</sup> - que foram vendidos e geraram os recursos iniciais necessários à contratação da equipe para restauração dos imóveis.

---

<sup>64</sup> Disponível em: <http://www.herculesgallo.com.br/>. Acesso em 28 nov. 2022.

Conforme consta no Memorial de Obra (2012) das duas edificações, o processo de restauração foi orientado pelos arquitetos Renato Solio e Roque Frizzo (à época, sócio do bisneto de Galló na empresa Uaná Design) e as obras iniciaram pela Casa 2 – a segunda residência construída no complexo em 1908 – no dia 27 de outubro de 2010 e partiram para a Casa 1 – primeira residência, de 1904 – em 6 de junho do ano seguinte. O Memorial de Obra (2012) ressalta que o restauro na Casa 02 (figura 60) foi menos complexo e, logo, mais rápido em função da ocupação prévia da casa, que se deu até o ano de 2010, servindo como moradia da família Canuto – amigos dos Galló e Solio; já na Casa 1, desocupada há pelo menos 10 anos<sup>65</sup> processo distinto do que se deu na Casa 01, espaço que sofreu a ação do tempo devido ao seu abandono por muitos anos.

**Figura 60 - Fragmentos do memorial de obra sobre o início do processo de restauro**



Fragmento de levantamento fotográfico utilizado para ilustrar o processo de restauração na Casa 1 do Instituto Hércules Galló, retirado do Memorial de Obra (INSTITUTO HÉRCULES GALLÓ, 2012, p. 3).

<sup>65</sup> Não há precisão nesta informação, pois ela foi colhida durante uma visita com ex-moradoras da casa. Não há qualquer registro no IHG que comprove a realização de um estudo de ocupação transitório, apenas um retorno à estruturação interna original.

Em meu trabalho de conclusão de curso (ERLO, 2019), aponto que finalizada a restauração, processo bastante documentado para além do Memorial de Obra, sendo retratado também no “Projeto de Intervenção nas Residências Tombadas que Pertenceram à Hércules Galló” (2010), no documentário “O Primeiro Raio de Sol” (SPAGHETTI FILMES, 2013)<sup>66</sup>, e no livro “Galópolis e os Italianos: patrimônio histórico preservado a serviço da cultura” (BUENO, 2012)<sup>67</sup>, todos produzidos para justificar a importância do IHG a fim de captar recursos via Lei Rouanet (nacional) e Lei de Incentivo à Cultura (LIC) da prefeitura de Caxias do Sul, surgiu a necessidade de se pensar o papel da Instituição.

Para auxiliar neste aspecto, com o montante dos recursos não utilizados na restauração, a gestão da Instituição contratou a empresa Três Tempos – Memória Corporativa, que atuou no projeto através da consultoria e prestação de serviços da museóloga Tânia Tonet e seu filho, o jornalista Charles Tonet. Destaco (ERLO, 2019, p. 74) ainda que “[...] a partir desse momento, por meio das reuniões entre a equipe técnica e a direção do Instituto Hércules Galló, convencionou-se a criação de um museu”. Porém, para a construção do museu mais recursos seriam necessários e, mediante sugestão da empresa Três Tempos e intermédio de membros da diretoria, contratou-se a empresa Quatro Projetos, sediada em Porto Alegre e especializada na elaboração e captação de incentivos fiscais para leis de incentivo à cultura.

O projeto que se sucedeu foi denominado “Museu do Território: Galópolis”<sup>68</sup>, que gerou ao seu proponente (IHG) a captação de R\$ 243.000,00 dos R\$ 328.491,83 solicitados para a sua efetivação, visando “Implantar em Galópolis, Caxias do Sul-RS, um museu sobre a história desta localidade, com núcleo na residência restaurada de Hércules Galló, tombada pelo patrimônio histórico, fazendo referência virtual e material aos personagens e histórias desta localidade: quem foram, como chegaram, quais fatos foram relevantes. Quer-se preservar os traços materiais e imateriais da tradição e cultura, do contexto da imigração italiana, atrelada ao desenvolvimento da região, com forte impacto sócio-cultural. (INSTITUTO HÉRCULES GALLÓ, 2012, p. 1 *in* ERLO, 2019, p. 75).

---

<sup>66</sup> O documentário encontra-se permanentemente disponível online como contrapartida ao seu custeio via Lei Rouanet e pode ser acessado por meio do link: <https://vimeo.com/112511733> (acesso em 28 nov. 2022).

<sup>67</sup> Assim como o documentário “O Primeiro Raio de Sol”, o livro também encontra-se disponível virtualmente e pode ser acessado pelo link: [https://issuu.com/077906/docs/miolo\\_galopolis](https://issuu.com/077906/docs/miolo_galopolis) (acesso em 28 nov. 2022).

<sup>68</sup> Ressalto (ERLO, 2019) que, devido à política da transparência, toda a documentação gerada para a captação de recursos via Lei Rouanet pode ser encontrada por meio da plataforma Versalic, disponível pelo link: <http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/135401>. (acesso em 28 nov. 2022).

Outros objetivos foram destacados na justificativa enviada à comissão de avaliação da Lei Rouanet, destacando a contribuição trazida pelo projeto em prol do desenvolvimento de uma cultura de preservação em torno da identidade de Galópolis e, conseqüentemente, de Caxias do Sul, ao criar um “[...] núcleo de preservação da memória material e imaterial da região, sua história em torno da indústria têxtil e da imigração italiana nas duas casas que pertenceram a Hércules Galló”, propiciando “[...] o diálogo e a interação do visitante com o acervo, voltada à valorização não apenas do que faz jus ao nome da família até então proprietária do espaço, mas de toda a comunidade ao expor também suas vivências” (ERLO, 2019, p. 75). Seguindo esta mesma perspectiva, no mesmo documento, além de remontar a história da localidade, é apresentada a tipologia museológica aplicada no MTG:

A proposta insere-se na nova Museologia que, preferencialmente, ao objeto debruça-se sobre o contexto e as interfaces da obra herdada, com especial atenção ao patrimônio imaterial. Desta forma, inter-relacionando a trajetória da família Galló e dos habitantes da comunidade com o processo histórico vivido pela localidade é possível tecer a urdidura dos acontecimentos passados com a paisagem física e cultural em que seus personagens estavam inseridos. A nossa proposta é uma espécie de viagem no tempo, através de marcos ambientais e arquitetônicos, físicos e virtuais, que leve à visualização do encadeamento dos fatos. Propomos a integração entre a exposição de peças antigas, com a tecnologia de sistemas informatizados. Essa opção serve como atrativo, principalmente para aquela camada mais jovem, sempre interessada em tecnologia. (ERLO, 2019, p. 75).

Além do documento em questão, outra fonte disponibilizada pelo Instituto Hércules Galló ressalta a filiação teórica da museóloga – uma apresentação de slides (figura 61 utilizada para a expor a proposta do Museu de Território de Galópolis durante a primeira reunião com a comunidade, ocorrida no dia 14 de julho de 2014<sup>69</sup> (DILIGENTI, s/d)<sup>70</sup>. Segundo Tonet (2014) o projeto foi concebido sob a ótica da Nova Museologia, proposta criada por Hugues de Varine Bohan e potencializada pela Mesa de Santiago do Chile (1972) e pelo ICOMOS, distanciando-se do velho “saudosismo” presente na grande maioria dos museus a partir da valorização das relações sociais

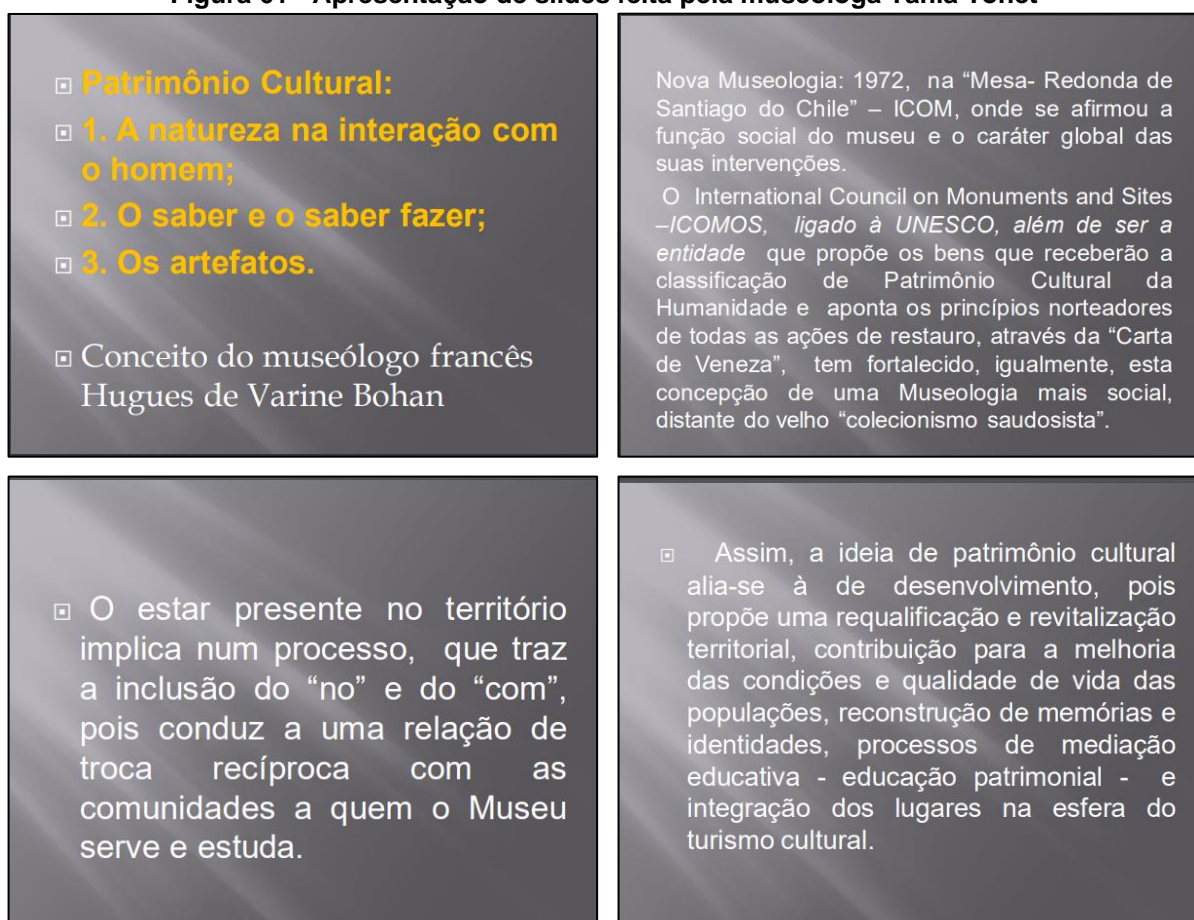
<sup>69</sup> Neste período, mesmo já sendo estagiária, não fui uma das convidadas para participar da reunião e me inteirei sobre o assunto ao questionar a direção da instituição sobre o que seria o projeto. Muitas coisas descobri somente após iniciar a pesquisa, quando tive acesso às fontes que só eram acessadas pela equipe diretiva e de produção cultural.

<sup>70</sup> Devido à lacuna de documentação gerada pelo processo de constituição da fase II do Museu de Território de Galópolis, Erlo (2019) buscou, por meio de entrevistas, historicizar as reuniões realizadas com a comunidade. Uma das entrevistas, Rosa Maria Diligenti, disponibilizou seu caderno de anotações, única fonte escrita que corroborou para o cruzamento de fontes e construção da linha do tempo do contato entre Instituição e moradores.



com o meio presente dentro de um território, propiciando a valorização e preservação da identidade local. Nesta mesma apresentação, além de conceituar patrimônio cultural e relacioná-los à definição de Patrimônio Cultural da Humanidade – titulação atribuída pela UNESCO, bastante criticada por Varine (2012) por tratar-se de um status sem proteção legal e voltado ao fomento do turismo de massa –, ela enfoca que “[...] estar presente no território implica num processo, que traz a inclusão do ‘no’ e do ‘com’, pois conduz a uma relação de troca recíproca com as comunidades a quem o Museu serve e estuda” (TONET, 2014, slide 5).

**Figura 61 - Apresentação de slides feita pela museóloga Tania Tonet**

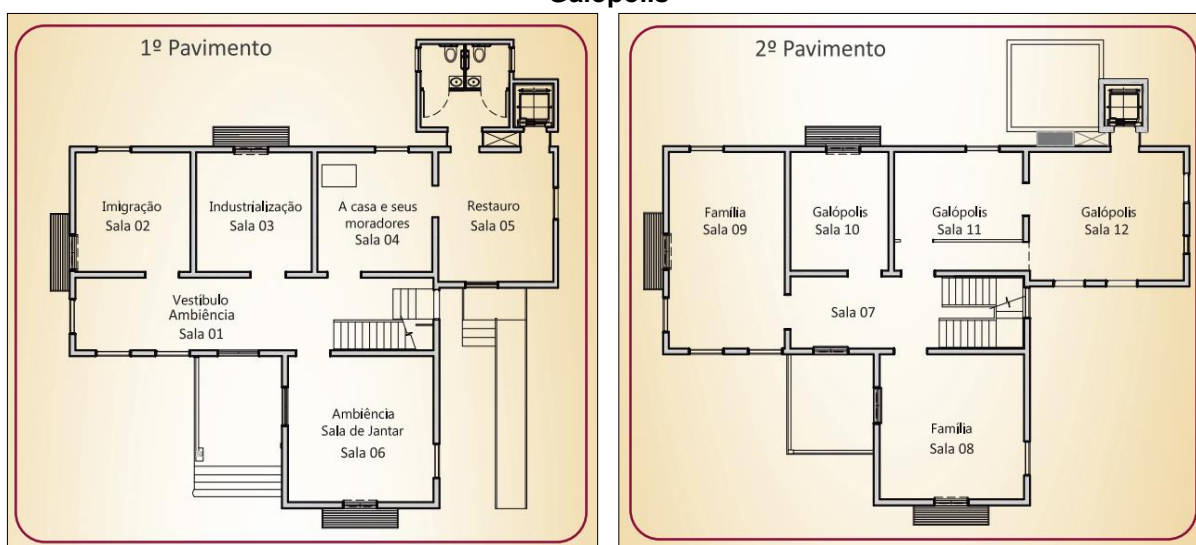


Apresentação de slides utilizada para expor a proposta do Museu de Território de Galópolis aos moradores de Galópolis na primeira reunião realizada com convidados da comunidade. Data: 14 de julho de 2014. Autoria: Tania Tonet. Acervo: Instituto Hércules Galló.

A reunião em que a apresentação em questão foi utilizada, todavia, não foi voltada para a formalização de um processo museal emancipador, que amplie as noções de museu e participação comunitária. A reunião serviu para a validação da criação do projeto junto à alguns moradores convidados e solicitar a eles a cedência

de fontes históricas, como fotografias e documentos, para a concepção do núcleo expográfico do projeto – etapa que consistiria na fase I do MTG. A fase II do MTG, isto é, a criação de um roteiro turístico abarcando os principais patrimônios arquitetônicos e naturais do bairro – no sentido “eco” do “ecomuseu”, própria do que Primo (2008) historicizou como primeira e segunda fases dos ecomuseus – ocorreu somente após a inauguração da primeira etapa que buscou “relacionar a estrutura da casa e seu acervo – que representava a opulência da família – às relações que estes estabeleciam com os outros espaços que também fariam parte do território musealizado – representando o poder e a dominação” (ERLO, 2019, p. 76). Os 12 cômodos da residência foram orientados de forma a compor salas dispostas por eixos temáticos, sendo eles a imigração, a industrialização, a família e a comunidade de Galópolis (figura 62).

**Figura 62 - Planta baixa da expografia do 1º pavimento do núcleo do Museu de Território de Galópolis**



Fragmento do material de divulgação do Instituto Hércules Galló (2015, apud ERLO, 2019, p. 76-77).

A primeira fase do Museu de Território de Galópolis, isto é, a expografia do seu núcleo – dentro e fora da segunda casa de Hércules Galló, uma vez que a expografia também abarcou os elementos externos, como o jardim e a Sala Multiuso Edwige Strona Galló, construída em 2014 para atender as demandas por um espaço de encontro, formal ou não, da comunidade – foi dividida nas seguintes etapas, conforme aponta o cronograma anexado às diligências notificadas ao IHG por meio da plataforma Versalic:

Formação da equipe de trabalho – JANEIRO/2014;  
 Criação das ferramentas técnicas e de gerenciamento – JANEIRO/2014;  
 Recolhimento do material – JANEIRO e FEVEREIRO/2014;  
 Orientação da busca de referenciais iconográficos e de documentação textual em arquivos públicos e privados – FEV a ABRIL/2014;  
 Criação do sistema de indexação, treinamento e orientação do registro da documentação museológica no software – FEV a MAR/14;  
 Orientação para a realização das entrevistas – FEV a ABR/14  
 Seleção do material a ser exposto – ABR a JUL 2014;  
 Elaboração dos textos – MAI a AGO de 2014;  
 Criação do conceito museográfico – JUNHO de 2014  
 Concepção dos expositores / criação dos cenários de ambiência – JULHO a OUTUBRO de 2014;  
 Acompanhamento da montagem material – OUTUBRO a DEZEMBRO/ 2014;  
 Abertura do espaço – DEZEMBRO de 2014  
 (INSTITUTO HÉRCULES GALLÓ, 2013, p. 8).

Percebe-se na limitada documentação existente/cedida e no cronograma enviados para garantir a aprovação na Lei Rouanet, que toda a proposta atrasou cerca de um ano<sup>71</sup>, sendo necessário responder novas diligências posteriormente. Mas de toda forma, o projeto foi aprovado e desenvolvido, tendo captado – embora não integralmente, o que ocasionou a transformação do projeto expográfico para se enquadrar no orçamento – recursos de três empresas: a indústria local Roseflor, as Lojas Colombo e de José Galló (como pessoa jurídica) e a fase I do Museu de Território de Galópolis foi inaugurada no dia 28 de novembro de 2015, contando com a presença do então Governador do Estado do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, conforme consta no segundo livro de visitas do IHG e foi amplamente divulgado nas mídias regionais.

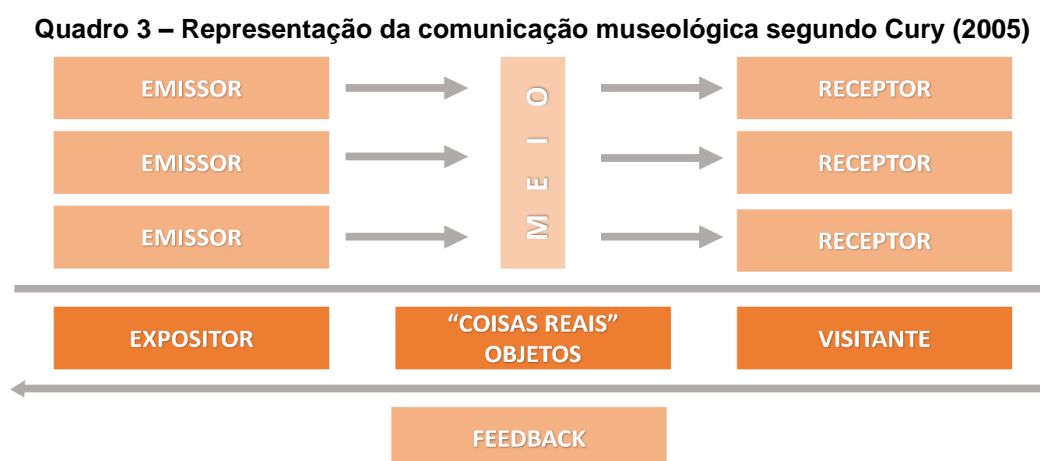
Findada a fase I, as atenções voltaram-se à fase II. Porém, cabe enfatizar que existe uma lacuna significativa de fontes que auxiliem a compreender como se deu as etapas do Museu de Território de Galópolis tanto no acervo do Instituto Hércules, quanto da empresa Três Tempos e Quattro Projetos. Isto evidencia que não houve uma grande preocupação em documentar estes processos, focando somente no

---

<sup>71</sup> Devido a este atraso e problemas na logística da digitalização do acervo da comunidade, enquanto mediadora cultural do IHG, lembro de receber reclamações de pessoas que cederam suas fotos e estas não retornaram. Foi através destas insatisfações que tomei conhecimento sobre como se deu o processo de escaneamento das fotos cedidas pelos moradores: a empresa Spaghetti Filmes emprestou seu Scanner A3 para o Instituto poder disponibilizar imagens em alta qualidade para a elaboração de dois curta metragens utilizados como parte da expografia do núcleo do Museu de Território de Galópolis. Contudo, nos primeiros meses, muitos moradores deixaram de levar suas coleções fotográficas por conta da distância da sede do museu e, por isso, o scanner ficou na sede da Subprefeitura de Galópolis, tendo como responsável estagiários que trabalhavam no setor administrativo da entidade. Com as constantes trocas de estagiários e a falta de supervisão sobre o próprio manuseio e acondicionamento das fotografias acarretou em extravios – fazendo o projeto perder legitimidade com algumas pessoas.

produto Instituto Hércules Galló: uma instituição museal que só tem referências documentais escritas acerca do seu processo de restauração – única etapa que foi exaustivamente documentada. Porém, todo hiato é por si só uma fonte e, diante dos diversos suscitados, elenca-se alguns aspectos relevantes: não houve a criação de plano museológico e nem planejamento estratégico; o inventário de acervo museológico nunca foi completo, bem como sua inserção na base de dados digital criada e mantida até hoje para a finalidade de pesquisa virtual – que nunca se efetivou, por nunca ter sido divulgada ao público; logo, o Instituto Hércules Galló e seu projeto Museu de Território de Galópolis não constam nos bancos de dados oficiais, como o Sistema Estadual de Museus (SEM) e o Cadastro Nacional de Museus (CNM) – aos olhos do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), órgão máximo de regulamentação dos museus brasileiros, eles não existem.

Muitas das informações coletadas (ERLO, 2019) foram mapeadas por meio de entrevistas com base na História Oral – única forma encontrada para compreender o processo, levando em consideração que, não fosse esta forma, a única fonte seria os *releases* enviado à imprensa por uma empresa especializada em assessoria de comunicação (a Lato Sensus, de Caxias do Sul). Porém, até mesmo as entrevistas foram dificultadas, pois, em 23 de julho de 2018, a museóloga Tania Tonet faleceu. Nenhum registro que explicita quais foram os critérios adotados para definir a museografia, principalmente no que tange o discurso expositivo foram encontrados. O discurso expositivo, segundo Cury (2005), exerce um papel basilar na comunicação museológica dentro das instituições museais, pois conecta os múltiplos emissores (expositor) aos múltiplos receptores (visitante) através do meio (objeto), conforme representado no quadro 3.



Esquematização proposta por Cury inspirada em Duncan Cameron (1968 *apud* CURY, 2005, p. 65).

Sendo considerados expositores tanto a expografia quanto os mediadores responsáveis pelo atendimento ao público, percebe-se que a falta de orientação acerca dos preceitos que orientaram a concepção museográfica implica na transformação do discurso expográfico, a ser interpretado de acordo com quem media e quem recebe a mediação. Neste sentido, nos oito anos em que atuei como mediadora cultural – inclusive, por não haver distinção de setores e cargos na Instituição, eu auto atribuí tal nomenclatura à minha função, pois não entendia meu papel como o de mera monitora de entretenimento (cargo indicado em minha carteira de trabalho) – na instituição, nunca houve uma formação disponibilizada para aprimorar o atendimento específico ao público de museus, sendo as únicas capacitações ofertadas a de atendimento ao cliente e comunicação digital para empresas, ambas disponibilizadas por meio do Sebrae no ano de 2021<sup>72</sup>. Da mesma forma, o feedback dos visitantes é difícil de ser analisado institucionalmente, pois nunca foi feito um estudo de público – apenas métricas, utilizadas para comprovar numericamente a demanda de visitantes para seguir recebendo os recursos via LIC.

Esta breve incursão serve para ilustrar o porquê de a História Oral ter sido a principal fonte utilizada para analisar as duas etapas do Museu de Território. De tal forma, as informações obtidas acerca desse processo foram recolhidas por meio de entrevistas com moradores e membros da equipe gestora do projeto, como é o caso de Charles Tonet (ERLO, 2019, p. 78), que relata que

A partir do estabelecimento do conceito [de Museu de Território], parte-se para a segunda etapa que é o convencimento. Pra haver o convencimento tem que ter um elemento de credibilidade local, que é o Instituto e a figura do Renato e do José [...], e de credibilidade técnica, nós [Tânia e Charles Tonet]. A partir dessa legitimação a gente procurou as lideranças locais: o Velocino Uez [na época subprefeito de Galópolis], o pároco... cinco pessoas ou seis no máximo [...] pela capacidade de influência dessas pessoas.

Este extrato da entrevista com o jornalista que acompanhou Tonet durante o processo e assumiu seu papel após seu falecimento indica que o contato entre os

---

<sup>72</sup> O estudo para melhor desenvolver minha função dentro de uma instituição de memória partiu de pesquisa autodidatas, que possibilitaram que eu desenvolvesse um guia (não uma cartilha) para a mediação cultural no Museu de Território de Galópolis, em junho de 2020 – que não foi bem recebida pela gestão, em um primeiro momento, sendo necessária a sua adaptação para um modelo de “receita de bolo”, conforme orientação dos superiores, pois ali haviam informações “questionáveis”. O primeiro guia pode ser encontrado acessando o link: <https://www.flipsnack.com/8BF66D88B7A/guia-orientativo.html> (acesso em 28 nov. 2022); enquanto a cartilha pode ser acessada por meio deste outro link: <https://www.flipsnack.com/8BF66D88B7A/cartilha.html> (acesso em 28 nov. 2022).

“elementos de credibilidade local” e de “credibilidade técnica” se deu por meio de reuniões formalizadas com a comunidade – mas sem registros escritos ou fotográficos. A primeira delas, já citada, foi organizada na Sala Multiuso do IHG no dia 14 de julho de 2014, conforme relata oralmente e por meio de seus rascunhos, Rosa Maria Diligenti (ERLO, 2019), fizeram-se presentes as, já citadas, lideranças locais, que exerceram o papel de legitimadoras do projeto, como é o caso de Renato Solio, Tânia e Charles Tonet, além de João C. Nicoletti (morador da vila operária), Ivone Vial (presidente do Clube de Mães local), Vera A. Rosso (também integrante do Clube de Mães), Maria P. Pinto (presidente da AMOG), Renato Dall’Agnol (presidente do SindiGal), Claudio Furlan (representante do Moinho Galópolis – Roseflor), Padre Paulo Venturin (Mitra Diocesana), Velocino Uez (subprefeito) e ela mesma, representando a COOTEGAL.

Ainda fazendo uso das informações cedidas por Diligenti, aponte em outro trabalho (ERLO, 2019) que na ocasião ocorreu uma espécie de palestra em um primeiro momento, na qual a museóloga apresentou a equipe responsável pelo projeto, o próprio projeto, explicando a conceituação de Museu de Território e a relação intrínseca entre a comunidade e o IHG, pautada na preservação do patrimônio material, imaterial e natural da região (de forma segmentada), tratando também da perspectiva de valorização dos moradores, sua identidade, sua memória afetiva e seu senso de pertencimento, com a intenção de desenvolver o turismo ao se “respirar a história” – expressão destacada no rascunho em questão, tal qual a “identidade visual de Galópolis”.

No mesmo encontro, também se fez um levantamento inicial dos espaços do território que seriam “essenciais” para contar a história da região, aos quais seriam destinados totens com um breve histórico e fotos do local. Conforme relata Charles Tonet, presente no evento, na ocasião já se apresentou alguns espaços previamente pensados pela equipe da Três Tempos e abriu-se espaço para elencar outros que a comunidade achasse necessário. Enquanto os indicados pela equipe técnica focavam na já debatida estética arquitetônica e elementos exóticos, os apresentados pelos moradores foram o Instituto Hércules Galló, a COOTEGAL, o prédio da antiga vinícola Vinhos Pranzo, o Morro da Cruz, a usina hidrelétrica na base da Cascata Véu de Noiva, o Cine-Operário, o Moinho, o antigo prédio do SindiGal, e o Campo de Futebol. Ainda segundo o jornalista, retiraram-se alguns por eles apresentados,

acrescentaram-se outros elencados pela comunidade – sem explicitar os critérios para esta ação – e houve o aceite geral da seguinte estrutura:

1. Casas do Instituto Hércules Galló;
  2. Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia;
  3. Cascata Véu de Noiva e seu papel na formação do Lanifício;
  4. Vila Operária: histórico, moradores e acervos (dois totens);
  5. Escola Ismael Chaves Barcelos: histórico;
  6. Prédio do Sindicato de fiação e Tecelagem;
  7. Lanifício, com seu entorno, incluindo a área verde e a casa do gerente: histórico e influência sobre a localidade;
  8. Círculo Operário – Cúria;
  9. Cinema;
  10. Praça Duque de Caxias;
  11. Casa Straglioto;
  12. Árvore das Garças, por sua ligação com a região – Aguardar;
  13. Arroio Pinhal;
  14. Armazém Basso - Carmen Basso Festugato;
  15. Prédio Cooperativa Consumo.
- (TONET [correio eletrônico] *in* ERLO, 2019, p. 81).

O rascunho da reunião disponibilizado por Rosa indica mais duas reuniões, sendo uma delas dia 12 de agosto de 2014 (que não se tem informações) e a outra dia 26 de agosto de 2014 (figura 63) – esta, aberta à toda população após a aceitação do projeto pelos primeiros moradores informados, e ocorrida no Salão Paroquial, às 19h30min. O convite foi direcionado principalmente aos estabelecimentos locais e demais entidades da região, estando presentes representantes da COOTEGAL, dos Mercados do Remi, da Vera e o Nostra Vitta, da malharia Menny Doggy, do Sirtoli Materiais de Construção, da Boutique Fafalu, Lancheria Central e Lancheria Capri, Padaria Central, Padaria Galópolis, Massina, Banrisul local, Correios, Cartório, Academia Energia, Abastecedora Galópolis, Moinhos Galópolis, Salão de Beleza Fortes e Beatriz, Floricultura Galópolis, Hobby Ferragens, Elétrica Galópolis, Dandaí Modas, Farmácia Total Farma, SindiGal, Locadora Galópolis, Banca da Ana, Livraria Galópolis, Cristal Maísa Modas, Veterinária Bem Estar Animal e Imobiliária São Roque. Dos elencados na lista de convidados, mas sem o “ok” ao lado, estão a Igreja (sendo que o Padre deveria ler o convite na missa), a subprefeitura, a Prosperitá Presentes, NN’s Lanches, Zeca Lanches e Casarão, além das direções das duas escolas locais.

**Figura 63 - Convite para reunião do Museu de Território Fase II**

**Galópolis: Museu de Território Fase II**


**Patrimônio Cultural:**  
Um prédio é tão importante quanto a técnica de trançar um cesto, a diversão de um jogo de cartas, a doçura de uma canção de ninar, as rezas à Santa Bárbara em noites de temporal, as fotografias da velha gaveta, o documento amarelado pelo tempo, as peças dos sótãos e porões.

No Museu de Território o objeto de estudo não são apenas as peças que estão expostas, mas tudo aquilo que envolve o contexto do tema! Assim, o Museu "sai" do seu lugar para alargar o olhar para além do espaço que ocupa!

Este projeto pretende preservar um sítio histórico de maior relevância para a história econômica e social regional, ao mesmo tempo que busca alavancar uma série de melhorias, a nível de benfeitorias e serviços, tanto da iniciativa privada, quanto pública.

**Convidamos a todos moradores a colaborar para que Galópolis assuma sua importância histórica e cultural.**

**Participe da reunião no dia 26 de agosto às 19:30hs no Salão Paroquial.**



Convite enviado por e-mail às entidades convidadas e fixadas na Subprefeitura de Galópolis, Mercado Nostra Vita e porta do Salão Paroquial (ERLO, 2019, p. 80).

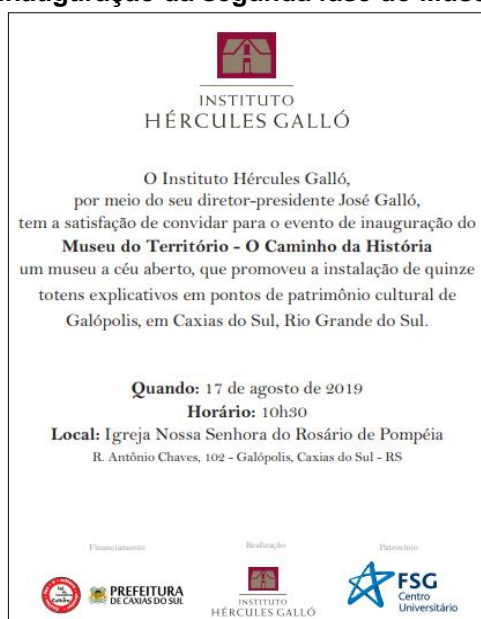
Nesta reunião, os tópicos abordados foram novamente a conceituação e metodologia aplicada pelo Museu de Território, os recursos básicos para sua criação, o papel da educação patrimonial, as tipologias patrimoniais abarcadas, as formas de viabilização do projeto por meio da LIC e principalmente o desenvolvimento do turismo cultural na região, que conforme também ressaltou Charles Tonet em sua entrevista, seria o responsável por impulsionar a preservação do patrimônio e a identidade local – e não o caminho inverso. Com a presença de membros da comunidade para além dos estabelecimentos citados anteriormente, pôde-se validar formalmente os espaços que fariam parte, em um primeiro momento, do Museu de Território de Galópolis, e a partir deste momento, citar nomes para serem entrevistados na intenção de obter maiores informações sobre cada um dos espaços. Os espaços oficiais para o MTG foram selecionados, sendo eles: 1. Instituto Hércules Galló; 2. Cascata Véu de Noiva; 3. Árvore das Garças; 4. Armazém Basso; 5. Cooperativa de Consumo; 6. Círculo Operário; 7. Cinema; 8. Lanifício; 9. Praça Duque de Caxias; 10. Vila Operária; 11.



Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia; 12. Escola Ismael Chaves Barcellos; 13. Arroio Pinhal; 14. Casarão Stragliotto; 15. Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Distrito de Galópolis.

Percebe-se que elementos indicados pelos moradores, como a antiga vinícola Vinhos Pranzo, o Morro da Cruz, a usina hidrelétrica na base da Cascata Véu de Noiva, o Moinho e o Campo de Futebol não foram incluídos, sendo aceitos apenas o Instituto Hércules Galló, o Cine-Operário (mas não nesta nomenclatura), o prédio do Sindicato e a Cootegal (com o termo genérico “Lanifício”). Não há registros dos critérios utilizados para a seleção, nem de debates posteriores acerca da inclusão de outros patrimônios ou mesmo qual seria a forma de expor o resultado das pesquisas – estas, que segundo Diligenti (ERLO, 2019), foram iniciadas após a reunião supracitada, sem ser definidos coletivamente quais seriam os aspectos de seleção de entrevistados e de aquisição de acervo para a elaboração dos produtos do projeto. Segundo Olivir Nava, morador que participou de todas as reuniões propostas, “foram cerca de quatro ou cinco” (ERLO, 2019, p. 81) encontros no total, porém, não é possível identificar quando os últimos ocorreram, se foram antes ou depois da inauguração do projeto (figura 64) ocorrido no dia 17 de agosto de 2019, um sábado, às 10h30min.

**Figura 64 - Convite para a inauguração da segunda fase do Museu de Território de Galópolis**



Convite impresso e enviado às entidades convidadas a participarem das reuniões e demais autoridades da cidade de Caxias do Sul, conforme indica Erló (2019).

Por fim, o recurso expográfico escolhido para representar os resultados das pesquisas foi a instalação de totens bilaterais, com suporte em metal e painel adesivado, em frente aos bens incorporados pelo projeto (figura 65). Em sua concepção, a face que ficaria voltada para a rua traria o diretório do projeto, bem como algumas imagens – relativamente pequenas em relação à totalidade da estrutura, com o nome da equipe técnica em evidência; ao passo que o histórico do bem cultural ficaria voltado à calçada, com um texto corrido em fonte Arial e tamanho nº 48 (no padrão Office). Os dizeres que se repetem em ambas as faces, escritos em caixa alta e negrito, dariam boas-vindas aos visitantes – mas não indicaria a localização dos demais totens e nem sobre o que se trata o projeto.

**Figura 65 - Totem nº 7 do Museu de Território de Galópolis instalado em frente ao Cinema**



Estrutura expográfica utilizada para sustentar os painéis do totem nº 7 do MTG, sobre o Cinema de Galópolis. Percebe-se que ele não é higienizado há algum tempo pelo tradicional “lave-me” escrito na face textual do suporte. Data: 22 dez. 2022. Autoria: Geovana Erlo. Acervo: Geovana Erlo.

Cabe destacar alguns aspectos do discurso de inauguração da fase II do MTG, que iniciou com a seguinte frase, proferida pela mestra de cerimônias: “o marco inaugural deste projeto não poderia ter data mais feliz e oportuna. Hoje, 17 de agosto, é celebrado o dia nacional do Patrimônio Histórico” (ERLO, 2019, p. 83). Durante 26 minutos de discursos, alternados entre José Galló e Charles Tonet, organizou-se um breve roteiro por meio dos totens centrais do Museu de Território – Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, Vila Operária, Praça Duque de Caxias, Círculo Operário e Cine-Operário –, que foi breve, dada à hora avançada de seu início. À tarde o roteiro foi aberto para todos os totens e por mim mediado. De tal forma, além dos totens centrais, foram visitados também o próprio núcleo do Museu de Território de

Galópolis (o IHG), a Cascata Vêu de Noiva, a Árvore das Garças, o Armazém Basso, o SindiGal, o Casarão Stragliotto, a Escola Ismael Chaves Barcellos, a Cooperativa de Consumo e o Lanifício. Ainda sobre o discurso, o trecho proferido por Galló ao retratar uma fala corriqueira da museóloga Tania Tonet – homenageada durante o evento – evidencia os objetivos iniciais do projeto:

Esse não é um museu comum, daqueles que têm constantes avisos de “não toque”, como se o passado tivesse que permanecer distante de nós, enclausurado em empoeiradas prateleiras. Esse é um museu vivo, nascido da comunidade de Galópolis, que participa da sua elaboração, quer apontando os locais de resgate, quer trazendo à luz suas memórias. O IHG como porta voz da comunidade, conduz este movimento de implantação do MTG, fruto da consciência histórica aqui desenvolvida. Galópolis alcança a condição de museu à céu aberto, pela consciência de sua gente, que entende que o passado existe na medida em que habitamos suas raízes (ERLO, 2019, p. 84).

Todavia, nota-se uma divergência teórica, conceitual e de datas a partir do momento que, logo após esta fala, Galló afirmou que o projeto “é pioneiro no Brasil, sendo um dos primeiros Museus de Território do país e o primeiro do Rio Grande do Sul”. Percebe-se que o termo “museu de território” não foi relacionado ao que no Brasil ficou mais conhecido como museus comunitários ou ecomuseus, dentro de uma tipologia museológica da Museologia Social. Segundo Santos (2017), os primeiros museus comunitários no Brasil datam da década de 1960 – o primeiro, de acordo com a autora (SANTOS, 2017, p. 199), foi o Museu Conceitual do Distrito (1968), seguido pelo Ecomuseu de Ribeirão da Ilha (1971), Museu Comunitário Jeová Batista de Azevedo (1971) e Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller (1972) – e no Rio Grande do Sul, especificamente, desde 1992 – quando foi criado o Museu Comunitário Casa Schmitt-Presser em São Leopoldo, seguido pelo Ecomuseu da Picada (Rio Grande, 1995) e o Projeto CONDESUS Quarta Colônia (consolidado pelos municípios São João do Polêsine, Faxinal do Soturno, Dona Francisca e Agudo, em 1996) – este último tendo sido visitado por Hugues de Varine em sua incursão pelos ecomuseus brasileiros, como retrata em seu livro *Raízes do Futuro* (VARINE, 2012).

No discurso de Galló e Tonet, fazendo uma análise do conteúdo (BARDIN, 1977), foram contabilizadas 23 vezes a palavra “turismo”, e apenas 5 o termo “memória”, evidenciando o cunho puramente mercadológico que o projeto assumiria, caso fosse analisado somente por meio da narrativa exposta pelos dois oradores. A questão do turismo aparece também na entrevista com Charles Tonet (ERLO, 2019,

p. 84), onde, para ele, “[...] agora precisa um elemento que acione as agências [de turismo] e faça com que as pessoas de fora comecem a visitar, e a partir daí, os moradores evidenciem oportunidades de negócio. É isso, é isso que falta agora”. Tal perspectiva varia do conceito de Museu de Território aplicado por Varine (1987, p. 76), uma vez que o âmbito da preservação da memória fica em segundo plano ao se priorizar a visão puramente economicista e propiciar a as agências “de fora” ao invés do senso de pertencimento da comunidade. Além disto,

Outras divergências conceituais [que] fazem-se presentes também no folder [figuras 66 e 67] distribuído durante o evento e disponível no IHG aos visitantes. Nele, o bairro Galópolis é apresentado como “o maior conjunto de patrimônio edificado de Caxias do Sul” – tratando-se de uma constatação falha e rasa, ao não focalizar a tipologia patrimonial que o espaço representa (a de patrimônio industrial), também deixando de fora outros espaços que compõem o patrimônio de Caxias do Sul. No folder em questão, também existem erros nos nomes dos espaços contemplados pelo projeto – como é o caso da Escola Ismael Chaves Barcellos, escrito com apenas um “L” no último nome. Mas o material torna-se efetivo quando se pensa em localização de cada um dos totens ao apresentar uma representação em escala geográfica condizente no seu interior. (ERLO, 2019, p.85).

Figura 66 – Frente do folder do Museu de Território de Galópolis fase II

**VISITE O MUSEU E ESCOLHA O SEU ROTEIRO**


  
 Vila Operária.


  
 Instituto Hércules Galló.



**MUSEU DE TERRITÓRIO GALÓPOLIS**  
**O TERRITÓRIO DO MUSEU**

Galópolis não é um cenário construído, daqueles compostos de réplicas, criando memórias, com o único objetivo de atrair turistas, à margem da preservação e da verdade histórica. Esse cenário aqui é de verdade. Ele tem as lembranças impregnadas nas paredes – feito por pessoas de carne e osso, que ali viveram e vivem seus dias, trabalhando, sofrendo, mas sobretudo acreditando que poderiam escrever um futuro melhor. É um passado erguido por gente que não se conformou com o que encontrou, transformando a realidade, nos legando uma herança de valores de fé e de perseverança.

O maior conjunto de patrimônio edificado de Caxias do Sul, que contempla diferentes períodos e reúne estilos e técnicas construtivos diversos, recebe o Museu de Território. Esse não é um museu comum, daqueles que tem constantes avisos de “não toque”, como se o passado tivesse que permanecer distante de nós, enclausurado em empoeiradas prateleiras. Esse é um museu vivo, nascido da comunidade de Galópolis, que participa de sua elaboração, quer apontando os locais de resgate, quer trazendo à luz as suas memórias.

O Instituto Hércules Galló, como porta-voz da comunidade, conduz este movimento de implantação do Museu de Território, fruto da consciência histórica aqui desenvolvida. Galópolis alcança a condição de “museu a céu aberto” pela consciência de sua gente, que entende que o passado existe na medida em que habitamos as suas raízes.

**Visitação**  
 Terça a Sábado das 13:30 às 17:30  
[www.herculesgallo.com.br](http://www.herculesgallo.com.br)  
 BR 116, 1579 Galópolis  
 Caxias do Sul, RS - Brasil

**FINANCIAMENTO**  

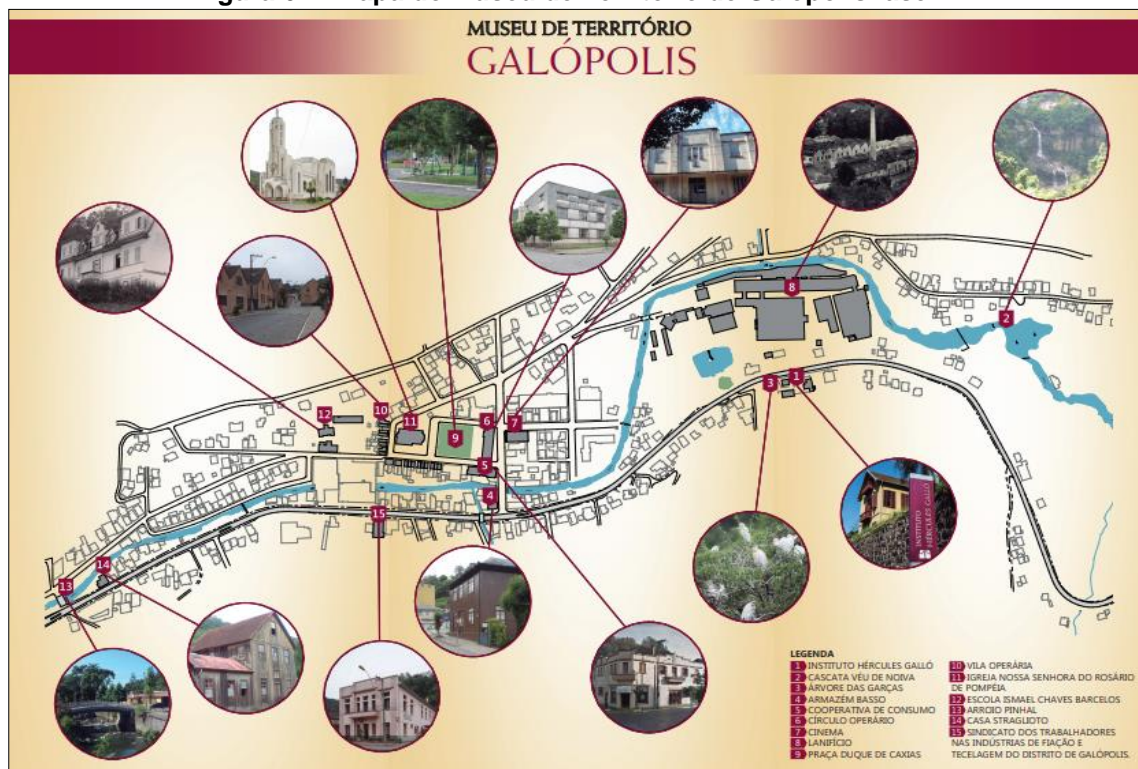

**REALIZAÇÃO**  


**PATROCÍNIO**  


Tânia Maria Zardo Tonet

Frente do folder feito para a inauguração do Museu de Território de Galópolis e até hoje distribuído. Data: 2018. Autoria: não identificada. Acervo: Instituto Hércules Galló.

Figura 67 - Mapa do Museu de Território de Galópolis fase II



Verso do folder feito para a inauguração do Museu de Território de Galópolis e até hoje distribuído. Data: 2018. Autoria: não identificada. Acervo: Instituto Hércules Galló.

A autora também afirma que “a escolha das imagens para a produção do folder e a numeração dos espaços também são um elemento a ser levado em consideração” (ERLO, 2019, p. 86). No âmbito da semiose (PANOFSKY, 1986), chega-se aos seguintes questionamentos: por que foram escolhidas estas e não outras imagens? Por que somente em dois dos quinze pontos (a Escola Ismael Chaves Barcellos e o Lanifício) são apresentadas fotografias “antigas” dos espaços? Por que são apresentados com mais foco o Instituto Hércules Galló e a Vila Operária na parte externa do material de divulgação? Todos estes aspectos ainda não foram justificados, o que proporciona uma outra análise em torno do projeto, que não objetiva ser finito, mas sim ampliar as possibilidades de pesquisa.

Os questionamentos em relação à narrativa textual dos espaços abarcados pelo MTG também permeiam a construção dos elementos gráficos e narrativos dos totens (figura 67) dispostos ao longo do território. Tomando como exemplo o referente à Escola Ismael Chaves Barcellos, nota-se divergências historiográficas gritantes indicadas pela população local. Maria Lourdes Diligenti Comerlato (ERLO, 2019, p.

87), que, como já evidenciado, foi professora e diretora da escola em questão por mais de 20 anos, afirma que,

A respeito das informações sobre a escola, sobre o ensino, eu coloquei para a Tânia Tonet. Mas como é uma história bastante elaborada, complicada, porque era aqui, era lá, a reforma de ensino bagunçou com tudo, “né”, eu acho que as informações ficaram um pouquinho... [e aqui ela ergue uma das sobrancelhas e faz uma pausa] perdas e infelizmente não retratam sua verdade total.

A entrevistada em questão cedeu o manuscrito feito por ela e que foi entregue pessoalmente à museóloga Tânia Tonet, para análise. O documento é composto por três páginas escritas à mão, que retratam de uma maneira bastante clara como era o processo de ensino-aprendizagem ao longo do tempo e nos diferentes espaços de educação formal que existiram em Galópolis. Nele, a ex-diretora ressalta que a edificação da escola passou por diferentes períodos: o ensino particular, com a Escola Dona Manuela Chaves e a Escola Particular Chaves Irmãos, escolas privadas que permaneceram no prédio até a saída das irmãs do Sagrado Coração de Maria em 1973; e o ensino público estadual, com o já referenciado Grupo Escolar Paraná. Tais informações, como também as referentes à Reforma do Ensino pela Lei 5792/71, não foram contempladas conforme exposto pela representante da comunidade no totem da Escola (figura 68) – e cabe questionar por que se optou por apagar o Grupo Escolar Paraná mais uma vez.

Figura 68 - Diagramação do totem “Escola Ismael Chaves Barcelos”



Projeto gráfico do totem número 12, referente à da Escola Ismael Chaves Barcellos. Data: 2019. Autoria: Charles Tonet. Acervo: Instituto Hércules Galló.

De forma geral, as narrativas apresentadas tanto de forma verbal – por meio do discurso de inauguração do Museu de Território de Galópolis e da entrevista com Charles Tonet, Renato Solio e José Galló –, como as escritas por meio dos materiais de divulgação do projeto, como o folder e os totens que retratam os quinze pontos do projeto, representam a visão que o projeto assumiu a partir do falecimento da sua idealizadora, Tânia Tonet. A perspectiva assumida por meio do que a coordenadora denominou “Nova Museologia” e aplicada ao projeto não foi efetivada em sua totalidade, conforme ressaltado pelas fontes orais e escritas obtidas por meio da comunidade, que deveria se sentir representada pelos elementos que compõem a expografia em um museu de território comprometido com o seu entorno.

Fazendo uso da metodologia de coleta e análise *E-survey*, e entrevistas temáticas semiestruturadas por meio da História Oral, apresentei em meu trabalho de conclusão de curso (ERLO, 2019) outros resultados que corroboram com tal argumento. Com dados e depoimentos coletados entre outubro e novembro de 2019 por meio da plataforma *Google Forms* e entrevistas presenciais, as questões orientativas foram segmentadas em três blocos: o primeiro foi destinado à caracterização do entrevistado; o segundo, às percepções que este possui em relação ao Museu de Território de Galópolis, relacionando sua atuação na localidade como parte da atuação no processo de musealização; e o terceiro, à visão em torno da preservação da identidade e do patrimônio que o MTG propunha. De tal forma, por meio das 116 respostas de moradores e ex-moradores de Galópolis<sup>73</sup> obtidas no questionário e 16 entrevistas com moradores que não tiveram acesso ao formulário online, é possível compreender como se deu a concepção da tríade museália-musealização-musealidade a partir o Instituto Hércules Galló e como se deu a recepção pela comunidade galopolitana.

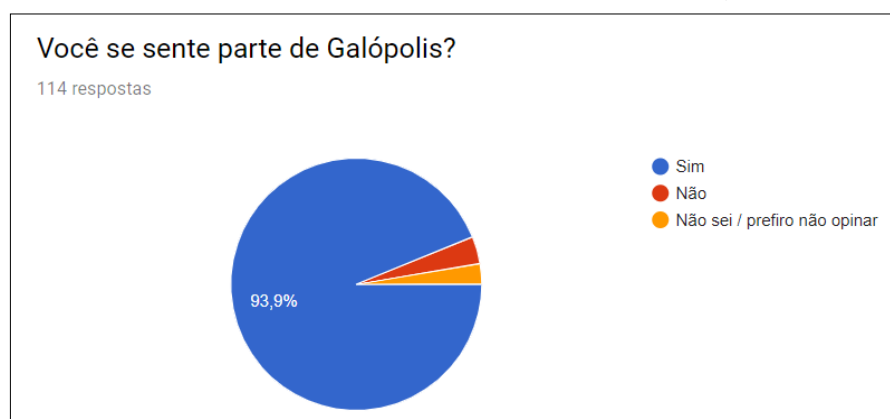
Esta comunidade, quando questionada objetivamente se sentia-se parte do bairro (figura 69), 93,9% dos entrevistados afirmam que sim, sentiam-se parte de Galópolis. Todos os 16 entrevistados oralmente seguem a mesma linha, afirmando também terem feito parte da história da comunidade devido à sua atuação dentro dela

---

<sup>73</sup> Aqui faz-se necessário informar ainda que algumas respostas obtidas não necessariamente vieram de moradores ou ex-moradores de Galópolis, uma vez que o questionário foi amplamente divulgado nas redes sociais da pesquisadora e também nas páginas e grupos do bairro. Porém, todos os dados foram filtrados de forma a levar em consideração somente as respostas de pessoas que possuíam ou possuem alguma relação com a região, identificadas por meio da resposta dada à terceira questão do formulário, “qual sua relação com Galópolis?”.

– esta, tida como presente desde as “raízes” familiares, passando pela atuação em espaços de sociabilidade como Associação de Moradores, pelo Clube de Mães, nos comércios locais, até os festejos, onde “se participava na cozinha, na churrasqueira ou servindo nas mesas”, conforme aponta a Sra. Lídia Maria Nicoletti Canale (ERLO, 2019, p. 91). Mas e os que responderam “não” ou “não sei/prefiro não opinar”.

**Figura 69 - Gráfico 1: Senso de pertencimento da população à Galópolis**



ERLO, 2019, p. 92.

O senso de pertencimento à comunidade e sua história é um fator também determinante para o desenvolvimento de outro – a identidade local. Em 8 das 16 entrevistas orais, quando questionados se há uma identidade própria na região e, se sim, como ela foi cunhada, as respostas pouco variam, tratando da característica geográfica do local – que dificultou o contato com o centro da cidade por muito tempo –, que aliada ao desenvolvimento de uma forte indústria têxtil e a construção da sua mão-de-obra por meio dos imigrantes italianos e seus descendentes – e posteriormente, abrindo às pluralidades – unificou seus laços de sociabilidade, tornando Galópolis um espaço único na cidade.

Carmen e Maria Angela Fasolo (informação verbal)<sup>74</sup>, ambas ex-professoras e ex-membros da Comissão de Organização da Semana de Galópolis, atuantes no bairro, ampliam ainda mais tal perspectiva ao afirmarem que este

[Maria Angela Fasolo começa falando] é diferente de todos os outros bairros do município por tudo, pela história, a preservação desta história, a própria comunidade com a Semana de Galópolis, voltando ao passado toda hora [...] e tu não vê isso em outros bairros, até por estar um pouco afastado. Mas é totalmente diferente, aqui é laços afetivos, tu não tem em outro bairro [Carmen Fasolo prossegue], eu conheço todo mundo aqui, mesmo não mais

<sup>74</sup> Entrevistas cedidas à Geovana Erlo. Caxias do Sul, out. 2019.



morando aqui, venho uma ou duas vezes por semana. [...] A identidade daqui é a participação da comunidade. (ERLO, 2019, p. 93).

Esta visão também é defendida por Lóris Maria Formolo (comerciante local), Maria Patrícia Pinto (atual presidente da AMOG), Mário Vitor Pinto (ex-subprefeito de Galópolis), e Zilá Vial (professora aposentada e ex-moradora da região) (informações verbais), tal qual Rosa Diligenti, complementa, afirmando que

eu tenho que fazer alguma coisa por Galópolis, eu tenho que participar da comunidade, eu tenho que me envolver com alguma coisa. E aí que eu me envolvi, “né”, e agora não dá pra sair mais. Depois que se “tá” envolvido com Galópolis não se consegue mais sair. [...] Eu me sinto uma alma de Galópolis. [...]. Galópolis é uma família, todo mundo se conhece. Galópolis é de cada um. Galópolis é meu, Galópolis é teu. [...] O pessoal sempre diz, “eu vou para Caxias”, “eu vou à Galópolis”. A Rosa é lá de Galópolis, não é de Caxias. (ERLO, 2019, p. 94)

Mas e os que afirmam não existir uma identidade cultural para Galópolis? O que o não reconhecimento da identidade imputa à vida coletiva? Conforme dados obtidos pela pesquisa quantitativa, quando questionados se os pontos contemplados pelo MTG propiciam a preservação da história local, do patrimônio industrial e a identidade (figura 70), 96,6% dos entrevistados afirmaram que sim. Porém, como havia a possibilidade de propor outra resposta para além do “sim”, do “não” e do “não sei/prefiro não opinar”, uma das sugeridas foi “de maneira geral sim, mas é falho na escolha dos pontos”. A incongruência em relacionar a identidade aos seus semióforos institui uma hipótese de não compreensão do significado das materialidades instituídas pelo MTG – ou apenas a sua negação por fatores como o ressentimento à esta memória ou ao projeto em questão por falta de representatividade, como evidencia a resposta extra enviada por meio do questionário.

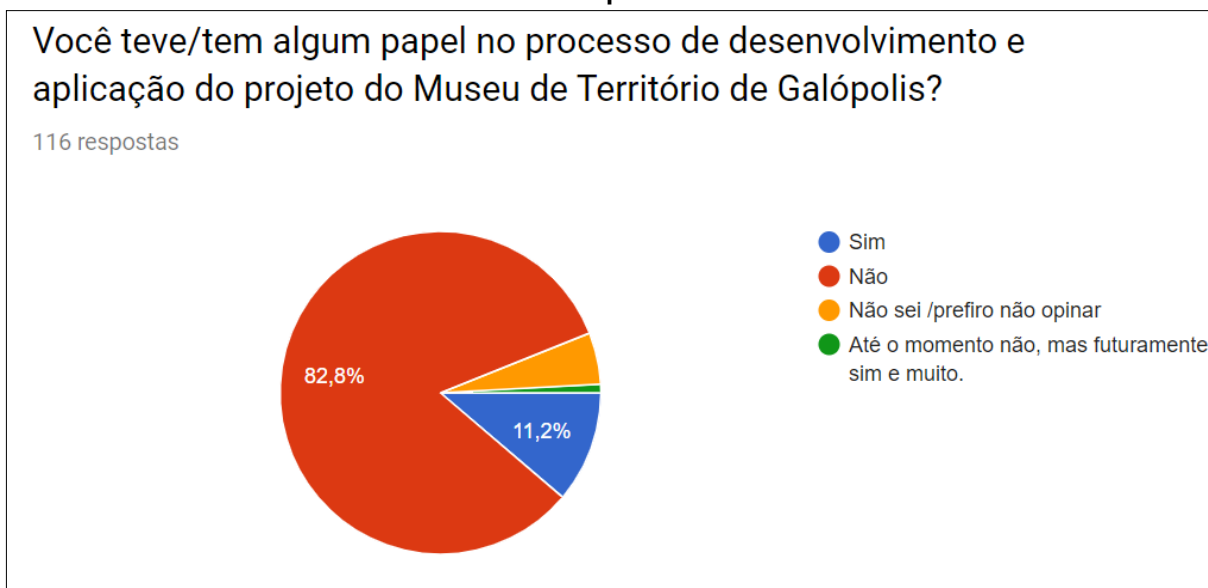
**Figura 70 - Gráfico 2: Avaliação quanto à pertinência da escolha dos pontos para a preservação da história e da identidade local**



ERLO, 2019, p. 94.

Por que é falho na escolha dos pontos? Talvez porque, conforme também evidencia a pesquisa quantitativa, 82,8% dos entrevistados não tenha tido um papel ativo no projeto, tal qual escolha dos pontos (figura 71). Conforme também ressaltou o Sr. Luiz Antônio Felippi (ERLO, 2019), ex-trabalhador da Cooperativa de Consumo, que após o seu falimento, abriu o Mercado Nostra Vitta – que ainda é chamado por muitos de “Coopera” –, e que participou do projeto, tanto nas reuniões para se levantar os pontos contemplados como com seus depoimentos acerca da história da região – depois de afirmar que “não deveria falar isso” e dar um leve sorriso –, “Galópolis precisa ser valorada em seu conjunto, a beleza local”, incluindo a comunidade, pois “sem a comunidade não há Museu de Território”. Complementando com a entrevista de Charles Tonet, alguns pontos já foram pré-estabelecidos “e então foi feita essa relação [na primeira reunião do MTG] e eles [a comunidade] deram esse aceite. Eles entenderam que contava mesmo a história, tudo isso [...] teve alguns lugares que foram eliminados, mas muito pouco” (ERLO, 2019, p. 94).

**Figura 71 - Gráfico 3: participação da comunidade no projeto do Museu de Território de Galópolis**



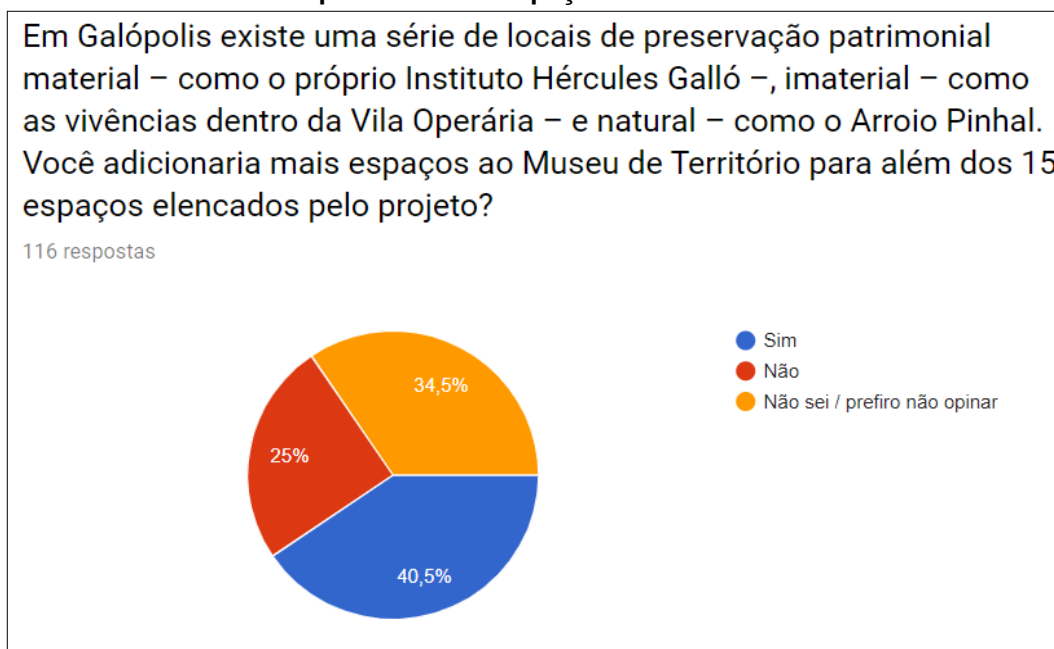
ERLO, 2019, p. 95.

Este gráfico também aponta uma resposta interessante: “Até o momento não, mas futuramente sim e muito”. Ela reflete a perspectiva de ampliação do projeto que a comunidade possui, e que de fato é uma possibilidade dentro do Instituto Hércules Galló, como o Museu de Território de Galópolis fase III, que segundo Renato Solio, “pode alcançar o meio rural de Galópolis, como a Terceira e a Quarta Léguas” ou mesmo o Festival da Lã, idealizado pela equipe da 3T e apresentado a membros da COOTEGAL ainda na primeira reunião do MTG (conforme aponta o rascunho da reunião disponibilizado por Rosa Maria Diligenti) como “alternativa mais viável de expansão, pois movimenta a economia local”. Reforçar o papel da economia como condutora da preservação do patrimônio local e não o caminho inverso reforça o perfil de economuseu (VARINE, 2012) que vem pontuando a gestão deste museu.

Quando questionados acerca da pertinência dos espaços escolhidos que compõem o MTG fase II, as respostas são bastante diversas. 25% dos entrevistados não acrescentaria ou modificaria os locais contemplados com o totem do projeto; 34,5% não sabe ou prefere não opinar; e a maioria, 40,5% afirma que adicionaria ou mudaria algum ponto do projeto (figura 72). Dentre os espaços sugeridos tanto oralmente como nas respostas virtuais, o ponto que mais se destaca é o Morro da Cruz, espaço que faz parte de uma propriedade privada hoje, mas é bastante presente na memória operária, pois era um local onde havia frequentes procissões durante o

período da Quaresma, ao longo dos anos em que o Lanifício – e toda a vila operária – era gerida por Spinato.

**Figura 1 - Gráfico 4: avaliação quanto à aplicação do projeto do Museu de Território de Galópolis a outros espaços da comunidade**



ERLO, 2019, p. 95.

De modo geral, nota-se tanto partir da análise dos dados obtidos quanto por meio das entrevistas com fontes orais como a *E-Survey*, que a comunidade acredita no potencial de preservação do patrimônio industrial e da identidade local que o projeto Museu de Território de Galópolis pode alcançar. Contudo, contrariando a visão de concepção da função de um Museu de Território integral e integrado, o de Galópolis não abriu à participação real dos moradores e ex-moradores da localidade – e nem aos visitantes externos, se levando em consideração que após a inauguração, nunca foi realizado um percurso completo pelos 15 totens do roteiro instituído – normalmente sendo visitados apenas os totens centrais para facilitar sua mobilidade, como o da Cooperativa de Consumo (número 5), do Círculo Operário (número 6), do Cinema (número 7), da Praça Duque de Caxias (número 9), da Vila Operária (número 10) e Igreja (número 11).

De sua inauguração em 17 de agosto de 2019 até 22 de setembro de 2022, quando deixei a instituição, somente 5 visitas mediadas foram realizadas pelo percurso do MTG, sendo elas: a realizada com quatro turmas das duas escolas locais – E. E. E. F. Ismael Chaves Barcellos e E. E. E. M. Galópolis –, durante a Semana de

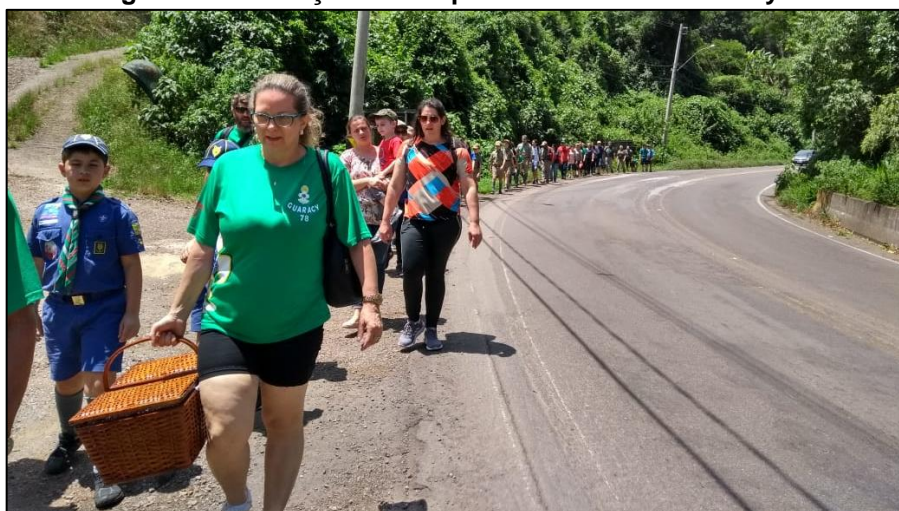
Galópolis de 2019, em 25 de outubro de 2019 (figura 73); a mediação com o Grupo de Escoteiros Guaracy 78, em 1º de dezembro de 2019 (figura 74); a visita mediada com estudantes da graduação em Museologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 3 de dezembro de 2019 (figura 75); a visita da equipe do G30 e Somos.rs para construção do Plano de Desenvolvimento Territorial e Turístico de Galópolis – denominada “expedição Galópolis”, pelos partícipes –, no dia 13 de janeiro de 2022 (figura 76); e novamente o curso de graduação e pós-graduação em Museologia e Patrimônio da UFRGS, em 3 de setembro de 2022 (figura 77) – esta última, realizada em parceria com o Inventário Participativo de Galópolis.

**Figura 73 - Visitação de alunos das escolas locais do Museu de Território de Galópolis**



Turmas do 7º ano da E. E. E. F. Ismael Chaves Barcellos e 1º ano da E. E. E. M. Galópolis durante mediação pelo MTG. Data: 25 de outubro de 2019. Autoria: Lucimar Albeche. Acervo: Instituto Hércules Galló.

**Figura 74 - Visitação do Grupo de Escoteiros Guaracy 78**



Caminhada mediada com o Grupo de Escoteiros Guaracy 78 para chegar ao totem da Cascata Veu de Noiva. Data: 1º de dezembro de 2019. Autoria: Geovana Erlo. Acervo: Instituto Hércules Galló.

**Figura 75 - Visitação de estudantes e professores do curso de Museologia da UFRGS**



Finalização da visita ao MTG no totem da Vila Operária. Data: 3 de dezembro de 2019. Autoria: Geovana Erlo. Acervo: Instituto Hércules Galló.

**Figura 76 - Visitação de representantes do grupo G30 e Somos.rs ao Círculo Operário**



Visitação ocorrida para a construção do Plano de Desenvolvimento Territorial e Turístico de Galópolis. Data: 13 de janeiro de 2022. Autoria: Geovana Erlo. Acervo: Instituto Hércules Galló.

**Figura 77 - Visitação mediada dos estudantes e professores do curso de Museologia e Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da UFRGS**



Visitação que antecedeu o debate sobre o discurso museográfico das fases I, II e III do Museu de Território de Galópolis, mediada por integrantes do Inventário Participativo de Galópolis. Data: 3 de setembro de 2022. Autoria: Rosa Maria Diligenti. Acervo: Inventário Participativo de Galópolis.

Se faz necessário ressaltar que entre 2022 e 2021, o número de visitantes foi extremamente baixo na instituição por conta da Pandemia de Covid-19<sup>75</sup> – havendo meses em que o museu ficou fechado. Mas desde o retorno – inclusive sem a obrigatoriedade de máscaras –, só houve duas visitas mediadas, sendo uma delas organizada pelo Inventário Participativo de Galópolis. Dos 15 totens instalados em 2019, dois foram removidos e diversos foram vandalizados – o totem da Cascata Vêu de Noiva (número 2) foi derrubado e posteriormente removido para ser reinstalado, mas isto não aconteceu; o totem da Cooperativa de Consumo (número 5), do Círculo Operário (número 6) e da Praça Duque de Caxias (número 9), conforme ilustra a figura 78, foram pixados em diferentes momentos e nunca foram substituídos, mesmo com

<sup>75</sup>Durante o auge da Pandemia de Covid-19, eu desenvolvi um projeto junto ao Instituto Hércules Galló, o Podcast Memórias de Galópolis, que tinha como objetivo dar visibilidade e incentivar o diálogo acerca dos agentes que constroem Galópolis, tanto no passado, como no presente e também as percepções de futuro. O projeto ocorreu em duas temporadas, financiadas, respectivamente, pela Lei Aldir Blanc estadual e Prolar Imobiliária, por meio de editais de ampla concorrência. Todavia, somente a primeira temporada recebeu o apoio do IHG, que cedeu suas redes sociais para a divulgação dos episódios – não recebendo apoio institucional, optei por desenvolver a comunicação do projeto de forma autônoma. Os episódios encontram-se disponíveis no YouTube e Spotify por meio dos links: [https://www.youtube.com/watch?v=5O2M5T9NVwM&list=PLup6qN35BC2fwXMonuki\\_dxXXrNX6zIK8\\_&ab\\_channel=InstitutoH%C3%A9rculesGall%C3%B3](https://www.youtube.com/watch?v=5O2M5T9NVwM&list=PLup6qN35BC2fwXMonuki_dxXXrNX6zIK8_&ab_channel=InstitutoH%C3%A9rculesGall%C3%B3) (1ª Temporada – acesso em 5 jul. 2021); [https://www.youtube.com/watch?v=7OYWq8Q1PPI&list=PLHxWZADSzQfg4AOHuL7JyVmwcrwBcCUzK&ab\\_channel=Mem%C3%B3riasdeGal%C3%B3polis](https://www.youtube.com/watch?v=7OYWq8Q1PPI&list=PLHxWZADSzQfg4AOHuL7JyVmwcrwBcCUzK&ab_channel=Mem%C3%B3riasdeGal%C3%B3polis) (2ª temporada – acesso em 5 jul. 2021); <https://open.spotify.com/show/6DMNLeHu8uQ09DUJ3CCxe3> (1ª e 2ª temporada - acesso em 05 jul. 2021).

a solicitação de alguns moradores; e o totem do SindiGal (número 15) foi removido para obras na edificação em questão e não foi recolocada.

Figura 78 - Totens do Museu de Território vandalizados



Totens referentes à Cooperativa de Consumo, Círculo Operário e Praça Duque de Caxias. Data: 14 out. 2022. Autoria: Geovana Erlo. Acervo: Geovana Erlo.

Neste ponto, cabe questionar: o que a pixação significa? Sem necessariamente impedir a leitura do aspecto central dos totens, neste caso específico, ela surge como uma forma de demonstrar descontentamento com o produto de um processo museológico não representativo. À margem, sobretudo a juventude de Galópolis denuncia através do pixo a falta de reconhecimento do bem vandalizado para sua história individual e coletiva, tendo em vista o desengajamento (BAUMAN, 2003) e a desterritorialidade (HAESBAERT, 1997; 2004) que simbolizam a ainda latente busca pela comunidade idealizada. Ao mesmo tempo, também traz a demanda por inserção nesta comunidade, nesta história enquadrada e neste processo de musealização territorial, representada através as marcas que ocupam os espaços “em branco”.

De tal forma, mais do que impedir a vandalização dos totens do Museu de Território de Galópolis, deve-se compreendê-la como uma alegoria ao tensionamento dos fundamentos de um projeto que intentou situar-se no âmago da Museologia Social e perdeu-se no seu principal preceito: a valorização da comunidade local como produtora de significados e não apenas uma população que precisa de tutela e alfabetização cultural. Cabe situar estas intervenções artísticas nos bens em questão como *representâmens* da necessidade de os museus serem não apenas integrados, mas também integradores e questionadores às formas de poder enquadrante.



Esta abertura significa incorporar a comunidade em todas as etapas museológicas, atuando diretamente na pesquisa, preservação e comunicação – sendo o único elemento desenvolvido até o momento o comunicacional. Como Museu de Território integrador, mesmo sem a pretensão de se enquadrar em um modelo institucional tradicional museal, é necessário investir na formação da comunidade de Galópolis – sobretudo dos “desengajados” – para que assumam a linha de frente nos processos de seleção, tesauroização e comunicação (para fazer uso dos conceitos de Stránský), aprofundando a compreensão e a atribuição de musealidade às museálias para criar laços que estimulem a permanência das futuras gerações sobre o território como agentes do Fato Museal.

Sem esta ampliação, a História representada pelas fases I e II do Museu de Território de Galópolis continuará sendo a narrativa de grupos hegemônicos – expressa no processo de musealização pouco participativo, que institui a museália com base em uma musealidade estética e voltada ao fomento do turismo. Apagando o uso de termos como “operários” e “trabalhadores” no discurso museológico ou utilizando-os, assim como o conceito de “comunidade”, de forma rasa e positivada como ocorre no projeto analisado, não é possível abarcar a real profundidade do enquadramento memorial o qual os agentes deste território foram submetidos – e, por meio da teatralização da memória operária para reforçar mitos fundacionais e “vender” a cultura local de forma turística, acaba por perpetuá-lo, impedindo a gestão comunitária de seu patrimônio industrial e todos os desdobramentos que esta autonomia pode desencadear.

Tornar-se novamente um instrumento de tutela do território de Galópolis torna o Instituto Hércules Galló uma ode ao retorno do paternalismo industrial – porém, desta vez, não é a indústria têxtil, mas sim a indústria cultural –, em que o fomento ao desenvolvimento econômico não é sinônimo de desenvolvimento comunitário. A memória enquadrada pelo discurso museológico revelou resistências tidas como inexistentes e, de tal forma, romper com a História Oficial e fomentar a autogestão tornou-se uma das bases que orientou a concepção de uma nova fase para o Museu de Território de Galópolis. Mas desta vez como iniciativa movida pela ação e não como instituição.

## 4 OS NÓS DA AUTOGESTÃO

*E foi assim que o operário  
Do edifício em construção  
Que sempre dizia sim  
Começou a dizer não.  
E aprendeu a notar coisas  
A que não dava atenção:  
[...]  
E em cada coisa que via  
Misteriosamente havia  
A marca de sua mão.  
E o operário disse: Não!  
[...]  
E o operário fez-se forte  
Na sua resolução.*

(Vinícius de Moraes – Operário em construção)

Desde muito cedo, minha mãe me ensinou que ao coser tecidos que esgaçam com facilidade, é necessário fazer nós. Estes nós garantem a estabilidade da costura que junta as partes da trama que fazem um todo. Todo ponto, seja o alinhavo, cruzado, corrido, invisível ou mesmo o feito à máquina, é finalizado não com um, mas diversos nós – pois caso contrário o fio se rompe. Esta é uma analogia que pode ser inserida em diversas dinâmicas sociais que constroem um território, uma comunidade e um significado. Os nós, em Galópolis, significam os agentes que geram e inferem sobre as transformações. Minha mãe não percebeu quando me explicou a função do nó, que ela mesma é um destes – assim como qualquer pessoa que compartilhe da realidade vivida no bairro.

Na dinâmica dos processos de musealização do patrimônio industrial de Galópolis a partir de uma tipologia museológica participativa, eu também sou um nó, juntando percepções de diferentes camadas de tecido contextual. Hugues de Varine (1987, p. 22), museólogo referência para este trabalho, traz que “[...] não existe nada real fora da comunidade, ou mesmo das comunidades entijoladas umas nas outras: nacionais, étnicas, de trabalho, de família, de lugar de vida, de convicções filosóficas ou religiosas, de interesses materiais ou morais” e, por isso, “[...] a exclusão total do indivíduo em relação ao grupo não existe”. Assim, como moradora extra-muros, membro pendular da comunidade de Galópolis – por não habitar o núcleo urbano, apenas me deslocar até e por ele para fins diversos – ex-trabalhadora do Instituto Hércules Galló, coordenadora-voluntária do Inventário Participativo de Galópolis e recentemente professora de História na rede pública de ensino no bairro, permeio

estas diferentes realidades, subjetividades e agências que atribuem significado, musealidade ao que pode-se chamar de patrimônio industrial de Galópolis. Por isso, peço licença à formalidade acadêmica para poder inserir-me em primeira pessoa em alguns momentos neste capítulo determinante para o alcance dos objetivos desta pesquisa.

O estudo desenvolvido neste trabalho parte da premissa da pesquisa-ação, que segundo David Tripp (2005, p. 445), é uma das variedades tipológicas da investigação-ação – “[...] termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela”. Neste sentido, ainda segundo Tripp (2005, p. 446), “planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação” (quadro 4). Porém, o autor justifica que faz-se necessário distinguir a conceituação generalizante normalmente utilizada para a de pesquisa-ação no âmbito da utilização de métodos e técnicas diversas, academicamente relevantes.

**Quadro 4 - Representação em quatro fases do ciclo básico da investigação-ação**



Quadro representativo acerca dos processos da investigação-ação segundo Tripp (2005, p. 446).

De tal forma, para Tripp (2005, p. 447), “pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”, ao passo que “[...] embora a pesquisa-

ação tenda a ser pragmática, ela se distingue claramente da prática e, embora seja pesquisa, também se distingue claramente da pesquisa científica tradicional”, sobretudo pois a “[...] pesquisa-ação ao mesmo tempo altera o que está sendo pesquisado e é limitada pelo contexto e pela ética da prática” (TRIPP, 2005, p. 447). O autor explicita, ao comparar com a prática rotineira e a pesquisa científica, as principais características que se fazem presentes na coleta e análise de fontes em campo, conforme explicitado no quadro 5:

**Quadro 5 - Características da pesquisa-ação segundo Tripp (2005)**

ONZE CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA-AÇÃO			
Linha	Prática rotineira	Pesquisa-ação	Pesquisa científica
1	Habitual	Inovadora	Original/financiada
2	Repetida	Contínua	Ocasional
3	Reativa contingência	Pro-ativa estrategicamente	Metodologicamente conduzida
4	Individual	Participativa	Colaborativa / colegiada
5	Naturalista	Intervencionista	Experimental
6	Não questionada	Problematizada	Contratual (negociada)
7	Com base na experiência	Deliberada	Discutida
8	Não-articulada	Documentada	Revisada pelos pares
9	Pragmática	Compreendida	Explicada / teorizada
10	Específica do contexto		Generalizada
11	Privada	Disseminada	Publicada

Quadro comparativo entre prática rotineira, pesquisa-ação e pesquisa científica adaptado de Tripp (2005, p. 447).

Como moradora e trabalhadora, participe da vida cultural do bairro e, ao mesmo tempo, pesquisadora do campo do patrimônio, História e museus, consigo mediar a prática rotineira da pesquisa científica, transformando a pesquisa-ação em ambas as realidades e, a partir desta, desencadear fatores de mudança empírica e teórica tanto na comunidade de Galópolis quanto na Academia – se não for muita pretensão tal afirmação. O fato é que o distanciamento crítico, presunçosamente chamado de imparcialidade, previsto pelos métodos científicos cartesianos não se faz presente nesta dissertação – um aspecto positivo para aplicar a metodologia da pesquisa-ação proposta. Aliás, o empirismo, definido como ação segundo Varine (1987, p. 25), não pode ser meramente utilizado como comprovação de uma hipótese academicamente construída, mas sim ao contrário, sendo a hipótese construída com base na ação – pois “é [...] pela ação que é preciso começar e a pesquisa vencerá a ação, ao invés

desta torta de creme dos pesquisadores contemporâneos que é o estudo-ação, onde a ação só é introduzida durante a pesquisa, como um retalhar, uma prova dos nove”.

A ação é um dos sete princípios que norteiam o método utilizado por Varine para explicitar seu trabalho no campo da ecomuseologia, sobretudo apresentando as contribuições – somente positivas, segundo seu ponto de vista, pois mesmo os fracassos trazem reflexões analíticas, por vezes até melhores do que as positivas por permitirem uma autocrítica – de sua experiência com o *Ecomuseu da Comunidade Urbana Le Creusot-Montceau les Mines*, o *Creusot*, como se refere ao longo de suas obras. Em sua obra “O Tempo Social”, Varine (1987, p. 23) aponta que seu método é “[...] essencialmente empírico. Ele não se baseia, de maneira alguma sobre o escrito [...] Ele também não utiliza a técnica da entrevista, de sondagem e estatística, não tendo portanto, nenhum valor científico, no sentido habitual do termo”.

Em seu primeiro item, denominado “engajamento total”, o autor afirma que “[...] a pesquisa metodológica sobre qualquer coisa tão viva quanto o desenvolvimento comunitário não se faz num escritório, de 9 às 18h, cinco dias por semana, onze meses por ano” (VARINE, 1987, p. 24). Neste sentido, todos os fatores que agem sobre o tecido social precisam ser analisados – e estes ocorrem todos os dias e noites. Assim, como também aponta em seu segundo item, o “trabalho coletivo”, não pode haver espaço para a indiferença no trabalho com comunidades, pois ele “[...] é do interesse de todos aqueles que reconhecem a importância do objetivo e que se ressentem da necessidade de achar soluções ainda não inventadas para problemas até aqui mal colocados, ou mesmo ignorados” (VARINE, 1987, p. 24) e, de tal forma, é necessária “uma rede diversificada”, seu terceiro ponto, em que “a palavra-chave é [da rede] é a motivação ou engajamento pessoal” (VARINE, 1987, p. 25) de todos os envolvidos, mas sem cair na autossatisfação.

A “ação, fonte de conhecimento”, é o paradigma que rege o restante da obra do autor e tange, necessariamente os demais princípios por ele instituídos. Todavia, ao afirmar que estando presente ao vivo no decorrer da ação analisada, o pesquisador isenta-se de parcialidades advindas de fontes secundárias. Esta é uma questão paradoxal pois, ao passo que afirma que a presencialidade dos fatos os torna verdades – segundo ele, em seu quinto princípio, “confrontações das ações”, “a documentação, seja ela audiovisual, ou frito de uma análise exaustiva, não trará nunca respostas às questões postas pelo autor” (VARINE, 1987, p. 25) –, exclui-se a possibilidade da multiplicidade de subjetividades e interpretações que se exprimem na

realidade em questão, aspecto que traz em seu sexto princípio, “as subjetividades simultâneas”. Neste tópico, o autor afirma que “a partir do momento que se trabalha sobre uma matéria social viva, portanto, cultural, não é honesto pretender qualquer objetividade. Mas será vão e ilusório pretender impor sua própria subjetividade como única referência [...]”, sendo que “[...] o conjunto destas subjetividades, [reconstituídas], de certo modo holográfico, [traçam] imagem de uma certa realidade tão completa quanto possível” (VARINE, 1987, p. 26).

Embora esta afirmação fizesse sentido no contexto de escrita de seu livro, à guisa do debate de museu integral da Mesa-redonda de Santiago do Chile (1972), a perspectiva de compreensão da totalidade de um território e seus problemas não faz mais sentido nesta dissertação, pois parte-se da premissa de que qualquer interpretação é um recorte, um vislumbre que pode e deve ser tensionado por múltiplas perspectivas – conforme ele afirma –, mas que nunca é neutro. Porém, Varine entende o caráter evolutivo de seu método e pesquisa, afirmando que “serão naturalmente feitas objeções sobre todos estes parágrafos que, juntos uns aos outros, não formam um método coerente”, mas tidos como um todo indivisível ao contexto de aplicação, “[...] formam um método, no qual cada parte condiciona as outras e é condicionada” (VARINE, 1987, p. 27). Paralelamente à contradição, em seu sétimo princípio, o autor interpreta aquele que pode ser um dos mais determinantes para pensar esta pesquisa:

A mistura dos gêneros: em se tratando de ação, de pesquisa, de problemática ligada a um terreno, ou da comunidade a qual nós pertencemos, o método de trabalho implica a mobilização de todos os meios disponíveis. No primeiro plano, naturalmente, se encontra a ação, ela própria fonte de informação bruta e conjunta ao trabalho coletivo mencionado acima. Mas para o militante, a experiência profissional sobre o lugar de trabalho é igualmente importante pelo que ela traz de informação complementar e de elementos de comparação. É sobretudo verdade para mim, pois que finalmente meu engajamento militante se situava em outro nível, mas no mesmo campo que minha atividade profissional. (VARINE, 1987, p. 26).

Assim, voltando novamente ao meu papel como moradora, trabalhadora, pesquisadora e agora também como militante, nas palavras de Varine (1987, p. 18-19), “[...] sinto necessidade de falar publicamente. Não é mais possível contentar-se com discursos políticos, estatísticas, análises sociológicas. É preciso mostrar a ação cotidiana em si mesma, a interpretar, e a avaliar” sobre o Museu de Território de Galópolis. Diante de suas insuficiências, “é preciso traçar um balanço detalhado com

três fins: interagir contra o discurso circundante que esconde, mais ou menos bem, uma ideologia cultural de opressão”, retratando uma História não-oficial, enquadrada, submersa por anos de coerção paternalista e encoberta por uma instituição de memória que relativiza as contradições de mitos-fundadores e elimina os tensionamentos que poderiam evocar questionamentos; valorizar “[...] àqueles que trabalham no silêncio, e que fazem estas coisas que nossos novos profetas dizem almejar”, historicizando o movimento pela preservação do patrimônio industrial de Galópolis como forma de questionar à identidade tida como “passiva” de um território cerceado; “[...] trazer uma contribuição que só pode ser empírica ao método de intervenção social numa estrutura comunitária”, estimulando o protagonismo comunitário na gestão de seu patrimônio industrial – e do território como um todo, a fim de fomentar o desenvolvimento comunitário.

A noção de desenvolvimento comunitário, por sua vez, difere da de *community development*. Segundo Varine (1987), a segunda definição parte da ideia tecnocrática de desenvolvimento econômico, que renega os aspectos sociais e normalmente surgem de iniciativas exógenas, “[...] de uma classe média notabilizada, uma burguesia esclarecida, a qual são confiados os instrumentos de um progresso intelectual e moral” e sua tutela, “[...] protegendo-nos de nós mesmos e dos outros, dos perigos do meio ambiente, e mesmo do imprevisto. Resta-nos, propriamente, dois deveres que são, ao mesmo tempo, deveres cívicos: trabalhar e distrair-se” (VARINE, 1987, p. 30).

Já a primeira definição, em termos bastante generalizantes, trata-se do “[...] conjunto de conceitos, atos e esforços, visando favorecer o avanço social, cultural, econômico e, em geral, humano de uma certa comunidade, por iniciativa de seus membros tratados, às vezes individualmente, às vezes coletivamente” (VARINE, 1987, p. 29). Sendo “[...] antes a dimensão política da vida quotidiana ou, como eu prefiro dizer, da vida cultural”, parte das demandas internas, normalmente problemas a longo prazo, que inferem diretamente na cultura desta comunidade – e tem no patrimônio industrial seu *representâmen* – esta cultura nada mais é do que “[...] o conjunto de soluções encontradas por um homem e pelo grupo, aos problemas que lhes são colocados por seu meio ambiente natural e social” (VARINE, 1987, p. 30).

A vida cultural de uma comunidade, para o autor, condiciona e é condicionada pela educação, pela administração (interna e externa), pelas mídias e publicidade, pelas indústrias e pelas opressões sociais. Levando em consideração suas próprias demandas, as diferentes camadas das comunidades – lê-se classes sociais –

exercem em suas práticas culturais a ação cultural determinada por fatores de poder. Dependendo de qual das camadas referidas, cabe uma análise sistemática: tratando-se da grande maioria populacional de Galópolis – operários, ex-operários engajados e as gerações subseqüentes em processo de desengajamento –, partindo da premissa da tutela paternalista ora exercida pelo Lanifício, ora pelo Estado, ora pelos novos (velhos) empresários, expressam-se como características de sua vida social a alienação, a dependência, a opressão e o consumo. A impossibilidade do acesso à iniciativa inviabiliza a atitude cultural e, conseqüentemente, a iniciativa de decisão dentro desta cultura.

Este aspecto pode ser analisado tanto quanto um obstáculo como uma oportunidade, segundo Varine (1987): obstáculo, se a disparidade de poderio decisório impedir fomentar a distinção entre o “nós” e os “outros” dentro de uma mesma comunidade; oportunidade “[...] se as energias gastas nesta luta estéril e cansativa podem ser mobilizadas para ações conjuntas onde os diferentes componentes da sociedade trazem seus problemas e acham soluções em comum que possam solucionar a vida cultural” (VARINE, 1987, p. 83). É neste quesito que entra a mediação – que o autor trata como “animação” no contexto francês, mas que aqui será substituída para se aproximar com a realidade museal expressa no Dicionário de Conceitos-Chave da Museologia (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

A animação/mediação é um conceito que varia de acordo com os objetivos, conteúdo e uso. Varine (1987) diferencia três tipologias distintas: a terapêutica, a promocional e a conscientizante; enquanto a primeira atua na superestrutura da comunidade, como uma ação beneficente “feita para as pessoas e nunca por elas” (VARINE, 1987, p. 86) e a segunda, “relaciona um produto a um público”, a terceira “é o tipo de animação que acompanha o desenvolvimento comunitário. Ela é uma resposta global para uma demanda endógena, fazendo apelo à participação ativa e criativa dos usuários” (VARINE, 1987, p. 89). Relacionando-as às modalidades de educação postuladas por Paulo Freire, Varine traça parâmetros que comparam a mediação terapêutica e promocional à educação bancária – como ocorre com muitos museus e não difere da atuação do MTG –, ao passo que a educação libertadora refere-se à conscientizante – como é o caso da proposta do Inventário Participativo de Galópolis, adiante explicitada. Porém, cabe salientar quem são os agentes que mediam – os animadores, que podem ser profissionais assalariados ou voluntários comunitários, dependendo da função expressa.



O animador terapeuta é um técnico de ação social, com o mesmo título do assistente ou do educador ou do psicólogo. Ele apela para métodos diferentes, geralmente adaptados à ação em direção de grupos, ou de populações inteiras. O animador-promotor é antes um especialista de uma disciplina de animação, de uma arte, de uma doutrina que pretende promover. Acrescentaria a isto, por vocação pessoal e mais raramente por formação complementar, uma tecnicidade orientada para a comunidade, às relações públicas e, às vezes para a pedagogia. O animador conscientizante é, ele mesmo, antes de tudo, um militante do desenvolvimento comunitário que deve apelas, não para as técnicas aprendidas ou inventadas, mas para que todas as forças escondidas nele mesmo e na comunidade a qual ele serve e à qual pertence [...]. É preciso reconhecer que há muitos casos em que um animador não anima: ele governa, organiza, educa, decide, gere, faz política politizada local, estrutura, mas não chega a se comunicar, a fazer viver, a motivar atividades específicas, enfim a preencher seu contrato de animador. O animador do museu limita-se a repetir um curso de história da arte mostrando com o dedo as obras expostas; o animador de bairro satisfaz-se com o funcionamento dos ateliês de trabalhos manuais e de um cine-club; o animador de clubes da terceira idade ou das colônias de férias organiza deslocamentos bem ordenados ou noitadas de variedades (VARINE, 1987, p. 91).

E quanto ao animado/mediado? Segundo Varine (1987, p. 93), “[...] ele é quase nulo nas formas terapêutica e promocional: neste caso o animado ou é um assistente ou um consumidor”; já na animação conscientizante, ao contrário, o animado ocupa o lugar central e toma progressivamente consciência de sê-lo, como o sujeito e objeto da animação. Esta modalidade de mediação, para Varine, pode se dar de duas formas dentro da comunidade: os cabeças – normalmente voluntários “militantes da animação comunitária, que seguimos desde o início da aventura, [sendo] os principais fatores de dinamismo e de evolução” (VARINE, 1987, p. 160), recebendo notoriedade, mas às vezes também sofrendo hostilidade de parte da comunidade, de políticos e profissionais, que duvidam das intenções não-assalariadas – ou os mediadores permanentes –, remunerados por um grupo, permanecendo diante da impossibilidade de presença contínua dos cabeças, mas representando uma ameaça à atividade inerentemente endógena. De forma geral, dentro da mediação conscientizante, chega um momento em que não há mais a necessidade de um mediador, pois o próprio mediado torna-se mediador-mediado e vice-versa, cumprindo seu papel primordial de fazer emergir a iniciativa – elemento desencadeador da ação cultural e conseqüentemente da autogestão do desenvolvimento comunitário.

Existem dois elementos que executam, refletem, melhoram e orientam o desenvolvimento: a iniciativa e a ação. Não existe uma listagem e nem um modelo a ser seguido para alcançar a autonomia da base comunitária, mas é consenso afirmar

que a iniciativa é o ponto de partida que delimita a ação. Segundo Varine, (1987, p. 142), ela é “[...] um passo revolucionário pelo qual a comunidade inteira é mobilizada por seus membros mais conscientizadas, recusando não só as soluções pré-fabricadas propostas pelo exterior, como também a manutenção de uma situação de crise [...]”, deixando de aceitar a tutela e a dependência imposta por sujeitos exógenos que não são mais reconhecidos como benéficos para “[...] dar a si meios para alcançar um certo número de objetivos por ela fixados, seguindo um programa de ação igualmente por ela elaborado”.

Também não existe um estopim universalizante que possa explicar as origens que levam à gênese da iniciativa, mas Varine (1987) delimita algumas possibilidades: a relação de confiança entre os moradores e membros de comunidades que enfrentam dificuldades semelhantes e trocam informações – um contato exógeno, paradoxalmente; a impaciência e a resignação da população diante de sua própria incapacidade de reagir ao descaso do poder público ou da exploração de agentes externos; um incidente revelador, uma faísca que desencadeia revoltas internas e estimulam a união entre os que dela compartilha. De formas gerais, ela é o gatilho para a transformação, sendo uma “[...] resposta baseada na identificação e na análise de um problema em sua complexidade, seguid[a] de uma pesquisa de meios, depois da fixação de um objetivo, enfim da escolha de um projeto” (VARINE, 1987, p. 31). Pouco importa se ela parte de um processo espontâneo ou de uma proposta combinada previamente entre integrantes da comunidade, essencial “[...] é que ele [o objetivo] da comunidade concernente e que ele se alimente de elementos tomados ao capital de uma experiência coletiva [...]” (VARINE, 1987, p. 31).

Em Galópolis, a iniciativa que culminou com o Inventário Participativo de Galópolis – que representa o objeto desta dissertação – foi a junção de dois elementos dos apontados como desencadeadores: a revolta pela ineficiência da já desgastada tutela estatal sobre uma importante referência cultural do bairro que, além de ter forjado a vida social e ser um símbolo da própria dependência do bairro à dinâmica industrial paternalista; e as constantes faíscas que emergiam dos embates com a municipalidade – interessada na cedência deste bem cultural que também servia ao uso utilitário da comunidade à empresários externos. A constante tensão e os sucessivos fracassos expressos no subcapítulo “4.1 Lenha para a caldeira: a mobilização comunitária” levaram à mobilização apresentada no item “4.2 (A)tingindo

o tecido: o Inventário Participativo de Galópolis e as nuances da autogestão do patrimônio industrial”.

O patrimônio em questão é a sede social Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos, mais conhecido apenas como Círculo Operário pelos moradores de Galópolis. Esta organização já não existe mais, tendo sido extinto juntamente com as iniciativas de cunho paternalista e assistencialistas explícitas próprias do período de gestão do Lanifício São Pedro, ao longo da década de 1980. Todavia, a lembrança do espaço de sociabilidade no interior da vila operária de Galópolis permanece no cotidiano de seus habitantes, sendo constantemente evocada pela sua presença física no território, que hoje recebe a atenção da comunidade diante da demanda de criação de um Centro Comunitário de Cultural, proposto oficialmente ainda no ano de 2014, mas já em planejamento desde que passou a ser sede da AMOG, em 2010 – segundo entrevista cedida por Mara Patrício Pinto (ERLO, 2019), contrastando com a primeira ata, que apresenta o deslocamento para a edificação em questão, assinada em 4 de fevereiro de 2012. Dada seu simbolismo para a atribuição de sua musealidade e busca por preservação, cabe traçar um breve histórico para então compreender os desdobramentos da iniciativa e ação supracitadas.

Em 16 de novembro de 1929, foi fundado o Círculo de Leitura – “antes mesmo que os Círculos Operários viessem à luz, podendo portanto ser considerado como verdadeiro precursor dos mesmos, um embrião do que mais tarde realizaria, em sua plenitude e por todo o Brasil, o Padre Bertano [...]” (SPINATO, 1998, p. 71, fundador do primeiro círculo operário do país na cidade de Pelotas, em 1934 – por um grupo de 13 operários – “João Laner Spinato, José Canale, Hygino Lunardi, Kurt Glaser, Ampelio Dal Pozzolo, Theodoro Boese, Antônio Filippi, Giacomo Menegoto, José Stragliotto, Batista Canuto, João Vial, Antônio Comerlato e Erich Kahle” (HERÉDIA, 2017, p. 239) –, que mais tarde se transformou no Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos. Segundo Herédia (2017), partir do Livro Tombo da Paróquia de Galópolis compreende-se os princípios que nortearam a transição de Círculo de Leitura para Círculo Operário, sendo eles o “código divino e inigualável de justiça, respeito mútuo, amor e harmonia entre os homens” e o ódio ao comunismo:

Em Galópolis, a transformação do Círculo de Leitura em Círculo Operário era proveniente da preocupação do pároco local com a expansão do movimento sindicalista no Brasil e a divulgação de ideias comunistas. O Círculo Operário proporcionou aos seus associados, além da assistência médica, farmacêutica e jurídica, uma assistência profissional que resultou na organização da

Associação Profissional de Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem e, mais tarde, na criação do seu sindicato [em 1939]. Também estimulou a organização de uma cooperativa e de uma caixa de socorros mútuos para auxiliar doentes, família de sócio falecido e ainda tratar de problemas referentes à habitação (HERÉDIA, 2017, p. 239).

O Círculo foi responsável por uma série de iniciativas assistenciais ainda ligadas ao Lanifício, como é o caso da já citada Caixa de Socorros Mútuos – onde os operários contribuía com taxas mensais de acordo com sua média salarial e, com o acréscimo de 1\$000 réis para cada pessoa da família, poderiam assegurar todos seus entes – e a Cooperativa de Consumo São Pedro Ltda. – organizada a partir da sugestão de Pery Paternoster, que foi aceita em Assembleia Geral com os operários da fábrica no Cine Operário, culminando com a sua fundação em 24 de abril de 1939 e garantindo produtos de primeira necessidade e alimentação básica a preço de curso, com a possibilidade de pagamento a crédito (HERÉDIA, 2017). Mas acima de tudo, a função do Círculo Operário era garantir um espaço de lazer e sociabilidade na vila operária, impedindo sua mobilização operária autônoma, que se deu de diferentes formas de acordo com a dinâmica cultural local, chegando a alcançar um número superior a 650 associados (na década de 1960).

Conforme consta em diferentes fontes – como as publicações de Héredia (2003, 2016 e 2017), o acervo documental disponível no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), as entrevistas disponibilizadas pelo projeto Podcast Memórias de Galópolis em 2020, bem como no totem alusivo ao Círculo Operário, instalado ao longo do processo de construção do Museu de Território de Galópolis –,

[...] com a finalidade de promover integração aos associados, o Círculo Operário possuía, no primeiro andar da antiga sede, cozinha restaurante, recepção, banheiros, barbearia, biblioteca e também salas de jogos - damas, xadrez, entre outros. Na área maior, ficavam as mesas de ping-pong que, junto ao restaurante, também era utilizada para festas de casamento. Na parte superior, situava-se a residência do ecônomo Alexandrino Vial e o salão de baile. O Lanifício mantinha ainda um clube de futebol, chamado Grêmio Esportivo Ismael Chaves, vinculado ao Círculo Operário.

O antigo prédio foi demolido em 1952, dando lugar a uma nova sede, construída entre 1953 e 1955, e inaugurada em 1964. Ele completou a configuração da área central de Galópolis, onde se encontravam ainda a Vila Operária e a Igreja Matriz de Nossa Senhora de Pompeia. Durante a administração Sehbe, no Lanifício, o espaço do salão de bailes foi transformado em atacado de tecidos. Na parte térrea, permaneceram a cozinha e o restaurante, e as demais dependências do prédio viraram escritório da empresa. O último presidente do Círculo foi Mário Basso, que ficou à frente da instituição até o início da década de 1980. (IHG, 2019, totem nº 6).

Em confluência com a descrição apresentada pelo MTG e demais fontes, em apresentação feita por Liliana Henrichs<sup>76</sup> em decorrência da 14ª Semana Nacional de Museus (2016, p. 2-3)<sup>77</sup>,

[...] Ainda no lazer, havia incentivo à prática de jogos como bocha, bolão e futebol, entre outros. Aliado a isto, contribuía para o abastecimento das famílias com a possibilidade de aquisição de produtos, a preços mais acessíveis, em uma cooperativa de consumo. A conjugação de todos os programas e atividades em um só local motivou a criação do Círculo Operário que, por sua vez, exigiu um novo edifício que acompanhou as tendências da época e do 'ardecô', enriquecendo a diversidade arquitetônica da paisagem urbana. Nele, eram proporcionados serviços de assistência médica, farmacêutica e jurídica; a Caixa de Socorros Mútuos para facilitar o acesso à habitação; a assistência médica e hospitalar e o atendimento a famílias de sócios falecidos, além da cooperativa de consumo. A biblioteca, o salão de festas, onde aconteciam os casamentos e as festas da vila, juntamente com o restaurante, completavam o rol de atividades à disposição dos moradores da localidade e constituíam um atrativo para os caxienses em geral.

De tal forma, o antigo Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos ocupou três edificações distintas ao longo de sua trajetória. A primeira (figura 79), foi uma edificação de madeira com características da arquitetura colonial italiana tardia – com destaque para seus lambrequins – construída em 1929 para abrigar o Círculo de Leitura. Localizada na esquina das ruas Ismael Chaves e Antônio Chaves, o prédio sediou a Cooperativa de Consumo, a Caixa de Socorro Mútuo, os grupos de bolão (figura 80), de bocha e futebol (figura 81) – esportes muito valorizados na comunidade – o cinema (figura 82) e uma biblioteca, constantemente ampliada. O Sindicato também se estruturou ali, antes de receber sede própria, em 1951. Conforme consta em ofício enviado ao diretor dos serviços industriais da C.E.E.E.<sup>78</sup> por João Spinato em 1963,

- [...] o Círculo funciona num conjunto de edifícios amplos, modernos e especialmente construídos pelo Lanifício para abrigar todos os serviços da entidade e cedidos gratuitamente à mesma;
- [...] no primeiro bloco funciona o Ambulatório médico, Farmácia, Jardim de Infância e Cooperativa de Consumo; departamentos estes que constituem o setor assistencial da entidade;
- [...] no segundo bloco acham-se instalados os departamentos esportivos, contando com canchas de Bolão e Bocias, consideradas atualmente as melhores e mais modernas existentes em Caxias do Sul;
- [...] no terceiro bloco, em fase final de construção, deverão funcionar os departamentos recreativos e culturais, havendo locais para Salão de Festas, incluindo palco para representações teatrais, Biblioteca, Saças para Cursos de Córte e Costura, Salas para Jogos de Ping-Pong, Xadres Bilhar e outros

<sup>76</sup> À época presidente da DIPPHAC.

<sup>77</sup> Versão física impressa em posse da Associação dos Moradores de Galópolis.

<sup>78</sup> Cópia em preto e branco do documento oficial encontra-se em posse de Rosa Maria Diligente.

jogos de salão, Sala de conferências, Bar, Restaurante, Cozinha e Churrascaria, além de Barbearia e outros serviços de interesse para os associados.

**Figura 79 - Fachada da primeira edificação do Círculo Operário**



Fachada da antiga sede que abrigava o Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos, juntamente com a Cooperativa de Consumo e o Caixa de Socorro Mútuo. Autoria desconhecida. Data: Década de 1930. Acervo: Instituto Hércules Galló.

**Figura 80 - Escolha da rainha do grupo Bolão Explosivo**



Carmen Fabris recebe a faixa de madrinha do Explosivo da senhora Assunta Dal Prá. Autoria: Studio Geremia. Data: novembro de 1959. Fonte: Coluna Memória - Jornal Pioneiro.

**Figura 81 - Time de Futebol Libertadores em 1933**



Time de Futebol Libertadores, composto por operários e representantes do Lanificio São Pedro. Em pé (esquerda para direita): Filomena Manfro, Orestes Manfro, Veronica Dal Prá, Hercoles Belló, Antonio Ortopan, Ricieli Moreschi, Ari Marengon, Beno Schneider, Bicudo. Agachados (esquerda para direita): Olimpio Vieira, Atanagildo Rodrigues, Demétrio Marchioro, Leodorio Belló Bergoza e Guilherme Vial. Autoria: desconhecida. Data: 1933. Fonte: Acervo do Instituto Hércules Galló.

**Figura 82 - Peça de teatro amador intitulada “Honrarás Pai e Mãe”**



Peça "Honrarás Pai e Mãe", apresentada no primeiro prédio do Círculo Operário e organizada pelo Padre Olívio Bertuol, tinha no elenco Aurora Pegoraro, Atilio Toniolli, Ivo Vignhochi, Nilo Forner, Nini Pegoraro, Honorino Sandi, Edmundo Canale, Eulina Terribele, Dionísio Sandi e Elzira Felippi, entre outros atores e atrizes amadores. A autoria: Sisto Muner. Data: 1947. Fonte: Foto Muner.

Em 1939 uma nova edificação começou a ser construída, voltada à operacionalização dos serviços disponibilizados pelo Círculo. Construída na esquina das ruas Pedro Chaves e Ismael Chaves, a sede operacional de serviços assistenciais, que ficou denominada “primeiro bloco”, passou a receber o ambulatório médico e farmácia, bem como jardim de infância (onde sobretudo as mulheres deixavam seus filhos durante o trabalho na fábrica) e a Cooperativa de Consumo que, segundo Spinato (1998, p. 70), servia “para suprimento dos operários e associados, cujos dividendos retornavam aos mesmos, numa percentagem sobre as compras anuais de cada um”. Além disso, ao longo da década de 1950, a gerência da Caixa de Socorros Mútuos também foi deslocada para o novo bloco, funcionando “[...] com pleno êxito [...] para os empregados e às custas do Lanifício, com atendimento médico, hospitalar, farmacêutico, partos e despesas funerárias” (SPINATO, 1998, p. 71), conforme apresenta a figura 83.



**Figura 83 – Representação do assistencialismo do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos na Revista Paulista de Indústria**



Fragmento da Revista Paulista de Indústria, nº. 41 de dezembro de 1955, dedicada ao Lanifício São Pedro. Entre as páginas 3 e 5, o periódico dedicou-se a apresentar as iniciativas assistencialistas organizadas pelo Lanifício, dando destaque à Cooperativa de Consumo, que contava com um ambulatório e laboratório farmacêutico, gestados pelas freiras do Sagrado Coração de Maria, que também mantinham o então Colégio Particular Ismael Chaves Barcellos. Autoria: desconhecida. Data: primeira metade da década de 1950. Fonte: Acervo particular de Rosa Maria Diligenti.

A estrutura da antiga edificação de madeira foi destruída na primeira metade da década de 1950 em decorrência da construção de uma edificação maior – sob a justificativa de aumento na procura dos serviços e necessidade da criação de uma sede social para os eventos organizados –, em alvenaria no estilo *art déco*, entre 1953 e 1955 (e inaugurada somente em 1964) sobre o lote nº 2, da quadra nº 1, no quarteirão compreendido entre as ruas Pedro Chaves, Ismael Chaves, Hércules Galló e Praça Duque de Caxias. Este novo prédio complementaria as já existentes canchas de bocha e bolão, na esquina das ruas Hércules Galló e Ismael Chaves, que, embora

conste no ofício<sup>79</sup> previamente citado como o segundo bloco construído para o Círculo Operário, segundo Rosa Diligenti, não o integrava, mesmo sendo de propriedade do Lanifício.

A intenção de construção desta nova sede social é expressa em resposta dada pelo gerente João Laner Spinato ao ofício 142/53, assinado pelo então prefeito Major Euclides Triches e direcionado ao Dr. Edwaldo P. Paiva, que na ocasião solicitara um “levantamento plani-altimétrico e cadastral” do então distrito de Galópolis com a intenção de urbanizar a localidade, construindo o que viria a ser a atual Praça Duque de Caxias (até então Parque Ismael Chaves Barcellos, de origem particular), prolongando “a rua que partindo do cinema em direção sul, após transpor o arroio existente, vai atingir a estrada federal e a rua que partindo da esquina noroeste da praça, passa em frente ao Grupo Escolar [Paraná]”<sup>80</sup>. O documento apresenta a justificativa da localização da edificação foi:

- 1- As construções por nós previstas entre a rua e praça formam uma cortina de respeito, um anteparo conta a rua [Ismael Chaves].
- 2- E' conveniente a praça não fazer frente com esta rua, porque esta é a única via de comunicação entre um lado e outro do rio, entre a rodovia federal e toda a zona colonial da IV e V Leguas e parte da VI Legua e a zona do Piaí.
- 3- Nestas condições, esta rua é de transito contínuo e diário, em dias de semana e domingos, de dia e de noite.
- 4- Nela transitam caminhões, reboques, corretas, tropas de animais, boiadas etc.
- 5- Com as construções previstas, torna-se facilimo isolar a praça todas as tardes, domingos ou dias de festa, deixando-a em completo socego para as famílias e sem estorvar em nada o transito comercial e colonial.
- 6- Estas construções são necessárias para os nossos funcionários.

Segundo documentos presentes no Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), a data de fundação do projeto da denominada sede social, ou “terceiro bloco” (figura 84), foi 1953, com autoria do engenheiro Dario Granja Sant’Anna, tendo o engenheiro Luiz Carlos Gonzaga de Oliveira Santana sido designado para execução dos serviços no ano seguinte, em 1954, recebendo o valor de Cr\$ 60.000,00 pelo contrato. “A estrutura de três andares apresenta o primeiro pavimento com a área de aproximadamente 600 metros quadrados, mesma área do

<sup>79</sup> Ofício enviado ao diretor dos serviços industriais da C.E.E.E., de Porto Alegre, solicitando os croquis da linha da C.E.E.E. que passava pelo então 1º Distrito de Galópolis, disponível para pesquisa no acervo da Associação dos Moradores de Galópolis.

<sup>80</sup> Conforme consta no ofício 95/54, enviado à companhia Lanifício São Pedro S/A com o objetivo de apresentar o plano de urbanização de Galópolis, que gerou tensões entre tal indústria e a municipalidade.

segundo e do terceiro pavimentos, totalizando mais de 2 mil metros quadrados”, segundo Liliana Henrichs (2016, p. 2), onde também foi sediado um espaço denominado Boate do Círculo, que foi palco de shows e festas temáticas, além de bailes, cerimônias e confraternizações, que também eram realizadas no salão de festas ao lado (figuras 85, 86, 87, 88 e 89).

**Figura 84 - Fachadas da sede social do Círculo Operário**



Fachadas sul e leste, em frente à rua Ismael Chaves, onde situava-se a parada da linha de ônibus feita pelo Expresso Caxiense a partir dos anos 80 e o acesso à Praça Duque de Caxias. Data: primeira metade da década de 1980. Autoria: não identificada. Fonte: acervo pessoal de Rosa Maria Diligenti.

Figura 85 - Festa de 15 anos de Magda Comerlatto na sede social do Círculo Operário



Festa de 15 anos de Magda Comerlatto, que aparece na fotografia com os amigos José Carlos Nicoletti, Mauro Basso, Rapone, Lino Uez e Luis Antonio Fontana, em frente às pinturas neon feitas por Mário Basso e Zecão Fontana para a boate Dancing Days. Autoria: Inês Muner. Data: 1973. Fonte: acervo pessoal de Magda Comerlatto Fontana / Coluna Memória – Jornal Pioneiro.

**Figura 86 - Festa de aniversário de Leura Biglia na sede social do Círculo Operário**



Festa de aniversário de 15 anos de Leura Biglia (à esquerda, de rosa), que posa na foto com amigos. Autoria: não identificada. Data: 1974. Fonte: acervo pessoal de Rita Furlan.

**Figura 87 - Candidatas a rainha da gincana da 1ª Semana de Galópolis**



Candidatas a rainha da gincana da 1ª Semana de Galópolis, em festejo organizado na sede social do Círculo Operário. Na foto fazem-se presentes Maira Moschem, Magda Gazola, Juliana Mincato, Rosa Maria Diligenti, Vera Barazetti e Fátima Moschem, que foi coroada. Autoria: não identificada. Data: 1975. Fonte: acervo pessoal de Rosa Maria Diligenti.

**Figura 88 - Almoço de abertura da 1ª Semana de Galópolis**



Almoço de abertura da 1ª Semana de Galópolis, realizado na sede social do Círculo Operário. Na foto, foram identificados como presentes Vilmar Gazola, Antônio Fellipi e Enio Aleixo Comerlato. Autoria: não identificada. Data: 1975. Fonte: acervo pessoal de Maria Lourdes Diligenti Comerlato.

**Figura 89 - Casamento de Rita Fatima Furlan e Volnei Luís Orlandin**



Registro da festa de casamento de Rita Fatima Furlan e Volnei Luís Orlandin, realizada no terceiro prédio do Círculo Operário. Autoria: não identificada. Data: 1979. Fonte: acervo pessoal de Rita Furlan.

Em entrevista ao Podcast Memórias de Galópolis<sup>81</sup>, Vera Anice Vial Rosso e Regina Maria Vial Felippi – filhas de Ângelo Vial, ecônomo que residia nos cômodos do último pavimento da sede social do Círculo Operário, e Amábile Cesa Vial, que ficou responsável pelo zelo ao prédio e ao restaurante do mesmo, passando a função à sua filha Aurora Daniel Vial, mãe das já referidas depoentes – e em depoimento manuscrito<sup>82</sup>, apresentam algumas características das atividades realizadas pelo Círculo, sobretudo aos festejos:

A cozinha era adequada p/ até 100 pessoas ou menos. Quando tínhamos festas grandes (+ de 100 p.) trabalhava-se eu em galpão, apenas com telhado e 1 churrasqueira de tijolos [...]. Se a festa, fosse no sábado, na 5ª feira matava-se os frangos e galinhas. Estas aves vinham de aviários e eram colocadas amarradas pelas penas em 1 pau comprido e mortas pela boca. [...] Após lavadas c/ mangueira e retirado os miúdos e por fim refrigeradas. Isto tudo na 5ª feira. Na 6ª feira, à tarde eram convidados amigos e vizinhos p/ fazer os [rasura] agnolines. Uma tia de meu pai, Nona Regina é que fazia todos os cálculos p/ a comida. Ex: quanto de batata, frango, arroz, sopa p/ cada pessoa. Ex: p/ cada 5 p. 1 travessa de maionese de batata e 1 travessa de salada. 1 punhado gráudo de arroz por pessoa, etc. Tudo de cabeça. O caldo e arroz e o galeto eram cozidos embaixo do barracão, faça chuva ou frio e após levado à cozinha p/colocar nas travessas. Era comida feita como em acampamento, com os paneções pretos de ferro e lenha de 1m queimando. Após era colocado água p/ ferver e lavar a louça. Trabalho tortuoso, difícil mas a comida era muito saborosa.

Quanto ao tempo de minha avó Ivete, não tenho muitas recordações, pois ela morreu qdo tinha 10 anos. As festas no Círculo velho eram do mesmo esquema, só que o barracão ficava + perto. E a cozinha, hoje penso, como podiam cozinhas c/ fogão à lenha pequeno e uma pia de 1 bacia. Enfim, uma cozinha normal residencial. Outra coisa q. me lembro do tempo de minha avó. Era que no verão ela, minha mãe minha tia faziam as marmeladas. Era o termo marmelada p/ todas as frutas. Marmelada de uva, marl. de figo, etc. Então de colonia vinha as frutas e em 1 tacho de cobre era preparada as frutas. Cada tipo tinha 1 tipo de preparo. Após c/ a “massa” a fruta peneirada virava a massa, que era cozida até se chegar ao ponto, ponto este muito discutido. Pronta a marmelada, acondicionada em caixas c/ papel “celofane”?. Também faziam as compotas em (vidro vec?) e expostas nas prateleiras para serem consumidas ao longo do ano. Vó Ivete também fazia frutas cristalizadas, figo, uva, abóbora, c/açúcar e postas a secar ao sol.

O Círculo Operário, lembrado pelas oportunidades recreativas que propiciou à população da vila, foi por muitos anos ponto de reunião e de discussão de uma série de questões concernentes ao funcionamento da mesma. Porém, “sua dinamicidade começa a se enfraquecer à medida que é organizada na vila a Sociedade Recreativa Amigos de Galópolis, em 1962” (HERÉDIA, 2017, p. 241), organização que surgiu

<sup>81</sup> Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=kzXmo6T5NTs&list=PLD0NFUjNYKUSH2KxOICU4OWGoRokpMhWq&index=2&ab\\_channel=ProlarImobili%C3%A1riaInteligente](https://www.youtube.com/watch?v=kzXmo6T5NTs&list=PLD0NFUjNYKUSH2KxOICU4OWGoRokpMhWq&index=2&ab_channel=ProlarImobili%C3%A1riaInteligente). Acesso em 05 jul. 2021.

<sup>82</sup> Feito na ocasião da compilação de documentos que apontassem a necessidade de preservação do prédio, impedindo sua interdição e desocupação, no ano de 2018.

justamente no período em que houve uma grande crise das tecelagens em todo o país, o que, inclusive, será responsável pela venda do Lanifício São Pedro ao grupo Kalil Sehbe S.A. em 1979. A partir de então, já com poucas atividades de cunho assistencial e sociocultural no prédio da praça, os novos proprietários ali instalam a sede administrativa do que passou a denominar-se Lanifício Sehbe S.A. À falência da empresa, em 1999, seguiu-se a venda judicial do bem que, segundo Henrichs (2016), foi arrematado pelos Moinhos Galópolis S.A., em junho de 2007, o qual permitiu que a documentação da falida empresa ali ficasse depositada, a pedido do Poder Judiciário.

Ainda segundo a autora,

Impressionando com a monumentalidade e conservação do prédio, sua privilegiada localização e, antevendo sua revitalização como centro de referência da comunidade – aliás, uma de suas vocações originais –, o Departamento de Memória e Patrimônio Cultural opinou pela aquisição do imóvel pelo Município de Caxias do Sul.

A oportunidade desta manifestação aconteceu por meio do Processo Administrativo em que a Associação dos Moradores, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem do Distrito de Galópolis, sugeriram a aquisição da antiga sede do Sindicato para abrigar o Centro, cujo projeto de construção próxima ao campo de futebol fora reprovado. Com o aval das secretarias envolvidas, especialmente as da Cultura, Planejamento e de Finanças, seguiu-se um período de negociação que culminou, em 9 de dezembro de 2011, com a aquisição do imóvel pertencente aos Moinhos Galópolis S.A. pelo Município de Caxias do Sul, pelo valor de um milhão de reais. (HENRICHS, 2016, p. 4)

Passando das mãos do Lanifício para uma empresa que também organiza a dinâmica industrial de Galópolis – a Moinhos Galópolis S.A. – e em seguida ao Município de Caxias do Sul, é irônico que este bem cultural signifique a ascensão de uma iniciativa e conseqüentemente uma ação que definiu em seu programa o fim da dependência de agentes externos e a busca pela autogestão territorial. Todavia, o campo do patrimônio cultural – e com o industrial não poderia ser diferente – resguarda muitos paradoxos e desafios, primeiro a serem identificados e, em segundo, superados. É o que será abarcado nos próximos subcapítulos: respectivamente, a organização dos mediadores “cabeças” em torno da reativação do Centro Comunitário e Cultural Galópolis e a ação do Inventário Participativo como desdobramento desta primeira ode à gestão local.



#### 4.1 Lenha para a caldeira: a mobilização comunitária

*E um fato novo se viu  
Que a todos admirava:  
O que o operário dizia  
Outro operário escutava  
[...]  
E o operário ouviu a voz  
De todos os seus irmãos  
Os seus irmãos que morreram  
Por outros que viverão.*

(Vinícius de Moraes - Operário em construção)

A iniciativa é conformada por circunstâncias que diferem das que a transformam em ação. Segundo Varine (1984, p. 145), ela depende de três parâmetros: “[...] o lugar, o momento e a informação”. Sendo inscrita em um território que traz marcas culturais, ela apoia-se “[...] sobre as forças sociais reais que nela se encontram, é herdeira de seu passado de lutas, de frustrações e de experiências” (VARINE, 1984, p. 145); moldada pelo tempo, ela não é indiferente ao seu contexto, condicionando o ritmo de gerência e determinando momentos de maior ou menor urgência; situada espacial e temporalmente, a iniciativa demanda informação no sentido de encontrar inspiração em situações semelhantes e apropriar-se do conhecimento especializado, sobretudo no campo teórico que aponte terminologias e aspectos jurídicos indispensáveis à concepção da proposta.

O contexto de desencadeamento iniciou ainda antes da compra da edificação da sede social do Círculo Operário pela Prefeitura, quando, mesmo que informalmente, a Associação de Moradores de Galópolis (AMOG) já utilizava o espaço para armazenamento de materiais utilizados para os eventos organizados no bairro, como a Semana de Galópolis e o Natal no Vale Iluminado. Esta associação, mais conhecida como AMOG, tem um longo histórico de atuação no bairro. Segundo as atas da entidade, a Associação dos Moradores de Galópolis teve seu início no ano de 1988, quando um grupo de pessoas da comunidade de Galópolis sentiu a necessidade que houvesse no bairro um órgão que os representasse junto ao Poder Público, com a finalidade de solicitar melhoramentos, obras ou serviços. Não coincidentemente, as demandas começaram a ficar mais expressivas no período de decadência da tentativa de retomada do Lanifício, sob a gestão da família Sehbe e o Estado passava a assumir a responsabilidade pela tutela do bairro. Todavia, ausente

e por vezes inexistente, fez-se necessário construir pontes para intermediar e pressionar a municipalidade – aí que entra a função da AMOG.

Varine (1987) afirma que a administração pública tecnocrática utiliza-se do termo “crise” para deixar de atender às demandas da população, naturalizando sua ineficiência. “A crise tem costas largas. Ela é alternadamente utilizada como um álibi para uma recusa de mudança (a tão célebre conjuntura e as restrições orçamentárias são aqui de uso corrente)”, mas não ao que o autor denominou de “oligarquia dos novos missionários” – que, de “[...] modo eminentemente paternalista, dando nascimento ao Estado-Província que nós conhecemos e que parece constituir o sonho principal de todos os povos industrializados” (VARINE, 1987, p. 19). Ainda para o autor,

Talvez possa ser uma crise, mesmo se ela não estiver onde se quer vê-la e, certamente, bem mais um impasse: se a volta atrás nos é proibida pela própria lei da natureza, se a pressão dos interesses, dos privilégios e dos direitos adquiridos não permite mais sonhar com uma saída por cima, não nos resta mais que procurar passar por baixo, voltando à base e procurando na iniciativa popular a imaginação e a energia que tanta falta fazem (VARINE, 1987, p. 21).

Como reação à crise paternalista, a AMOG assumiu a função não de tutela, mas de representação frente ao tutor e a animação comunitária, aglutinando demandas em torno de si. Para isso, no dia 2 de setembro de 1988 um grupo de 71 pessoas confirmou a formalização da entidade em reunião na Sociedade Recreativa Amigos de Galópolis (SRAG). Foi decidido, primeiramente, analisar os estatutos da Associação Amigos da 3ª Léguas para servir como base e após as devidas alterações os mesmos foram aprovados. Em seguida foi realizada a primeira eleição que elegeu como presidente o Sr. José Carlos Nicoletti, e como vice o Sr. Enio Aleixo Comerlato, além de um Conselho Fiscal e um Deliberativo.

As reuniões mensais eram realizadas em locais cedidos por entidades da Comunidade como o Salão Paroquial, Escolas e a SRAG, pelo fato de a AMOG não possuir sede própria. Segundo suas atas (AMOG, 1988-2022), em 1994, na gestão da Presidente Iara Valduga, foi inaugurada a 1ª sede da AMOG, em uma das salas do prédio ao lado da Lancheria Capri, cedida gentilmente pelo Sindicato de Galópolis. Também neste ano foi realizada a filiação da AMOG à União das Associações de Bairros, tornando-a oficialmente um órgão representativo da comunidade. Segundo as já referidas Atas, dentre as principais realizações da AMOG no âmbito de serviços

constam a gestão da repetidora de sinal de televisão e mediação na instalação da rede de telefonia e internet, a reformulação do trajeto e horário de ônibus, a participação direta na negociação de compra do campo de futebol; a passagem do caminhão do lixo em ruas que antes não eram atingidas por este benefício, a construção da Escola Maternal (creche), o policiamento comunitário com uma viatura nova para a comunidade e o patrulhamento escolar, a construção de uma barreira de contenção do rio, a aquisição de maquinário para sua limpeza e tratamento, o reflorestamento da praça (substituição dos ligustros por ipês), a isenção da taxa de esgotos para famílias carentes, a instalação de redutores de velocidade na BR-116, um convênio para garantir o plano de saúde aos idosos e a desapropriação de um terreno urbano para a construção da Unidade Básica de Saúde no bairro, a intervenção para manutenção da agência dos Correios na localidade, o monitoramento por câmeras das ruas de Galópolis, a participação na mediação de conflitos e fomento à paz pelo projeto “Círculos da Paz”, a parceria e apoio ao Brechó Amigópolis em prol do resgate de animais de rua, o empréstimo de materiais ortopédicos, dentre outros.

No campo educativo e sociocultural, destacam-se a reativação da Semana de Galópolis e o resgate do concurso da escolha da Rainha e Princesas de Galópolis, a criação do evento Magia de Natal no Vale Iluminado de Galópolis, a realização de oficinas de artesanato com materiais recicláveis e disponibilização de cursos de inclusão e alfabetização digital, o apoio ao Cinema de Verão e exposições abertas ao público, o intermédio para a assinatura do Pacto de Amizade entre Galópolis e a cidade italiana de Córbole, além da construção de projetos como a Galópolis Ativa (vôlei, basquete, futsal e futebol de campo), a programação dos 120 anos de Galópolis, os campeonatos de *downhill* e ginástica para a terceira idade. Mas, percebe-se pela recorrência nas Atas da organização associativa, que a mediação (ou animação) em torno da manutenção e disponibilização do prédio do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos como Centro Comunitário e Cultural Galópolis foi uma pauta posta em prática desde 2010, quando saiu da sua sala cedida pelo Sindicato local e passou a ocupar, junto do Clube de Mães La Mamma, uma sala no prédio em questão – sendo sua utilização formalizada somente em 2012, conforme citado anteriormente e comprovado pela ata número 02/2012. Desde então, houve uma série de reivindicações destas entidades para manutenção do espaço, potencializadas com a sua municipalização.

A propaganda política de Alceu e Toninho Feldman (da coligação Caxias para Todos, que englobou os partidos PDT, PMDB, PP, PSDB, PTB, PSB, PSC, PPL, PHS, PSDC, PRP, PTdoB, PTN, PR, PMN E PSD) em decorrência das eleições municipais para prefeito e vice-prefeito no ano de 2012 – os quais foram reeleitos –, também destacavam a importância do prédio para a comunidade. Em destaque nos folders eleitorais com tiragem de 3.000 cópias somente para Galópolis e região, surge o debate acerca da revitalização do prédio em questão:

#### GALÓPOLIS RECEBE PRÉDIO HISTÓRICO

Em Galópolis, o Município investe na qualidade de serviços e equipamentos públicos. Em 2011, adquiriu um prédio de interesse histórico outrora pertencente ao Lanifício São Pedro, localizado no quarteirão central da localidade. Ali, onde a empresa abrigava atividades de interesse social, recreativo e cultural, a Prefeitura Municipal projeta recuperar a identidade física e ocupacional da edificação, no próximo ano, contribuindo para a valorização da população e do patrimônio edificado de nosso município.

Porém, desde a aquisição do prédio pelo Poder Público até os dias atuais (janeiro de 2023), este passou por uma série de ocupações e, principalmente, desocupações, que impediram a execução do projeto de requalificação, o qual implicaria o restauro da edificação e a criação de uma série de atividades socioculturais, conforme o primeiro plano de ocupação, proposto em maio de 2014. Na ocasião, a Prefeitura de Caxias do Sul abriu o processo licitatório para a reforma do prédio, que seria transformado em Centro Comunitário e Cultural, atendendo às demandas da comunidade que surgiram logo após a aquisição do espaço pelo município. Tal plano, conforme aponta a reportagem feita por Jéssica Britto ao Jornal Pioneiro (BRITTO, 2014, s/p), apresentava, além das etapas que incluíam o restauro da edificação e inserção de equipamentos públicos nela, o objetivo de criar “no primeiro andar, a área cultural, com biblioteca, Centro de Inclusão e Alfabetização Digital (CIAD), auditório, ateliês e museu [...]” e no segundo e último pavimento, “[...] uma agência do Banrisul, o Banco do Vestuário, salão de festas, um ponto de atendimento da Brigada Militar, Clube de Mães e banheiros”. O projeto, todavia, não tinha previsão para ser concluído e nem previsão de recursos a serem destinados. Mesmo assim, segundo a então secretária de Cultura, Rubia Frizzo, “[...] no sítio cultural que Galópolis representa, um dos seus equipamentos importantes é esse prédio. O cunho cultural que se está dando é, na verdade, um presente para comunidade. Se resgata a história, a cultura, as possibilidades de convivência”.

Embora o Centro Comunitário e Cultural Galópolis (CCCG) tenha sido oficializado a partir desta decisão, conforme indicar a Ata nº 02/2012 da Associação dos Moradores de Galópolis, o plano de requalificação não foi efetivado pelo município que o “cedeu para uso da ASSOCIAÇÃO NOTIFICADA [AMOG], a título precário e provisório, a área pública nº. 1635, objeto da Matrícula/Transcrição Nº 15.119, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Zona”. A AMOG, desde que responsabilizada pela gestão do patrimônio público em junho de 2014, passou a ocupá-lo, realizando reformas paliativas no primeiro pavimento, que tinha quatro de suas 12 salas servindo de sede para a Associação de Moradores, Clube de Mães La Mamma, CIAD, brechó Amigópolis, Projeto Arte de Empreender, além de salas para reuniões do Orçamento Participativo, Rede de Pacificação e comissão Gestora do campo de futebol municipal – os demais cômodos deste andar também serviam de cozinha para a Subprefeitura de Galópolis, sala de exposições temporárias e depósito de materiais do Lanifício Sehbe.

Em 11 de janeiro de 2016, a AMOG entregou em mãos ao então prefeito Alceu Barbosa Velho (em decorrência de uma reunião sobre o Pacto de Amizade entre Galópolis e Córboia) um ofício (AMOG, 2016a) onde, após expor o histórico das atividades desenvolvidas no prédio e as que ainda não foram – como “ensaios diversos, orquestras, fotografia, dança, teatro, cinema, biblioteca, convivência para idosos, turno inverso da escola” –, requereu “[...] a viabilidade de concessão do imóvel à Associação dos Moradores de Galópolis (AMOG), em regime de comodato, afim de que a mesma busque soluções e parcerias para implementar a referida recuperação, tendo em vista a importância que o Centro Comunitário e Cultural representa para a comunidade”. Diante do silêncio do Poder Público acerca da concessão do comodato, no dia 2 de abril do mesmo ano, novo ofício (AMOG, 2016b) foi enviado, tendo sido carimbado com aviso de recebimento pelas então secretárias de Cultura, de Planejamento, de Gestão e Finanças e pelo Gabinete do Prefeito. Este documento, mais enfático, informava que

Para seu conhecimento, a comunidade que por ter noção do valor histórico do bem e face à degradação atual está organizando uma manifestação de repúdio ao descaso do poder público com o patrimônio histórico. Esta entidade, AMOG, está “segurando” tal manifestação por aguardar resposta a nossa solicitação de COMODATO.

Todavia, nem as intervenções estruturais e nem a ameaça de manifestação pública (que não ocorreu, diante da ausência de retorno do gestor) foram suficientes

para garantir a viabilização do comodato – aliás, sequer foram necessárias para garantir a permanência das entidades no local. Em 12 de abril de 2018, a Procuradoria-Geral do Município, durante a gestão do então prefeito Daniel Guerra, expediu a notificação extrajudicial nº 49 (PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL, 2018), afirmando que

[...] o prédio encontra-se com grande parte de suas dependências em precário estado de conservação, sobretudo instalações elétricas e telhado, colocando em situação de risco a segurança de seus usuários. [...] Assim, visando preservar o bem-estar e a segurança das pessoas, bem como, o zelo ao patrimônio público, vem o MUNICÍPIO constituir a ASSOCIAÇÃO NOTIFICADA em mora, concedendo-lhe o prazo de QUINZE (15) DIAS, a contar do recebimento da presente, para que promova a desocupação e devolução da área até então ocupada a título precário, restituindo o imóvel ao MUNICÍPIO em perfeitas condições de conservação e uso [...], sem direito a qualquer indenização ou reparação. [...] O não cumprimento da presente Notificação importará na imediata adoção das medidas cabíveis visando a retomada da área pública em questão.

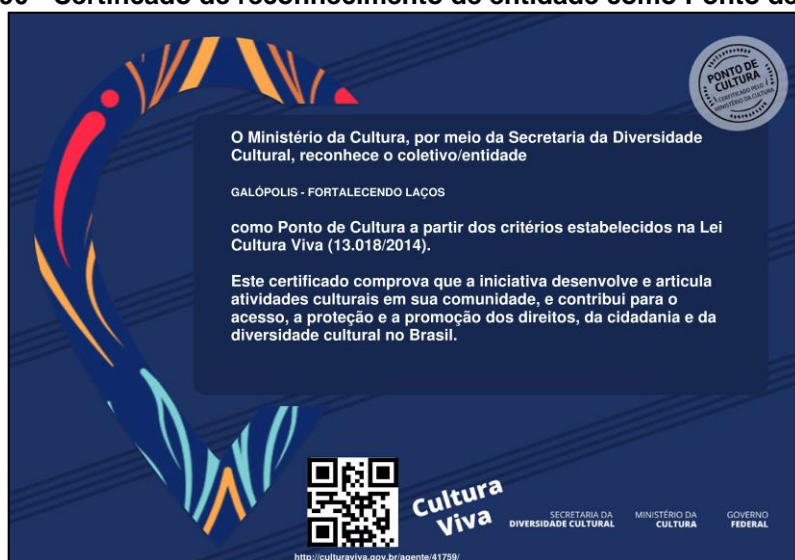
Como contrapartida, a AMOG enviou um ofício (AMOG, 2018a) à Guerra solicitando uma reunião para tratar sobre o prédio, justificando as iniciativas feitas em relação às reformas – como a formação e uma “COMISSÃO TÉCNICA multidisciplinar com Historiadores, Arquitetos e Engenheiros, com o objetivo de criar um plano de obras emergenciais que estanquem a degradação do bem e possibilitem o uso da edificação no pavimento térreo [...]” pois “é extremamente importante para a comunidade e também para a edificação que se mantenham as funções sociais para o qual foi projetado” (AMOG, 2018a, s/p). O mesmo documento indica que “a operacionalização e custos mensais deverão ser administrados pelo CONSELHOS GESTOR [deliberativo e fiscal] do CENTRO COMUNITÁRIO [...]”, composto na ocasião por Dinarte Alves (presidente), Renato João Dall’Agnol (vice-presidente), Cristiane Dal’Piccol (secretária) e pelos conselheiros Moroaldo Marcolin, Darla G. L. Pereira, Silvia Dalberto, Lourdes Vignochi, Cláudia C. Mincato e Rita Fátima Furlan, além da nominata da diretoria, composta por Maria Patricio Pinto, Rosa Maria Diligenti, Renata Moschen Brustolin, Ivone Gazola Vial, Rivelino Dal Piccol, Amilton Martins e Zilá M. F. Vial. Como anexo da solicitação, constam ainda declarações das entidades ocupantes do prédio, sendo elas a própria AMOG, o Clube de Mães La Mamma, os responsáveis pelo projeto Arte de Empreender, Brechó Amigópolis e CIAD.

A reunião solicitada ocorreu dias após o envio do ofício, em 12 de julho de 2018. Conforme ata de reunião da Procuradoria-Geral do Município (AMOG, 2016-2019), representantes da AMOG reuniram-se com o Secretário Municipal de Cultural, Sr.

Joelmir da Silva Neto, a Procuradora-Geral Adjunta do Município, Sra. Karin Comandulli Garcia e o Vereador Velocino Uez. Registrou-se que “ficou ajustado que a AMOG apresentará projeto para qualificação como ponto de cultura visando o desenvolvimento de atividades culturais no espaço que atualmente ocupa” dentro de um “[...] prazo de 30 (trinta) dias para juntada dos documentos por parte da AMOG, os quais serão protocolados junto à PGM”, sendo estes prorrogados por mais 30 dias diante de requerimento enviado pela entidade, “tendo em vista que se trata de um processo complexo de compilação de dados de atividades realizadas nos últimos 30 (trinta) anos” (AMOG, 2016-2019, s/p).

A criação de um ponto ou pontão de cultura significaria a necessidade de manutenção do prédio do CCCG, justificando a permanência das entidades no espaço e garantindo as obras emergenciais – mas não resolvendo as questões legais de ocupação do prédio. Assim, em 25 de setembro de 2018 foi expedida a certificação simplificada como Ponto de Cultura através da plataforma da Rede Cultura Viva nos termos da Lei nº. 13.018, de 22 de julho de 2014 (a Política Nacional de Cultura Viva), e da Instrução Normativa MinC nº. 08, de 11 de maio de 2016 que a regulamenta. Foi oficializada, nesta data, a criação do Ponto de Cultura Galópolis Fortalecendo Laços (figura 90), tendo recebido apoio por meio de cartas de referência do Instituto Hércules Galló, da Escola Estadual de Ensino Fundamental Ismael Chaves Barcellos e da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, ligada à Mitra Diocesana de Caxias do Sul.

**Figura 90 - Certificado de reconhecimento de entidade como Ponto de Cultura**



Certificado de reconhecimento do Ponto de Cultura Galópolis Fortalecendo Laços, emitido pela plataforma Cultura Viva no dia 25 de setembro de 2018. Fonte: Associação dos Moradores de Galópolis.

Dentre as propostas do recém criado Ponto de Cultura estavam a manutenção dos projetos já realizados, como os eventos do Natal, da Semana de Galópolis, do brechó Amigópolis, do Clube de Mães La Mamma, do intercâmbio cultural (via Pacto de Amizade com a cidade italiana de Córbole) e do projeto Galópolis Ativa, bem como a realização de novos projetos por meio de convênios com outras entidades, como é o caso dos concursos culturais desenvolvidos com as escolas locais, visitas de estudo voltadas à História e à Arquitetura regional, do projeto Cinema de Verão, do recolhimento de resíduos e doação de cestas básicas, além de outras reivindicações comunitárias, como trabalhos sociais com idosos e crianças em situação de vulnerabilidade, do apoio à manutenção do UBS e do Correio no bairro, tal qual à despoluição do Arroio Pinhal, da doação e empréstimo de materiais ortopédicos, do policiamento comunitário juntamente com o cercamento eletrônico, projetos de educação patrimonial, dentre outros (AMOG, 2018b).

Assim, a comunidade de Galópolis poderia dar seguimento aos projetos socioculturais desenvolvidos há anos, agora na modalidade de Ponto de Cultura, isto é, “entidade de natureza ou finalidade cultural ou educativa que desenvolve, acompanha e articule atividades culturais articulando redes regionais, temáticas e identitárias de Pontos de Cultura e grupos culturais diversos [...]”, promovendo “ações de mobilização, troca de experiências e articulação entre os diferentes Pontos de Cultura que poderão se agrupar em nível estadual, regional ou por áreas temáticas, visando à capacitação, ao mapeamento e a ações conjuntas” (MINC, s/d, online).

Depois do recebimento da certificação, a entidade comunicou, por meio de novo ofício (AMOG, 2018c), tal feito à Procuradoria Geral do Município,

Considerando que é extremamente importante para a comunidade que se mantenha as funções sociais e atividades culturais no prédio localizado na Rua Ismael Chaves, 100 – Bairro Galópolis, único espaço no bairro, com capacidade para acolher o “Ponto de Cultura Galópolis Fortalecendo Laços”, e as demais entidades que lá se encontram.

Considerando, ainda, que conservar o prédio, para Galópolis, significa salvar a cultura e o desenvolvimento da comunidade, pois as edificações que morrem no esquecimento levam consigo a história de um povo.

Assim, conforme acordo com Vossa Senhoria, estamos no aguardo de informações sobre o andamento do processo de convênio com esta entidade. Acreditando que V.Sa. analisará com sensibilidade e carinho o exposto, desde já agradecemos.



Não foi o suficiente. Em 12 de fevereiro de 2019, a AMOG recebeu nova notificação extrajudicial (PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL, 2019a), que informou que

[...] após a realização de relatório de vistoria efetuado pela Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN, por meio dos Engenheiros Bruno Pavoni (Eng. Civil) e Kledir Bassanesi (Eng. Eletricista), em 05/12/2018, restou recomendado que seja restrito o acesso de pessoas ao interior do prédio. Ademais, restou recomendado que a edificação não seja utilizada sequer para o depósito de materiais. [...]. Frente a tudo, e pautando-se por questões técnicas e de segurança dos usuários, pugna-se pela imediata desocupação do imóvel, visto os riscos que envolvem a manutenção da ocupação.

A entidade tentou, ainda, por meio de uma liminar de medida cautelar no processo nº. 9001226-31 2019.8.21.0010, o diálogo com o Município de Caxias do Sul, solicitando uma Audiência de Conciliação realizada pela 2ª Vara Cível Especializada em Fazenda Pública de Caxias do Sul, em 11 de abril de 2019, após visita ao prédio.

Estiveram presentes várias entidades daquela localidade e a todos foi oportunizado que colocassem suas razões e conhecimentos sobre a situação do local. Por esta Magistrada e pela Dra. Promotora de Justiça foi verificado que as condições do local requerem muitos reparos, na forma do laudo apresentado pelos engenheiros do Município. No entanto, considerando que não somente pelo trabalho relevante que as Associações realizam no local ou a falta de circulação de pessoas pode resultar em invasões e depredações de vândalos, mostrando o Município interesse em, junto com a comunidade, buscar uma solução no sentido de restauração do prédio, não tendo, no entanto, verba para realização das obras, foi proposto e aceito pela comunidade, representada nas pessoas que estavam no local que será apresentado um projeto para o reparo imediato do prédio, e para adequações às normas técnicas do Corpo de Bombeiros, sendo que o custo por essa obra de urgência, após levantamento do valor, será buscado por ações sociais das próprias Associações que ocupam o prédio, sendo que a orientação e os projetos passarão pelas Secretarias Municipais, que devem acompanhar este tipo de projeto. Também foi proposto que o Município, junto com as entidades lá representadas busquem recursos da União para o restauro e manutenção daquele espaço. As Associações tem ciência das condições do prédio e, embora sustentem que nenhum risco correm, sabem que o próprio Corpo de Bombeiros exigiu obras no local para circulação de pessoas, e por esse motivo também o Município não concorda com a permanência do trabalho das Associações no local. Com esse objetivo, para que haja um trabalho conjunto do Município com as Associações, buscando melhoras no local para possibilitar a ocupação, é concedido o prazo de 60 dias, sendo que após a contestação do Município, o feito deve ter seus prazos processuais suspensos, e nova audiência pode ser designada, para que se verifique o andamento das negociações que tiveram início hoje. (AMOG, 2019).

No dia seguinte, em 12 de abril, o Corpo de Bombeiros emitiu um auto de interdição de edificação, na modalidade de interdição prévia/total (PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL, 2019b), impedindo até mesmo a entrada para retirada de

documentos e materiais ali utilizados até então. Diante desta prerrogativa, conforme cita as atas da AMOG (2016-2019, s/p),

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove reuniram-se os representantes da Associação de Moradores de Galópolis, Clube de Mães La Mamma, Associação Amigópolis para tratar sobre o andamento do Termo de Audiência de Conciliação referente ao processo 9001226-31 2019 8 21 0010, datado de onze de abril de dois mil e dezenove. Ficou acertado entre os representantes acima citados, que será enviado correspondência eletrônica para a Secretaria da Cultura em nome do Senhor Joelmir para agendar uma reunião com o objetivo de dar andamento as tratativas do referido Termo de Audiência de Conciliação.

E assim foi feito. O primeiro e-mail foi enviado ao Secretário de Cultura no dia 15 de abril de 2019 e, sem retorno, a Associação manifestou-se por meio de reportagem no jornal Pioneiro (MANDARINO, 2019a, online), na sessão geral do dia 18, onde afirmam não poder desempenhar suas atividades pela ausência de acesso ao espaço, que continha, inclusive, materiais ortopédicos adquiridos pela entidade para empréstimo aos moradores do bairro. No dia 22 do mesmo mês, o caso foi novamente citado no periódico pelo mesmo jornalista (MONDARINO, 2019b, online), desta vez apontando o risco gerado por prédios municipais desocupados em Caxias do Sul, que segundo a União das Associações de Bairro (UAB), estariam sofrendo vandalismo. No mesmo dia e no seguinte (22 e 23 de abril), um reforço ao primeiro e-mail foi enviado, respectivamente ao Prefeito e novamente ao Secretário.

Mas em nada adiantou, pois nem o prazo de 60 dias foi respeitado. Em 23 de maio de 2019, “a Prefeitura de Caxias do Sul recebeu uma decisão liminar favorável da Justiça para o processo de reintegração de posse do Centro Comunitário de Galópolis – agora, Centro Comunitário está em posse da prefeitura e passará por restauro” (CAXIAS, 2019, online). Após o resultado do processo, a AMOG entrou em contato via e-mail com o 5º Batalhão de Bombeiros Militar, solicitando acesso para a finalidade específica de “[...] avaliação e levantamento das medidas de segurança contra incêndio necessárias para a regularização da edificação [salientando] que o estabelecimento permanece interditado conforme Auto de Interdição expedido em 12/04/2019” (AMOG, 2019, correspondência eletrônica), que foi autorizado no dia seguinte, 24 de maio de 2019. Em entrevista, Lourdes Vignochi (presidente do Clube de Mães La Mamma), afirmou que na ocasião “[...] não deu tempo nem de tirar as coisas, só ensacar e colocar nos armários e em cima das mesas pra não molhar,

porque desde que a gente não entrou mais e não fez manutenção, chovia dentro” (informação verbal)<sup>83</sup>.

A partir desta data até a posse do nova chapa interina – Flávio Cassina e Edio Elói Frizzo assumiram, respectivamente, como prefeito e vice-prefeito, após o prefeito interino, Ricardo Daneluz, assim ter optado; este, por sua vez, encontrava-se no cargo diante do processo de impeachment sofrido pelo ex-prefeito Daniel Guerra, em que sua gestão tinha o cargo de vice-prefeito vazio após renúncia de Ricardo Fabris que compunha sua chapa –, em 9 de janeiro de 2020, não houve mais diálogos com o Poder Público, restando o prédio interditado e entidades socioculturais sem sede. A comunicação só foi reestabelecida após a posse e parecer favorável de Cassina<sup>84</sup> à retomada das negociações acerca do prédio<sup>85</sup>. Diante disto, a AMOG contatou a arquiteta voluntária Renata Diligenti, que elaborou um Plano de Prevenção Contra Incêndio (PPCI) do Centro Comunitário e Cultural Galópolis, doado à entidade no dia 12 de maio de 2020 e encaminhado no mesmo dia ao prefeito.

Após a entrega de forma virtual ao Gabinete do Prefeito à SEPLAN, foi agendada uma reunião dias depois, em que compareceram o representante da Secretaria da Cultura, a Chefe de Gabinete e secretária de Governo do prefeito interno, Grégora dos Passos, o vereador Velocino Uez e a presidente e vice-presidente da AMOG, respectivamente Mara Pinto e Rosa Diligenti, em visita ao prédio do CCCG (figura 91). Constatada a necessidade de retomar as atividades culturais desenvolvidas no espaço, a comitiva solicitou uma reunião formal no Salão Nobre da prefeitura para entrega do PPCI ao próprio prefeito, que ocorreu no dia 15 de maio de 2020 (PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL, 2020), com a presença de representantes a Associação (Mara Pinto, Rosa Diligenti e a secretária Renata Brustolim), Grégora Fortuna dos Passos, Velocino Uez, o Secretário da Habitação, Giovani Fontana, a Secretária da Cultura, Luciane Perez e o Diretor da SEPLAN, Gilberto Bochetti (figura 92).

---

<sup>83</sup> Entrevista cedida à Geovana Erlo para a redação do já referido artigo “Entre o bordar e o preservar: o artesanato como fonte para o processo de musealização do patrimônio industrial”.

<sup>84</sup> Que desde que assumiu o cargo, afirmou apoiar a criação e consolidação de centros comunitários, sendo o responsável pela sanção da Lei nº 8.557, de 22 de outubro de 2020, que garante que associações permaneçam em prédios públicos. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2020/10/prefeito-cassina-sanciona-lei-que-garante-que-associacoes-permanecam-em-predios-publicos>. Acesso em 05 jul. 2021.

<sup>85</sup> Em 30 de dezembro de 2020, o prefeito Cassina entregou termo de cessão de uso de prédios municipais a Amobs e Clubes de Mães que haviam sido despejados na gestão de Guerra. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2020/12/prefeito-entrega-termo-de-cessao-de-uso-para-amobs-e-clube-de-maes>. Acesso em 05 jul. 2021.

**Figura 91 - Visita de comitiva ao prédio do CCCG**



Comitiva com representantes da Secretaria da Cultura, do Gabinete do Prefeito, da Câmara de Vereadores e da Associação dos Moradores de Galópolis em visita ao prédio do Centro Comunitário e Cultural Galópolis (CCCG). Autoria: não identificada. Data: maio de 2020.

**Figura 92 - Entrega do PPCI ao prefeito interino**



Comitiva composta por representantes da Secretaria da Cultura, Secretaria de Habitação, Secretaria de Planejamento, Gabinete do Prefeito e AMOG. Autoria: Luciana Perez. Data: 15 de maio de 2020. Fonte: Prefeitura de Caxias do Sul.

Mesmo com as formalidades, a comissão gestora do Centro Comunitário e Cultural Galópolis não recebeu mais notícias acerca do andamento das discussões sobre a ocupação do prédio até junho de 2021, quando a nova gestão municipal, agora com o prefeito Adiló Didomenico à frente, depois de ser contatada algumas vezes pela AMOG, agendou uma visita para avaliar as condições estruturais e demandas da entidade, diante da possibilidade de reocupá-lo por meio da Lei Complementar nº 639, de 29 de dezembro de 2020, que institui a parceria público-privada para a concessão de espaços públicos. A visita ao espaço ocorreu no dia 16 de junho (figura 93), contando com a presença de uma comitiva liderada pela Secretaria da Cultura, expressa na figura da nova Secretária, Aline Zilli. Na ocasião, o órgão mostrou-se aberto ao diálogo e solicitou que a Associação enviasse um documento para a ocupação do prédio, conforme também retrata a reportagem publicada no Jornal Pioneiro (SCUR, 2021, s/p, online).

**Figura 93 - Visita ao prédio do CCCG pela comitiva da Secretaria da Cultura**



Comitiva coordenada pela Secretaria da Cultura em visita ao prédio do CCCG. Autoria: Lauro Fabiano Fonseca. Data: 16 de junho de 2021. Fonte: Prefeitura de Caxias do Sul.

Prezando por emitir um documento de qualidade e que realmente fosse levado adiante pela prefeitura, a AMOG buscou voluntários do bairro para comporem a comissão gestora do projeto para retomada do CCCG. Esta equipe contou com moradores profissionais do campo da gestão de projetos (Leandro Vignochi, presidente da Exitus), da Arquitetura (Renata Brustolin), da História, Patrimônio e Museus (Geovana Erlo), da Administração empresarial (Rosa Diligenti) e escolar (Israel Matté), além de representantes da AMOG e do Ponto de Cultural Galópolis Fortalecendo Laços (Maria Pinto, Rita Furlan e Rafael Furlan) – caracterizando uma equipe inter, multi e transdisciplinar, de alto desempenho (figura 94). Deste grupo se efetivou o prelúdio da ação: a iniciativa. Fazendo uso dos preceitos de Varine (1987), esta coletividade de cabeças alcançaria os princípios básicos para unir alcança os princípios básicos para a vontade comum.

Quem toma a iniciativa? O ideal seria poder responder: todo mundo e ninguém! De fato, são todos os indivíduos, cada um com sua personalidade, que tomam coletivamente a decisão da iniciativa. Se ela é o feito de um só cabeça, ela não representa o desenvolvimento comunitário, é um projeto isolado sobre uma população ou um território, ou mesmo, o mais freqüente aliás, sobre um tema, a propósito de uma população. Se ela emana de uma consulta democrática ou do famoso consenso, não tem nenhuma oportunidade de contribuir para o desenvolvimento, pois o acordo se fará necessariamente sobre o múltiplo mais comum e não poder gerar o dinamismo e a mobilização, que são os principais trunfos de uma comunidade em seu esforço coletivo. Se enfim ela vem de fora, como uma sugestão, como um relatório de um perito, como projeto de um profissional da animação e do desenvolvimento, está desde o início condenada, quer seja ao fracasso puro e simples porque a população não se apropriou dela, quer seja à incompreensão e ao desvio [conforme ocorreu com o Museu de Território de Galópolis]. A iniciativa é, antes de tudo, endógena: sai da comunidade com a qual ela compartilha as preocupações, as dificuldades, os modos de expressão. É em seguida pluralista: não pode representar uma classe social, uma categoria profissional, um grupo de interesses particulares; não os reúne necessariamente todos de uma só vez, mas tem vocação para o fazer sem exclusividade. É positiva e não negativa: sua meta é de construir alguma coisa junto para a comunidade e não de destruir (mesmo quando é necessário atravessar no princípio uma fase crítica e de luta para colocar no lugar as condições da mudança). É flexível, naquilo que deve se adaptar constantemente às modificações da conjuntura e à chegada de novos participantes. Ela é então de início a vontade comum de atingir uma mesma meta por meios que podem ser próprios a cada componente da comunidade, e isto uma ação ou um conjunto de ações que chamaremos um projeto. (VARINE, 1987, p. 146-147)

**Figura 94 - Equipe do coletivo do Centro Comunitário e Cultural Galópolis**



Equipe composta por (da esquerda para a direita) Geovana Erlo, Rafael Furlan, Maria Pinto, Leandro Vignochi, Rita Furlan, Renata Brustolin, Rosa Diligenti e Israel Matté, na segunda reunião para elaboração do Projeto de Implantação do CCCG. Data: 14 de julho de 2021. Autoria: Leandro Vignochi, Fonte: CCCG.

Esta equipe, composta inicialmente por atores motivados – por mediadores-cabeça (VARINE, 1987) e organismos locais –, estabeleceu um programa em um processo que muito se assemelhou ao que Varine esquematizou como sendo uma possibilidade de elaboração de programa de desenvolvimento comunitário – embora a leitura do livro em questão tenha se iniciado meses mais tarde, sendo assim uma ação-pesquisa. Para o autor, é importante ter o programa escrito e disponível para a comunidade, passando por criteriosas revisões antes de sua publicização. Segundo ele:

Um programa escrito é também necessário como instrumento de concepção da ação, antes dela, bem como um dossiê e para a procura de financiamentos, em geral, de suportes vindos do exterior, como documentos de referência para a continuidade das operações para a avaliação. Sua elaboração associa o conjunto de atores e de parceiros locais, pessoas ou organismos, enfim uma série de projetos sucessivos. Se possível, uma só pessoa se encarrega do secretariado, de maneira a assegurar a continuidade e a coerência da concepção. Cada responsável de um segmento da ação global deve trazer sua contribuição, mas esta será redigida de novo antes ser integrada ao documento final (VARINE, 1987, p. 152).

Assim, a equipe, vislumbrando os processos anteriores próprios da gestão comunitária, elaborou o Projeto de Implantação do Centro Comunitário e Cultural Galópolis que, embora tenha o objetivo a curto prazo de revitalizar o prédio do antigo Círculo Operário, a longo prazo busca retomar a valorização do bairro através do estímulo à gestão comunitária – esta, por sua vez, proporcionada por meio de atividades socioculturais educativas e profissionalizantes – que conseqüentemente demandam uma sede. A gestão do CCCG (figura 95) ficará a cargo da confluência entre três entidades representativas de Galópolis: a AMOG, o Ponto de Cultura Galópolis Fortalecendo Laços (que continua ativo e atuante, mesmo sem uma sede própria) e o Conselho Consultivo-Deliberativo – este último, composto por 25 cadeiras<sup>86</sup> ocupadas por entidades e empreendimentos da região. Dentre estes, situam-se:

1. AMOG - Associação dos Moradores de Galópolis
2. Amigópolis
3. ARAG
4. ASPI\_Associação Piccola Itália
5. Associação dos Moradores dos Altos de Galópolis
6. Associação dos Moradores da 3° Léguas
7. Associação dos Moradores da 4° Léguas
8. Clube de Mães 3° Léguas
9. Clube de Mães 4° Léguas
10. Clube de Mães La Mamma
- 11/12. \*Comércio local/Galópolis e região administrativa<sup>87</sup>
13. EFASERRA\_Escola Agrícola
14. Escola de Ensino Fundamental Ismael Chaves Barcelos
15. Escola de Ensino Médio Galópolis
16. Escola Municipal Arlinda Manfro
- 17/18. \*Indústria local/Galópolis e região administrativa<sup>88</sup>
19. Instituto Hércules Galló
20. Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Pompéia
- 21/22. \*Serviços locais/Galópolis e região administrativa<sup>89</sup>
23. Sindigal

---

<sup>86</sup> Pautou-se, na reunião de definição das cadeiras de representação do Conselho Consultivo do CCCG, a possibilidade de ampliar o número de cadeiras conforme apresentar-se necessário ao longo do período que antecede a formalização.

<sup>87</sup> Seriam destinadas duas cadeiras para empreendimentos comerciais locais, sendo eles a Boutique Fafalú, a Loja Cristine, a Livraria Galópolis, o Sirtoli Materiais de Construção, o mercado Nostra Vita, a Padaria Galópolis, a Veterinária Bem Estar Animal, a loja Cristal Maísa, a Farmácia Sanar, a Banca da Ana, a Prosperitá Presentes, a Murano Seguradora, a Agropecuária Galópolis e a JCM Floricultura.

<sup>88</sup> Também serão destinadas duas cadeiras para indústrias da Região Administrativa de Galópolis, sendo elas a Cootegal, Moinhos Galópolis, Meny Doggy, Ordeo, Fortuna, Hugo Pietro e Vinhos Don Severino.

<sup>89</sup> As empresas prestadoras de serviços também terão disponibilidade de duas cadeiras, dentre elas o NN's Restaurante, o Casarão, o Poletto, o Restaurante Vial e o Zara 7 Pub, a Luciana Marchioro, a Academia Energia, os Correios, o Banrisul, o Salão Fort's, o Studio Ellegance, o Ateliê da Beleza, o Salão da Rose, a Lais Comerlato Fisioterapeuta, a Exitus, a Pousada La Charme de la Ville, a Osteria Del Torchio, a Cabana Canto da Serra e os consultórios médicos e odontológicos presentes na região.



24. Subprefeitura de Galópolis  
 25. UBS\_Galópolis (CCCG. Projeto CCCG: convênio. 2021, online, s/p. Disponível em: <https://www.projetocccg.com/convenio>. Acesso em 9 jan. 2022).

**Figura 95 - Atividades propostas pelo Centro Comunitário e Cultural Galópolis**



Relação de atividades propostas para retomada do Centro Comunitário e Cultural Galópolis. Autoria: Design de Renata Brustolin. Data: julho de 2021. Fonte: CCCG.

O Projeto de Implantação foi dividido em três fases distintas, garantindo a oportunidade de atividades para o Centro Comunitário antes mesmo da disponibilização do espaço: a primeira fase consiste em três etapas, sendo a primeira a assinatura de um convênio – perpetrado entre a Prefeitura de Caxias do Sul, proprietária do imóvel, e a Associação dos Moradores de Galópolis e Ponto de Cultura Galópolis Fortalecendo Laços, apoiados pelo Conselho Consultivo do CCCG, se esquadrando nas leis vigentes e buscando uma parceria longa e próspera para ambas as partes –, a segunda a captação de recursos para restauração do imóvel – através de uma abordagem ampla, buscando desde leis de incentivo até parcerias público-privadas, constando sempre no portal da transparência do CCCG – e a terceira, a ocupação transitória – reestabelecendo o uso do primeiro pavimento da edificação, possibilitando o retorno de entidades e atividades que devem dar suporte e manutenção a edificação durante este período. As atividades pensadas inicialmente pelo coletivo CCCG durante suas reuniões (figura 96), tanto para a ocupação transitória como para a definitiva, foram 10 (CCCG, 2021, online):

SEDE AMOG – ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE GALÓPOLIS: a Associação dos Moradores de Galópolis (AMOG) foi fundada em 1988 com o intuito de buscar representatividade junto ao poder público, sendo uma associação civil, de caráter político apartidário e não econômico. Sua principal finalidade é reunir e agregar os moradores motivando-os no sentido de

participarem ativamente na busca de soluções para os problemas coletivos junto ao poder público, demandando um espaço na sede do CCCG;

**SEDE PONTO DE CULTURA GALÓPOLIS FORTALECENDO LAÇOS:** certificado pelo Ministério da Cultura através da Lei Cultura Viva (13.018/2014) em 2018, o Ponto de Cultura Galópolis Fortalecendo Laços é um braço da Associação dos Moradores de Galópolis (AMOG) que cuida dos eventos e da programação cultural do bairro. Como exemplos bem-sucedidos, podemos citar a programação de Natal chamada Magia de Natal no Vale Iluminado que já completa 12 edições; a Semana de Galópolis, que é um evento bianual que acontece desde 1975 com o apoio da AMOG; e dentre outros eventos como o Cinema de verão, Semana dos Museus, Galópolis Ativa e Festival de Esportes, que também fazem parte da programação do Ponto de Cultura.

**SEDE AMIGÓPOLIS:** a Amigópolis é uma organização de trabalho voluntário que através das rendas obtidas no Brechó Solidário semanal, ajuda os animais de rua, financiando tratamentos, castrações e dando suporte a famílias acolhedoras que não tem recursos para tratar seus animais, demandando de um espaço físico para a sua realização (que atualmente está sendo organizada no Cine Operário).

**SEDE CLUBE DE MÃES LA MAMMA E GALOARTE:** o Clube de Mães La Mamma nasceu e firmou suas raízes no Grupo Escolar Paraná, em 1975 e tornou-se uma voz ativa na comunidade de Galópolis, unindo as mulheres de diferentes faixas etárias em torno de objetivos comuns, encorajando e despertando lideranças atuantes até os dias de hoje. Encontrando-se semanalmente de forma voluntária, as integrantes desenvolvem uma série de projetos sociais e educativos, baseados na troca de experiências e no artesanato. Com o passar do tempo, além de desenvolver o convívio e a sociabilidade, o Clube iniciou um trabalho de solidariedade, através de confecções e doações de enxovais, roupas e agasalhos a diversas entidades sociais. Além disso, se faz presente nos eventos da comunidade, colaborando com as escolas, igreja, Semana de Galópolis, Festa da Uva e outras entidades, sempre de forma graciosa e altruísta. Já o Galoarte foi um grupo de artesanato que surgiu a partir do programa Arte de Empreender da Prefeitura de Caxias do Sul, programa este também destinado a melhoria.

**MUSEU DE TERRITÓRIO DE GALÓPOLIS FASE III:** o Museu de Território de Galópolis surgiu com o intuito de preservar as relações da comunidade do bairro Galópolis com a sua paisagem cultural, sua história, sua memória e sua identidade. Fazendo uso da metodologia da Museologia Social, ele foi concebido pela museóloga Tânia Tonet por meio do Instituto Hércules Galló ainda no ano de 2015, quando teve seu núcleo expográfico inaugurado nas residências que pertenceram a Hércules Galló, caracterizando a sua primeira etapa. A fase II do projeto alcançou outros 14 espaços representativos da região, que, em 2019, receberam totens alusivos à sua história. Porém, um museu comunitário - característica que assume pela sua tipologia social - não é sem a participação ativa dos sujeitos que representa: por isso, a sua construção e requalificação é contínua e dinâmica, expressa nas próximas fases, como a fase III, que será desenvolvida via CCCG com a intenção de tornar os moradores de Galópolis os responsáveis pela gestão do seu próprio museu, do seu território, de sua história e memória coletiva, sendo capazes de estimular o turismo de base comunitária na região.

**PACTO DE AMIZADE ENTRE GALÓPOLIS E CORBOLA (ITÁLIA):** o Pacto de Amizade entre Galópolis (Caxias do Sul - Brasil) e Córbole (Itália) foi assinado em Caxias do Sul e Assinatura do Pacto em Caxias do Sul e Córbole, respectivamente em agosto de 2018 e março de 2019. O estabelecimento do pacto, além de estreitar os laços entre ambas as

localidades, busca oportunizar uma série de projetos e atividades por meio do intercâmbio cultural, dentre elas cursos de restauro (a serem realizados na Itália), cursos de Língua Italiana (para estudantes no regime de contraturno e pessoas da terceira idade), cursos de gastronomia baseados nas particularidades de cada local e demais projetos culturais - como já concluído "O abraço dos jovens" (que premiou produções artísticas, fotográficas, literárias e audiovisuais de estudantes das escolas de Galópolis e Córbole que representavam suas respectivas realidades, fazendo-as atravessar o oceano) -, e econômicos, conforme as necessidades de cada comunidade.

**NÚCLEO DE PESQUISA E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL:** o núcleo de pesquisa e preservação é voltado à valorização do patrimônio cultural e da memória local, com o objetivo de salvaguardar artefatos doados por moradores, entidades e empresas de Galópolis, além de oferecer amplas possibilidades de pesquisa, ensino e profissionalização nos campos da Arquitetura, Educação, História, Indústria Têxtil, Moda, Sociologia, Teologia e sobretudo de forma interdisciplinar, garantindo sua preservação por meio da sua difusão em diferentes meios. O acervo que irá compor o núcleo vai desde amostras da tecidoteca do antigo Lanifício São Pedro (com peças datadas do início do século XX, com fichas técnicas escritas à mão), fotografias e negativos pertencentes aos primeiros ocupantes do território, até documentos recentes, como os de consolidação da Associação dos Moradores de Galópolis, dentre tantos outros que poderão ser incorporados à vasta reserva técnica, que contará com a estrutura necessária ao seu acondicionamento.

**BIBLIOTECA:** composta por livros e periódicos, impressos e digitais, disponibilizados gratuitamente para a comunidade do bairro Galópolis e região com o objetivo de garantir a fruição e o estímulo à imaginação por meio da leitura e da contação de histórias mediada de acordo com a realidade de seu público.

**ATELIER DE TECIDOS E COSTURA PROFISSIONALIZANTE:** os Ateliers de costura e os cursos profissionalizantes destinados a indústria têxtil têm o intuito de qualificar a mão de obra local e produzir indumentárias para eventos e espetáculos, com iniciativa e participação da comunidade e busca por parcerias institucionais.

**CURSO DE GASTRONOMIA LOCAL PROFISSIONALIZANTE:** o curso de gastronomia é voltado para a culinária galopolitana, valorizando este importante patrimônio cultural. Partindo de um grupo estruturado por iniciativa da comunidade e traçando parcerias com entidades locais e internacionais através do pacto de amizade entre Galópolis-Córbole (Itália), o curso gerará oportunidades de aprendizado acerca da gastronomia local, de fomento à consolidação de uma produção agrícola forte na região (ao utilizar insumos produzidos nas redondezas) e de administração, ao ser responsável por gerenciar atividades internas do Centro Comunitário e Cultural Galópolis, como a operação do restaurante, café e demais eventos realizados no salão de festas.

**MÚSICA DANÇA & TEATRO – ATIVIDADES DE CONTRATURNO PARA AS ESCOLAS:** aulas de música, dança e teatro destinadas aos alunos das escolas locais no contraturno com o intuito de promover as capacidades artísticas criando grupos de espetáculos que podem ser utilizados na programação de eventos do Ponto de Cultura entre outros.

**FORMAÇÃO DE MEDIADORES PARA O PATRIMÔNIO CULTURAIS PROFISSIONALIZANTE:** por meio do Núcleo de Gestão, Pesquisa e Preservação Patrimonial oferta-se ainda oficinas de educação patrimonial de acordo com a realidade de seu público e atividades profissionalizantes para

formação de mediadores para o patrimônio cultural, atuando diretamente no desenvolvimento do senso de pertencimento, valorização da identidade através da qualificação de seus agentes culturais para atuação direta no território em que vivem e fomento ao turismo de base comunitária.

**Figura 96 - Segunda reunião para concepção do Projeto CCCG**



Na ocasião, estiveram presentes na sede da Exitus, da esquerda para a direita, Leandro Vignochi, Rafael Furlan, Maria Pinto, Rosa Maria Diligenti (fotografando), Geovana Erlo, Renata Brustolin e Rita Furlan. Data: 29 de junho de 2021. Autoria: Rosa Maria Diligenti. Acervo: CCCG.

Também determinou-se que, para a viabilidade financeira do projeto e a consequente manutenção do espaço físico do Centro Comunitário e Cultural Galópolis, haveria a possibilidade de locação de espaços para empresas locais interessadas em implantar seu negócio e contribuir com a proposta recreativa que o patrimônio industrial receberia – contanto que sua instalação fosse aprovada mediante o Conselho Consultivo-Deliberativo de acordo com o estatuto do Centro Comunitário e Cultural Galópolis que seria redigido assim que a concessão de uso do espaço fosse determinada pela Prefeitura de Caxias do Sul.

Depois da estruturação formal da equipe que passou a compor a comissão gestora do Projeto de Implantação do CCCG – sendo Mara Pinto a líder do grupo e Rosa Diligenti a responsável pela comunicação –, passou-se a buscar formas de comunicar as iniciativas tomadas até o momento à comunidade. Optou-se, assim, por

criar um portal da transparência virtual – o atual site do Projeto CCCG<sup>90</sup> –, além de realizar um evento híbrido – presencial, na sala multiuso do Instituto Hércules Galló, e virtual, na página do Facebook do Ponto de Cultura Galópolis Fortalecendo Laços<sup>91</sup>, onde se apresentou os objetivos projetuais, métodos de sustentação e se respondeu dúvidas dos presentes – sobretudo, representantes das entidades e empresas que comporão<sup>92</sup> o Conselho Consultivo-Deliberativo, uma vez que não se estendeu o convite para a participação presencial à toda a comunidade, já que os cuidados em função da Pandemia ainda estavam em voga, mas estendeu-se o convite à participação virtual.

**Figura 97 - Evento de apresentação do Projeto CCCG à comunidade de Galópolis**



Membros da comunidade que compareceram presencialmente no evento de apresentação do Projeto CCCG. Em pé, da esquerda para a direita: Mariana Brustolin (representando a empresa Menny Doggy), Sônia Sbersi (EFASERRA), Renato Solio (IHG), Sidnei Canuto (COOTEGAL), Israel Matté (CCCG), Renato Dall'agnol (Sindigal), Leandro Vignochi (CCCG), Jaime Dal Picol (Subprefeitura de Galópolis), Anelise Berti (Cabana Canto da Serra), Gabriela Isoton (Vinícola Don Severino e Osteria Del Torchio); sentados, da esquerda para a direita: Mara Pinto (AMOG e CCCG), Velocino Uez (Câmara de Vereadores de Caxias do Sul), Rosa Diligenti (CCCG), Rita Furlan (CCCG) e Geovana Erlo (CCCG). Data: 31 de julho de 2021. Autoria: Renata Brustolin. Fonte: CCCG.

<sup>90</sup> Inicialmente, o site era o [www.projetooccg.com](http://www.projetooccg.com). Porém, com a inexistência de fundos para a sua manutenção juntamente com a hospedagem do site do Inventário Participativo de Galópolis, projeto que melhor se adaptou à realidade demanda, optou-se por deixar de pagar o provedor do domínio. De tal forma, o site do Projeto CCCG hoje é o seguinte: <https://marketing5094.wixsite.com/website-6> (acesso em 24 dez. 2022).

<sup>91</sup> A transmissão encontra-se disponível através do link: [https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch\\_permalink&v=1004606480296873](https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=1004606480296873) (acesso em 9 de janeiro de 2022).

<sup>92</sup> Aqui ainda se usa os verbos no futuro, levando em consideração que devido ao não alcance dos objetivos iniciais, o Conselho Consultivo-Deliberativo ainda não foi formalizado.

**Figura 98 - Sessão de debates sobre o Projeto CCCG no evento de apresentação**



Apresentação de dúvidas e sugestões dos moradores que estavam participando presencialmente e também de forma virtual. Data: 31 de julho de 2021. Autoria: Rosa Diligenti. Fonte: CCCG.

Percebe-se que neste momento o Instituto Hércules Galló abriu as portas para receber o grupo, levando em consideração minha solicitação prévia, e esteve presente por meio de seu representante, Renato Solio. Sua fala, na ocasião, foi favorável ao projeto e otimista à perspectiva apresentada, sobretudo à parceria com a iniciativa privada para a locação de espaços no interior do prédio do Círculo Operário.

Após a apresentação aos moradores do bairro, o próximo evento de apresentação alcançou a própria municipalidade: no dia 11 de agosto, 2021, às 14h, reuniram-se na sala nobre de reuniões da Prefeitura representantes do CCCG e o advogado deste, Lucas Dhiel, bem como a Secretária da Cultura Aline Zilli, o Secretário de Turismo Enio Martins, Secretário do Urbanismo João Uez, o Prefeito Adiló Didomenico, Velocino Uez e representantes da União das Associações de Bairro. Na ocasião, pontuou-se diversas vezes, ao longo da apresentação, a importância do Centro Comunitário para Galópolis, tanto pela geração de atividades socioculturais, educativas e profissionalizantes para um contingente de mais de 8 mil moradores da Região Administrativa e seu entorno, como para a manutenção e valorização da memória coletiva local, o que, conseqüentemente, melhora a qualidade de vida.

Além disso, ressaltou-se a intenção do CCCG ser autossustentável e de não demandar recursos públicos para sua revitalização, uma vez que assinado um convênio com o Município – objetivo destacado na reunião –, a Associação dos Moradores de Galópolis receberia a autonomia necessária para a captação de

recursos, o que é impossível no momento pelo fato do imóvel ser público. A resposta imediata da Prefeitura foi pedir um estudo de viabilidade para a efetivação do projeto e um prazo para sua entrega e posterior resposta. Pressionando para agendar uma data para a segunda reunião com a gestão pública, a comissão gestora do Projeto CCCG a obteve: 8 de setembro de 2021.

**Figura 99 - Apresentação do Projeto de Implantação do CCCG à Prefeitura de Caxias do Sul**



Foto de solenidade de entrega do Projeto de Implantação do Centro Comunitário e Cultural Galópolis à Prefeitura de Caxias do Sul. Data: 11 de agosto de 2021. Autoria: Prefeitura de Caxias do Sul. Acervo: CCCG e Prefeitura de Caxias do Sul.

O documento gerado como resultado da movimentação feita até o momento foi entregue ainda na primeira reunião e os presentes no evento destacaram a qualidade da produção, que cumpriria todos os requisitos necessários para ser levado à Brasília na visita do Secretário João Uez ao Secretário Especial da Cultura Adjunto, do Ministério do Turismo, Hélio Ferraz de Oliveira, com o objetivo de obter recursos para projetos específicos da cidade. Assim ocorreu e no dia 18 de agosto de 2021, o projeto foi entregue para análise da pasta ministerial. Porém, destacou-se que para conseguir recursos para o restauro, o Município de Caxias do Sul precisaria realizar o tombamento do prédio – informação enviada por meio de *WhatsApp* para Rosa Diligenti pelo Secretário.

**Figura 100 - Entrega do Projeto de Implantação do CCCG ao Governo Federal**



O Secretário do Urbanismo, João Uez (direita), entrega o documento criado pela comissão gestora do Projeto CCCG ao Secretário Especial de Cultura Adjunto do Ministério do Turismo, Hélio Ferraz de Oliveira. Data: 18 de agosto de 2021. Autoria: não identificada. Acevo: CCCG.

Conforme apresentei em meu Diário de Campo (ERLO, 2021-2022), ainda na primeira reunião junto ao prefeito, em uma breve fala deste, a comissão gestora do Projeto tomou conhecimento de que um grupo da serra gaúcha também estava interessado na edificação, que faria parte do projeto mais amplo de desenvolver o turismo na região. O grupo em questão, composto por empresários da localidade<sup>93</sup> teria aliado seus interesses aos do Instituto Hércules Galló pelo turismo cultural galopolitano. Ao questionar o IHG sobre as intenções em relação a Galópolis, obteve-se a resposta de que até o início de 2020 estavam em contato com o citado grupo, mas que desde o início da pandemia, as reuniões não tinham sido mais retomadas. Mas havia sim, de fato, um projeto para o bairro.

Paralelamente com a preparação para a segunda reunião junto à Prefeitura, estruturou-se o estudo de viabilidade para a implantação e manutenção do Centro Comunitário e Cultural Galópolis. Para a primeira fase do Projeto, isto é, até a sua ocupação transitória, orçou-se R\$ 9.343.476,30, destinados aos projetos arquitetônicos, paisagísticos, de iluminação, acessibilidade, instalações elétricas,

<sup>93</sup> Optou-se por censurar o nome do grupo e seus representantes a fim de não trazer empecilhos à comunidade de Galópolis.



hidráulicas, sanitárias e pluviais, climatização, energia renovável, isolamento acústico e do PPCI. Além das obras emergenciais e de restauro supracitadas, orçou-se também o total de R\$ 7.270,00 de gastos mensais fixos a partir da segunda fase – que envolvem os custos com água, energia e tratamento, telefone fixo e móvel, internet e suporte técnico, extintores proteção Emercor, renovação de PPCI e PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), assessoria jurídica, segurança, contabilidade, zeladoria, seguro predial, além de materiais de limpeza, expediente e impostos. E, além do levantamento orçamentário solicitado, também prezou-se por iniciar as atividades propostas pelo CCCG, mostrando o seu potencial e viabilidade, mesmo sem uma sede própria para sua realização, como será aprofundado posteriormente.

As planilhas orçamentárias foram apresentadas e entregues na segunda reunião com a Prefeitura e Secretarias de Cultura e Turismo de Caxias do Sul, ocorrida no dia planejado (8 de setembro de 2021). Na ocasião, estiveram presentes, além dos membros da comissão gestora do CCCG, representantes da Procuradoria Geral do Município, juntamente com a Secretária da Cultura, Secretário do Turismo, presidente da Câmara de Vereadores, o assessor João Uez, Prefeito e Vice-Prefeita (ERLO, 2021-2022). Na data, tomou-se conhecimento de que ao invés de um Convênio, seria aberto um processo licitatório aberto e amplo para a ocupação do espaço do antigo Círculo Operário, que poderia ser acessado por qualquer interessado, contanto que estivesse de acordo com um termo de referência imputado pela municipalidade e que deveria ser construído com o auxílio da comissão gestora. Este fator confirmou o temor de que a iniciativa privada também estava pressionando pela ocupação do prédio e que, em uma ampla concorrência, a AMOG sairia em desvantagem comparada aos investidores e seus requisitos de sustentabilidade.

De toda forma, a comissão do CCCG deu andamento ao proposto, auxiliando na construção do termo de referência que foi encaminhado aos responsáveis no dia 16 de setembro de 2021 da maneira conforme ilustra a figura 101 – mesmo que a grande maioria do que foi solicitado não dependesse da esfera civil.

**Figura 101 - Respostas solicitadas à AMOG para construção do termo de referência de ocupação do prédio do antigo Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos**

**AMOG** <amogalopolis@gmail.com> 16 de set. de 2021 11:59  
para afzilli, gabinetesmc, gabineteprefeito, adilo, gabvice, paulaiores, jjpezzi, smu, ecmartins, turismo, gabinete

Cara Aline, Tudo bem com você?  
Esperamos que sim!

Segue em anexo e no corpo do e-mail as respostas solicitadas sobre o termo de referência, mais informações também disponíveis no site:  
<https://www.projetocccg.com/>

A próxima etapa é de sua propriedade, até o dia 24/09/21 você define e confirma a reunião presencial para elaborarmos definitivamente o Termo de Referência.

Termo de referência

1. Avaliação da Seplan do prédio que demonstre o valor necessário para restauro do prédio versus o proveito econômico da entidade – **Não cabe à AMOG, é uma atribuição da Seplan secretaria da Prefeitura de Caxias do Sul, porém todo material disponível no site <https://www.projetocccg.com/> certamente auxiliará na atribuição de valor patrimonial da edificação**
2. Demonstração do interesse público em ceder o bem para 3os - **Não cabe à AMOG- Essa é uma manifestação que deve partir do poder público, Prefeitura Municipal de Caxias do Sul.**
3. Tempo da outorga  
**Sessão pelo tempo máximo legalmente aceito– 30 anos**
4. Tipo de destinação  
**Centro de referência cultural e arquitetônica para a comunidade, município, estado e país, com o objetivo de desenvolver atividades de suporte e serviços comunitários de forma sustentável através de parceria público privadas, disseminando a cultura local, promovendo a história, potencializando o turismo e transformando a matriz econômica local.**  
<https://www.projetocccg.com/atividades>
5. Possibilidade de sublocação.  
Sim, descrito no link: <https://www.projetocccg.com/atividades>
6. Necessidade de autorização do Compahc  
**Não cabe à AMOG, é uma atribuição da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, porém acreditamos que nos moldes de projeto e ocupação definidos no link a seguir: <https://www.projetocccg.com/restauro> certamente teremos um parecer favorável a ocupação.**
7. Encargos e/ou contrapartidas exigidas pelo município
  - **Projetos e execução de obras de restauração conforme planilha orçamentária apresentada e entregue ao Secretário Especial Adjunto da Cultura, do Ministério do Turismo, Sr. Hélio Ferraz de Oliveira pelo Sr. João Uez, Secretário Municipal de Urbanismo, anexo a este documento**
  - **Um espaço destinado à AMOG, Ponto de Cultura Galópolis – Fortalecendo Laços, Amigópolis e Clube de Mães La Mamma de no mínimo, 20% da área total edificada, equivalente a 300 metros quadrados, com o objetivo de desenvolver atividades socioculturais.**
  - **Para viabilizar o investimento deve se possibilitar a captação de verbas, por via de leis de incentivo ou investimento privado.**

Atenciosamente,  
Comissão Gestora do Projeto CCCG,

*Printscreens* do e-mail enviado à Secretária de Cultura, Aline Zilli, com as contribuições da comissão gestora do CCCG à redação do termo de referência. Data: 16 de setembro de 2021. Autoria: comissão gestora do Projeto de Implantação do CCCG. Fonte: CCCG.

Após envio das contribuições ao termo em questão, mesmo sendo cobrada mensalmente, a responsável por dar um retorno quanto ao andamento do processo,

Aline Zilli, não mais retornou. Diante da circunstância, a comissão gestora do projeto de implantação do CCCG optou por tomar duas iniciativas: entrar com um processo de tombamento da sede social do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos e dar continuidade às atividades propostas inicialmente pelo Projeto. A solicitação de tombamento vinha no sentido de assegurar o valor patrimonial já reconhecido pela comunidade do bem que, embora inventariado, não tinha nenhuma proteção legal e, levando em consideração o silêncio após o retorno do Secretário do Urbanismo e a influência de empresários, era provável que a iniciativa não partiria da Prefeitura. Aliás, já circulava, neste momento, um ar derrotista entre a equipe da comissão gestora do Projeto CCCG, que já vinha diminuindo nas últimas reuniões com a ausência de diversos membros, mas ainda continuava deliberando por meio das reuniões virtuais – e aprovou o pedido de tombamento.

**Figura 102 - Entrega do estudo de viabilidade de tombamento da sede social do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos ao DIPPAHC**



Mara Pinto e Liliana Henrichs foram as responsáveis por protocolar o estudo de viabilidade no DIPPAHC. Data: 04 de novembro de 2021. Autoria: não identificada. Fonte: CCCG.

O estudo de viabilidade de tombamento da sede social do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos, protocolado no setor da Divisão de Proteção ao Patrimônio Histórico e Cultural de Caxias do Sul no dia 4 de novembro de 2021 (figura 102), contou com o apoio de Liliana Henrichs, que auxiliou no levantamento dos critérios de salvaguarda do bem em questão. Conforme consta no documento citado, são 7 os valores destacados como justificativa para o tombamento do imóvel, de acordo com

os critérios avaliados pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC) – embora, conforme já foi evidenciado diversas vezes aqui que existem muitos outros que também devem ser levados em consideração:

### 3.1 Valor de Antiguidade

A edificação localizada sobre o lote 002 da rua Ismael Chaves Barcellos, nº 100, no quarteirão compreendido entre as ruas Pedro Chaves, Ismael Chaves, Hércules Galló e Praça Duque de Caxias, foi construída entre os anos de 1953 e 1955, constituindo-se em mais um imóvel integrante do patrimônio do Lanifício São Pedro. A história do Lanifício São Pedro remete às origens de Galópolis e continua presente no legado de bens materiais e imateriais da comunidade.

### 3.2 Valor Arquitetônico

A construção ocupou a última área no entorno da praça central, até então figurando apenas como integrante da mesma. A expressiva área construída de 1.317,60 metros quadrados foi obra da Sociedade Construtora Caxiense Ltda, tendo como responsável o engenheiro civil Dario Granja Sant'Anna. Dimensionou a importância atribuída às atividades sociais, recreativas, assistenciais e culturais que a empresa patrocinava, então amplificadas no Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos (homenagem ao então diretor-presidente).

O projeto arquitetônico, com características modernistas, expandiu a horizontalidade e dotou todos os espaços internos com iluminação e ventilação naturais, abrindo-se, tal como as portas de acesso, para as áreas de uso público – praça e rua.

### 3.3 Valor Ambiental

A edificação integrou-se ao conjunto de residências que ladeiam a praça central, a chamada 'Vila Operária', inspirada na arquitetura de vila operária inglesa, com casas iguais e geminadas em alvenaria de tijolos aparentes. Ao buscar sua distinção em termos de estilo arquitetônico, o novo edifício não competiu com a originalidade do conjunto então existente, permitindo a leitura do tempo por meio das diferentes arquiteturas.

### 3.4 Valor de Raridade Formal

As características *art déco* e modernistas, já presentes em diversas edificações na área central urbana da cidade de Caxias do Sul, eram inéditas no interior do município, trazendo mais este destaque para a nova sede do Círculo Operário.

### 3.5 Valor de Risco de Desaparecimento

A ausência de um plano de conservação por parte do Município, proprietário do bem, compromete a integridade do prédio e constitui-se em uma ameaça à sua permanência. O tombamento poderá fornecer um 'status' diferenciado ao bem e contribuir para ampliar o grau de importância e investimento, a exemplo de outros bens tombados, pertencentes ao Município, como o Museu Municipal, o Arquivo Histórico Municipal, a antiga Estação Férrea e a antiga Residência Nienow em Vila Cristina.

### 3.6 Valor Tradicional e/ou Evocativo

O antigo Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos pertenceu ao cenário de vida de gerações de moradores, nos momentos de necessidade material mas também naqueles em que o convívio e o lazer permitiam transcender à operosidade fabril no Lanifício. Este universo de lembranças preponderou sobre a decadência da empresa e sobre a extinção de atividades correlatas, garantindo o interesse na preservação do bem e conferindo-lhe imprescindível valor cultural como se observa na movimentação comunitária a partir dos anos 2000.

### 3.7 Valor de Acessibilidade com Vistas à Reciclagem

A edificação apresenta condições de acessibilidade, aspecto marcante já em sua implantação. A preservação almejada pela comunidade foi calcada na perspectiva de sua revitalização para uso de interesse público – e para contemplar este interesse, o Tombamento surge como essencial para ampliar a possibilidade de captação de recursos e, conseqüentemente, restaurar a sua dignidade. Um grupo de trabalho interdisciplinar e voluntário desenvolveu o chamado Projeto Centro Comunitário e Cultural Galópolis – Projeto CCCG, a partir da oitava de múltiplas contribuições. O consistente levantamento incluiu as possibilidades de ocupação, com seus objetivos e estratégias, e até mesmo uma estimativa inicial orçamentária para obras de restauro. (AMOG, 2021, p. 74-76).

No documento, também buscou-se descrever e ilustrar por meio de fotografias, as condições contemporâneas do prédio. As más condições da cobertura são responsáveis pela maior parte das patologias, os diversos pontos de infiltração de água entre as telhas e junto as calhas estão causando o apodrecimento do madeiramento da estrutura da cobertura e dos revestimentos que conferem valor a edificação. A falta de manutenção das esquadrias e a ausência de vidros em uma grande parte deles só contribui para a deterioração das mesmas. A falta de drenagem das sacadas causada pelo entupimento dos ralos está provocando a exposição das ferragens e por consequência se tornando um risco a sociedade, pois elas se projetam acima de áreas de circulação de pedestres e do parque de diversão infantil.

Sua fachada externa, conforme aponta Zardin (2019), revestida originalmente por *Cirex* – marca comercial que ficou conhecida por produzir a mistura entre cimento Portland, areia e mica, para dar brilho ao material, também conhecida como “[...] argamassa raspada, argamassa penteada, pedra reconstituída, pedra fingida, simili-granito ou até mesmo reboco de malacacheta, era tida como nobre e empregada em revestimentos de residências com padrão mais elevado e prédios públicos” – sobretudo a porção sul,

[...] possui uma grande quantidade de manchas e sujidades no revestimento, devido a pequena exposição ao sol e a prolongada permanência de umidade. Os elementos horizontais acima e abaixo das esquadrias evitam a formação de manchas, pois não deixam que a água escorra por essas áreas, porém, são bastante danificados pela percolação da água e, por conseqüências, as esquadrias também. Essas manchas, também conhecidas como “crosta negra”, são ocasionadas pela interação dos compostos de enxofre com hidróxido de cálcio, antes que ocorra o processo clássico de carbonatação. Essa formação ocorre com o passar do tempo, o que não pode deixar de caracterizá-la como decorrente de um processo de envelhecimento [...]. (ZARDIN, 2019, p. 48-49).

Ainda segundo a autora, “intervenções sem o mínimo embasamento, como a pintura acima da base de pedra do edifício, já em processo de descolamento [...] mascaram o revestimento original nas quatro fachadas” (ZARDIN, 2019, p. 51), e em todas estas, a depredação e o vandalismo, sobretudo a pichação (figura 103), “[...] se torna particularmente danosa em revestimentos de argamassa, sem a proteção do tipo Cirex, que é o caso do revestimento em questão. Além destes aspectos, a adição de elementos sem o critério da reversibilidade compromete a estética da edificação.

**Figura 103 - Fachada norte da Sede Social do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos**



Percebe-se depredação através de elementos climáticos, como a umidade que causa a “crosta negra”, mas também o vandalismo por parte das pichações e o descolamento da pintura sobre o revestimento em Cirex, que também o degrada. Fonte: ZARDIN, 2019, p. 49).

Os elementos de valor arquitetônico internos também encontram-se degradados devido, principalmente a ação do tempo e agentes climáticos, tendo os aspectos originais bem como as intervenções paliativas feitas pela AMOG entre os anos 2017, 2018 e 2019 para garantir sua habitabilidade, também sofrido com a degradação, conforme representam as figuras 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115 e 116.

**Figura 104 - Saguão de entrada da Sede Social do Círculo Operário**



Autoria: Rosa Maria Diligenti. Data: 19 de outubro de 2021. Fonte: Associação dos Moradores de Galópolis.

**Figura 105 - Detalhe do piso de Parquets do saguão de entrada do prédio**



O piso de Parquets, elemento de alto valor arquitetônico presente em toda a edificação, encontra-se com eclosão de fungos devido a umidade. Autoria: Rosa Maria Diligenti. Data: 19 de outubro de 2021. Fonte: Associação dos Moradores de Galópolis.

**Figura 106 - Detalhe do piso/rodapé**



A eclosão de fungos, sobretudo cogumelos e mofo, devido a umidade, faz-se presente em toda a edificação. Autoria: Rosa Maria Diligenti. Data: 19 de outubro de 2021. Fonte: Associação dos Moradores de Galópolis.

**Figura 107 - Sala lateral ao saguão de entrada da Sede Social do Círculo Operário**



Na sala específica, a AMOG e o Clube de Mães La Mamma guardavam os artefatos de decoração da praça para o evento anual da Magia de Natal no Vale Encantado, que vem se deteriorando desde a interdição da edificação. Autoria: Rosa Maria Diligenti. Data: 19 de outubro de 2021. Fonte: Associação dos Moradores de Galópolis.

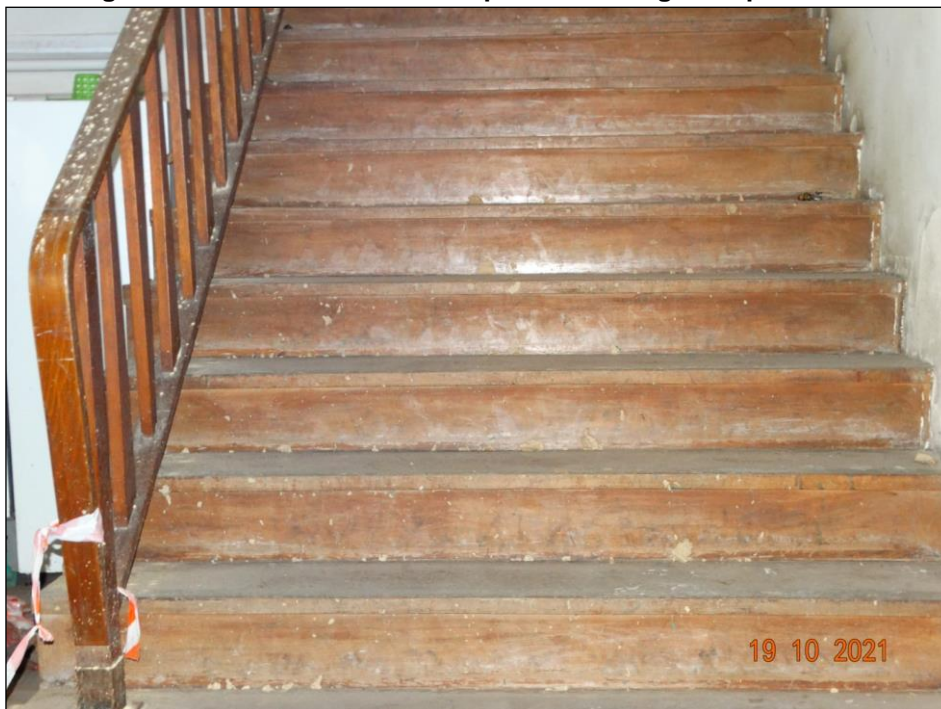


**Figura 108 - Detalhe da sala de armazenamento dos artefatos de decoração natalina**



Também em uma das salas do terceiro pavimento, a AMOG e o Clube de Mães La Mamma guardavam os artefatos de decoração da praça para o evento anual da Magia de Natal no Vale Encantado. A autoria: Rosa Maria Diligenti. Data: 19 de outubro de 2021. Fonte: Associação dos Moradores de Galópolis.

**Figura 109 - Detalhe da escada que leva ao segundo pavimento**



Destaque para a incidência ativa de cupins, perceptível através das reminiscências do corrimão. A autoria: Rosa Maria Diligenti. Data: 19 de outubro de 2021. Fonte: Associação dos Moradores de Galópolis.

**Figura 110 - Salão nobre no segundo pavimento**



Nesta sala, onde há a presença de muitas aberturas, a sua maioria encontra-se danificada, possibilitando a entrada de chuva e a sua conseqüente deterioração. Autoria: Rosa Maria Diligenti. Data: 19 de outubro de 2021. Fonte: Associação dos Moradores de Galópolis.

**Figura 111 - Detalhe do forro da sala de apresentações artísticas**



O forro, elemento de valor arquitetônico citado previamente, encontra-se muito danificado, bem como seus lustres. Autoria: Rosa Maria Diligenti. Data: 19 de outubro de 2021. Fonte: Associação dos Moradores de Galópolis.

**Figura 112 - Detalhe do palco da sala de apresentações artísticas**



A parte mais danificada do telhado da edificação encontra-se sobre a área do palco da sala de apresentações artísticas da Sede Social do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos, localizado na porção sul do segundo pavimento. Ali, encontra-se, muitos dejetos de pombas que entram no espaço através das telhas e vidros quebrados. Autoria: Rosa Maria Diligenti. Data: 19 de outubro de 2021. Fonte: Associação dos Moradores de Galópolis.

**Figura 113 - Detalhe do forro e telhado danificados sobre o palco**



Área mais danificada do telhado. Autoria: Rosa Maria Diligenti. Data: 19 de outubro de 2021. Fonte: Associação dos Moradores de Galópolis.

**Figura 114 – Detalhe da sala da porção leste do terceiro pavimento**



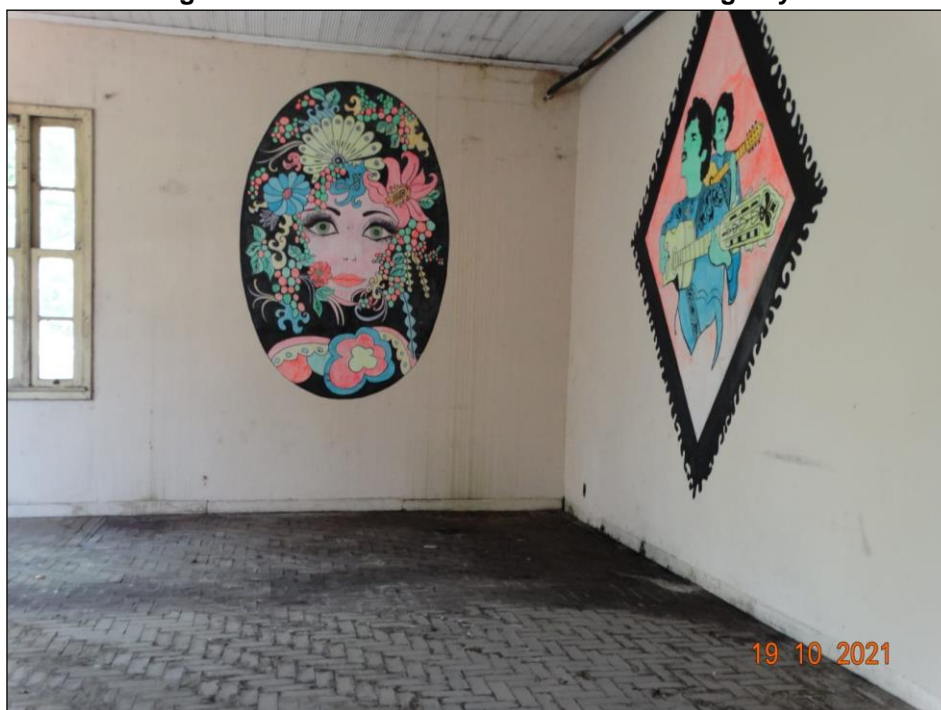
O telhado, forro e vidros danificados ocasionam a entrada de detritos oriundos do teto e também de animais que ocupam o espaço. Para impedir que o forro caia, AMOG posicionou um cano de PVC sob a área mais danificada da sala específica. Autoria: Rosa Maria Diligenti. Data: 19 de outubro de 2021. Fonte: Associação dos Moradores de Galópolis.

**Figura 115 - Detalhe de sala do terceiro pavimento**



A depredação através de vandalismo encontra-se presente em todos os pavimentos da edificação da Sede Social do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos. Autoria: Rosa Maria Diligenti. Data: 19 de outubro de 2021. Fonte: Associação dos Moradores de Galópolis.

**Figura 116 - Detalhe da sala da boate Dancing Days**



O canto da sala possui infiltração constante, deteriorando as pinturas, elemento de valor arquitetônico e de raridade, bem como os Parquets do segundo pavimento. Autoria: Rosa Maria Diligenti. Data: 19 de outubro de 2021. Fonte: Associação dos Moradores de Galópolis.

Mesmo cientes das condições as quais o prédio se encontra, correndo sérios riscos de não aguentar mais uma estação chuvosa, o COMPAHC prorrogou a análise do pedido de tombamento para o pós-recesso, em março de 2022. Neste meio tempo, no dia 15 de fevereiro de 2022, a comissão do Projeto CCCG recebeu a visita da relatora do parecer de tombamento do COMPAHC, Marlise Detanico, e seu suplente, Ramon Victor Tisott – representantes do Sindicato dos Professores de Caxias do Sul no órgão consultivo. Houve uma breve visita interna à edificação, que culminou com um parecer favorável ao tombamento, pela importância histórica e de manutenção da identidade local que o bem representa. Porém, esta não foi a conclusão da revisora do parecer<sup>94</sup> que, ao fazer a mesma visitação, expôs os argumentos que a levaram a ser contrária à solicitação e nos induziu à retirada do pedido de tombamento:

1. Existe uma diferença entre “tombamento cultural” e “tombamento histórico” – não tocaram no assunto, apenas citaram tombamento histórico diversas vezes, sendo que o correto na legislação é “tombamento” apenas; 2. Se o tombamento for aprovado, a Prefeitura terá até 12 meses para dar um retorno à comunidade – o que não consta na legislação sobre o tombamento a nível municipal; 3. Ela já conversou com o João Uez e ele afirmou que em ano eleitoral a verba destinada ao prédio não chegará aqui pois seria considerado

<sup>94</sup> Optou-se por manter sigilo sobre o nome da revisora em questão nesta dissertação.

“compra de voto”; 4. Se ao invés de tombarmos, propuséssemos uma PPP, as coisas aconteceriam de forma mais rápida – justificamos várias vezes que isso já foi solicitado, sendo concedido o prédio à AMOG e eles rebateram, dizendo que não utilizamos a estratégia correta para convencê-los – o apoio de investidores com segurança financeira (sabíamos de quem eles estavam se referindo); 5. E se, através da PPP, abríssemos espaço para a INICIATIVA PRIVADA conseguiríamos viabilizar o restauro mais rapidamente, sendo que haveria uma cláusula na nova legislação municipal sobre PPPs que as impedia em caso de bem tombado (?) – rebatemos que em nenhum momento negamos a abertura ao diálogo com investidores, mas tanto a Prefeitura quanto os empresários interessados não estavam trazendo dados tangíveis à comunidade e, para impedir a descaracterização do bem independentemente do uso, manteríamos o pedido de tombamento, até porque esta lei ainda nem foi promulgada; 6. O tombamento “histórico” irá afastar os investidores pois ele impede toda e qualquer alteração no imóvel, impedindo um rápido desfecho para a situação e proporcionando a degradação total do espaço. O nível de incoerência foi tão grande que ficou ainda mais evidente que os empresários interessados no prédio estavam fazendo tentando convencer membros do COMPAHC (na melhor das hipóteses) para nos dissuadir a retirar a solicitação e facilitar a concessão. Não foi desta vez, querida. (ERLO, 2021-2022, p. 196-198).

Esta experiência evidenciou que o grupo – e aqui também me insiro – não estava lidando unicamente com uma prefeitura que fazia uso do argumento da crise para não atender às demandas comunitárias, conforme Varine (1987) trazia. Lidava-se com um grupo de bilionários da serra gaúcha que, no intuito de ampliar seus lucros com base na turistificação ou disneyficação do patrimônio cultural, estabeleceu de forma extremamente rápida a partir do início da nossa mobilização, fortes laços com a gestão municipal. No dia 10 de março de 2022, dos 16 membros presentes, 15 foram favoráveis ao tombamento – a única contrária foi a já referida revisora (ERLO, 2021-2022). Isto representou uma pequena vitória, que superaqueceu os ânimos dos mediadores cabeças (VARINE, 1987) – mas que rapidamente desacelerou, pois até a data da entrega desta dissertação, o pedido de tombamento não foi assinado – mas também não foi negado, para não tornar óbvia a motivação.

## 4.2 (A)tingindo o tecido: o Inventário Participativo de Galópolis e as nuances da gestão comunitária do patrimônio industrial

*Ah, homens de pensamento  
 Não sabereis nunca o quanto  
 Aquele humilde operário  
 Soube naquele momento!  
 [...]
 Foi dentro da compreensão  
 Desse instante solitário  
 Que, tal sua construção  
 Cresceu também o operário.*

(Vinícius de Moraes – Operário em construção)

No dia 5 de janeiro de 2022, acendeu-se a centelha que deu início a segunda ação do Projeto CCCG e decisiva para esta dissertação: dar início a uma nova fase do Museu de Território de Galópolis, desta vez a partir da comunidade, construindo um caminho por baixo (VARINE, 1987). A ação, segundo Varine (1987, p. 31), “[...] é a linguagem privilegiada da cultura, pois é o meio de exprimir, freqüentemente, melhor que por palavras, as relações que se tem com o meio ambiente e com os outros” – e, mais do que representar de forma empírica uma visão de mundo, ela “[...] tem por meta trocar uma situação real, para resolver um problema preciso. Não é, pois, a ação por ela mesma que é importante, mas o fato de que seja ela a concretização de uma iniciativa” (VARINE, 1987, p. 31).

O autor apresenta algumas etapas que tendem a se repetir – ao menos nas “aventuras” (termo utilizado em seu livro “O Tempo Social”) em que embarcou ao longo dos anos – na etapa subsequente à iniciativa: a ação. Embora a leitura da obra tenha sido posterior à realização da ação objeto desta pesquisa e ela, propriamente dita, tenha sua própria dinâmica, as fases propostas por Varine (1987) auxiliam na compreensão deste subcapítulo que tem como objetivos específicos indicar os alicerces que fundamentaram a fase III do Museu de Território de Galópolis, propondo estratégias que estimulem o protagonismo da comunidade e caracterizando os sujeitos, tensões e negociações por ela geradas no intuito de compreender como se deu o processo de ressignificação da musealização do patrimônio cultural e Galópolis por meio destas estratégias.

Na verdade, estes eram os objetivos da pesquisa-ação. Quando esta se transformou no que Varine (1987, p. 99) chamou de “ação-pesquisa”, isto é, “[...] uma

operação (comunitária, ou não, de outra parte) que forma a base da pesquisa, sem ter sido provocada pelo único interesse dela e de seu responsável”, as intenções que nortearam a escrita deste trabalho foram alteradas. Esta transformação me obriga a fazer uma autocrítica pois, inicialmente, no ato da escrita de meu anteprojeto de pesquisa para incorporar o corpo discente do PPGMusPa, o Inventário Participativo de Galópolis (IPG)<sup>95</sup> era somente uma estratégia utilizada para requalificar o que seria uma fase emancipadora do Museu de Território de Galópolis. Porém, durante sua execução, o IPG assumiu a autonomia das discussões ao passo de alcançar patamares que eu não havia imaginado – por exemplo, este avanço da proposta transformou o objetivo geral desta dissertação, que agora não busca mais analisar simplesmente a participação da comunidade do bairro na gestão do patrimônio local, mas sim a gestão comunitária do patrimônio industrial como símbolo da retomada da autonomia local<sup>96</sup> – luta que se estende há décadas, em que a autogestão representava a sobrevivência dos operários.

De forma geral, Varine (1987) postula que a ação possui desdobramentos anteriores, como a própria iniciativa e elaboração de um programa para ação, enquanto esta propriamente dita consiste na identificação dos atores, do processo de formação, a duração e a avaliação, ao passo que após a ação, cabe buscar formas de difundir-la e garantir sua sobrevivência. Esta será a estrutura deste subcapítulo que utiliza o recorte temporal partindo do dia 5 de janeiro até o dia 17 de agosto de 2022 – o período delimitado cronologicamente como fase I do Inventário Participativo de Galópolis. A metodologia utilizada neste item é a já citada e ressaltada pesquisa-ação, fazendo uso do inventário participativo como método e o diário de campo como instrumento de registro – este, sendo uma importante fonte para a compreensão das três etapas do desenvolvimento comunitário, pois sua primeira entrada data da primeira reunião da comissão gestora do Projeto CCCG.

O diário de campo, conforme eu paradoxalmente descrevo no meu próprio Diário de Campo (ERLO, 2021-2022, p. 8-9), baseando-me no instigante texto de Rita de Cássia Magalhães Oliveira (2014, p. 75) que, ao retratar a fórmula por ela utilizada na construção do diário para sua pesquisa, afirma que registrou “[...] aquilo que

---

<sup>95</sup> Esta sigla é utilizada unicamente com o objetivo de facilitar a leitura do trabalho, não sendo um recurso oficial utilizado pelo Inventário Participativo de Galópolis.

<sup>96</sup> Esta transição de objetivos e problemas de pesquisa será esmiuçada no capítulo “5 CONSIDERAÇÕES FINAIS”.



ouvimos, vimos, sentimos e experienciamos no trabalho de campo. Algumas anotações foram registradas ainda no cenário da atividade da pesquisa, outras eram realizadas no trajeto [ou no] espaço de casa, algumas horas depois”. Esta foi a fórmula que adaptei para o registro no arquivo digital feito no formato .docx que denominei “Diário de Campo da Gestão Comunitária de Galópolis”, onde, além de minhas impressões, pude colecionar imagens, links e áudios – um dos pontos positivos da versão digital, que, além disso, possibilita a edição para inclusão de novos aspectos relevantes às inclusões feitas.

Por exemplo, e já aproveitando para iniciar a descrição sobre a ação, em específico a delimitação dos atores – sendo o único critério a ter alguma relação com Galópolis –, na retomada das reuniões semanais da equipe do CCCG, a primeira do ano de 2022, ao retornar ao dia indexado, percebo o quão este encontro foi determinante para os passos que se seguiram. No Diário de Campo (ERLO, 2021-2022, p. 74) instituo a reunião do dia 5 de janeiro de 2022 (figura 117) como divisora de águas para pensar a gestão comunitária e a seleção do inventário participativo como método para alcançar nossa autonomia.

Nos encontramos pontualmente às 18h30min na sede da Exitus e, ao chegar lá, não imaginava que essa reunião representaria o primeiro passo, empiricamente falando, para a organização do inventário participativo. Fizemos a reunião em um espaço que eu não conhecia da casa do Nico, onde se tem uma vista direta da chaminé da Cootegal e do rio. Todas elogiamos a vista. Realmente amamos Galópolis. Começamos falando sobre a notícia dada pessoalmente pelo Velocino à Rosa ainda no penúltimo dia de 2021, que cerca de 1 milhão de reais seria destinado para a cobertura do prédio do Círculo Operário. Lemos a notícia: [https://www.serraempauta.com/noticia/camarade-caxias-indica-uso-de-r\\$-11-milhoes-da-devolucao-para-executivo](https://www.serraempauta.com/noticia/camarade-caxias-indica-uso-de-r$-11-milhoes-da-devolucao-para-executivo). Buscamos informações com o Velocino, que respondeu cerca de uma hora depois, sobre a aprovação da destinação desse valor ao prédio pelo prefeito, que ainda não assinou os papéis por estar em licença saúde. Ele falou que a previsão é de ter um retorno nas próximas semanas. Juntamos essa informação às anteriores e novamente batemos na tecla de que há algo que não estão nos contando, que não uma tangibilidade de informações a serem repassadas à comunidade e esta, novamente surge somente como receptora e mão de obra, não como protagonista. O ar que emanamos para eles é o de passividade? Mesmo depois de deixarmos BASTANTE CLARO qual nosso posicionamento? Depois de falarmos sobre como eles não querem que Galópolis seja a protagonista do processo que estão tentando incorporar, novamente voltamos ao fato de que são descendentes de Galló, que foi uma personalidade construída como “pai” de Galópolis e que novamente querem os créditos de toda e qualquer manifestação cultural no território galopolitano. Todos concordaram e falaram que precisamos de algo que nos dê voz ali dentro e que SOMENTE A MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA NOS SALVARÁ (fiquei emocionada com essa frase, hehe). Daí falei novamente sobre minha pesquisa de mestrado e sobre como a possibilidade de realizar um inventário participativo, como fruto da terceira fase do Museu de Território de Galópolis, ajudaria a fazer da comunidade a responsável pela escolha do que lhes é

representativo e conseqüentemente isso impactaria na forma que nós nos vemos como ativos ou passivos diante do nosso futuro – novamente houve concordância. [...] A partir disso, pensamos em criar estratégias de comunicação e divulgação: primeiro vamos gravar um vídeo, que será publicado no dia 12, falando sobre a atuação do CCCG, de forma taxativa, mostrando toda a mobilização de forma transparente (exemplo: fizemos tal coisa, recebemos tal resposta, etc.).

**Figura 117 - *Printscreen* do vídeo feito para divulgar aos não presentes na reunião sobre a decisão de começar iniciar um Inventário Participativo em Galópolis**



ERLO, 2021-2022, p. 76.

À época, minha percepção sobre inventários participativos vinha do Manual de de Aplicação de Inventário Participativos do IPHAN (2016, p. 7), que indicava que inventariar “[...] é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações sobre algo que se quer conhecer melhor [sendo] necessário um olhar voltado aos espaços da vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio do local”. Embora não trouxesse a definição exata do que é um inventário participativo, o Manual o inseria como metodologia da Educação Patrimonial – ou Educação para o Patrimônio (GRINSPUM, 2000), no caso de Galópolis –, enfatizando o papel da comunidade como protagonista “[...] para inventariar, descrever, classificar e definir o que lhe discerne e lhe afeta como patrimônio, numa construção dialógica do conhecimento acerca de seu patrimônio cultural” (IPHAN, 2016, p. 5), devendo traçar métodos específicos para tal, de acordo com sua realidade. Mais adiante, a partir do aceite do conselho gestor do Projeto CCCG em executar um inventário participativo, fui mais a fundo e encontrei em Varine (2012, p. 55) uma referência mais específica para o caso de Galópolis ao apontar também as fragilidades do método:

Na verdade, o método tem seus defeitos, ligados em particular à subjetividade dos habitantes e aos fenômenos da moda, de qualquer modo relativizados pela necessidade de consenso para as decisões. Mas o mais difícil reside nas perspectivas de futuro de tal inventário, feito pela geração ativa hoje, com seus gostos e sua relação com o passado. O que será dele em duas ou três gerações? Erros terão sido cometidos, por parte das pessoas ativas nesse momento? Outras modas não serão impostas? Uma administração municipal eleita, responsável pelo interesse geral, pode aceitar sem discussão as escolhas que lhe são impostas por pessoas sem a competência acadêmica minimamente indispensável? [...] Para mim, mesmo se ainda é utópico na maior parte das situações, o inventário participativo é a forma mais acabada de inventário local, mas é difícil, metodologicamente exigente, longa. Além do mais, este deve ser repetido em intervalos regulares para conta da evolução da cultura e das modas. [...]. Devemos sempre lembrar que o inventário compartilhado é ao mesmo tempo um objetivo e um meio: trata-se com certeza, de chegar a um produto, utilizando todos os meios de coleta, de registro e de difusão; mas é também, e talvez principalmente, uma pedagogia que visa a fazer nascer no território a imagem complexa e viva de um patrimônio comum, de múltiplos componentes e facetas, que se tornará o húmus do desenvolvimento futuro, e que será igualmente compartilhado por todos.

O método do inventário, por sua peculiaridade e grau de complexidade, mas ao mesmo tempo de adaptabilidade, no contexto da busca pela retomada do prédio do Círculo Operário para reconstrução do Centro Comunitário e Cultural Galópolis, pareceu uma boa forma de, ao mesmo tempo, utilizar esta demanda inserida no campo das discussões do patrimônio cultural como forma de justificar a preservação do bem em questão – e a partir da noção de preservação, instaurar a necessidade do uso para o cumprimento de sua função social. Por isso levei a sugestão, que foi bem recebida pelos membros do comitê presentes na reunião do dia 5 de janeiro de 2022.

Havíamos adotado a estratégia de comunicar as deliberações feitas em reunião presencial para os que não puderam participar na tentativa de estimular sua mobilização, que aos poucos vinha se perdendo – elemento que Varine (1987, p. 166) delimita como doença da ação, que ocorre “[...] quando a situação não atinge estes extremos, [e] constatamos uma menor resistência para o imprevisto ou o fracasso, uma alternância de pessimismo e de otimismo, uma sensibilidade face às injustiça e a hostilidade ressentida por parte dos outros”, que normalmente tem como sintomas “[...] depressão ou simples desinteresse do projeto em causa, desejo de retirar-se para mudar ou para tomar distância, desenvolvimento de uma agressividade, simples ativismo prejudicial ao bom desenvolvimento da ação por dispersão dos espaços”. Como solução, ao invés de adotarmos o que Varine (1987) propõe – diminuir o ritmo do engajamento pessoal da ação ou a multiplicação de responsáveis –, optamos por tentar mobilizá-los mostrando um domínio da situação e apresentando a

argumentação supracitada do porquê um inventário participativo seria importante e porque a presença da coletividade era indispensável.

Porém, antes de finalizarmos a reunião, entramos em dois impasses: o primeiro deles consistia sobre qual nome deveríamos usar para esta nova ação. Sobre isto, refletimos sobre como o Museu de Território de Galópolis não havia sido apropriado pela comunidade e havia um certo ressentimento em torno do projeto por aqueles que participaram – além disso, embora não houvesse registro oficial do projeto, poderíamos entrar em conflitos jurídicos ao utilizarmos o nome de um projeto institucional já realizado. Diante disto, cogitamos mediar o Inventário a partir do próprio Instituto Hércules Galló, “detentor” do MTG – sendo eu a responsável pela intermediação institucional –, ou solicitar seu apoio, para que pudéssemos utilizar o inventário participativo como uma ampliação do Museu de Território no intuito de sua requalificação. Todavia, pensando na logística de coordenação do projeto, como o estabelecimento dos objetivos e dos métodos para dar a cabo a estratégia proposta, concluímos que esta não seria a melhor opção devido à divergência de interesses entre o Projeto CCCG e o IHG.

Assim, embora simples e direta, a nomenclatura do projeto ficou definida somente como Inventário Participativo de Galópolis<sup>97</sup>, também por suscitar relações com a modalidade do Orçamento Participativo – método utilizado no país inteiro durante as gestões do Partido dos Trabalhadores para determinar e disponibilizar recursos às principais demandas locais –, que já havia trazido recursos à Galópolis em outros momentos, inclusive para a manutenção física do primeiro pavimento do Centro Comunitário, embora nunca tenha sido viabilizado para tal. Mas não se tratava de um projeto estatal e, de alguma forma, era necessário, ao mesmo tempo que propor relações, traçar limites entre ambas as modalidades.

Neste sentido, chegamos à segunda incógnita: qual seria a entidade associativa que assumiria a autoria do projeto? Traçamos algumas possibilidades: levar adiante pela AMOG, pelo Ponto de Cultura Galópolis Fortalecendo Laços ou pelo próprio CCCG. A primeira alternativa foi descartada de imediato pois, mesmo sendo atuante desde o final da década de 1980, a Associação dos Moradores de Galópolis, nos últimos anos, vinha sofrendo uma crise de legitimidade – e neste momento, cabe explicitar os argumentos suscitados para esta autocrítica. Nos últimos dois anos,

---

<sup>97</sup> Por vezes, para evitar repetições, o Inventário Participativo de Galópolis será referenciado neste trabalho por meio da sigla “IPG”, embora não seja um termo oficial.

iniciando em 2020, a entidade não vinha desenvolvendo as costumeiras atividades devido à Pandemia de Covid-19; aliado à isso, havia uma parcela significativa dos moradores de Galópolis que não se sentiam representados pela AMOG, seja pela falta de abertura nos processos decisórios, seja pelas pessoas que integram sua chapa (2019-2022), ou também pelo que transcrevi no Diário de Campo (ERLO, 2021-2022, p. 75) como “[...] aqueles que sempre reclamam e nunca fazem nada vão dizer que é por interesse pessoal da direção”. Sobre esta última, Varine (1987, p. 166) é categórico ao afirmar que

As demandas de meios materiais, e principalmente financeiros, aumentam a carga administrativa dos principais responsáveis e lhes retira o tempo precioso da ação concreta sobre o terreno, acarretando queixas da parte dos membros da comunidade se estimam lesados. Física e mentalmente, estes responsáveis, profissionais ou benévolos, se consomem na luta permanente contra os obstáculos de todos os tipos, mas também na atenção obrigatória exigida pela escuta. Podemos ver aí [a já mencionada] doença da ação, que ataca de preferência àqueles que estão mais expostos no trabalho comunitário cotidiano.

Da mesma forma, o Ponto de Cultura Galópolis Fortalecendo Laços, sendo o braço cultural da AMOG desde sua criação e composto majoritariamente pelos mesmos integrantes desta, também não fazia sentido. Assim, optou-se por correr o risco e ao mesmo tempo alcançar a potencialidade de utilizar o próprio coletivo do CCCG para executar o Inventário Participativo de Galópolis. Isto, todavia, significava que os responsáveis pela mediação do projeto – que desde o início foi reforçado ser coletivo, no intuito de valorizar as múltiplas subjetividades dos mediadores-mediados (VARINE, 1987), seriam os próprios membros do comitê gestor do Projeto CCCG e, para tal, era necessário promover a formação para nos apropriarmos integralmente das características do método e adaptá-lo aos nossos objetivos.

Mas antes da formação, embora Varine (1987) não cite – talvez pela sua temporalidade –, existe um fator determinante e que deve ser levado em consideração para um balanço das vitórias e fracassos do projeto: a comunicação. Ainda no dia 11 de janeiro de 2022 (ERLO, 2021-2022) iniciei um plano de comunicação que foi sendo adaptado ao longo de todas as etapas do projeto e contou com colagem de cartazes (figura 118) para alcançar o extrato da população do bairro que não acessava ou acessava pouco a internet, bem como um intenso processo de divulgação por meio

das redes sociais<sup>98</sup>, buscando alcançar as camadas mais jovens. Iniciamos a colagem de cartazes (figura 119) por pontos estratégicos de grande circulação no bairro (quadro 6) e distribuímos folders em quase todas as ruas do bairro, sempre circulando em três pessoas. Posteriormente, a Padaria Galópolis e a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia firmaram seu apoio e passaram a divulgar o IPG em seus alto-falantes ao menos duas vezes por semana até primeiro encontro, programado para acontecer no dia 8 de março de 2022, uma terça-feira, em dois horários – às 16h, para alcançar os moradores que iam à feira do agricultor e ao Brechó Amigópolis (realizados somente nas terças, movimentando o centro do bairro), além dos estudantes das duas escolas do núcleo urbano que também foram previamente convidados a participar e às 19h, para os trabalhadores.

Figura 118 - Cartazes de divulgação do Inventário Participativo de Galópolis



ERLO, 2021-2022, p. 81.

Figura 119 - Colagem de cartazes para divulgação do Inventário Participativo de Galópolis

<sup>98</sup> Ressalto que muitos dos seguidores das redes da AMOG e Ponto de Cultura não eram moradores de Galópolis, o que não os excluía de acompanhar os posts e participar do Inventário, caso fosse de interesse.



Processo de colagem dos cartazes do Inventário Participativo de Galópolis. Em lugares de grande circulação, como é o caso da fachada em frente a Praça Duque de Caxias do prédio do antigo Círculo Operário, optamos por colar as três versões dos cartazes para chamar mais a atenção, conforme trago em meu Diário de Campo (ERLO, 2021-2022, p. 87).

Nas redes sociais, definiu-se que entre o dia 11 de janeiro e 8 de março de 2022, a programação seria com ao menos três publicações semanais nos perfis da AMOG e Ponto de Cultura no *Facebook*, e o da AMOG no *Instagram* (quadro 6) – este seria o apoio de ambas as entidades neste primeiro momento, que compartilharam suas senhas para que eu fizesse a gestão destas redes – e grupos de *Whatsapp*, especificamente dois já existentes e que reuniam diferentes membros da comunidade: o “Vale del Profondo” e o “Galópolis”. Questionou-se diversas vezes se utilizar os perfis pré-existent das organizações associativas que não são as responsáveis pelo Inventário e possuem um estigma na comunidade não seria algo negativo, mas partiu-se da ideia de que iniciar perfis neste momento não traria um bom engajamento. Como alternativa, em toda a publicação, com legendas chamativas e lúdicas, destacar-se-ia o papel do Projeto CCCG – e isso ocorreu também nas imagens individuais, publicadas em carrossel e vídeos nos formatos de *reels* ou apenas publicados no *feed*, que seguiam três modalidades de comunicação: vídeos de chamamento, imagens explicativas sobre patrimônio cultural e a proposta do inventário participativo, além dos vídeos e stories do “isso é patrimônio de Galópolis?”, em que, na tentativa de estimular a participação quanto à atribuição de musealidade aos bens culturais e chamar a atenção ao IPG, o público poderia votar em enquetes virtuais<sup>99</sup>.

#### Quadro 6 – Plano de comunicação do Inventário Participativo de Galópolis - CCCG



<sup>99</sup> Após as publicações, sempre era feito um estudo de impacto, buscando compreender a modalidade de publicações que mais alcançava público. Percebeu-se que vídeos no formato de *reels* geravam um engajamento muito maior do que os vídeos tradicionais, imagens e stories, chegando a alcançar uma média de 3.500 visualizações com o uso das hashtags # logo abaixo à legenda explicativa.

**PLANO DE COMUNICAÇÃO DO INVENTÁRIO PARTICIPATIVO – CCCG 2022**

DATA	HORÁRIO	ESPAÇO	ESTRATÉGIA	DESCRIÇÃO
13/01	9h	Coluna de Memória – Jornal Pioneiro	Matéria sobre o Círculo Operário	-
20/01	9h30min	Cootegal, Moinhos Galópolis, Menny Doggy, Ordeo, Fortuna, NN's, Casarão, Poletto, Restaurante Vial/Zara Pub 7, Luciana Marchioro, Presente Arte, Academia Energia, Correios, Banrisul, Fort's Cabeleireiros, Lais Comerlato, Consultórios médicos (Dr. Jose, Dr. Ronei, Dr. Olivir e Dra. Michele), Rose Cabeleireira, Beatriz Cabeleireira, Exitus, Abastecedora Galópolis (Ponto do Café), JHD Agrimensura, SindiGal, Ravi Contabilidade, Padaria Galópolis, Café da Padaria, Café da R. Antônio Chaves, Loja Cristine, Livraria Galópolis, Sirtoli Materiais de Construção, Mercado Nostra Vitta, Veterinária Bem-Estar Animal, Cristal Maísa, Farmácia Sanar Floricultura JCM, Agropecuária Galópolis, Banca da Ana, Prosperitá Presentes, Gilmara, Mega Bazar, SRAG, Escola Ismael Chaves Barcellos, Ensino Médio Galópolis,	Colagem de cartazes Distribuição de folders em comércios	<p>Apresentação na hora de pedir ajuda na divulgação:</p> <p>O Centro Comunitário e Cultural Galópolis está desenvolvendo o projeto chamado inventário participativo. Ele integra a nova fase do Museu de Território de Galópolis, que agora vai ser gerido pela comunidade e, diferente do que aconteceu nas fases anteriores – onde não teve ampla participação comunitária – queremos que a definição do que é ou não patrimônio representativo de Galópolis parta dos próprios moradores e trabalhadores de Galópolis, de forma coletiva.</p> <p>A intenção do inventário participativo, dessa forma, é mapear os diferentes patrimônios culturais que a comunidade acha importante preservar. E por patrimônio, entendemos não só as casas, as construções que normalmente associamos ao passado, mas toda forma de representação cultural, desde os saberes, os conhecimentos do passado e do presente, a sociabilidade, os festejos, o artesanato, a gastronomia, etc., além do próprio patrimônio natural.</p> <p>Ele será feito através de encontros semanais que acontecerão a partir do dia 8 de março, em dois horários para pegar o maior fluxo de pessoas possível (16h e 19h). O primeiro encontro vai acontecer na frente da Igreja (e caso chover, dentro da Igreja), mas a intenção é que caminhemos pelo bairro para refletir sobre nosso território. Sinta-se convidado e pedimos que, caso você ache pertinente, cole esse cartaz em um local de grande visibilidade e distribua os folders.</p> <p>Qualquer informação pode ser obtida através do site e do telefone presente no material. Muito obrigada!</p>



		Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, Igreja Estrela do Amanhã Cinema, CCCG, Praça Fafalú, Parada de ônibus Fortuna, Parada de ônibus Posto		
20/01	20h	@amogalopolis no Instagram @pontodeculturagalopolis e @amogalopolis no Facebook Grupos de whatsapp Galópolis e Vale del Profondo	Divulgação do vídeo de chamamento curto 1 + cartaz fogo no Morro da Cruz	<p>🔔 O PATRIMÔNIO DE GALÓPOLIS ESTÁ QUEIMANDO, MAS AINDA PODEMOS SALVÁ-LO! 🔔</p> <p>Não é a primeira vez que Galópolis sofre com focos de incêndio, mas um de grandes proporções atingiu o Morro da Cruz, que ardeu por mais de 7 dias! 😞</p> <p>O Morro da Cruz emoldura a paisagem do nosso bairro e faz parte da nossa vida cotidiana.</p> <p>Assim como ele, muitos outros bens culturais que também fazem parte da nossa memória coletiva correm o risco de queimar, desaparecer, cair. 🙏</p> <p>Será que precisamos perdê-los para entendermos que preservá-los é importante?</p> <p>→ Se você acredita que precisamos preservar o patrimônio de Galópolis, participe do inventário participativo! Nosso objetivo é identificar os patrimônios culturais que a comunidade enxerga como importantes e pensar em formas de preservá-los.</p> <p>→ Vamos construir o inventário participativo juntos? Para mais informações acesse <a href="http://www.projetocccg.com">www.projetocccg.com</a> ou mande mensagem para o número (54) 996960634.</p> <p>#inventarioparticipativo #inventarioparticipativodegalopolis #galopolis #patrimoniocultural #cultural #historia #memoria #identidade #centrocomunitarioeculturalgalopolis #cccg</p>
29/01	18h	Prédio do Círculo Operário	Construção da faixa de luto pelo prédio do Círculo Operário e instalação	-

30/01	10h	Prédio do Círculo Operário	Ato de colocação das faixas no prédio do Círculo Operário durante os Jogos Coloniais da Festa Nacional da Uva	-
02/02	20h	@amogalopolis no Instagram @pontodeculturagalopolis e @amogalopolis no Facebook Grupos de whatsapp Galópolis e Vale del Profondo	Publicação de fotos e vídeos referentes ao ato de colocação das faixas de protesto no prédio do Círculo Operário.	<p><b>LUTO PELO NOSSO PATRIMÔNIO!</b></p> <p>No dia 30 de janeiro, durante os Jogos Coloniais da Festa Nacional da Uva, o coletivo Centro Comunitário e Cultural Galópolis pendurou duas faixas no prédio do antigo Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos, com os dizeres "LUTO PELO NOSSO PATRIMÔNIO".</p> <p>A ação foi feita pois o prédio histórico que sedia o centro comunitário do bairro completa três anos de interdição em 2022 e desde então vem se degradando pelo abandono e pela depredação.</p> <p>O Centro Comunitário e Cultural Galópolis resiste, em luta e em luto pelo patrimônio da nossa comunidade. Não podemos desistir!</p> <p>Participe dessa mobilização!</p> <p>#centrocomunitario #centrocomunitarioeculturalgalopolis #cccg #galopolisfortalecedolacos #galopolis #caxiasdosul #patrimoniocultural #historia #identidade #cultura #mobilizacao</p>
05/02	20h	@amogalopolis no Instagram @pontodeculturagalopolis e @amogalopolis no Facebook Grupos de whatsapp Galópolis e Vale del Profondo	Publicação das reportagens impressas e digitais da Coluna de Memória do jornal Pioneiro	<p> <b>PATRIMÔNIO DE GALÓPOLIS EM PAUTA</b> </p> <p>Nos dias 13, 14 e 25 de janeiro, a movimentação que a comunidade tem realizado em torno do patrimônio cultural de Galópolis ganhou destaque na coluna de Memória do Jornal Pioneiro.</p> <p>📌 As matérias destacaram a importância do prédio do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos, atual Centro Comunitário e Cultural Galópolis, tanto no passado como no presente, ressaltando seu papel para o futuro do nosso bairro.</p> <p>📌 O inventário participativo também foi citado como uma importante ferramenta para que nós, moradores de Galópolis, tenhamos voz na seleção do que é representativo para a nossa própria história.</p>

				<p>E aí, o que você achou das matérias? 🤔</p> <p>Agradecemos e parabenizamos o trabalho do jornalista @lopes.rodriigo73 que sempre esteve do lado das mobilizações comunitária pelo patrimônio de Galópolis.</p> <p>Participe do inventário participativo que acontecerá no dia 8 de março, em dois horários (16h e 19h), em frente a Igreja Matriz de Galópolis.</p> <p>#patrimoniocultural #inventarioparticipativo #cultura #historia #identidade #memoria #mobilizacaocomunitaria #galopolis #caxiasdosul #centrocomunitarioeculturalgalopolis #cccg</p>
13/02	13h30min	Rua Antônio Chaves Rua Félix Spinato Rua Ismael Chaves Rua Edvigés Galló	Entrega de folders	-
14/02	18h	Rua João Mincato Rua Jacinto Vial Rua Nicodemos Comerlato	Entrega de folders	-
15/02	18h	Rua José Bolfe Rua Orestes Manfro	Entrega de folders	-
16/02	18h	Rua José Comerlato Rua José Casa Rua Faustino Tisott Rua Pedro João Matté Rua Paulino Chaves Rua João Laner Spinato	Entrega de folders	-
17/02	20h	@amogalopolis no Instagram @pontodeculturagalopolis e @amogalopolis no Facebook Grupos de whatsapp Galópolis, Vale del Profondo e Grupo Solidariedade	Publicação do vídeo sobre o que é o inventário participativo + caixinha de perguntas nos stories	<p>🤔 O QUE É O INVENTÁRIO PARTICIPATIVO? 🤔</p> <p>Você deve ter percebido cartazes espalhados por Galópolis que falam sobre um tal de INVENTÁRIO PARTICIPATIVO... mas o que é isso? Deixa que a gente te explica! 🗣️</p> <p>➡️ O inventário participativo é uma ferramenta utilizada pelas comunidades para identificar seus patrimônios culturais e assim buscar formas de preservá-los, garantindo o desenvolvimento dos lugares onde moram.</p> <p>➡️ Mas na prática, como ele vai acontecer em Galópolis? Vamos nos reunir para falarmos sobre nossas memórias e analisarmos, com base nelas, o que é importante</p>

				<p>para Galópolis. Essas coisas importantes passarão a ser consideradas patrimônio cultural do nosso bairro!</p> <p>📍 Então, bora participar do INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DE GALÓPOLIS? Para participar é só estar presente na frente da Igreja de Nossa Senhora de Rosário de Pompéia no dia 8 de março, as 16h ou as 19h (você pode escolher um dos horários). É totalmente de graça e as únicas coisas que você precisará levar são suas lembranças!</p> <p>🔍 Ficou alguma dúvida? Não deixe de comentar aqui embaixo! Ao longo da semana traremos mais informações e curiosidades sobre esse processo que só pode ser feito por nós, moradores que convivemos diariamente com esses patrimônios!</p> <p>O QUÊ: Inventário Participativo de Galópolis  QUANDO: 8 de março, as 16h e as 19h (em dois horários)  ONDE: em frente a Igreja de Nossa Senhora de Rosário de Pompéia  QUANTO: totalmente gratuito</p> <p>#inventarioparticipativo #inventarioparticipativodegalopolis #patrimoniocultural #historia #memoriaviva #identidade #gestaocomunitaria #centrocomunitarioeculturalgalopolis #galopolis #caxiasdosul</p>
17/02	18h	Rua Antônio Furlan Rua Dom José Baréa Rua Fernando Guizzo Rua João Marchi	Entrega de folders	-
18/02	20h	BR 116 Travessão Presidente Vargas Rua Virgínia Dalpan Comerlato Travessão Gomes	Entrega de folders	-

Outros dois meios de divulgação foram utilizados: matérias publicadas na coluna de Memória do Jornal Pioneiro e um ato simbólico representando o luto da comunidade frente ao descaso com o patrimônio cultural. As mídias impressas e virtuais do periódico diário local trouxeram grande visibilidade ao projeto, percebida imediatamente pelo aumento de seguidores nas redes sociais. O jornalista Rodrigo Lopes, parceiro da iniciativa do Centro Comunitário e Cultural Galópolis já vinha publicando matérias sobre a mobilização em torno do Círculo Operário desde 2021 e intensificou a comunicação após enviarmos um release sobre o IPG – totalizando treze reportagens, a maioria em folha inteira no jornal impresso (figura 120), entre os dias 14 de janeiro e 11 de agosto de 2022.

Já o ato simbólico ocorreu no dia 30 de janeiro de 2022, dia em que, durante a programação dos Jogos Coloniais da Festa da Uva realizados no bairro, estendemos duas faixas no prédio do Círculo Operário nas duas laterais de maior visibilidade (figura 121) – uma voltada para a rua e outra à Praça Duque de Caxias. Tais faixas foram construídas artesanalmente por membros da comissão gestora do CCCG nos dois dias que antecederam o evento (figura 122). Até o momento da escrita desta dissertação, uma das faixas continua onde foi instalada, completando um ano de representação do descaso com o patrimônio cultural – a outra, dado o seu suporte fino de TNT, acabou rasgando, ou pelo menos é o que queremos acreditar.

Figura 120 - Primeira matéria de divulgação do Inventário Participativo de Galópolis feita por Rodrigo Lopes

# Memória



RODRIGO LOPES

rodrigolopes33@gmail.com

Pioneiro 14  
QUINTA-FEIRA, 13 DE JANEIRO DE 2022

## Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos: passado e futuro em discussão

Ponto de referência sócio-cultural da comunidade de Galópolis, o degradado prédio do antigo Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos, em frente à praça, entrou 2022 com duas boas notícias: o provável tombamento pelo Patrimônio Histórico do Município – solicitado pela Associação de Moradores, em novembro – e a indicação da Câmara de Vereadores para que R\$ 1 milhão dos R\$ 11 milhões devolvidos pelo Legislativo ao Executivo seja aplicado na recuperação de sua estrutura.

Além disso, na terça (11), o prefeito Adiló Didomêico autorizou um estudo de reforma do telhado como medida preventiva para evitar maiores danos ao prédio, comprometido de alto a baixo – desde 2011, o complexo pertence à prefeitura.

Enquanto essas definições não se concretizam, recordamos um pouco da história do lugar, que abrigou a última sede do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos, atrelado ao Lanifício São Pedro, e a sede



Projeto de Dario Granja Sant'Anna: a construção do prédio em meados de 1958, no centro de Galópolis

administrativa do Lanifício Sehbe, entre 1980 e 1999.

### TRAJETÓRIA

O Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos funcionou inicialmente junto

a uma edificação de madeira adornada por lambrequins, típica da arquitetura colonial italiana. Construído para abrigar o Círculo de Leitura, fundado em 16 de novembro de 1929, o casarão localizava-se na esquina das ruas Ismael

Chaves e Antônio Chaves e sediava a Cooperativa de Consumo, a Caixa de Socorro Mútuo, os grupos de boia, bocha e futebol, o cinema e uma biblioteca. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, fundado

em 1939, também se estruturou ali, antes de receber a sede própria, em 1951.

Em 1939, uma nova edificação começou a ser construída, agora na esquina das ruas Pedro Chaves e Ismael Chaves. A sede operacional de serviços assistenciais passou a receber o ambulatório médico e farmácia, o jardim de infância e a Cooperativa de Consumo.

Já a antiga casa de madeira foi demolida na primeira metade dos anos 1950, em decorrência da construção de uma edificação maior, em alvenaria, para abrigar a sede social. Erguida entre 1953 e 1955, a nova estrutura foi inaugurada somente em 1964, no quarteirão compreendido entre as ruas Pedro Chaves, Ismael Chaves e Hércules Galló e a Praça Duque de Caxias.

Nas fotos, três momentos do prédio, que dialoga com o cotidiano de diversas gerações de galopolenses: a construção, em 1958; quando foi sede administrativa do Lanifício Sehbe, nos anos 1980; e à época da interdição, em 2019.



O prédio nos anos 1980, quando abrigava os escritórios e a administração do Lanifício Sehbe



O prédio à época da interdição por risco de incêndio, em 2019

## Inauguração em 1964

Projetado por Dario Granja Sant'Anna, o edifício de três pavimentos oferecia três salões de festas, um restaurante, barbearia, salas de jogos, aposentos para a família do economista e quartos destinados aos estagiários do lanifício.

Conforme reportagem do jornal Pioneiro, os associados festejaram a inauguração do moderno ambiente em outubro de 1964. Porém, antes da inauguração, em maio daquele ano foi realizado o

jantar comemorativo aos 50 anos de casamento de Marieta Mazzuchini e Antônio Rigon.

Entre os convidados esteve João Laner Spinato, então gerente do Lanifício São Pedro e um dos fundadores do Círculo Operário, em 1929. Na foto vê-se Spinato (em pé) enaltecendo a satisfação de participar de um encontro festivo e familiar no salão do Círculo. À mesa estão ainda a esposa Luíza, o padre Adelino Schneider, e o casal Antônio e Marieta.

## Múltiplas ocupações

Durante a administração Sehbe, de 1980 a 1999, o espaço do antigo salão de bailes foi transformado em atacado de tecidos. Na parte térrea, permaneceram a cozinha e o restaurante. Já as demais dependências do prédio viraram escritórios da empresa.

Porém, desde a aquisição do prédio pelo Poder Público, em 2011, até hoje, o local passou por uma série de ocupações e, principalmente, desocupações, que impediram a execução do projeto de revitalização – a

ideia é transformá-lo na sede oficial do Centro Comunitário e Cultural Galópolis, atendendo às demandas que surgiram logo após essa transação.

**A saber 1:** mesmo antes da aquisição pelo Município, a Associação de Moradores de Galópolis (AMOG), ainda que informalmente, já utilizava o espaço para armazenamento de materiais utilizados em eventos organizados no bairro, como a Semana de Galópolis e o Natal no Vale Iluminado.

**A saber 2:** além da sede da AMOG, o prédio abrigou o Clube de Mães La Mamma, O Grupo de Artesanato Galoarte, o Ponto de Cultura Fortalecendo Laços e o Núcleo Expográfico do Museu de Território de Galópolis. Com a interdição pelo Corpo de Bombeiros, em 2019, todas as atividades ali foram suspensas – decisão que a comunidade espera reverter com o provável tombamento do prédio e um plano de recuperação e conservação por parte do Município.



João Spinato, um dos fundadores do Círculo, junto da esposa Luíza, do casal Antônio e Marieta Rigon e do padre Adelino Schneider (E)

### LEIA AMANHÃ

■ A riqueza arquitetônica do espaço e as lembranças dos moradores de Galópolis sobre o Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos. Saiba mais: Facebook "Ponto de Cultura Galópolis" e Instagram @pontodeculturagalopolis e @amogalopolis.



## Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos ontem e hoje

Proseguimos hoje com a abordagem histórica sobre o prédio da antiga sede social do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos, atrelado ao Lanifício São Pedro, em Galópolis. A partir do pedido de tombamento pelo Patrimônio Histórico do Município, encaminhado pela Associação de Moradores de Galópolis em novembro, a comunidade busca recuperar o espaço que abrigou as mais variadas atividades culturais, desportivas, filantrópicas e de entretenimento a partir do início dos anos 1960.

Um recorte da importância do prédio para a comunidade local foi recordado pelas irmãs Vera Vial Rosso e Regina Maria Vial Felippi (in memoriam) no podcast *Memórias de Galópolis*, conduzido pela historiadora Geovana Erlo. Vera e Regina são netas do senhor Angelo Vial, ecônomo que residia no último pavimento da sede social do Círculo Operário, e de dona Antônia Cesa Vial, responsável pelo zelo do restaurante e do imóvel como um todo – tarefa assumida posteriormente pela filha Aurora, mãe de Vera e Regina.

O depoimento traz algumas características das atividades realizadas pelo Círculo, sobretudo em relação aos antigos festejos:

*“A cozinha era adequada para até 100 pessoas ou menos. Quando tínhamos festas grandes, trabalhava-se em um galpão, apenas com telhado e uma churrasqueira de tijolos. Se a festa fosse no sábado, na quinta-feira matavam-se os frangos e as galinhas. Estas aves vinham de aviários e eram colocadas amarradas pelas pernas em um pau comprido e mortas pela boca. Após, lavadas com mangueira, retirados os miúdos e, por fim, refrigeradas. Isto tudo na quinta-feira. Na sexta-feira, à tarde, eram convidados amigos e vizinhos para fazer os agnolines. Uma tia de meu pai, Nona Regina, é que fazia todos os cálculos para a comida. Exemplo: quanto de batata, frango, arroz, sopa para cada pessoa. Para cada cinco pessoas, uma travessa de maionese de batata e uma travessa de salada. Um punhado graúdo de arroz por pessoa etc. Tudo (feito) de cabeça. O caldo e arroz e o galeto eram cozidos embaixo do bannião, fizesse chuva ou frio, e após eram levados à cozinha para colocar nas travessas. Era comida feita como em um acampamento, com os panelões pretos de ferro e lenha queimando. Após, era colocada água para ferver e lavar a louça. Trabalho tortuoso, difícil, mas a comida era muito saborosa”.*



O prédio da sede social do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos nos anos 1980, quando já abriga os escritórios do Lanifício Sehbe

### Riqueza arquitetônica

Integrante do antigo patrimônio do Lanifício São Pedro, o prédio do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos – posterior sede administrativa do Lanifício Sehbe – integra-se ao rico conjunto arquitetônico da chamada Vila Operária, inspirada na arquitetura das vilas operárias inglesas, com casas geminadas em tijolo aparente.

Também estão presentes na edificação até hoje uma série de elementos de valor arquitetônico inquestionável: o revestimento de cirex da fachada, os cobogós (elementos vazados), o forro, o lambril, os ladrilhos hidráulicos, as escadarias em madeira, os parquets e os azulejos. Sem falar nas pinturas psicodélicas feitas por Mário Basso e Zeção Fontana na antiga boate.

Foi lá, por exemplo, que Magda Comerlatto Fontana celebrou seus 15 anos, em 3 de junho de 1973. O agito reuniu familiares, convidados e o então namorado, Paulo Roberto Fontana – com quem a jovem casou em 9 de maio de 1980. Na imagem abaixo, Magda aparece com os amigos José Carlos Nicoletti (à esquerda), Mauro Basso, Rapone, Lino Uez e Luis Antonio Fontana.



Detalhe das escadarias do segundo andar, local do salão de festas

### Centro cultural

Conforme o laudo que acompanha o projeto de tombamento do prédio, elaborado pela Associação de Moradores de Galópolis (AMOG), várias entidades e uma série de atividades devem contribuir para movimentar o espaço após a aguardada revitalização. Tudo por meio do Centro Comunitário e Cultural Galópolis.

Entram aí as sedes da AMOG, do Ponto de Cultura Fortalecendo Laços, da Amigópolis, do Clube de

Mães La Mamma, do Grupo de Artesanato Galoarte, da Biblioteca Comunitária, do segundo núcleo expográfico do Museu de Território e das atividades do pacto de amizade entre Galópolis e a cidade italiana de Córbole.

Outras atividades seriam cursos profissionalizantes nas áreas de gastronomia, têxtil (costura) e de formação de mediadores para o patrimônio cultural do bairro, além de um núcleo de gestão, pesquisa e preservação patrimonial.

FOTOS RONI RIGON, BANCO DE DADOS



Galópolis, 2014: os desenhos de Mário Basso e Zeção Fontana na antiga boate, onde ocorreu a festa de Magda Comerlatto Fontana, em 1973 (mesmo ângulo da foto ao lado)

### INVENTÁRIO PARTICIPATIVO

■ Visando despertar o interesse da comunidade para a importância do patrimônio material e imaterial do bairro, a historiadora Geovana Erlo, com o apoio da comissão do Centro Comunitário e Cultural Galópolis, fará a mediação do “Inventário Participativo”. O encontro ocorre dia 8 de março, das 16h às 19h, em frente à Igreja Matriz. Mais informações pelo (54) 99696.0634 ou pelo [www.projetocccg.com](http://www.projetocccg.com).

INÉS MUNER, ARQUIVO DE FAMÍLIA, DIVULGAÇÃO



Festa de 15 anos de Magda Comerlatto Fontana na antiga boate do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos, em 3 de junho de 1973. A partir da esquerda, José Carlos Nicoletti, Mauro Basso, Rapone, Lino Uez e Luis Antonio Fontana

Rodrigo Lopes publicou duas reportagens em dois dias seguidos para dar início à divulgação do Inventário Participativo de Galópolis, respectivamente nos dias 13 e 14 de janeiro de 2022, disponíveis na versão impressa e virtual do Jornal Pioneiro (ERLO, 2021-2022, p. 93).

**Figura 121 - Ato simbólico “luto pelo nosso patrimônio cultural”**



Exposição da faixa construída “luto pelo nosso patrimônio” na fachada em frente ao Cine-Operário de Galópolis, no dia da realização dos Jogos Coloniais da Festa da Uva 2022 (ERLO, 2021-2022, p. 104).

**Figura 122 - Construção da faixa “luto pelo nosso patrimônio”**



Processo de construção da faixa ocorrido entre os dias 28 e 29 de fevereiro de 2022 na praça Duque de Caxias, com o objetivo de instigar a curiosidade dos moradores que por lá passavam. A confecção foi feita por Rita Furlan, Rosa Maria Diligenti e Geovana Erlo com tinta acrílica branca sobre TNT preto com base na frase definida pela comissão gestora do Projeto CCCG em reunião virtual (ERLO, 2021-2022, p. 102).

Em paralelo à divulgação, realizamos a etapa da formação (VARINE, 1987), realizada de forma intensiva ao longo dos dias 24, 25, 26 e 27 de janeiro de 2022, na modalidade híbrida. Os que podiam participar presencialmente encontravam-se às



18h30min e permaneciam na sede da Exitus até 21h, sendo este o mesmo período de transmissão para os que acompanhavam de casa – que ficou gravada, como registro da etapa formativa. O recurso didático partiu do curso “Inventário Participativo”, ofertado de forma gratuita pela plataforma SaberMuseus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Em grupo, líamos os aspectos principais das aulas virtuais – eu ajudava na mediação – e debatíamos a pertinência para a aplicação na nossa realidade. No último dia de formação, recebemos a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Maria Dalla Zen (figura 123), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que nos auxiliou a pensar em formas de desenvolver o Inventário apresentando a experiência do Museu das Ilhas e do Museu da Lomba do Pinheiro, ambos localizados em Porto Alegre e contando com o apoio do curso de Museologia e PPGMusPa da UFRGS. No Diário de Campo (ERLO, 2021-2022), dei entrada com algumas considerações:

[...] tiramos algumas dúvidas com ela, como por exemplo, se a baixa adesão da comunidade impossibilita ou invalida o inventário – ela afirmou veementemente que não, que é impossível envolver toda a comunidade e que o importante é buscar pessoas chave que se dispuseram a falar. Outra dúvida era e se podemos criar uma escala de critérios prioritários para a escolha de bens mapeados a terem seu estudo aprofundado. Na sua fala, ela destaca que “[...] a gente tem total liberdade para fazer como a gente quer; o que não se pode fazer é ter uma atitude autoritária. Então, a gente, por exemplo, esse prédio, do Círculo Operário, ele é relevante? Ele deve ter milhões de histórias que não foram contadas sobre ele... quantas pessoas que passaram por ele e ainda estão vivas e que poderiam verbalizar essas coisas... Outra coisa: fotografias! Aquelas caixinhas de sapato cheias de fotografia são uma das grandes fontes que a gente encontra. A gente pergunta: ‘ah, tu participaste do Círculo Operário em tal época... tu tem alguma foto daquela época? Tu te lembra de não sei o quê’. Então a coisa vai surgindo, vai emergindo, vai aparecendo... são coisas que as pessoas esquecem. Tão guardadinhas na memória, mas ainda não é uma lembrança. Então a gente tem que ativar as lembranças das pessoas, com humildade [...]”. Em seguida, ela falou sobre o prédio do cinema e a Rosa ficou muito feliz em ouvi-la [já que é neta do criador do cinema] e aproveitou para ressaltar que o pároco local autorizou que criemos o pedido de processo de tombamento do prédio e tem buscado formas de articular o restauro deste com o objetivo de transformá-lo novamente em um cinema. Em diversas vezes ela ressaltou que os protagonistas são a comunidade e não os técnicos do patrimônio, arquitetos ou museólogos – estes podem pesquisar sobre, mas em nenhum momento devem intervir sem a autorização da comunidade. E por fim, perguntamos como os projetos que ela atuou engajaram as novas gerações, se havia uma relação com as escolas. Sua resposta foi empolgada, falando que, com o objetivo inicial de fazer com que os painéis criados pelo Museu das Ilhas não fossem danificados pelos jovens, a comunidade levou-os às escolas e eles acabaram se apropriando tanto dessa história, que nada foi feito a eles – os únicos danos foi feito por moradores que não concordaram com o que estava escrito e rasuraram “É MENTIRA!”. (ERLO, 2021-2022, p. 153-154).

**Figura 123 – Reunião híbrida com a presença da Profª Drª Ana Maria Dalla Zen durante o processo de formação interna para o Inventário Participativo de Galópolis.**



ERLO, 2021-2022, p. 152.

Aproveitei o momento para apresentar um cronograma feito com base no que havíamos estudado e pedi que debatêssemos a sua pertinência, adaptando-o de acordo com as necessidades evidenciadas (quadro 7) e anotei as reações obtidas a partir da breve explanação, que revelam os tensionamentos inerentes à dinâmica do grupo:

**Quadro 7 - cronograma inicial de aplicação do programa do Inventário Participativo de Galópolis**

ETAPA	MOMENTO	DURAÇÃO	PREVISÃO
1	FORMAÇÃO/CAPACITAÇÃO INTERNA <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Contato com lideranças e entidades locais para sensibilizar</b> acerca da importância de se fazer o inventário participativo para Galópolis;</li> <li>• <b>Formação/capacitação interna</b> das lideranças e entidades locais que <b>mediarão o inventário participativo</b>;</li> <li>• <b>Construção do planejamento inicial</b> para o inventário participativo <b>junto dos mediadores do inventário</b>;</li> <li>• <b>Divulgação</b> do inventário participativo através de cartazes, folders e publicações em redes sociais;</li> </ul>	4 encontros	Janeiro-fevereiro 2022
2	MOBILIZAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>INÍCIO DO INVENTÁRIO</b>: iniciar <b>com todo o grupo</b> perguntando <b>o que é Galópolis e o que em Galópolis pode ser usado para simbolizar o que Galópolis é</b> – o passado, o presente e o futuro;</li> <li>• <b>Mapear as referências culturais</b> (podendo voltar com frequência para <b>reavaliar</b> esse mapeamento);</li> <li>• Criar <b>categorias de patrimônio cultural</b> e elencar as referências culturais;</li> </ul>	4-6 encontros	Março-maio 2022
3	ORGANIZAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar um <b>roteiro coletivamente</b> que, com base na <b>necessidade de preservação</b>, elenque quais bens devem ser pesquisados <b>primeiro</b> (sugestão: Prédio do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos);</li> <li>• Criar <b>grupos</b> que se responsabilizem por <b>coletar informações</b> sobre os bens prioritários;</li> </ul>	1-2 encontros	Maio 2022
4	CRIAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA PARA INVENTÁRIO <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Formação/capacitação</b> dos grupos de acordo com as funções necessárias;</li> <li>• Construção das <b>fichas de inventário</b> de acordo com as categorias estipuladas e os bens prioritários;</li> </ul>	2-3 encontros	Maio-junho 2022
5	APLICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA PARA INVENTÁRIO <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Coleta e pesquisa</b> de informações sobre os bens prioritários;</li> </ul>	4-6 saídas a campo	Julho-agosto 2022
6	SISTEMATIZAÇÃO E VALIDAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Análise coletiva das informações</b> obtidas sobre os bens prioritários;</li> <li>• Criação de <b>instrumentos para sistematização</b> de informações;</li> <li>• <b>Sistematização</b> de informações.</li> </ul>	4-5 encontros	Setembro 2022
7	DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS <ul style="list-style-type: none"> <li>• Escolha de <b>métodos para divulgar os resultados da sistematização</b> de informações referentes aos bens prioritários;</li> <li>• <b>Construção dos produtos</b> para divulgação dos resultados;</li> <li>• <b>Apresentação dos produtos de divulgação para a comunidade</b>;</li> </ul>	2-3 encontros	Setembro-outubro 2022
8	AUTOAVALIAÇÃO E RETOMADA DA ETAPA 3 <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação e aplicação de instrumentos para a <b>autoavaliação</b> do grupo;</li> <li>• <b>Seleção de novos bens para inventariar</b>.</li> </ul>	1-2 encontros	Outubro 2022

ERLO, 2021-2022, p. 157.

Terminei de apresentar e vi que todos se mantiveram quietos. Fiquei apreensiva. Perguntei o que acharam e o que podemos fazer para melhorar esse planejamento. [...] <sup>100</sup> iniciou falando que, com base no que foi estudado e no que a Dalla falou, basicamente é isso que precisamos fazer, mesmo que seja bastante trabalho. É verdade, é bastante coisa. Fiz a contagem e totalizamos cerca de 31 encontros (embora essa conta tenha dado números diferentes na nossa ótima matemática, hehe; 27 encontros tirando os 4 iniciais de formação interna) com o grande grupo – mas o nosso trabalho interno já totaliza muito mais horas. O fato é que pode ser muito mais rápido, mas também pode ser mais demorado e deixei isso claro. [...] me perguntou: e depois disso, o que acontece? Falei que se o grupo quiser, esse pode ser um processo contínuo que nunca vai acabar. Vai depender da vontade de todos. E não necessariamente precisa ser simultâneo – podemos dar um tempo entre uma fase e outra, entre um bem e outro. Depois de um longo período de silêncio (o que me deu muito medo), [...] começou a falar sobre suas impressões e falou que o plano de trabalho deveria constar ao longo da etapa 2, ainda na mobilização pois sem uma definição norteadora, não vamos conseguir sequer mobilizar a comunidade. Concordei e apontei que ainda na etapa 1 consistia na criação de um plano interno. Ok. [...] falou que em todas as etapas precisamos de bastante gente. [...] tocou na informação apontada pela Dalla de que poucas pessoas não invalidam o inventário, justificando para o caso dela, como pesquisadora universitária em um contexto completamente diferente, pode não importar, mas para nós, que temos o objetivo de mobilizar a comunidade em torno da preservação do patrimônio, importa sim, e muito! [...] prosseguiu, falando que os itens 2 e 3 devem ser comprimidos em menos encontros, pois seu medo é que as pessoas não permaneçam esse tempo todo. [...] assumiu o norte da fala, falando que não precisamos de um grande número de pessoas – o que fez com que [...] não concordasse –, e que nós fizemos tudo que podíamos, inclusive entregaremos folder de casa em casa chamando o pessoal. O ar tensão pairava sobre o grupo. [...].

Diante disso, [...] continuou e nos questionou: o que nós queremos de tangível para o dia 8? [...] falou que queria muita gente nos dois horários e que essas pessoas entendam o que for passado e participem e elenquem os bens culturais. [...] continuou perguntando: “[...] mas o que é que vamos gerar a partir disso? Uma coisa que dê para pegar na mão...”. Pensei em uma foto e quando [...] perguntou no que a foto nos ajudaria, falei que poderia estimular mais pessoas a participarem. [...] falou que provavelmente isso não acontecesse, porque a tendência é que o número de pessoas diminua de um encontro para o outro e não aumente – de certa forma, é verdade. [...] deu a ideia de fazermos uma lista de patrimônios e pedirmos para eles votarem no primeiro dia. Pedi se isso já não era induzir. De fato é. Falei que, na minha opinião – passível de ser completamente modificada –, no primeiro dia nós receberíamos as pessoas, falaríamos sobre o que é o inventário, explicaríamos o que queremos delas, daríamos bolo e suco e pediríamos para voltarem. Mas [...] falou que nada garante que eles voltem. É verdade. Precisamos de algo palpável ainda no primeiro dia. Diante disso, várias ideias surgiram: pedir votação em um grupo de WhatsApp, redigir uma ficha para assinalarem, criar um painel e ir anotando as sugestões... Ficamos divagando sobre o quão benéfico – ter algo palpável do primeiro encontro – e maléfico – ter informações muito rasas – esses recursos ainda no primeiro encontro seriam. Definimos que como objeto do primeiro encontro teremos a entrega dos caderninhos com uma pergunta a ser respondida para o próximo encontro: “o que é importante para Galópolis?” ou ainda, “o que você gostaria de ver no segundo encontro? (ainda pode ser alterada). E com base no grupo

---

<sup>100</sup> Mesmo todos autorizando o uso das informações obtidas ao longo de todo o processo do Inventário Participativo de Galópolis, optei por censurar os nomes em alguns momentos para não expor os integrantes do projeto.

de Whatsapp, vamos lembrando da importância de voltar para o segundo encontro e entraremos em contato pessoalmente para saber se a pessoa estará presente – caso contrário vamos até sua casa buscar sua resposta. E além da persuasão via grupo, partimos para a persuasão na nossa fala no dia. É importante termos um “storytelling” persuasivo no primeiro dia – e sem citar turismo, pois isso pode gerar dissidências logo de cara e também para não confundir nossa mobilização com a dos empresários de fora; NÃO PODEMOS USAR A PALAVRA TURISMO.

A necessidade da urgência faz-se presente na comunidade de Galópolis, conforme o relato acima evidencia. Porém, enquanto o tempo do patrimônio industrial em risco de colapso é um, o da mobilização comunitária é outro – o que Varine (1987) apontou como uma duração relativa, por vezes coexistindo distintas percepções de temporalidade. Foi nesta situação que, mais do que apenas animadores e animados, foi preciso assumir o estatuto de mediadores, mediando interesses endógenos e exógenos do grupo para definir os objetivos do Inventário Participativo de Galópolis, em consonância com os do Projeto CCG: “mobilizar os moradores e ex-moradores em torno da gestão do patrimônio cultural do bairro para estimular a autonomia, a dignidade e o desenvolvimento comunitário e garantir o futuro de Galópolis” (ERLO, 2021-2022, p. 176). E com base nisso, também definimos como seria a mediação do IPG propriamente dito: a Renata Brustolin, o Leandro Vignochi e eu mediaríamos as discussões nos primeiros encontros, buscando estimular a autonomia dos participantes até que estes se sentissem à vontade para assumir tal função.

A mediação trouxe a adaptação proposta ao cronograma, que ao invés de 8 etapas, conforme teria inicialmente, aglutinou-se algumas para compactá-las em 5 (quadro 8): a primeira, etapa no primeiro cronograma, desapareceu do segundo pois já havia sido realizada e, por ser uma formação interna, alguns membros da comissão CCG não viram sentido em mantê-la como momento a ser apresentado à toda a comunidade – de tal forma, a primeira etapa da nova diagramação consistiu no processo de identificação dos patrimônios de Galópolis, fazendo uso do termo genérico de patrimônio cultural ao invés de segmentar em patrimônio industrial; a segunda etapa sucede a identificação, quando, por meio de critérios definidos conjuntamente, selecionar-se-á um ou mais patrimônios para iniciar a pesquisa – próximo do que seria a antiga etapa 3; esta, por sua vez, no novo cronograma, juntou as etapas 4, 5 e 6; ao passo que em ambos os quadros a construção de um produto com base na sistematização dos dados e a autoavaliação surgem como, respectivamente, penúltima e última etapas.

Diante disto, haveria uma redução de cinco meses de trabalho e uma diminuição drástica também no comprometimento da reduzida equipe da comissão do Projeto CCCG – que para Varine (1987), seria inviável, em se tratando de uma ação e não apenas uma ação pontual. De toda forma, o planejamento assim se seguiu e foram traçados formalmente os objetivos do Inventário: preservar o patrimônio cultural de Galópolis e estimular a gestão comunitária de seu território, sem mais ser necessária a tutela ao menos sobre as atividades culturais do bairro (ERLO, 2021-2022).

Porém, ainda havia uma questão: alguns membros do grupo acreditavam que, necessariamente, era necessário incentivar à seleção do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos como primeiro bem a ser preservado e que, não sendo possível induzir os participantes do Inventário, ao menos no primeiro encontro deveríamos chegar com critérios de seleção previamente estipulados. Embora eu me opusesse, conforme Varine (1987) afirma, o trabalho em prol do desenvolvimento comunitário implica não supressão da autorrealização. Assim, definiu-se três critérios a partir dos mediadores cabeças: o de representatividade; o de risco de desaparecimento; e o de possibilidade de requalificação para melhorias no bairro.

**Quadro 8 - Cronograma final de aplicação do programa do Inventário Participativo de Galópolis**

ETAPA	MOMENTO	DURAÇÃO	PREVISÃO
1	<b>Identificação</b> dos patrimônios culturais de Galópolis	3 encontros	Março de 2022
2	<b>Seleção</b> dos patrimônios prioritários para início de pesquisa	1 encontro	Março de 2022
3	<b>Pesquisa</b> e catalogação de acervo	4 encontros	Abril de 2022
4	Construção de um <b>produto</b> para apresentação dos resultados da pesquisa	3 encontros	Maió de 2022
5	<b>Autoavaliação</b>	1 encontro	Maió de 2022
<b>Retorno</b> à etapa 1			

ERLO, 2021-2022, p. 169.

A mediação seguiu até o começo do Inventário Participativo de Galópolis propriamente dito, iniciado oficialmente no dia 8 de março de 2022, nos já citados dois horários. Neste momento, para evitar a desmobilização da comissão gestora do CCCG, convidamos mais moradores para integrar a equipe de coordenação da ação

IPG: Cíntia Moschen, fotógrafa que se disponibilizou a registrar os encontros de forma voluntária, Leonardo da Rosa, morador que auxiliaria na organização do espaço para os eventos e Naylane Sartor, graduanda em História que ficou responsável pela efetivação do plano de comunicação previamente criado, sobretudo no gerenciamento das redes sociais. Todos estavam presentes, inclusive a equipe inicial da comissão do Projeto CCCG. Às 16h, o foco era alcançar os transeuntes da praça, feira, brechó, Igreja e estudantes do bairro e, por isso, dadas as boas condições climáticas, o encontro aconteceu ao ar livre, na lateral com sombra da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia; já no horário das 19h, queríamos alcançar moradores-trabalhadores e, por ser noite, pedimos a autorização do pároco local para utilizar o interior do templo.

As características dos participantes divergiram muito entre os horários: enquanto à tarde participaram principalmente jovens do ensino fundamental – os alunos da escola de Ensino Médio Galópolis não participaram devido a um cronograma interno previamente estabelecido, conforme a coordenadora pedagógica informou (ERLO, 2021-2022) – e aposentados – idosos que ficaram sabendo do projeto por meio dos cartazes e entrega de folders e mostraram-se interessados na proposta (figura 124). Já no turno da noite, percebeu-se a presença majoritária de adultos, mas também idosos – como ainda há um ar “provinciano” (VARINE, 1987) em Galópolis, todos os presentes já se conheciam, bem como os mediadores cabeça – inclusive eu, que participei da entrega dos folders e, sempre que possível, me apresentava como voluntária do Inventário Participativo de Galópolis ao invés de profissional do Instituto Hércules Galló –, percebeu-se que quase a totalidade dos presentes eram trabalhadores<sup>101</sup>, ex-trabalhadores e descendentes de trabalhadores do Lanifício (figura 124).

---

101 Um dos objetivos era entregar folders convidando para o projeto nas indústrias locais, buscando alcançar, inclusive os novos imigrantes de Galópolis: famílias venezuelanas e senegalesas que encontraram no bairro uma possibilidade de trabalho. Este extrato, todavia, não se fez presente nos encontros do IPG, sendo necessário pensar em alternativas para sua inclusão.

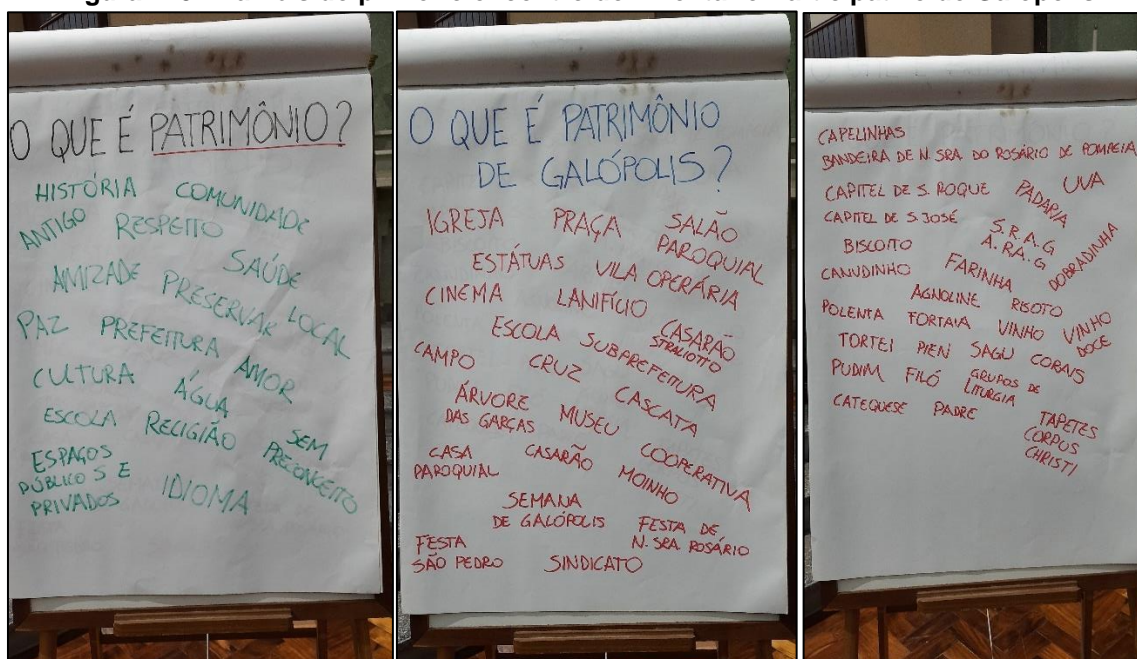
**Figura 124 - Primeiro encontro do Inventário Participativo de Galópolis**

ERLO, 2021-2022, p. 254.

Neste primeiro encontro, que contou com 58 participantes da comunidade nos dois horários, iniciou-se com uma dinâmica por mim mediada para estimular o senso crítico acerca da atribuição de musealidade ao patrimônio industrial de Galópolis. Lançada a pergunta “o que é patrimônio cultural de Galópolis”, diversas mãos ergueram-se para contribuir. Não foi necessária uma discussão aprofundada sobre o conceito de patrimônio cultural, pois logo as sugestões começaram a sugerir, sem um grande esforço em obtê-las, demonstrando grande apropriação do tema tanto pelos jovens quanto aos moradores de maior idade –, foram escritas referências tanto

materiais como imateriais, do passado e do presente (figura 125). Esta dinâmica se seguiu até que, ao ser citado o prédio do Círculo Operário, questionou-se sobre qual era sua situação atual, demonstrando conhecimento dos processos realizados pelo CCCG até o momento. A pergunta fez com que o objetivo de mediação do encontro passasse de uma função exercida somente pelos mediadores e alcançassem os mediados, que nortearam o prosseguimento do encontro, reforçando a importância deste patrimônio industrial para a história coletiva de Galópolis.

**Figura 125 - Painéis do primeiro encontro do Inventário Participativo de Galópolis**



ERLO, 2021-2022, p. 256.

A partir deste momento, começou a se estruturar um grupo dinâmico do Inventário Participativo de Galópolis, que no segundo encontro, ao invés de diminuir, conforme esperávamos, aumentou (figura 126). Nesta segunda ocasião, ao invés de continuarmos o mapeamento dos bens culturais de Galópolis, os debates foram sobre o que é o tombamento e como ele poderia auxiliar a comunidade na retomada de seu Centro Comunitário e Cultural Galópolis (figura 126). Decidiu-se por organizar uma nova reunião e chamar representantes do poder público e empresários interessados na concessão do bem para uma terceira reunião, que ocorreu no dia 22 de março de 2022. Neste terceiro encontro, os representantes presentes tentaram convencer o grupo de que o tombamento não seria benéfico, utilizando os já conhecidos argumentos, mas graças à pequena formação feita no encontro anterior, no formato de “mitos e verdades” sobre o tombamento, quando os questioneei sobre quem era



favorável ao tombamento, a maioria ergueu sua mão, originando o significativo registro expresso pela figura 127. Diante disto, os representantes políticos comprometeram-se em levar esta demanda ao prefeito e agilizar a assinatura do pedido de tombamento.

**Figura 126 - Registros do segundo encontro do Inventário Participativo de Galópolis**



Na imagem é possível perceber os cadernos doados pelo SindiGal ao projeto e personalizados com a logo do Inventário Participativo de Galópolis criada por Renata Brustolin com base nas definições do grupo de Whastapp do Inventário Participativo (ERLO, 2021-2022, p. 232)

**Figura 127 - Votação favorável ao tombamento do prédio do Círculo Operário**



ERLO, 2021-2022, p. 245.

As etapas previstas inicialmente não se seguiram da forma planejada – um ponto extremamente positivo, pois demonstra que a comunidade participante do Inventário Participativo de Galópolis apropriou-se da proposta e viu a possibilidade de mediar os encontros, trazendo pautas que, embora fossem questionadas pela sua pertinência quanto ao debate sobre o patrimônio cultural do bairro por alguns membros, auxiliaram na ampliação ainda mais efetiva do conceito de patrimônio industrial de Galópolis, como é o caso da demanda pela despoluição do Arroio Pinhal e a construção de um reservatório de água para a comunidade, que enfrenta dificuldades no abastecimento.

Não cabe, para o tamanho desta já ampliada dissertação, discorrer sobre cada um dos encontros, embora isto trouxesse ainda mais justificativas para a continuidade do projeto e de seu uso em realidades semelhantes à de Galópolis, servindo como inspiração para a autogestão comunitária. Por isso, de forma breve, retratarei alguns aspectos relevantes para a compreensão das constantes readaptações pela qual a proposta inicial do projeto passou, como é o caso da distribuição não-linear dos encontros por etapas, conforme apresenta o quadro 9:

**Quadro 9 - Sistematização de encontros da fase I do Inventário Participativo de Galópolis**

ENCONTRO	ETAPA	PLANEJAMENTO	EXECUÇÃO
1 (08-03-22)	1 e 2	Identificação primária dos patrimônios culturais de Galópolis	Início da identificação dos patrimônios culturais de Galópolis e apresentação da proposta do IPG e seleção do prédio do Círculo Operário como primeiro bem a ser pesquisado e apresentado à comunidade.
2 (15-03-22)	1		Formação-debate sobre a legislação municipal do tombamento e criação de um abaixo-assinado pelo tombamento do prédio da sede social do Círculo Operário
3 (22-03-22)	1		Reunião com representantes do poder público e empresários
4 (29-03-22)	3		Início da construção de uma linha do tempo sobre a história do Círculo Operário com base no acervo trazido pela comunidade e catalogação de acervo
5 (05-04-22)	1		Retomada da identificação primária <sup>102</sup> dos patrimônios culturais e continuação da catalogação do acervo da comunidade
6 (12-04-22)	1		Categorização com base nos patrimônios identificados

<sup>102</sup> Por categorização primária entende-se a eleição de bens culturais sem uma categorização expressa.

7 (26-04-22)	1	Categorização com base nos patrimônios identificados	Início da categorização secundária <sup>103</sup> dos patrimônios culturais e continuação da catalogação do acervo da comunidade
8 (04-05-22)	1	Identificação secundária dos patrimônios culturais de Galópolis	Categorização secundária dos patrimônios culturais e continuação da catalogação do acervo da comunidade
9 (24-05-22)	1	Identificação secundária dos patrimônios culturais de Galópolis	Categorização secundária dos patrimônios culturais e continuação da catalogação do acervo da comunidade
10 (07-06-22)	2	Seleção de um patrimônio para pesquisar	Construção da programação “Galópolis: 130 Anos de História”
11 (14-06-22)	3	Pesquisa com base em referências bibliográficas	Entrevistas com convidados sobre lacunas historiográficas na História do Círculo – construção, esportes e decadência.
12 (21-06-22)	3	Pesquisa no acervo trazido pela comunidade	Escrita, seleção de imagens e revisão expográfica
13 (28-06-22)	3 e 4	Pesquisa para elaboração da expografia	
14 (30-06-22)	3 e 4		
15 (19-07-22)	5	Autoavaliação do processo de identificação dos bens culturais	
16 (27-07-22)	5	Autoavaliação do processo de pesquisa e criação do produto	
17 (02-08-22)	5	Autoavaliação geral	Autoavaliação geral e debate sobre como ajudar na demanda pela retomada do prédio da Cooperativa Vinícola Forqueta, ameaçada por uma reintegração de posse
18 (16-08-22)	5		Preparação das demandas comunitárias pela preservação do prédio do Círculo Operária e retomada do Centro Comunitário e Cultural Galópolis.
Extraoficial <sup>104</sup> 1 (04-05-22)	1	-	Debate no grupo do Inventário Participativo no Whatsapp sobre quais nomes deveriam constar na categoria “pessoas”
Extraoficial 2 (14-04-33)	1	-	Apresentação do Inventário Participativo de Galópolis na disciplina de Educação Patrimonial do curso de graduação em História da UFPel
Extraoficial 3 (06-05-22)	1	-	Palestra sobre o Inventário Participativo de Galópolis na Escola Técnica Família Agrícola (EFASERRA)

<sup>103</sup> Por categorização secundária entende-se a análise dos bens eleitos inicialmente e votação quanto a sua pertinência, seguida de sua separação em categorias para facilitar seu posterior estudo.

<sup>104</sup> Por encontro extraoficial me refiro aos que não foram planejados, mas ocorreram como desdobramentos de outros encontros ou convites externos – e, neste caso, não houve preenchimento do livro de presenças. Em todos eles houve a presença de 4 ou mais membros do Inventário Participativo de Galópolis.

Extraoficial 4 (29-06-22)	2	-	Entrevista sobre o Inventário Participativo e exposição “História(s) e Memória(s) do Círculo Operário” para a TV Câmara de Caxias do Sul
Extraoficial 5 (02-07-22)	4	-	Participação na abertura da exposição “História(s) e Memória(s) do Círculo Operário” e roda de memórias
Extraoficial 6 (03-07-22)	4	-	Participação na feira de artesanato e gastronomia em honra aos 130 anos de Galópolis
Extraoficial 7 (05-07-22)	4	-	Mediação da atividade “Janelas do Círculo”
Extraoficial 8 (13-07-22)	4	-	
Extraoficial 9 (23-08-22)	4	-	
Extraoficial 10 (17-08-22)	5	-	Reunião com o secretário de Parcerias Público-Privadas do município para apresentar as demandas da comunidade
Extraoficial 11 (03-09-22)	5	-	Mediação de visita com os estudantes do curso de Museologia e PPGMusPa da UFRGS

Quadro construído com base no Diário de Bordo da Gestão Comunitária (ERLO, 2021-2022) e documentação do Inventário Participativo de Galópolis,

Os resultados da etapa 1, isto é, da identificação dos patrimônios culturais, culminou com a seleção de 247 patrimônios industriais de Galópolis, categorizados em edificações (quadro 10), serviços (quadro 11), cultura (quadro 12), esportes, gastronomia, paisagens naturais e religiosidade (quadro 13) e pessoas (quadro 14). Cabe analisar, mesmo que de forma breve, a inclusão de bens nesta primeira representação dos resultados preliminares do Inventário Participativo de Galópolis e o que sua presença nesta listagem representa para pensar a transformação do paradigma museológico e museal construído em Galópolis.

**Quadro 10 - categoria “edificações” do Inventário Participativo de Galópolis**

ERLO, 2021-2022, p. 478.

A escolha dos patrimônios edificados foi a primeira a ocorrer. Uma vez lançada a pergunta “o que é patrimônio cultural de Galópolis?”, as primeiras respostas surgiram no intuito de indicar bens tidos como “tradicionais”, de uma concepção positivista de patrimônio cultural edificado, reforçando a definição trazida pelo próprio Museu de Território de Galópolis. Todavia, ao passo que os participantes indicaram bens como a “Casa da família Muner”, “Hidrelétrica” e “Ruínas da Móveis Felippi”, abriu-se a discussão para outras tipologias de bens edificados, para além do arquétipo arquitetônico colonial italiano e do modelo de vila operária. Estas edificações, simples em sua acepção estética, foram indicadas sob as justificativas de que ali viveram pessoas conhecidas – como Sisto Muner e sua filha, fotógrafos oficiais do bairro –, foram importantes para a chegada da energia elétrica e da geração de novos empregos – sobre o pequeno motor movido pela força da cascata e as ruínas de uma empresa de móveis criada por trabalhadores que, após demitidos do Lanifício, criaram este empreendimento familiar.

Neste sentido, tensionou-se o debate sobre a inclusão de referências que não mais existiam ou estavam em situação irreversível de ruína. Por mais que eu tentasse me manter apenas como mediadora do projeto, com intervenções pontuais, por vezes me encontrava debatendo a pertinência dos bens indicados sob um viés teórico – que não pareceu desagradar os presentes por serem incursões breves. Foi o caso da discussão sobre a inclusão da primeira edificação que abrigou a Igreja de Nossa

Senhora do Rosário de Pompéia, demolida ainda na década de 1960: é possível patrimonializá-la? Sim, é possível atribuir significados a um bem representado pela sua ausência – esta, por vezes, indicando enquadramentos memoriais ou tensionamentos de poder. Este questionamento também fez-se presente para debater a categoria “serviços” (quadro 11).

**Quadro 11 - categoria “serviços” do Inventário Participativo de Galópolis**



ERLO, 2021-2022, p. 478.

Esta categoria diversificada apresentou elementos da sociabilidade e do trabalho na vila operária de Galópolis. Embora muitos dos serviços não fossem financiados pelo Lanifício, todos garantiam a sobrevivência e a imobilização da força de trabalho. Iniciada pela indicação de pequenos comércios ainda na categoria de edificações, esta desdobrou-se em “serviços” por focar no caráter operacional dos bens e não sua materialidade propriamente dita. Açougues, padarias, armazéns, moinhos e restaurantes trouxeram à tona a sociabilidade dentro da dinâmica fabril – embora ainda constasse como relevante mencionar os pedreiros, motoristas de caminhão, lenhadores, reflorestadores, costureiras e bordadeiras que trabalhavam de forma autônoma, mas com vínculos empregatícios na fábrica –, pois tais menções costumeiramente vinham carregadas de falas nostálgicas da infância.

Porém, nesta categoria existe um elemento que tornou a se repetir em tantas outras: os presentes no encontro citavam o serviço que prestavam à comunidade para

ser inventariados. É o caso da Oficina de Bicicletas do Elzio, sendo este um senhor que depois de aposentar-se do trabalho fabril, passou a consertar bicicletas. Porém, em meu Diário de Campo (ERLO, 2021-2022, p. 355), dei destaque à subsequente fala do senhor em questão: “[...] ele comentou que hoje ainda trabalha consertando bicicletas, mas que a procura não é tão grande quanto antigamente, porque hoje as crianças não andam mais de bicicleta, só ficam no celular, e os adultos só andam de ‘auto’ [...]”. O fato de um participante do Inventário Participativo de Galópolis considerar seu trabalho importante o suficiente para receber o estatuto patrimonial aponta que o caminho para potencializar a autoestima dos moradores estava sendo trilhado e, além disso, retrata a ruptura da temporalidade do passado longínquo na atribuição de significados – embora ainda tivesse a nostalgia como impulso.

**Quadro 12 - categoria “cultura” do Inventário Participativo de Galópolis**



ERLO, 2021-2022, p. 479.

A nostalgia, como alusão à crise do regime de historicidade, continuou sendo um importante motor de indicações, mas não necessariamente fez-se presente em todos os elementos levantados. Na categoria “cultura” (quadro 12) – título genérico que acordou-se ser revisto em breve –, dentre brincadeiras, crenças populares, conhecimentos técnicos, lendas, festejos, bandas e grupos/clubes sociais surgem debates pertinentes à esta dissertação: primeiramente, apresenta-se uma vida social bastante intensa, com a incorporação de diferentes demandas ao longo do tempo –

como a criação das boates em detrimento dos salões de baile e o surgimento de bandas de rock contrastando com a banda marcial da escola em homenagem ao gerente; aspectos contemporâneos, como os projetos criados pela AMOG, Ponto de Cultura e CCCG no intuito de preservar o patrimônio cultural do bairro também foram indicados, revelando a importância dada às iniciativas comunitárias.

Além disso, a incorporação de coletivos que haviam sofrido repressão durante a gerência paternalista da indústria têxtil local, como o CTG Querência do Imigrante – que surgiu diante da decadência do Círculo Operário –, o já referenciado grupo Matéria Prima e os periódicos Senza Paura e Galopadas demonstram uma maior abertura à crítica ao propor a reflexão acerca das restrições impostas durante determinados períodos. Neste sentido, a inserção da “máquina do diabo” – assim reconhecida por ser totalmente insalubre, tendo acometido diversos trabalhadores em graves acidentes até ser desativada – como uma lenda desmistifica o olhar positivado que o discurso museográfico apontou como coeso acerca das condições de trabalho.

Porém, outras questões ainda não foram tensionadas: os participantes definiram desde cedo que os chás e as benzeduras não deveriam ficar na mesma categoria que os temas religiosos, demonstrando um certo nível de ortodoxia próprio do contexto ocupado pela Igreja Católica em Galópolis. O quadro número 13, que traz as categorias “esportes, gastronomia, paisagens naturais e religiosidade”, instiga a refletir sobre as imposições: embora todos os itens citados até o momento tenham clara relação com a dinâmica fabril, podendo ser considerados patrimônios industriais, nem todos haviam ligação direta com a gerência lanieira – diferentemente destas categorizações, em que, em sua maioria, os bens culturais citados foram criados pelo Lanifício São Pedro.



**Quadro 13 - categorias “esportes, gastronomia, paisagens naturais e religiosidade” do Inventário Participativo de Galópolis**



ERLO, 2021-2022, p. 479.

Ressalvas precisam ser feitas, todavia: ao trazer receitas gastronômicas, embora todas fossem ofertadas e mais lembradas por sua inserção nas festas promovidas pela fábrica, quem recebe o destaque são os e as chefes de cozinha. Normalmente receitas familiares, os pratos destacados foram identificados não por suas particularidades, mas por quem os criou ou executou-os com mais frequência – majoritariamente mulheres, demonstrando uma disparidade de gênero quando se pensa, por exemplo, em proprietários de edificações e detentoras do saber-fazer gastronômico.

Mas foi a indicação de uma mulher, ainda no segundo encontro do IPG, que criou uma das categorias que mais possibilitou análises: Sílvia Belló, a parteira. Avó de um dos participantes do encontro em questão, ela foi incluída após seu neto afirmar – não questionar – que pessoas também poderiam ser patrimônios culturais. Dentre as discussões do campo patrimonial contemporâneo muito se pensa sobre esta tipologia de indicação. Márcia Sant’Anna (2017) tece uma crítica sistemática ao programa Tesouros Humanos Vivos, promovido pela Unesco antes mesmo da Convenção de Salvaguarda de 2003. A autora elogia a proposta “[...] centrada no reconhecimento de indivíduos e grupos produtores/praticantes de manifestações culturais como “patrimônios vivos” e no fortalecimento dos processos de transmissão de seus saberes e habilidades para novas gerações” (SANT’ANNA, 2017, p. 96).

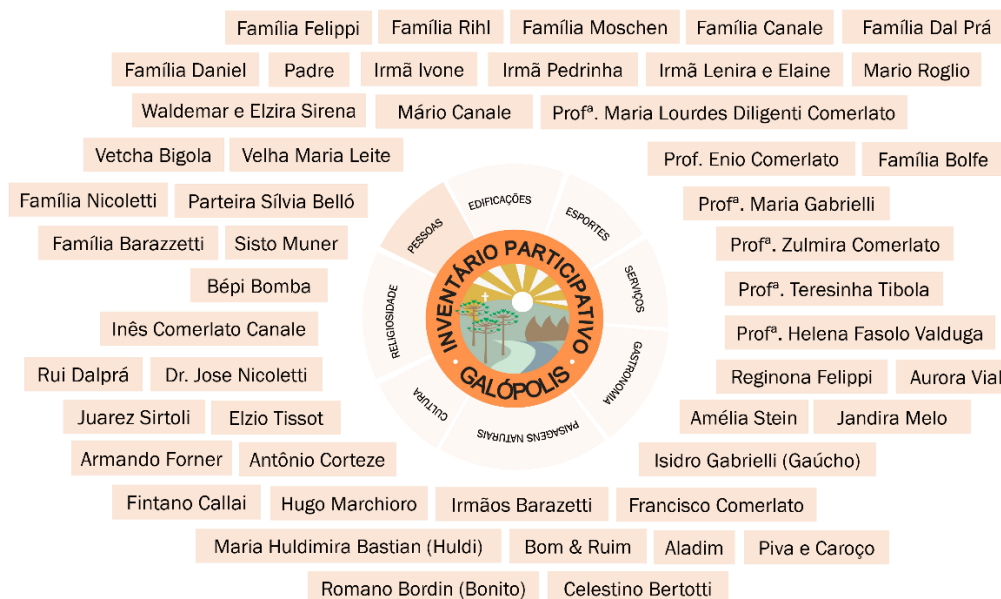
Todavia, afirma que “[...] essa política não inclui os contextos territoriais, ambientais e sociais de produção desses bens culturais, tendendo a ressaltar o virtuosismo e a performance de determinados detentores” (p. 96), que, mais tarde, relaciona com as práticas reconhecimento dos valores patrimoniais de determinados bens (sobretudo imateriais) no âmbito do poder político, unicamente com o papel de estimular performances turísticas – e sem a devida proteção dos respectivos órgãos.

Neste sentido, qual posicionamento assumir? Partindo do pressuposto de que todas as indicações de bens eram votadas antes de serem oficialmente incluídas na listagem, que a aceitação da maioria das pessoas e grupos foi unânime em quase todos os casos, e que as personalidades destacadas não as foram com o objetivo de fomentar a economia turística local, mas sim seguindo os três critérios basilares supracitados, optou-se por criar tal categoria. Na realidade, ela foi requisitada com grande apreço pois, tratava-se de sugestões de nomes que perpassaram a vida de muitos moradores durante muito tempo – como é o caso dos(as) professores(as), freiras, farmacêuticos, músicos e personagens icônicos da história galopolitana – e que pouco ou nunca foram valorizados.

Personalidades como a benzedeira “Jandira Melo”, indicada na mesma categoria que o termo genérico “Padre” – deixado em aberto pois temeram esquecer de citar algum – e as Irmãs do Sagrado Coração de Maria, representa uma abertura para a diversidade e a pluralidade de expressões. Citar mulheres que ficaram conhecidas por serem as primeiras da família a trabalhar na fábrica, pessoas que apresentavam dificuldades cognitivas mas eram aceitas e a si mesmos e suas famílias, é significativo por alcançar o propósito da valorização da comunidade – e não uma comunidade idealizada, mas sua expressão real sobre o território.

Seguindo esta linha de raciocínio, os participantes do IPG optaram por indicar não apenas as pessoas, em caráter individual, mas suas famílias, pois “[...] eles disseram que ‘teve’ famílias que fizeram muito por Galópolis... e continuaram, dizendo que na verdade todas as famílias contribuíram de alguma forma, até as que chegaram recentemente” (ERLO, 2021-2022, p. 387). Neste momento, por conta da demanda em iniciar a pesquisa sobre um dos bens e apresentar resultados – o que cabe uma autocrítica ao grupo organizador – em busca de viabilizar a ocupação do CCCG, optou-se por encerrar temporariamente as discussões sobre esta categoria, que seriam retomadas ao final da próxima etapa.

### Quadro 14 - categoria “pessoas” do Inventário Participativo de Galópolis



ERLO, 2021-2022, p. 480.

Em linhas gerais, é possível chegar às seguintes conclusões a partir da análise dos bens culturais que compõem a listagem inicial do Inventário Participativo de Galópolis: todos possuem uma clara referência à dinâmica industrial, refletindo o imaginário operário e a permanência das estruturas de poder construídas na região – todavia, nem todas as referências tem relação com o Lanifício São Pedro, tendo em vista a diversificação do setor industrial em Galópolis ao longo do tempo; ao mesmo tempo que são citados patrimônios que desempenhavam (e por vezes ainda desempenham) um papel coercitivo, são indicados outros que simbolizam a resistência de uma parcela expressiva da população da vila operária frente à dominação ideológica; mais do que funções estéticas, os bens inventariados ou em processo de inventariamento foram indicados por seus aspectos sógnicos, representando uma autoimagem construída social, política, econômica e culturalmente; houve uma dificuldade em distinguir elementos dentro das categorizações propostas inicialmente, o que demonstra uma imersão profunda em sua própria realidade ao ponto de serem necessárias novas categorias, mais abrangentes; a diversidade de bens elencados foi maior durante a construção do IPG, porém, mesmo assim, questões de tensionamento envolvendo patrimônio indígena e patrimônio negro, por exemplo, não geraram novas indicações. Ainda carece de abertura para temas sensíveis, embora o movimento operário já tenha sido assumido como representativo à realidade local.

A seleção de um destes patrimônios culturais para iniciar a pesquisa se deu ainda no primeiro encontro do IPG, sendo revalidado constantemente ao longo de toda a etapa 1 e 2. A pesquisa (etapa 3) se deu com base em um processo de catalogação de acervo trazido pela comunidade, totalizando 504 itens cadastrados seguindo uma adaptação da NOBRADE para facilitar seu manuseio por todos os membros da comunidade – tanto os participantes do Inventário como os demais interessados. Além das coleções institucionais e familiares cedidas – em um processo de cedência, digitalização, catalogação e devolução ao proprietário que não extraviou nenhum item – buscou-se bibliografias que trouxeram um olhar crítico quanto a presença do Círculo Operário.

Embora a pesquisa (etapa 3) tenha se dado de forma desigual, com mais participação de alguns membros do que de outros – fazendo a necessária autocrítica –, esta evidenciou aspectos até então não abertos para debate, como a violência simbólica da opressão dentro e fora da fábrica, o assistencialismo seletivo, a demonização da organização operária, a ascensão dos esportes e da educação como forma de sair de Galópolis, a decadência diante da ascensão de movimentos contestatórios e a crise da dinâmica industrial paternalista, que deixou cicatrizes profundas na comunidade por meio do enquadramento de sua memória. A resistência em criticar a postura dos gerentes da fábrica durante os encontros de pesquisa em que ao mesmo tempo, os moradores eram mediadores e mediados exemplifica esta questão. Porém, também houve espaço para o desabafo – e o apagamento de pessoas como o próprio Hércules Galló, João Laner Spinato e Orestes Manfro na listagem dos bens do Inventário Participativo de Galópolis. Conforme trago no Diário de Campo (ERLO, 2021-2022, p. 452):

O senhor [...] lembrou da época em que tudo era restrito em Galópolis. Falou que, por estar com câncer em estágio terminal já não tinha medo de falar. Em suas palavras *'il paron gavea el sue'* – algo como “o patrão (Spinato) tinha os seus”, ao se referir em infiltrados no dia a dia, que deduravam os que o questionavam e, por isso, recebiam regalias dentro e fora da fábrica.

Reunidas e apresentadas à comunidade por meio de uma exposição – a “História(s) e Memória(s) do Círculo Operário” (figura 128), nome escolhido por votação durante os encontros presenciais e por meio do grupo do *Whatsapp* criado ainda após o primeiro encontro – dividida em oito painéis temáticos dispostos no entorno do antigo chafariz a Praça Duque de Caxias, entre as três edificações

reminiscentes do Círculo Operário, as informações foram interpretadas e expostas por meio de textos e imagens – estritos, revisados e selecionados de forma conjunta

[...] nos encontros ocorridos no auge do inverno, em que o frio vinha do chão de concreto do salão do campo de futebol, único que conseguimos para nos encontrar depois de não termos mais encontrado a disponibilidade do salão paroquial por ter sido ‘privatizado’ e nem da Igreja, porque o Padre disse que lá não era lugar para briga – fazendo referência aos encontros em que chamamos os representantes do poder público e os ânimos se exacerbaram um pouco. (ERLO, 2021-2022, p. 317).

**Figura 128 - Mediação da atividade “Janelas do Círculo”**



Alunos da Escola Técnica Família Agrícola após visita mediada pela expografia da exposição “História(s) e Memória(s) do Círculo Operário” (ERLO, 2021-2022, p. 402).

No intuito de valorizar a atuação de todos os moradores e ex-moradores que já participaram do Inventário – partindo do pressuposto de que independentemente do número de encontros em que se fizeram presentes, houve uma contribuição para o projeto –, após o texto de abertura da exposição, optamos por indicar o nome de todos que já assinaram o livro de presenças, sendo eles (em ordem alfabética):

Adelir Pianegonda, Adriana Bordin, Agostino Fontana, Albina Furlan, Alexander Canale, Amadeu Dal Piccol, Antônio Erlo, Ari Piamolini, Ariane Sandrin Pianegonda, Bruno Furlan Bonatto, Cíntia Moschen, Clarice Mapelli Sartor, Cristina Schneider, Domingos Dal Piccol, Edgar Rigon, Elaine Maria Bordin, Elizabete Bordin Pegorini, Elzio Tisott, Ezequiel Pianegonda, Felix Brustolin, Francisco Belló, Gemin Toniolli, Giacomini Coelli, Gilmar Basso, Gustavo Webber, Israel Matté, Ivete Marchioro Felippi, Ivone Gazola Vial, Jaime Dalpiccol, Jair Strapasson, João Nicoletti, José Carlos Nicoletti, Josefa Mokfa, Leandro Vignochi, Leonardo Souza Rosa, Lídia Canale, Lori Alves de Camargo, Lourdes Vignochi, Luiz Felippi, Marco Aurélio Verdi, Maria Inês Cardoso, Marcos Rogério Cortese, Maria Lourdes Diligenti Comerlato, Maria Luiza Borges, Maria Munaro Moschen, Mara Pinto, Maria Stragliotto, Mario Moschen, Marisol Borges dos Santos, Naylane Sartor, Nilvo Erlo, Pe. Paulo Venturin, Paulino Furlan, Rafael Furlan, Raquel Mincato, Renato João Dall'Agnol, Reni Marcolin, Rita Dal Piccoli, Roberta Basso Canale, Roni

Rigon, Rosane Vignochi, Rose Lorandi Sirtoli, Sadi Marcolin, Sarita Tisott, Sidnei Canuto, Sueli Settin Tisott, Terezina Dambros Rech, Thais Dal Piccoli, Theresinha Comerlato Felippi, Vanda Barazzetti Settin e Vera Anice Vial Roso. (IPG, totem 1)

O grupo do Inventário Participativo de Galópolis também se preocupou com o aspecto educativo da exposição – embora ela por si só já exerça esta função. Em três dias de intensas atividades, 648 estudantes das escolas locais – a E. E. E. F. Ismael Chaves Barcellos, a E. E. E. M. Galópolis e a Escola Técnica Família Agrícola (EFASERRA) – foram atendidos pelos voluntários que “[...] ostenta[vam] com orgulho os crachás de voluntariado que fizemos para a inauguração da exposição” (ERLO, 2021-2022, p. 460) enquanto apresentavam a exposição, entregavam giz de cera e ajudavam a responder a pergunta que constava na folha de atividades: “Qual será o futuro do prédio do Círculo Operário? Desenhe ou escreva”. Esta era a ação prática da atividade de educação para o patrimônio que compunha a exposição, a “Janelas do Círculo”, em que as produções dos estudantes fizeram das janelas da edificação a sua moldura (figura 129).

**Figura 129 - Janelas do Círculo como elemento expográfico da educação para o patrimônio**



Expostos usando o critério de divisão por turma, os desenhos e textos feitos pelos estudantes representam a visão de futuro acerca do prédio do Círculo Operário. Os desejos que mais se repetem são um cinema, restaurante, centro comunitário, biblioteca, sala de jogos com acesso a internet, creche, hotel, um espaço para a prática de esportes e oficinas de arte, teatro e música, boate, hospital ou Unidade Básica de Saúde (UBS). Enquanto alguns criaram a hashtag #ajudaprefeitura, outros representaram a demolição do prédio para construção de outro.

Na autoavaliação, quinta e última etapa da fase I do Inventário Participativo de Galópolis, que contou com 45 perguntas a serem dissertadas, reconhecemos os pontos positivos desta primeira incursão: “[...] teve o [...] que falou que já visitou exposições com recursos exorbitantes e com erros históricos grotescos. Segundo ele,

a gente fez muito mais do que podíamos com os recursos que conseguimos ‘catando moedinhas’ pelas empresas locais” (ERLO, 2021-2022, p. 499). Mais adiante, outros ressaltam a “[...] a gente fez um bom trabalho, pena que poucos reconhecem [...] precisamos trazer mais gente na próxima”, evidenciando que, embora com uma boa adesão, para os inventariantes, ainda era pouco comparando com a potencialidade do projeto – que queriam que tivesse continuidade “[...] porque essa é como uma família pra nós, a gente vem e come canudinho, toma café com *graspa* e fala de coisas que a gente fez e vai fazer” (ERLO, 2021-2022, p. 503-504). Houve dificuldade de os participantes identificarem pontos negativos.

Neste caso, como autoavaliação individual, eu destaco que faltaram elementos essenciais, como a elaboração das fichas de inventário que, embora já construídas e adaptadas ao processo de Galópolis, não foram preenchidas por falta de tempo. Além disso, embora a autonomia conquistada represente um grande avanço em comparação com o período prévio ao IPG – com diversas reuniões ocorrendo de forma espontânea sem minha presença –, ainda é possível estimulá-la mais, sobretudo no processo de pesquisa e documentação museológica. Neste quesito, embora tenhamos documentações textuais de organização, gravações e livros de presenças de todos os encontros feitos, precisamos criar estratégias para que estejam disponíveis para pesquisa – a plataforma que hospeda o site não suporta o tamanho dos arquivos – pois, caso contrário, não cumpriram sua função de comunicar.

Ainda é preciso continuar a pressionar a prefeitura pelo tombamento do prédio do Círculo Operário e retomada do Centro Comunitário e Cultural Galópolis e, diante de tal premissa, a continuação do Inventário Participativo de Galópolis é necessária – e demandada pela comunidade participante ou não dos encontros, pois após a finalização da autoavaliação e retirada da exposição da Praça, já nos questionaram qual será o próximo produto. Sem fazer suspense, adianto que já escolhemos o próximo patrimônio industrial a ser pesquisado: o Natal em Galópolis, para construirmos a programação do XVIII Magia de Natal no Vale Iluminado de Galópolis representando a importância do CCCG e da AMOG – em vias de revalorização – para a sociabilidade local.

Por fim, o que convencionou-se chamar de fase I do Inventário Participativo de Galópolis, cronologicamente falando, iniciou no dia 8 de março e termina no dia 17 de agosto de 2022; historicamente falando, refere-se à mobilização em prol do patrimônio industrial de Galópolis tendo como símbolo de lutas a preservação do prédio da sede

social do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos para a retomada do Centro Comunitário e Cultural Galópolis; e simbolicamente falando, representa uma faísca da gestão comunitária não apenas do patrimônio local, mas de todo o seu território, que mesmo construído historicamente por meio da coerção, não impediu que resistências irrompessem as barreiras erigidas e as transformassem em uma ponte para a emancipação. Esta chama, por vezes, tremula, mas sempre joga luz sobre o jogo de poderes que o campo do patrimônio cultural representa.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Cresceu em alto e profundo  
Em largo e no coração  
E como tudo que cresce  
Ele não cresceu em vão  
Pois além do que sabia  
– Exercer a profissão –  
O operário adquiriu  
Uma nova dimensão:  
A dimensão da poesia.*

(Vinícius de Moraes – Operário em construção)

No 18º encontro do Inventário Participativo de Galópolis, realizado no dia 16 de agosto de 2022, após finalizarmos a listagem de demandas que seriam levantadas no dia seguinte, quando o Secretário da recém criada pasta das Parcerias Público-Privadas viria a Galópolis para apresentar a estrutura legal de concessão do prédio da sede social do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos à empresários, nos pegamos refletindo sobre o processo realizado até então: o pedido de tombamento, os primeiros encontros bastante combativos com representantes da Prefeitura e empresas privadas, o fomento à mobilização independente, a exposição... seria tudo isso em vão? Sem ser tombado, além de o prédio não atender às expectativas culturais do bairro, certamente seria descaracterizado – caso contrário, a pressão para impedir o ato administrativo de proteção não seria tamanha.

Estávamos, assim como já aconteceu antes, com a comissão gestora do Projeto CCCG, sofrendo da doença da ação, quando, superaquecidos pela chama da iniciativa, recebemos uma notícia desestimulante. A municipalidade já havia autorizado a parceria público-privada do nosso símbolo de lutas e os processos cabíveis já estavam sendo encaminhados por meio do poder público. Ainda restava, todavia, a esperança de que, pelo menos a porcentagem solicitada da estrutura fosse destinada à comunidade – era a demanda que estávamos reivindicando, mas assumindo um tom derrotista, como se fôssemos aceitar calados as migalhas que nos dessem. Esta situação era exatamente o oposto do que o Inventário precavia: assumir a gestão do patrimônio industrial de Galópolis e do território em busca da dignidade e do desenvolvimento de base comunitária.

Lembrei, (não) por acaso, do poema de Vinícius de Moraes, o “Operário em Construção”. Achei pertinente, se todos estivessem de acordo, em lê-lo no intuito de estimular a combatividade precursora do grupo. Quando cheguei ao verso “E foi assim

que o operário / Do edifício em construção / Que sempre dizia sim / Começou a dizer não”, dei ênfase no “não”. E continuei: “E aprendeu a notar coisas / A que não dava atenção: / Notou que sua marmitta / Era o prato do patrão / Que sua cerveja preta / Era o uísque do patrão / Que seu macacão de zuarte / Era o terno do patrão / Que o casebre onde morava / Era a mansão do patrão / Que seus dois pés andarilhos / Eram as rodas do patrão / Que a dureza do seu dia / Era a noite do patrão / Que sua imensa fadiga / Era amiga do patrão. / E o operário disse: Não!”. Novamente, dando ênfase ao “não”, tornei a repetir o verso: “e o operário disse...” e dois dos presentes disseram, “não”, em tom baixo. Vendo a potencialidade de tal fato, novamente o fiz: “e o operário disse...” e, nesta hora, todos gritaram “não”. Nós então, como o operário, nos fizemos fortes em nossa resolução.

No início desta pesquisa-ação, meu objetivo era analisar a participação da comunidade do bairro Galópolis por meio da fase III do Museu de Território de Galópolis estimulando seu compromisso com a gestão do patrimônio elencado por meio de estratégias que potencializam o seu protagonismo no processo de musealização do território. Ele, por sua vez, dependeria dos objetivos específicos que tracei, sendo eles: Historicizar o contexto de preservação do patrimônio cultural presente na comunidade de Galópolis; Identificar como se deu o processo de musealização do patrimônio cultural de Galópolis ao longo das fases I e II do Museu de Território de Galópolis; Refletir acerca da representatividade, dos apagamentos e dos protagonismos identitários presentes na narrativa construída museograficamente pelas fases I e II do Museu de Território de Galópolis; Indicar os alicerces que fundamentam a fase III do Museu de Território de Galópolis; Investigar a adesão da comunidade diante da possibilidade de desenvolvimento da fase III do Museu de Território de Galópolis; Propor estratégias que estimulem o protagonismo da comunidade ao longo da fase III do Museu de Território de Galópolis; Caracterizar os sujeitos, tensões e negociações suscitadas ao longo da fase III do Museu de Território de Galópolis; Compreender o processo de ressignificação da musealização do patrimônio cultural de Galópolis por meio das estratégias propostas pela fase III do Museu de Território de Galópolis; Analisar as convergências, divergências e desdobramentos gerados pelas distintas gestões do patrimônio cultural ao longo das fases I, II e III do Museu do Território de Galópolis; Avaliar se o processo de

musealização do território-rede de Galópolis, a partir da fase III do Museu de Território de Galópolis, se deu de forma integral.

Porém, a partir do momento que a fase empírica desta pesquisa se iniciou, tudo mudou – de pesquisa-ação, parti para a ação-pesquisa. Transformaram-se os sujeitos estudados, transformou-se os métodos e os conceitos, e também a trabalhadora-pesquisadora. Assim, adaptando a proposta original aos objetivos que passaram a nortear esta dissertação, faz-se necessário alterar o objeto: de processos de musealização concretos às musealizações experimentais; de significado intrínseco à musealidade socialmente construída; de patrimônio material e imaterial, ao industrial e seus desdobramentos para a concepção de classe. Assim, sendo inviável o Inventário Participativo de Galópolis, em seus interesses e dinâmicas, se enquadrar como prolongamento do Museu de Território de Galópolis, ao meu primeiro problema de pesquisa – a fase III do MTG propiciou a participação ativa da comunidade do bairro? –, a resposta é não, pois ela nunca existiu. Contudo, é inegável que o ponto de partida para o IPG-planejado foi a crítica à participação comunitária e que esta modalidade desdobrou-se no IPG-executado, dinâmico como o tecido social que cobre o território-rede. Por isso, tanto em meus objetivos como nos problemas de pesquisa-ação, faz-se necessário substituir Museu de Território por Inventário Participativo.

De tal forma, se questionada hoje sobre como estimular o compromisso e quais estratégias potencializam o protagonismo da comunidade no processo de musealização do território, diria que qualquer iniciativa que não apenas utilize preceitos da Museologia Social em seu nome, mas que de fato as aplique, terá mais chances de alcançar o engajamento local do que àquelas que tendem a atuar sobre um território de forma hierarquizada, de forma cartesiana, trazendo fórmulas imutáveis e universalmente aplicáveis. Nesta última forma de gerir ações supostamente sociais, o papel da comunidade é a de receptora passiva, servindo apenas de comprovação prática de métodos que trazem benefícios unicamente exógenos. Em ações que partem do *corpus* comunitário, onde há o (re)conhecimento da História e da história, dos sujeitos e dos problemas, estes tornam-se o estopim de ações emancipadoras – neste caso, o uso da palavra agente expressa ao mesmo tempo o verbo “agir” e o substantivo “gente”, coletivo de pessoas.

E por último, não é possível afirmar que o Museu de Território de Galópolis se enquadra no âmbito teórico-metodológico da Museologia Social, como museu integral. A perspectiva do museu integral e, mais do que isso, integrado, preza pela essência de trazer luz à realidade local de forma endógena, autogestionada – e, por isso, de tal forma, também integrador, por proporcionar a confluência de esforços em torno de um objetivo em comum. O simples fato de o objetivo do Inventário Participativo de Galópolis ser construído coletivamente por moradores e ex-moradores do bairro, de forma voluntária e dinâmica, já o difere da primeira iniciativa, enquadrando-se não necessariamente como museu, mas como experiência museal integradora, em que, “[...] cada coisa que via / Misteriosamente havia / A marca de sua mão. E o operário disse: Não!”, alcançando assim, além da utopia, a dimensão da poesia.

## REFERÊNCIAS

- ACO. **Atas da Associação das Coroas de Ouro**. 1994-2022.
- ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul (1864-1962)**. Caxias do Sul: São Miguel, 1963.
- AMOG. **Atas da Associação dos Moradores de Galópolis**. Caxias do Sul, 1988-2022.
- AMOG. **Exposição Galópolis 120 anos**. 2012. Painéis.
- AMOG. **Ata da Audiência de Conciliação realizada pela 2ª Vara Cível Especializada em Fazenda Pública de Caxias do Sul**. Caxias do Sul, 11 abr. 2019.
- AMOG. **Correspondência eletrônica enviada ao 5º Batalhão de Bombeiros Militar solicitando acesso ao prédio do Centro Comunitário e Cultural Galópolis**. Correspondência eletrônica, s/p, 24mai. 2019.
- AMOG. **Ofício 001/2016 que requer a viabilidade de concessão do imóvel à Associação dos Moradores de Galópolis em regime de comodato**. Caxias do Sul, 2016a.
- AMOG. **Ofício 014/16 informando a manifestação de repúdio pelo descaso com o patrimônio histórico municipal**. Caxias do Sul, 2016b.
- AMOG. **Ofício 15/18 que solicita reunião para tratar sobre o prédio do Centro Comunitário e Cultural Galópolis**. Caxias do Sul, 15 mai. 2018a.
- AMOG. **Ofício 23/18 que solicita informações acerca do processo de convênio entre Associação dos Moradores de Galópolis e Prefeitura de Caxias do Sul**. Caxias do Sul, out. 2018b.
- AMOG. **Projeto de institucionalização do Ponto de Cultura Galópolis Fortalecendo Laços**. Caxias do Sul, set. 2018c.
- BAGGIO, Patrizia Maria. *Dall'archeologia industriale al turismo industriale: Il caso dell'alto vicentino*. Dissertação [tesí di laurea]. Università Ca'Foscari, 2014.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. 7 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- BOMBASSARO, Luiz Carlos; DAL RI, Júnior; PAVIANI, Jayme (orgs.). **As interfaces do humanismo latino**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- BRITTO, Jéssica. Galópolis ganhará centro comunitário e cultural. **Jornal Pioneiro**. Caxias do Sul: 9 mai. 2014. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2014/05/galopolis-em-caxias-ganhara-centro-comunitario-e-cultural-4495167.html>. Acesso em 05 jul. 2021.

BRULON, Bruno. Os mitos do ecomuseu: entre a representação e a realidade dos museus comunitários. **Musas: Revista de Museus e Museologia**, Brasília, n. 6, Ano VII, p. 30-47, 2014.

BRULON, Bruno. Provocando a Museologia o pensamento geminal de Zbynek Z. Stránský e a Escola de Brno. **Anais do Museu Paulista**, vol. 25, n. 1, 2017, p 403-425.

BUENO, Ricardo. **Galópolis e os italianos: patrimônio histórico preservado a serviço da cultura**. Porto Alegre: Quattro Projetos, 2012.

CAFÉ, Daniel Calado. **Patrimônio, identidade e memória: proposta para a criação do museu do território de Alcanena**. Dissertação. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2007.

CANALE, Lídia Maria Nicoletti. [informação verbal]. **Entrevista cedida à Geovana Erlo**. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (45min39seg).

CÂNDIDO, Maria Manuelina Duarte. Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 20, n. 20. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2003.

CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (orgs.). **Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

CARVALHO, Luciana Menezes de. **Do Museu à Museologia: constituição e consolidação de uma disciplina**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO e do Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, Rio de Janeiro, 2017.

CASTILHOS, Axele. **Conectividade: requalificação das conexões do Museu de Território de Galópolis**. Monografia em Arquitetura e Urbanismo. Centro Universitário da Serra Gaúcha. Caxias do Sul, 2020.

CAXIAS DO SUL. **Lei nº 7544 de 14 de dezembro de 2012**. Reformula o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural - COMPAHC e institui o Inventário do Patrimônio Cultural de Caxias do Sul. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/lei-ordinaria/2012/754/7544/lei-ordinaria-n-7544-2012-reformula-o-conselho-municipal-do-patrimonio-historico-e-cultural-compahc>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CAXIAS DO SUL. **Lei nº 3152, de 20 de agosto de 1987**. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Caxias do Sul. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/c/caxias-do-sul/lei-ordinaria/1987/315/3152/lei-ordinaria-n-3152-1987-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-historico-e-cultural-do-municipio-de-caxias-do-sul?r=p>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CAXIAS DO SUL. **Lei Complementar nº 639, de 29 de dezembro de 2020**. Institui a parceria público-privada para a concessão de espaços públicos. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/lei-complementar/2020/64/639/lei-complementar-n-639-2020-institui-o-programa-municipal-de-parcerias-publico-privadas-promp-no-municipio-de-caxias-do-sul-e-da-outras-providencias>. Acesso em 05 jul. 2022.

CCCG. **Projeto CCCG**. S/d. Site. Disponível em: <https://www.projetocccg.com/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CCCG. **Projeto CCCG**: atividades. 2021, online, s/p. Disponível em: <https://www.projetocccg.com/atividades>. Acesso em 9 jan. 2022.

CCCG. **Estudo de viabilidade de tombamento da sede social do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos**. Caxias do Sul, 2021. 89p.

CELLARD, André. A Análise Documental. In: POUPART, Jean. *et al.* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHAGAS, Mário. Respostas de Hugues de Varine a Mário Chagas [1995]. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, vol. 5, n.º 5, p. 5-18, 1996. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/248>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CHAGAS, Mário de Souza. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. In: Átila Bezerra Tolentino (Org.). **Educação Patrimonial: educação, memórias e identidades. Caderno Temático 3**. 1ª ed. João Pessoa: Iphan, 2013, v. 3, p. 27-31.

CHAGAS, Mário de Souza; PRIMO, Judite; ASSUNÇÃO, Paula; STORINO, Claudia. A museologia e a construção de sua dimensão social: olhares e caminhos. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, n.º 11. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2018, p. 73-101.

CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 3 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHOAY, Françoise. O patrimônio em questão: antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

CHUVA, Márcia. Os arquitetos da memória. Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: [Revista do Patrimônio, n.º 34](#). Rio de Janeiro: IPHAN, 2012.

CÍRCULO OPERÁRIO. Entrevistadas: Regina Maria Vial e Vera Vial Rosso. Entrevistadora: Geovana Erlo. **Podcast Memórias de Galópolis**, ep. 02, tem. 02. Caxias do Sul, 27 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=szQEsLX9vJo&t=12s>. Acesso em: 12 nov. 2021.

CLUBE DE MÃES La Mamma. **Bordados artesanais**. 2016-2021. Borados.

CLUBE DE MÃES LA MAMMA. Depoimento manuscrito. Histórico do Clube de Mães la Mamma escrito por Maria Lourdes Diligenti Comerlato. Caxias do Sul, out. 2019. Impresso, 3p.

COELHO, Jossana Peil; MICHELON, Francisca Ferreira. Musealização do Patrimônio Industrial: o potencial da Cooperativa Têxtil Galópolis LTDA (COOTEGAL) - CAXIAS DO SUL / RS. **Anais do XX ENPOS** - Encontro de Pós-Graduação. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2018.

COMERLATO, Maria Lourdes Diligenti. [informação verbal]. **Entrevista cedida à Geovana Erlo**. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (36min3seg).

COMERLATO, Maria Lourdes Diligenti. Apenas uma Janela de Galópolis. Caxias do Sul, 2022, no prelo.

CORDEIRO, José Manuel Lopes. O Patrimônio Industrial e as Novas Cartas Patrimoniais. **Arqueologia Industrial**, 4 ed., v. 1-2, p. 73-97, 2009.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação museológica**: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção. Tese. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

DAL RI JÚNIOR, Arno; PAVIANI, Jayme (Orgs.). **Humanismo latino no Brasil de hoje**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2001.

DALL'AGNOL, Renato João. [informação verbal]. **Entrevista cedida à Geovana Erlo. Caxias do Sul**, out. 2019. Arquivo .mp4 (24min16seg).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: Capitalismo e Esquizofrenia. 34 ed. Rio de Janeiro, 1997.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Eds); BRULON, Bruno; CURY, Marília Xavier (Trad.). **Conceitos-Chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

DILIGENTI, Rosa Maria. [informação verbal]. **Entrevista cedida à Geovana Erlo**. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (42min52).

DIPPAHC. **Processo de tombamento das residências de Hércules Galló**, 2010. 48p.

DIPPAHC. **Processo de tombamento da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia**, 2010. 54p.

DIPPAHC. **Inventário dos Bens Edificados do Rio Grande Do Sul**, 2019.

DOLÁK, Jan. O museólogo Zbyněk Zbyslav Stránský: Conceitos básicos. In: SOARES, Bruno Brulon; BARAÇAL, Anaildo Bernardo (orgs.). **Stránský**: uma ponte Brno-Brasil. Anais do III Ciclo de Debates da Escola de Museologia da UNIRIO. Paris, ICOFOM, 2017, p. 178-187.

DORNELLES, Soraia Sales. **De Coroados a Kaingang**: as experiências vividas pelos indígenas no contexto de imigração alemã e italiana no Rio Grande do Sul do século XIX e início do XX. UFRGS – PPGHIST: 2011

ERLO, Geovana. Museu de Território de Galópolis: estratégia para a preservação do Patrimônio Industrial e Identidade local. **Monografia** em História. Caxias do Sul: UCS, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/11338/5912>. Acesso em 24 ago. 2020.

ERLO, Geovana; IOTTI, Luiza Horn. A trajetória do bairro Galópolis/Caxias do Sul – RS e o Grupo Escolar Paraná (1939-1977). In: SOUZA, José Edimar de. **Grupos Escolares no Rio Grande do Sul**: escolarização primária em perspectiva regional no século XX. São Leopoldo: Oikos, 2021. Disponível em: [https://oikoseditora.com.br/obra/index/id/1200#:~:text=Grupos%20Escolares%20no%20Rio%20Grande,Edimar%20de%20Souza%20\(Org.\)&text=A%20obra%20analisa%20](https://oikoseditora.com.br/obra/index/id/1200#:~:text=Grupos%20Escolares%20no%20Rio%20Grande,Edimar%20de%20Souza%20(Org.)&text=A%20obra%20analisa%20)



[20o%20ensino,Sinos%20e%20na%20Serra%20Ga%C3%BAcha](#). Acesso em: 06 jun. 2022.

ERLO, Geovana. A memória do trabalho no patrimônio industrial: relações entre o *Percorso Archeologia Industriale* (Schio - Vêneto) e o Museu de Território de Galópolis (Caxias do Sul - Rio Grande do Sul). In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania (orgs.). **145 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul: anais dos V Simpósio Internacional e XII Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiro**. Caxias do Sul: EducS, 2021. Disponível em: <https://www.ucs.br/educs/livro/145-anos-da-imigracao-italiana-no-rio-grande-do-sul-v-simposio-internacional-xiii-forum-de-estudos-italo-brasileiro/>. Acesso em 04 fev. 2022.

ERLO, Geovana. **Diário de campo gestão comunitária de Galópolis**. Caxias do Sul: [s.l.], 2021-2022. 1 diário de bordo. 571p.

FASOLO, Carmen; FASOLO, Maria Angela. [informação verbal]. **Entrevista cedida à Geovana Erlo**. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (29min44seg).

FELIPPI, Luiz Antônio. [informação verbal]. **Entrevista cedida à Geovana Erlo**. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (24min18seg).

FERRI, Marlos Rodrigo. **Tecendo uma história: a Cooperativa Têxtil Galópolis**. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - UCS, Caxias do Sul, 2018.

FIGUEIREDO, Franciele Bandeira. Referências imateriais: o estudo do Agnolini. **Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, jul 2010.

FILIFE, Maria da Graça da Silveira. **O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999)**. Dissertação. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2000. Disponível em: [https://www.academia.edu/32892681/Filipe\\_G\\_2000\\_O\\_Ecomuseu\\_Municipal\\_do\\_Seixal\\_no\\_movimento\\_renovador\\_da\\_museologia\\_contempor%C3%A2nea\\_em\\_Portugal\\_1979\\_1999\\_pdf](https://www.academia.edu/32892681/Filipe_G_2000_O_Ecomuseu_Municipal_do_Seixal_no_movimento_renovador_da_museologia_contempor%C3%A2nea_em_Portugal_1979_1999_pdf). Acesso em: 10 out. 2021.

FONTANA, Giovanni Luigi. **Schio e Alessandro Rossi: imprenditorialità, politica, cultura e paesaggi sociali del secondo Ottocento**, 2 voll., Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1985-1986.

FONTANA, Giovanni Luigi; MARTINS, Cláudia Marun Mascarenhas. Da história ao projeto: metodologia para a análise do patrimônio industrial e boas práticas na reabilitação das *company towns* na Itália e no Brasil. Uma experiência em desenvolvimento. **VI Colóquio Latino-Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial**, São Paulo, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e terra, 1993.

GALLÓ, José. [informação verbal]. **Entrevista cedida à Geovana Erlo**. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (22min15seg).

GARDELIN, Mário; COSTA, Rovílio. **Colônia Caxias: origens**. Porto Alegre: EST, 1993.

GIOVANI, Giana. [informação verbal]. **Entrevista cedida à Geovana Erlo**. Caxias do Sul, mai. 2021. Arquivo .mp4 (60min9seg).

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul: Evolução Histórica**. Caxias do Sul/Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1977.

GOMBRICH, Ernst Hans. A Psicanálise e a História da Arte. In: **Reflexões sobre um cavaleiro de pau e outros sobre Teoria da Arte**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 30-45.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. Stránský, Gregorová e Rússia: a construção da prática museológica. In: SOARES, Bruno Brulon; BARAÇAL, Anaildo Bernardo (orgs.). **Stránský: uma ponte Brno-Brasil**. Anais do III Ciclo de Debates da Escola de Museologia da UNIRIO. Paris, ICOFOM, 2017, p. 265-284.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, 21-29.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GOUVEIA, Inês. **Waldisa Rússia e a política no campo museológico**. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio). Programa de Pós- Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO; Museu de Astronomia e Ciências Afins – Mast, Rio de Janeiro, 2018.

GRINSPUM, Denise. **Educação para o Patrimônio**. Museu de Arte e escola. Responsabilidade compartilhada na formação de públicos. Tese. São Paulo: USP, 2000.

GUARNIERI, Waldisa Rússia Camargo. **Um Museu de Indústria em São Paulo**. Tese. São Paulo: FESP, 1980. Acervo Centro de Documentação da FESPSP.

GUARNIERI, Waldisa Rússia Camargo. A interdisciplinaridade em Museologia [1981]. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússia Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, v. 1, 2010, p. 123-126.

GUARNIERI, Waldisa Rússia Camargo. Sistema da Museologia [1983]. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **Waldisa Rússia Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, v. 1, 2010.p. 127-136.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. HAESBAERT, Rogério. Território, poesia e identidade. **Espaço e Cultura**, n. 3, p. 20-32, jul. 1997. Disponível em: <https://www.e->

[publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6708](http://publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6708). Acesso em: 12 nov. 2021.

HASBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Conferência para o Programa de Educação Tutorial do curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 8 out. 2022.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (Organizadores). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP (PPGGeo), 2008.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HENRICHES, Liliana. **Discurso pela preservação da sede social do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos durante a 14ª Semana Nacional de Museus**. Caxias do Sul, 2016.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A industrialização da zona colonial italiana: um estudo de caso da indústria têxtil do nordeste do Rio Grande do Sul. **Primeiras Jornadas de História Regional Comparada**. Porto Alegre - RS: FEE, 2000. v. 1. p. 45. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s3a7.pdf>. Acesso em: 5 mai. 2022.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Hércules Galló: vida e obra de um empreendedor**. Porto Alegre: EST, 2003.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; PAVIANI, Neires Maria Soldatelli. **Língua, Cultura e Valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre imigração italiana no Sul do Brasil**. Porto Alegre: EST; Fondazione Cassamarca, 2003.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. TRONCA, Bruna. Patrimônio Industrial e Turismo: A Vila Operária de Galópolis, Caxias do Sul, RS. Caxias do Sul, **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 8, n. 3, jul-set. 2016, p. 343-357. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/4404/pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Processo de industrialização da Zona Colonial Italiana**. 2. Ed., ampl. Caxias do Sul: Educs, 2017.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. FONTANA, Giovanni Luigi. Emigração, Industrialização e Cultura do Trabalho: o caso de Galópolis, primeira indústria têxtil da zona de colonização italiana no Rio Grande do Sul. **Ricerche Storiche**, n.3, set-dez. 2018.

HERÉDIA, Vania Maria Merlotti. [informação verbal]. **Entrevista cedida à Geovana Erlo**. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (26min13seg).

IBGE. Censo 2000: população por bairros – Caxias do Sul. **Atlas do Censo 2000**. Rio de Janeiro, 2001.

IBGE. Censo 2010: informações sobre bairros e municípios - Caxias do Sul. **Atlas do Censo 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

ICOM. Declaração de Santiago do Chile [1972]. *In*: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro**: documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, v. 2, 2010, p. 43-51.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário Nacional de Diversidade Linguística**: Talian. Brasília: IPHAN, 2014.

INSTITUTO HÉRCULES GALLÓ. **Cronograma de execução do projeto Museu de Território**: Galópolis. Disponível em: <http://versalic.cultura.gov.br/#/projetos/135401>. Acesso em 28 nov. 2022.

INSTITUTO HÉRCULES GALLÓ. **Material de divulgação do Museu de Território fase I**. 2015. Folder.

INSTITUTO HÉRCULES GALLÓ. **Material de divulgação do Museu de Território fase II**. 2019. Folder.

INSTITUTO HÉRCULES GALLÓ. **Memorial de Obra**. Caxias do Sul, 2012.

INSTITUTO HÉRCULES GALLO. **Painéis do Museu de Território de Galópolis fase I**. 2019. Painéis.

INSTITUTO HÉRCULES GALLÓ. **Totens do Museu de Território de Galópolis fase II**. 2019. Painéis.

INSTITUTO HÉRCULES GALLÓ. **Totem nº 6** - Círculo Operário. Caxias do Sul, 2019.

INSTITUTO VENETO; UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL. **Relatório Final do Projeto-Piloto "Inventário do Talian"**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2010, 198p.

ISMAEL CHAVES BARCELLOS. **Álbuns Fotográficos**. 1939-2018.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LOPES, José Sérgio Leite (org). **Cultura e Identidade Operária; Aspectos da cultura da classe trabalhadora no Brasil**. São Paulo, Rio de Janeiro: Editora Marco Zero/Editora da UFRJ, 1987.

MACHADO, Maria Abel. **Mulheres sem rosto**: operárias de Caxias do Sul. Caxias do Sul: Maneco - Livraria & Editora, 1998.

MANDARINO, Diego. Antigo lanifício de Galópolis que abriga centro comunitário está interditado em Caxias. **Jornal Pioneiro**, sessão geral, 18 abr. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2019/04/antigo-lanificio-de-galopolis-que-abriga-centro-comunitario-esta-interditado-em-caxias-10931973.html>. Acesso em 05 jul. 2022.

MINC. **Programa Cultura Viva**: Definição de "Ponto de Cultura". Brasília, s/d, online. Disponível em: <http://culturaviva.gov.br/rede/faq/>. Acesso em 15 jul. 2022.

MANDARINO, Diego. UAB aponta risco gerado por prédios municipais desocupados em Caxias. **Jornal Pioneiro**, sessão geral, 22 abr. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2019/04/uab-aponta-risco-gerado-por-predios-municipais-desocupados-em-caxias-10932566.html>. Acesso em 05 jul. 2022.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. In: **Ciênc.& Let.**, Porto Alegre: n. 27, jan/jun 2000, p.91-101.

MILANO, Daniela Ketzer. **Uma vila operária na colônia italiana: o caso Galópolis (1906-1941)**. Dissertação. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009.

MOUTINHO, Mário Cânova. Sobre o Conceito de Museologia Social. In: **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 1, n. 1. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1993, p. 7-9.

NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do. **A formação urbana de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Educs, 2009.

NAVA, Olivir José. [informação verbal]. **Entrevista cedida à Geovana Erlo**. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (42min4seg).

NEVES, Eduardo Rotta. A vila operária de Galópolis: história e transformação de uma paisagem cultural industrial. **Visioni LatinoAmericane**. Paisagem cultural no Rio Grande do Sul: um tema em debate", EUT Edizioni Università di Trieste, Trieste, 2021, p. 138-161.

OLIVEIRA, Eduardo Romero. Arquitetura Industrial, patrimônio industrial e sua difusão cultural. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes (Org.). **Arqueologia pública e patrimônio: questões atuais**. Criciúma: Ediunes, 2015. v.1, p.197-226.

OLIVEIRA, Eduardo Romero. A cultura industrial como herança: questões sobre o reconhecimento de um patrimônio da industrialização "tardia" no Brasil. **Oculum Ensaios**, v. 14, n. 2, p. 311–330, 2017. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/3897>. Acesso em: 26 nov. 2022.

PANOFISKY, Erwin. **Estudos de iconologia**. Lisboa: Estampa, 1986.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PINTO, Maria Patrícia; PINTO, Mário Vitor. [informação verbal]. **Entrevista cedida à Geovana Erlo**. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (26min22seg).

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: Memória - História. **Enciclopédia Einaudi**, v. 1. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

PONTO DE CULTURA GALÓPOLIS FORTALECENDO LAÇOS. **Atas**. 2018-2019.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História**, n. 14, São Paulo, fev. 1997.

POULOT, Dominique. Cultura, História, valores patrimoniais e museus. **Varia História** [online]. 2011, v. 27, n. 46, p. 471-480. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752011000200004>. Acesso em 10 nov. 2022.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

PODCAST MEMÓRIAS DE GALÓPOLIS. **Episódio 5** - Círculo Operário. 2ª Temporada. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=kzXmo6T5NTs&list=PLD0NFUjNYKUSH2KxOICU4OWGoRokpMhWq&index=2&ab\\_channel=ProlarImobili%C3%A1riaInteligente](https://www.youtube.com/watch?v=kzXmo6T5NTs&list=PLD0NFUjNYKUSH2KxOICU4OWGoRokpMhWq&index=2&ab_channel=ProlarImobili%C3%A1riaInteligente). Acesso em 05 jul. 2022.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. Associação de Moradores de Galópolis entrega PPCI do prédio do lanifício à Prefeitura. **Portal Caxias**, 15 mai. 2020. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2020/05/associacao-de-moradores-de-galopolis-entrega-ppci-do-predio-do-lanificio-a-prefeitura>. Acesso em 05 jul. 2022.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. **Auto de interdição prévia/total do prédio do Centro Comunitário e Cultural Galópolis**. Caxias do Sul, 12 abr. 2019a.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. **Notificação extrajudicial nº 27 que restringe o acesso e impõe desocupação imediata do prédio do Centro Comunitário e Cultural Galópolis**. Caxias do Sul, 12 fev. 2019b.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. **Notificação extrajudicial nº 49, que concede quinze dias para a desocupação e devolução da área ocupada a título precário**. Caxias do Sul, 12 abr. 2018.

PREFEITURA DE CAXIAS DO SUL. Prefeitura de Caxias do Sul ganha decisão liminar na justiça para retomada de imóvel em Galópolis. **Portal Caxias**, 23 mai. 2019. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2019/05/prefeitura-de-caxias-do-sul-ganha-decisao-liminar-na-justica-para-retomada-de-imovel-em-galopolis>. Acesso em 05 jul. 2022.

PRIMO, Judite. Pensar contemporaneamente a Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia**, n. 16. Lisboa: ULHT, 1999.

PRIMO, Judite. Museus locais e ecomuseologia – Estudos do projecto para o ecomuseu da Murtosa. Lisboa, **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 30, n. 30, 2008.

PRIMO, Judite. Museus, hibridação cultural e novas territorialidades. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 46, n. 2, 2013. p. 17-28. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4520>. Acesso em: 12 nov. 2021.

PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário. Uma releitura do mundo pelo olhar da Sociomuseologia. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário. **Sociomuseologia: para uma leitura crítica do Mundo**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2021, p. 17-32.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, José Alberione dos. **Arqueologia dos buracos de bugre: uma Pré-História do Planalto Meridional**. Caxias do Sul, EDUCS, 2002.

RICATTI, Bernardetta; SASSI, Dino; SASSI, Luca. **Schio: Archeologia Industriale**. Vicenza: Sassi Editore, 2013.

RÚSSIO, Waldisa Pinto. **Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento**. Dissertação. São Paulo: FESP, 1977.

SANT'ANNA, Marcia. Desafios e perspectivas da política federal de salvaguarda do patrimônio cultural. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, IPHAN, v. 36, p. 95-105, 2017.

SANTOS, Suzy da Silva. **Ecomuseus e museus comunitários no Brasil: estudo exploratório de possibilidades museológicas**. Dissertação. São Paulo: USP-MAST Interunidades, 2017. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-13122017-091321/publico/SuzySantosREVISADA.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

SCHEINER, Theresa Cristina. Para além do Museu: museologias e Meta(?)teorias. Notas sobre a contribuição de Stránský para o pensamento latino-americano. In: SOARES, Bruno Brulon; BARAÇAL, Anaildo Bernardo (orgs.). **Stránský: uma ponte Brno-Brasil**. Anais do III Ciclo de Debates da Escola de Museologia da UNIRIO. Paris, ICOFOM, 2017, p. 60-72.

SCHICCHI, Maria Cristina. Entrevista com Silvana Rubino e Cristina Meneguello: Preservação do patrimônio industrial no Brasil. **Oculum Ensaios**, n. 3, p. 124-131, 2013. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/797>. Acesso em: 27 out. 2022.

SCUR, Noele. Comunidade irá entregar documento com sugestões para ocupação de prédio histórico em Galópolis. **Jornal Pioneiro**, sessão geral, 17 jun. 2021. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2021/06/comunidade-ira-entregar-documento-com-sugestoes-para-ocupacao-de-predio-historico-em-galopolis-ckq14alnb00520180f03aeo5p.html>. Acesso em 5 jul. 2022.

SILVA, Ronaldo André Rodrigues da. Arqueologia industrial e patrimônio industrial: "novo" enfoque à memória cultural. **Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, v. 1, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/33874>. Acesso em: 26 ago. 2022.

SILVA, Ronaldo André Rodrigues da. Patrimônio Industrial: Propostas de Musealização no Brasil. In: **Caderno de Resumos do II Congresso Internacional sobre Patrimônio Industrial**. Porto: jan. 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/265851088\\_Patrimonio\\_Industrial\\_Propostas\\_de\\_Musealizacao\\_no\\_Brasil](https://www.researchgate.net/publication/265851088_Patrimonio_Industrial_Propostas_de_Musealizacao_no_Brasil). Acesso em: 12 nov. 2021.

SINDIGAL. **Livro II de Atas do Sindicato de Mestres, contramestres e Trabalhadores de Fiação e Tecelagem de Galópolis**. Caxias do Sul, 1946-1957.

SOARES, Bruno Brulon. A invenção do Ecomuseu: o caso do Écomusée du Creusot Montceau-les-mines e a prática da Museologia Experimental. In: **Mana**, 2015, v. 21, n. 2, p. 267-295.

SOARES, Bruno Brulon; BARAÇAL, Anaildo Bernardo (orgs.). **Stránský**: uma ponte Brno-Brasil. Anais do III Ciclo de Debates da Escola de Museologia da UNIRIO. Paris, ICOFOM, 2017.

SOLIO, Renato. [informação verbal]. **Entrevista cedida à Geovana Erlo**. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (23min18seg).

SOUZA, José Edimar de. A escola isolada: contribuições e processos de escolarização em Novo Hamburgo, RS (1940-1952). *Série-Estudos*, Campo Grande, MS, v. 24, n. 50, p. 219- 238, jan./abr. 2019. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2318-19822019000100219&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-19822019000100219&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 14 ago. 2021.

SOUZA, Luciana. Museu integral: potência e crítica ao fato museal. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário. **Sociomuseologia**: para uma leitura crítica do Mundo. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 2021, p. 225-246.

SPHAN. **Boletim Pró-Memória nº 34**. Jan-fev. 1985. 46p.

SPINATO, João Laner. **Resposta ao ofício 142/53 de solicitação de levantamento plani-altimétrico e cadastral do Distrito de Galópolis**. Caxias do Sul, 1953, 6p.

SPINATO, João Laner. **Ofício ao diretor dos serviços industriais da C.E.E.E**. Porto Alegre, 1963. 12p.

SPINATO, João Laner. **E assim eles contavam....** Caxias do Sul: Editora Nova Dimensão, 1998.

STRÁNSKY, Zbyněk Zbyslav. *Museology and Museums*. In: **ICOFOM Study Series - ISS**, n. 12, ICOM; ICOFOM, 1987,

TCACENCO, Maria Adami (org.). **História de Caxias do Sul (Educação)**. 1877-1967. Tomo III, edição póstuma. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.

TECER. In: **Michaelis dicionário de língua portuguesa**. [s.a. doc.eletrônico]. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/tecer>. Acesso em: 12 nov. 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TICCIH. **Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial**, 2003. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

TICCIH. **Princípios de Dublin**, 2011. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/os-principios-de-dublin/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

TINOCO, Alfredo. Para uma política de preservação do património industrial em Portugal. **Cadernos de Sociomuseologia**, nº 42, 2012.



TONET, Charles. [informação verbal]. **Entrevista cedida à Geovana Erlo**. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (42min57seg).

TONET, Tania. **Instituto Hércules Galló: Museu de Território**. Caxias do Sul, jul. 2014 [apresentação de slides].

TONUS, João Wianey (org.). **Victur: valorização do turismo integrado à identificação dos territórios**. Caxias do Sul (RS): Belas-lettras, 2007.

VARINE, Hugues de. **O tempo social**. Rio de Janeiro, Eça Editora, 1987.

VARINE, Hugues de. O Ecomuseu. **Revista Ciências e Letras**, n.27, p.61-90, jan./jun. 2000.

VARINE, Hugues. Reflexões sobre um museu de território. **Atas do I Encontro de Museus do Douro**. Setembro 2007. Disponível em: <http://www.museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/hugues.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

VARINE, Hugues de. A Museologia Brasileira e o ICOM: convergências ou desencontros? – exposição em seminário [1995]. *In*: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, v. 2, p. 97-100.

VARINE, Hugues de. A respeito da Mesa-Redonda de Santiago do Chile [1995]. *In*: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). **O ICOM-Brasil e o Pensamento Museológico Brasileiro: documentos selecionados**. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, v. 2, p. 38-42.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre. Medianiz, 2012.

VARINE, Hugues de. O museu comunitário como processo continuado. **Cadernos do CEOM**, Ano 27, n. 41, 2014, p.25-35.

VERONA, Antonio Folquito. Pacto Social e Luta Operária em Schio. **Revista Brasileira de História**, 1997, v. 17, n. 34, pp. 13-52.

VERONA, Antonio Folquito. **O mundo é nossa Pátria: a trajetória dos imigrantes operários têxteis de Schio que fizeram de São Paulo e do Bairro do Brás sua temporária morada, de 1891 a 1895**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

VIAL, Zilá Maria Felippi. [informação verbal]. **Entrevista cedida à Geovana Erlo**. Caxias do Sul, out. 2019. Arquivo .mp4 (15min7seg).